

Sumário dêste número

EDITORIAL: Três Anos de Divulgação Geográfica — Eng. VIRGÍLIO CORREIA FILHO (pág. 3).

COMENTARIO: O Clima e o Organismo Humano — Prof. PIERRE MONBEIG (pág. 5).

TRANSCRIÇÕES: Notas sôbre a Geomorfologia de São-Paulo e sua Gênese — I — LUIS FLORES DE MORAIS RÊGO (pág. 9). — Petrópolis, Esbôço de Geografia Urbana — I — PH. ARBOS (pág. 18).

RESENHA E OPINIÕES: A colonização nos trópicos (pág. 26). — A margem do Amazonas (pág. 27). — O arroz na geografia, na filologia e na história (pág. 29). — Geografia carioca: a população colonial da cidade (pág. 31). — Distribuição da população brasileira, de 18 anos e mais, segundo ramos de atividade (pág. 33).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: O Fator Posição Astronômica Aplicado no Brasil; Condições Climatológicas e suas Conseqüências — Prof.^a LEA QUINTIERE (pág. 42). — A Geografia de Após Guerra — RICHARD JOEL RUSSELL (pág. 44).

TERTULIAS GEOGRÁFICAS: Centésima Décima Sétima Tertúlia, realizada a 12 de fevereiro de 1946 (pág. 51). — Centésima Décima Oitava Tertúlia, realizada a 28 de fevereiro de 1946 (pág. 54).

NOTICIARIO: CAPITAL FEDERAL — Presidência da República — Conselho Nacional de Geografia (pág. 57). — Ministério da Agricultura (pág. 57). — Ministério da Educação e Saúde (pág. 58). — Ministério das Relações Exteriores (pág. 60). — Ministério da Viação e Obras Públicas (pág. 60). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Associação Brasileira de Municípios (pág. 60). — Clube de Engenharia (pág. 61). — Sociedade Brasileira de Geografia e História (pág. 62). — CERTAMES — IV Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (pág. 62). — UNIDADES FEDERADAS — Pernambuco (pág. 64). — Rio-Grande-do-Sul (pág. 64). — Território de Ponta Porã (pág. 64). — MUNICÍPIOS — Petrópolis (Rio-de-Janeiro) (pág. 64). — Salvador (Bahia) (pág. 64). — EXTERIOR — Estados Unidos (pág. 64). — Inglaterra (pág. 65).

RELATÓRIOS DE INSTITUIÇÕES DE GEOGRAFIA E CIÊNCIAS AFINS: São-Paulo (pág. 66).

BIBLIOGRAFIA: Apontamentos bio-bibliográficos — Prof. ALÍRIO DE MATOS (pág. 73). — REGISTOS E COMENTARIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros (pág. 75). — Periódicos (pág. 78). — CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESPECIALIZADA — México — Relação de mapas apresentados na exposição anexa à II Reunião Pan-americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia — (pág. 81). — RETROSPECTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Índice, por assunto, dos trabalhos publicados nos volumes 90 a 185 (pág. 83).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis publicados no período de 16 de fevereiro a 15 de março de 1946 (pág. 92). — Integra da legislação de interesse geográfico — Decretos-leis (pág. 96). — Decretos (pág. 104). — Atos Diversos (pág. 107). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Integra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico — Bahia (pág. 110). — Mato-Grosso (pág. 111). — Paraná (pág. 112). — Sergipe (pág. 112). — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Geografia — Diretório Central — Integra das Resoluções n.º 214 a 216 (pág. 113).

Editorial

Três Anos de Divulgação Geográfica

Quando surgiu à luz, como periódico especializado, de finalidades culturais, o Boletim Geográfico revelava perseverante aspiração, que tardou em concretizar-se.

As vacilações dos primeiros passos, que se espelharam até na mudança do título, a princípio — Boletim do Conselho Nacional de Geografia, antes de adotar o atual, explicam-se facilmente pelos embaraços comumente opostos a empreendimentos análogos.

Mormente quando sobrevém sucesso de graves conseqüências maléficas, avassaladoras de tôdas as atividades, como a trágica e desumana conflagração mundial.

Seria de maravilhar que, em tais circunstâncias, conseguisse o Boletim, sem redução do seu programa educativo, manter a pontualidade na apresentação.

Ao contrário, como se pretendesse também participar das provações gerais, que envolveram o Brasil, e bem assim a quase totalidade dos países civilizados, começou a denotar anormalidades na marcha, com o aumento progressivo de prazo entre duas edições sucessivas.

Assim foi que, ao raiar janeiro de 1945, ainda o exemplar distribuído se referia a novembro do primeiro ano, quatorze meses antes, como prova do atraso crescente, que urgia atalhar.

Não tardaram providências eficazes, que a aproximação da paz mundial favoreceu.

Tresdobrados os esforços de elaboração e das oficinas gráficas, desde então vieram à publicidade, durante o ano passado, os números de nove a trinta, continuando ritmo semelhante no trimestre último, em cujo decurso já atravessaram os prelos os imediatos, até o trigésimo quarto.

Tal resultado evidencia o empenho do Conselho Nacional de Geografia de manter em dia a distribuição de sua revista mensal, que se destina especialmente a propagar, entre os estudiosos, ensinamentos úteis em matéria geográfica, sejam de caráter científico, informativo ou metodológico.

E a ressonância que lhe acompanha a atuação contínua, já não se restringe aos aplausos patricios, fronteiras a dentro.

Nas universidades americanas, em que penetrou, também contribui eficientemente para a elaboração de ensaios, que os professores premeiam com os seus louvores, como ainda recentemente ocorreu, consoante assinalou correspondência autorizada.

Assim, ao assinalar o terceiro aniversário de sua existência, ausente o secretário-geral, que foi representar o Brasil na Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e por isso não comparece a esta página, pode o Boletim Geográfico ufanar-se da trajetória percorrida, apesar dos tropeços enfrentados e considerar-se vencedor na primeira fase, de iniciação.

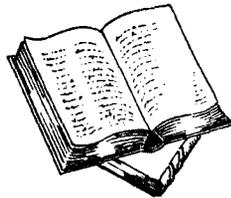
O ritmo praticamente se normalizou, sem redução de matéria.

Ao contrário, apesar da conveniência restritiva do número de páginas, em confronto com a tendência ao crescimento dos primeiros tempos, tornou-se possível o acréscimo de novas secções, em que se registaram os relatórios apresentados pelos Diretórios Regionais à VI Sessão Ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, além de outras referentes a Seminários, restabelecimento de Tertúlias e Bibliografia.

E assim vai o Boletim Geográfico desempenhando a missão, que lhe cumpre, de servir de prestimoso veículo às mais modernas aquisições culturais no tocante aos estudos da Geografia, particularmente do Brasil, para melhor atender-lhe aos anseios progressistas.

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Secretário-Assistente do Conselho Nacional
de Geografia



O Clima e o Organismo Humano

PIERRE MONBEIG

(Da Universidade de São-Paulo)

O homem soube organizar à sua volta um cortejo de animais e de plantas; soube, e isto é verdade sobretudo para o homem branco, dirigir esse cortejo através dos mares e dos desertos, contribuindo assim para uniformizar os tipos de paisagens. Graças às associações por êle formadas, pôde o homem ampliar os limites do ecúmeno, diversificar sua alimentação e aumentar sua produção. Em contraste com esse triunfo, apresentemos as derrotas; em face das vitórias, lembremos os fracassos e o preço pelo qual foram conquistadas. Porque o meio biológico não é apenas um ponto de apoio; é muitas vezes também um obstáculo. O cereal, o cachorro, o cavalo acompanham o homem, mas é êle igualmente seguido ou acolhido por um mundo estranho de insetos e de parasitas, que o ameaça, repele-o, e às vezes mesmo, o destrói. A vida total cerca o homem e "*nossa existência é uma luta sem tréguas contra suas energias destrutivas*". (Sorre, *Annales de Géographie*, 1933, p. 2). Luta tão mais perigosa para o homem porquanto seus adversários lhe atacam o organismo, pondo-o algumas vezes em estado de inferioridade permanente e diminuindo-lhe a capacidade de trabalho físico, muitas vezes destruindo-a radicalmente. Como se vê, o geógrafo francês entra resolutamente no terreno da geografia médica, da qual falava aqui, com inigualável competência, o professor Samuel Pessoa. Um e outro assinalam a importância da geografia das moléstias infecciosas — *companheiras fatais constantes de nossas vidas* (Charles Nicolle) — provenientes do trabalho dos parasitas e dos predadores.

É inútil salientar o interesse imediato que apresenta para o Brasil toda nova luz projetada sobre a geografia, das moléstias infecciosas. Apesar do que possam pensar os espíritos superficiais, é ainda sob os trópicos que mais vivamente se exerce o que, de há muito, se chama a tirania do meio. Porque é preciso reconhecer que os climas quentes e úmidos favorecem por demais o pulular da vida animal e vegetal. Botânicos, zoólogos e biólogos descreveram fartamente não apenas as *florestas empilhadas umas sobre as outras* (Humboldt) ou os imensos rebanhos das estepes africanas, mas também o exército de insetos e de vermes que nelas vive. Se é certo que existem grandes diferenças entre os trópicos africano ou asiático e o trópico brasileiro, não nos devemos esquecer de que o Brasil é mais do que a metrópole paulista ou os arredores de Piracicaba e Campinas... E mesmo, aí, se se descuidasse por algum tempo a vigilância dos trabalhos de higiene, ver-se-iam reaparecer os flagelos de outrora. Por fim, no momento em que se recomeça a prever a chegada de nova vaga de imigrantes e a pensar-se nos vastos territórios à espera do povoamento e da agricultura, importa mais do que nunca fazer-se o balanço do que é possível e da, principalmente, de saber como e a que preço será possível.

O que chama a atenção do geógrafo, não é apenas a localização e a área de expansão de certas endemias, mas também sua infra-estrutura geográfica. Que se considerem, por exemplo, a peste, as febres palustres ou a moléstia do sono, constata-se logo que o ponto de partida delas é determinado domínio vegetal, isto é, um certo tipo climático, certos tipos de solos, etc. Entre esta infra-estrutura e o homem, interpõe-se toda uma série de intermediários solidários entre si vetores (glossinos, anófeles ou ratos) e tripanosomas, plasmódios e vírus. Pode-se assim aceitar a existência de *complexos patógenos* que englobam toda a série, desde a floresta dos charcos e as estepes até os homens doentes, passando pelos intermediários. Para melhor orientar-se na complexidade das relações entre os homens e seus parasitas, o geógrafo Sorre sugere a noção sintética do com-

plexo patógeno, que sublinha a interdependência dos organismos em jôgo e compreende, com o homem e o agente causal da moléstia, seus vetores e todos os seres que condicionam ou comprometem-lhe a existência.

No livro do professor Sorre encontrar-se-á um cerrado estudo de complexos patógenos das mais notáveis endemias. Aqui, ainda, é de lastimar-se a parte limitada que a obra dedicada à bibliografia brasileira, não se podendo, entretanto, acusá-lo pelo desconhecimento da conferência do professor Pessoa, realizada em 1941 na Associação dos Geógrafos Brasileiros, sobre a distribuição de algumas endemias parasitárias no Estado de São-Paulo (publicada nos *Arquivos de Higiene*, dezembro de 1941).

A noção do complexo patógeno pode ser um guia, desde que não se menospreze nem o emaranhado dos complexos, nem as diferenças de grau de especificação dos vetores ou dos agentes patógenos. Considerando-se este emaranhado, é mais fácil situar nossa espécie numa vasta simbiose. A compreensão da posição exata do homem no interior do mundo vivo, do qual ele faz parte integrante, permite compreender claramente o modo pelo qual se encontra associado às endemias que atacam os animais por ele domesticados. Estabelece-se assim, o liame entre as associações antropológicas, já referidas, e os complexos patógenos.

Definidos estes, a tarefa apenas começa, pois resta saber ainda como se formam eles, como evoluem e também como e até que ponto o homem dispõe de meios para intervir em sua evolução. Isto conduz ao estudo da ecologia dos complexos patógenos, tomando-se em consideração tôdas as condições do meio próprias a todos os elementos que os constituíram. Seria ir muito longe acompanhar o autor nas páginas em que tenta descrever as condições ecológicas do complexo malário ou o da febre amarela, com suas variantes geográficas, o que exigiria também a competência crítica dum especialista. Conservemos em mente, apenas, mais uma vez ainda, o papel ativo do homem, o comportamento humano como fator geográfico. Tem sido freqüentemente assinalado terem sido certas moléstias veiculadas dum continente a outro e como a geografia dos transportes se associa à das moléstias. Entretanto, os níveis de vida, e igualmente os gêneros de vida, interferem na formação, no desenvolvimento ou no desaparecimento dos complexos patógenos. Tipos de casas, modos de cultura, hábitos alimentares e mesmo, de vestir representam o seu papel, mais discreto do que o das guerras, mas não menos eficaz.

Encontram-se assim estabelecidos os dados fundamentais sobre os quais repousa a geografia médica. Quais podem ser os métodos deste novo ramo da geografia *tout court*? É interessante notar que logo após a publicação do livro de M. Sorre, preocupações do mesmo gênero apareciam num artigo da *Geographical Review* de Nova Iorque (1944). A coincidência não é fortuita; provém não só do estado das ciências, mas também, provavelmente, das ameaças que os homens sentem confusamente pairar sobre suas cabeças.

Admitindo-se a existência duma geografia médica ao lado da climatologia ou da geomorfologia os grandes princípios diretores da pesquisa, válidos para as duas disciplinas, devem ser igualmente utilizáveis para a jovem irmã: o ponto de vista geral, em primeiro lugar, e, a seguir, o ponto de vista regional que admite poderem-se delimitar regiões caracterizadas por seus traços geográficos (no sentido tradicional da palavra: relêvo, clima, águas, vegetação) e também por suas associações endêmicas.

Tôda pesquisa geográfica pressupõe uma documentação cartográfica, pois a carta permite localizar o fenômeno estudado e marcar-lhe a extensão. A documentação duma moléstia deve, portanto, possuir uma peça de resistência, que é a sua cartografia. Esta, contudo, não é na verdade susceptível de interpretação, a menos que seja acompanhada de informação sobre o meio ambiente no qual grassa a moléstia — e, entenda-se, não somente os elementos físicos que compõem este meio (regimes térmico, pluviométrico, natureza dos solos, topografia, associações vegetais), mas ainda os elementos humanos vítimas e, ao mesmo tempo, auxiliares do complexo patógeno. A *Geographical Review* apresenta um esquema muito preciso e muito claro desta questão, ao passo que o professor Sorre analisa a documentação do complexo malárico: os dois trabalhos se completam de modo notável. No presente estado da cartografia médica, as conclusões não podem deixar de ser muito gerais e sujeitas a eventuais retificações. Resume-se, antes de tudo, na distribuição zonal em latitude, que nada tem de surpreendente, pois

aparecem as estreitas relações entre as condições climáticas e a gênese dos complexos. Entretanto, M. Sorre crê poder, além desta distribuição zonal, distinguir a existência de duas grandes áreas nosológicas; uma, sôbre as duas margens do Oceano Atlântico, e a outra, no que êle chama Área Pacífica (com um apêndice americano). Cada uma dessas regiões se subdivide, por sua vez, em domínios, depois em setores. Assim, a Área Atlântica compreende um domínio setentrional, com dois setores norte, europeu e americano, que se correspondem, englobando o setor europeu dois subsetores, porque a bacia mediterrânea merece um lugar à parte. O domínio meridional da Área Atlântica comporta um setor africano e um setor sul-americano; êste último apresenta um subsetor tropical, cuja afinidade com o setor africano é evidente, e um subsetor extratropical *com uma mistura de endemias que transgridem da zona tropical (moléstia de Chagas, por ex.) e endemias relacionadas com a estepe arbustiva (monte), com a peste rural, e com irradiações tropicais.* A carta das grandes regiões nosológicas, que ilustra o texto indica o Estado de São-Paulo como situado mais ou menos no contacto destes dois subsetores sul-americanos se os higienistas e biólogos paulistas concordarem com ela, o fato merecerá ser retido, pois me parece certo que o traço geográfico essencial de São-Paulo é precisamente sua situação no ponto de contacto de traços geográficos diferentes: tanto no domínio da geografia como no das formas de terreno, na distribuição de climas e de tipos de tempos, na distribuição das paisagens vegetais, e isto ainda se repete quando se passa às formas de povoamento humano e aos gêneros de vida. Esta posição de contacto foi o privilégio de São-Paulo. Se os dados da geografia médica enquadrarem-se também nesse esquema, o quadro estará completo.

O estudo regional da geografia médica merece ocupar o seu lugar em toda monografia regional, ao lado dos capitulos *relêvo, hidrografia, vegetação*, etc. Tanto quanto êsses temas tradicionais, êle contribui para o estabelecimento da ficha sinalética da região. Como exemplo do que é possível realizar, Sorre escolheu a região mediterrânea, com uma notável carta sanitária. Tem toda a razão ao mostrar como o espirito dum estudo de geografia médica não é *nem o duma estatística nem o dum dicionário de medicina ou de higiene.* Reconhecamos, todavia, que, tomando a bacia mediterrânea como modelo para sua demonstração metodológica, M. Sorre tirou a sorte grande: as condições intrínsecas da região são particularmente interessantes e admiravelmente conhecidas; a documentação geográfica e médica é abundante; a posição do Mediterrâneo, via de passagem e zona de contacto entre os centros setêpticos da Ásia (peste), os centros mesopotâmicos e iranianos (peste, cólera, leishmaniose), os da Arábia e do Extremo Oriente (dengue, peste, cólera), os centros ocidentais (mexicano e centro-americano, com febre amarela e tifo murino, sul-americano, com febre amarela) acrescida ainda pelas circunstâncias locais (malária); há, por fim, todo um passado humano cuja interpretação à luz da geografia médica, será uma revelação para inúmeros leitores. Até que ponto se podem fazer monografias tão completas num país tão mal conhecido, cientificamente falando, quanto o Brasil? Pode haver dúvidas a respeito, mas nada impede que o modelo sirva de inspiração a outros trabalhos e a nova Faculdade de Higiene da Universidade de São-Paulo não deixará, por certo, de tomar em consideração a questão.

Tal como a permeabilidade do solo, o ritmo das estações ou as formas do terreno, os complexos patógenos condicionam as formas de vida dos grupos humanos no interior de cada região. Mais do que isso, podem auxiliar a explicação da cartografia do ecúmeno. Zonas polares, oásis dos desertos, grandes florestas equatoriais ou distritos superpopulosos da Índia são focos de endemias; seus problemas demográficos, com toda a cadeia de questões sociais, econômicas e políticas só se tornam totalmente compreensíveis levando-se em conta a situação sanitária. A ciência luta contra as moléstias. Suez e Panamá são muito mais do que canais inter-oceânicos, pois são, ao mesmo tempo, fortalezas que defendem as populações brancas e sua civilização contra os adversários biológicos que as ameaçam perpétuamente. A vitória é incontestável, mas *não é mais do que uma vitória precária e sempre ameaçada. E não se deve esquecer de todas as moléstias novas, as que nascem sob nossos olhos e aquelas de cuja gravidade nem suspeitamos a principio.*

O problema do ecúmeno é, portanto, um problema permanente. Tendemos a considerar a distribuição atual do homem no globo como um fato definitivo; deixamos-nos, talvez, impressionar pelos fatos ainda recentes na história geo-

gráfica de nossa espécie, isto é, no aumento acelerado de sua massa de cento e cinquenta anos a esta parte e na incrível expansão da raça branca, no último século, no continente americano, na África e nas massas terrestres australiana e neo-zelandesa. Pensamos com otimismo, em função desta vitória. Cabe ao cientista encarar como pode evoluir a situação presente e não considerá-la senão como um momento numa curva que se modifica incessantemente.

Esta evolução não se fará, como não se fez no passado sob a ação exclusiva dos fatores naturais; as paixões humanas farão o seu jogo perigoso como sempre o fizeram. A distribuição dos homens no globo não resulta unicamente dos complexos patógenos e das condições de vida encontradas, aqui e ali, pelos agrupamentos antropógenos. O engodo do ganho, os impulsos da fé, as guerras também participam tanto quanto as condições de fertilidade do solo e da riqueza do subsolo, na configuração do ecúmeno, tal como nós o registramos hoje. Mas, desde Malthus, apresenta-se sempre o problema das possibilidades que essa crescente massa humana pode encontrar. Causa já apreensão o desperdício das riquezas naturais ao qual se entrega nossa civilização (ver os trabalhos do americano Sauer, e nosso artigo no *Observador Econômico e Financeiro* de 1941). Não se apresentará amanhã o problema em termos angustiosos? E estará sempre a ciência em condições de lutar contra a proliferação dos novos complexos patógenos? Não será prudente proceder-se ao inventário completo das regiões verdadeiramente capazes de suportar o crescimento da produtividade e o aumento da população? Neste caso, um elemento deve reter toda a nossa atenção: o clima. Por maior que seja a plasticidade das plantas domesticadas, ela encontra limites ecológicos, que são essencialmente climáticos. Temos visto, segundo Sorre, Samuel Pessoa e muitos outros, a correlação que existe entre os climas quentes e úmidos e os complexos patógenos. Levanta-se para o homem um problema idêntico: quais são as relações entre o organismo humano e o clima? Questão que Sorre levantou *in limine*, mas que também podemos compreender como sendo o ponto final. A vida dos grupos humanos acha-se estreitamente associada a toda e qualquer vida, mais especialmente aos agrupamentos animais e vegetais e patógenos, mas todos desenrolam a vida no interior dos quadros climáticos.

 A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Notas sôbre a Geomorfologia de São-Paulo e sua Gênese

I

LUÍS FLORES DE MORAIS RÊGO

O relêvo de São-Paulo enquadra-se estritamente em fenômenos extensivos a todo o sul do Brasil. Importam essencialmente na existência do planalto que, na latitude de São-Paulo, partindo da proximidade da costa, se estende através de Mato-Grosso até a depressão do Paraguai, além de Aquidauana.

É o planalto meridional do Brasil, extensão para o sul do grande complexo orográfico brasileiro, delimitado pela costa e pelas depressões do Amazonas e do Paraná - Paraguai, que se estreita para o sul, mais pronunciadamente depois que o deixa o rio Paraná, cuja planura passa a delimitá-lo. Ao mesmo tempo, êle se degrada para, pouco além da fronteira do Uruguai, se perder nas planuras dos Pampas.

O território de São-Paulo se coloca, excetuada estreita faixa litorânea, no planalto meridional do Brasil. Não há esquecer que, como planalto, entende-se um complexo orográfico, compreendendo diversos níveis, mais ou menos ondulados, sulcados de vales.

No estudo que se segue será adotado método genético, estudados os fenômenos que deram origem às modalidades do relêvo para descrevê-lo.

*

Em poucas palavras é possível resumir a constituição geológica de São-Paulo, comum a todo o Brasil Meridional: um embasamento de estruturas diastróficas antigas, recoberto de várias seqüências de camadas mais ou menos horizontais.

As estruturas antigas compreendem rochas que se separam em duas classes. Umás completamente granitizadas, gnaisses e granitos principalmente. Outras, rochas metamórficas folhetadas, sem predominância dos feldspatos: xistos diversos, quartzitos e calcáreos, injetadas pelos granitos e suas apófises. Definem-se duas formações: o complexo granitizado, mais antigo, e o conjunto de rochas metamórficas, denominado a série de São-Roque.

Ambas não contêm fósseis. A primeira é considerada unânimemente arqueana, ao passo que divergem as opiniões sôbre a idade e correlações da segunda, indubitavelmente anterior à época devoniana. Alguns autores designam essa formação assim como a que lhe antecede apenas como predevonianas;¹ outros² colocam no sistema ordoviciano a formação do Paraná chamada série Açungui, sem dúvida idêntica à de São-Roque. Ao autor do presente trabalho parece aceitável equiparar a série de São-Roque à série de Minas e seus pares. Para tanto concorrem semelhanças litológicas e estruturais e também a continuidade denotada pelas cicatrizes de granito. Caberia à série de São-Roque a idade algonquiana, admitida por Derby³ e por grande maioria dos geólogos para a série de Minas, muito embora não seja fora de propósito considerar tais formações eopaleozóicas.

¹ Cf. *Mapa Geológico de São-Paulo*, publicado pela Comissão Geográfica e Geológica de São-Paulo.

² Oliveira, Eusébio Paulo de: — *Geologia e Recursos Minerais do Estado do Paraná*; Monografia do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, vol. VI.

³ Derby, Orville A.: — *The Serra do Espinhaço*, Journal of Geology, tomo XV, n.º 3, 1907.

O complexo granitizado e a série de São-Roque com seus granitos, são os constituintes, em São-Paulo, da grande molhe continental chamada *Brasilía*. Essas estruturas já faziam parte de um broquel mais antigo, ao qual se anexaram outras, propriamente *Brasilides*.⁴

Sobre *Brasilía*, transgrediu o mar várias vezes, conformando a sucessão de continentes que teria termo no atual. A tais transgressões se ligam fenômenos de sedimentação terrígena, freqüentemente seu único indício.

No início do período devoniano se verificou a primeira dessas transgressões, depositando sedimentos nos quais se encontra a abundante fauna marinha caracterizada por *Leptocelia flabellites*.⁵ Tais sedimentos são bem representados no Paraná,⁶ podendo seu conjunto ser chamado série do Paraná, ao passo que, em São-Paulo, apenas em estreita faixa do sul do Estado, aparece o termo basal, o arenito das Furnas.

Com a regressão do mar devoniano, foi criada a grande massa continental da *Terra Gondwana*, cuja importância paleogeográfica não precisa ser encarecida.

Nas bordas de *Gondwana*, desde o carbonífero superior até o início do jurássico, se processou, em faixa mais ou menos larga, a sedimentação terrígena com ingressões locais do mar, mercê de movimentos epirogênicos de fraca amplitude. Tiveram origem as formações amplamente distribuídas no hemisfério austral, caracterizadas pela presença da flora *Gangamopteris-Glossopteris*

Tais formações são de importância precípua na geologia de São Paulo, onde cobrem mais de 50 % do território, como em todo o sul do Brasil. Recebem a denominação *sistema de Santa-Catarina*.⁷

Sem demorar no exame da constituição dessa grande espessura de sedimentos, aos quais se associam eruptivas, é necessário discernir três grandes divisões.

Na base, encontram-se camadas as mais variadas, algumas com vestígios claros de sedimentação glacial, outras aquosas e por vezes com leitos de carvão. E' a série Itararé-Tubarão, as duas denominações correspondendo aos dois fácies diferentes, um glacial, outro fluvial e lacustrino. Paleontologicamente, o andar se caracteriza pela presença do gênero *Gangamopteris*.

Segue-se a série Passa-Dois, também chamada de Curumbataí, iniciada pelo horizonte onde se encontram restos de vertebrados do gênero *Mesossaurus*, em calcáreos e folhelhos betuminosos. Compõe-se de folhelhos, com leitos de calcáreos e de sílex, que contém na parte superior a fauna marinha caracterizada pelos pelecípodos dos gêneros *Pachycardia* e *Myophoriopsis*,⁸ na qual o autor obteve um escafópodo do gênero *Dentalium*, possivelmente espécie nova.

Com toda a verossimilhança, as camadas do Rio-Grande-do-Sul, em que se encontram ossadas de répteis, *verbi gratia* do gênero *Scaphionix* (*Eskelossaurus*), podem ser colocadas no tópo da série Passa-Dois, diferindo apenas de suas sincrônicas pela variação do fácies.

Sobre a série Passa-Dois, coloca-se a de São-Bento, terceiro e último termo do sistema de Santa-Catarina, separada por uma discordância. São arenitos, nos quais se intercalam leitos de eruptivas efusivas, chamados genericamente de Botucatu, reservada a denominação Pirambóla, em São-Paulo, para os situados abaixo do lençol inferior de eruptivas.

A sedimentação do sistema de Santa-Catarina indica inicialmente abaixamento epirogênico, a partir da grande elevação que deu lugar aos fenômenos glaciais, para atingir nível próximo ao do mar, que se manteve por longo espaço de tempo, com oscilações que permitiram ingressões episódicas. No fim da sedimentação da série Passa-Dois, houve levantamento relativamente brusco, seguido do abaixamento que favoreceu a sedimentação terrígena e em grande parte eólica da série de São-Bento, por sua vez sustada por nova elevação epirogênica.

⁴ Cf. Moraes Régo, Luís Flores: — *As estruturas antigas do Brasil*; Anais da Escola de Minas de Ouro Preto n.º 21, 1931.

⁵ Clarke J. M.: — *Fósséis Devonianos do Paraná*; Monog. do Serv. Geol. e Miner. do Brasil, vol. I.

⁶ Oliveira, Eusébio Paulo de: — op cit.

⁷ Clarke, I. C.: — *Relatório Final da Comissão de Estudos das Minas de Carvão de Pedra*; Rio, 1908.

⁸ Reed, Cowper; — *Triassic faunas of Brazil*; Mon. Serv. Geol. e Miner. Brasil, vol. IX.

Sem discutir a cronologia do sistema de Santa-Catarina, é certo que, sua sedimentação se processou durante os períodos carbonífero superior, permiano e triássico, sendo presumivelmente a série de São-Bento rética.

As camadas são aproximadamente horizontais; na maioria dos casos, oferecem inclinação inferior a 10°, para oeste. Localmente, se manifestam dobras,⁹ pouco pronunciadas, de direção perpendicular à inclinação geral, formando estruturas aparentes nas camadas da série Passa-Dois.

No início do período cretáceo, novo abaixamento provocou a sedimentação terrigena dos arenitos de Bauru, fenômeno localizado em bacias cavadas mercê da erosão jurássica. A idade dessa formação é certificada por fósseis vertebrados.¹⁰ Não obstante alguns tipos serem nitidamente eocretáceos, o Dr. von Hühne¹¹ expressou a opinião de se compreenderem aí camadas cretáceas bastante modernas.

Só muito depois, no plioceno, novo abaixamento veio permitir a sedimentação. As camadas do vale do Paraíba contêm documentos paleontológicos¹² que certificam essa idade ao passo que, as argilas horizontais de São-Paulo e as camadas argilo-arenosas do alto do planalto ocidental, lhe são sincronizadas devido a razões de ordem geral a serem examinadas depois.

Deparam-se, ainda, depósitos mais modernos, quaternários. Uns mais antigos, em terraços fluviais e marinhos e nas cavernas, estes com restos de mamíferos extintos;¹³ podem ser ditos pleistocênicos. Outros, movimentados ainda atualmente, areia, vaza e cascalho dos rios e do mar, devem ser considerados holocênicos, assim como os solos.

*

A escultura do relêvo atual de São-Paulo data principalmente de fase erosiva, consequência do levantamento pliocênico. Todavia, registram-se sintomas claros da influência de topografias anteriores, principalmente da criada pelo levantamento do fim do período cretáceo. Será feito um apanhado desses fenômenos topográficos antigos, sem insistir sobre os mecanismos erosivos, reiterados depois do plioceno.

Como ficou dito, por ocasião do abaixamento eocretáceo não se encontrava completamente penneplanizado o país. Assim indicam as ondulações da superfície de contacto entre o arenito de Bauru e as camadas mais antigas da série de São-Bento.

Tendo em vista a posição das formações marinhas da época eocretácea, é plausível admitir a drenagem dirigida para oeste ou sudoeste. Daí, veio, por força do abaixamento, a inundação; fatôra da sedimentação cretácea.

A leste, o mar se encontrava muito distanciado, quicá não existindo nas latitudes consideradas. Não obstante, é possível ter existido a leste da costa atual outro sistema de drenagem, sobre o qual entretanto não é dado obter indicações, nem mesmo sobre a posição do divisor, que não é absurdo supor traçado, em parte pelo menos, sobre o continente atual.

Depositadas as camadas de Bauru, continuaram sensivelmente as mesmas as condições de drenagem. A evolução topográfica progrediu, atingindo a penneplanização antes da época pliocênica.

⁹ Morais Rêgo, Luís Flores: — *A geologia do petróleo no Estado de São-Paulo*; Bol. n.º 46 do Serv. Geológico e Mineralógico do Brasil.

Washburne, Chester: — *Petroleum Geology of the State of São Paulo, Brazil*; Bol. 22 da Com. Geog. e Geol. de São-Paulo.

¹⁰ Pacheco, Joviano: — *Notas sobre a geologia a partir da foz do rio Pardo até a sua confluência com o Paranaitba*; in Relatório de Exploração do Rio-Grande; Com. Geogr. e Geol. de São-Paulo.

¹¹ Hühne, F. von: — *Contribucion a la paleogeografia de Sud America*; Bol. Acad. Nac. Ciências de Córdoba.

¹² Pais Leme, Alberto Betim: — *Sobre a formação do linhito de Caçapava*.

¹³ Kröne, Ricardo: — *As grutas calcáreas de Iporanga*; Revista do Museu Paulista, III, 1898.

O autor¹⁴ tem procurado focalizar a existência no Brasil da peneplanização post-cretácea anterior ao plioceno. Em Minas, na serra do Espinhaço, são indubitáveis os vestígios desse fenômeno:¹⁵ o alto das serras é mais ou menos plano, cortando as camadas fortemente inclinadas, e coberto de cascalhos ao passo que, no fundo dos vales próximos, observam-se estratos pliocênicos com plantas fósseis.¹⁶ Acresce que, a oeste do rio São-Francisco, ocorrem arenitos referíveis pelas correlações com camadas análogas do norte do país, ao cretáceo, formando arquiteturas tabulares, de tópo plano, coberto de cascalho, em altitudes próximas à das serras da série de Minas. Esse fato sugere considerar o *peneplano* posterior à época cretácea.

Atendida a posição das camadas pliocênicas, é plausível admitir, para época da peneplanização, os períodos miocênico ou eocênico, de preferência o último, tendo em vista fenômenos congêneres observados na América-do-Sul.

Em São-Paulo, são claros os vestígios da peneplanização antipliocênica nos cimos das estruturas antigas da série de São-Roque, que atingem a altitude de mais de 1 000 metros. Observam-se as camadas de quartzito aplainadas, cobertas de cascalho rolado. É patente a diferença de altitude entre esse nível e as formações terciárias mais altas, que nunca chegam a 900 metros. Na mesma ordem de fenômenos, encontra-se na borda nordeste do Estado, na região de Bragança, o prolongamento do planalto do sul de Minas: restos do peneplano eocênico, constituído essencialmente de rochas arqueanas, ondulado, mercê de fenômenos posteriores.

A peneplanização eocênica se seguiu o levantamento com o qual teve início o ciclo erosivo cuja influência se faz sentir ainda hoje de maneira bastante eficaz. É que então se delineou a rede hidrográfica atual e o acidente importante que é a escarpa do planalto ocidental.

Presumivelmente, a drenagem em grande parte manteve sua orientação para oeste, procurando o mar eocênico. A inclinação da superfície primitiva do peneplano, mantida através da elevação, concorreu para tanto. É difícil precisar as condições da drenagem para leste. Entretanto, não parece sofrer dúvida a existência de um vale, correspondente ao Paraíba atual, correndo as águas para o norte, naturalmente em demanda de um mar, resquício da transgressão cretácea no norte do Brasil.

Na evolução topográfica post-eocênica e anti-pliocênica, convém salientar particularidades da ação erosiva, de influência topográfica importante ainda hoje.

Ao ser traçada a rede hidrográfica para oeste, o nível de base colocou-se muito abaixo dos anteriores, de sorte que, a erosão interessou camadas não atingidas nas fases erosivas precedentes, a começar pelos arenitos alternados com eruptivas, da série de São-Bento.

Os lençóis eruptivos atuaram como protetores do edifício tabular, marcando a configuração horizontal as linhas de passagem dos cursos d'água e, consequentemente, a extensão do planalto, que, mais tarde, seria revificado no atual.

O limite oriental desse acidente foi traçado simplesmente pelo contorno da projeção horizontal dos lençóis eruptivos, que se não estendiam muito para leste. A leste dessa linha, a erosão eliminou completamente os arenitos, de sorte a formar a escarpa vertical, encimada pelas eruptivas.

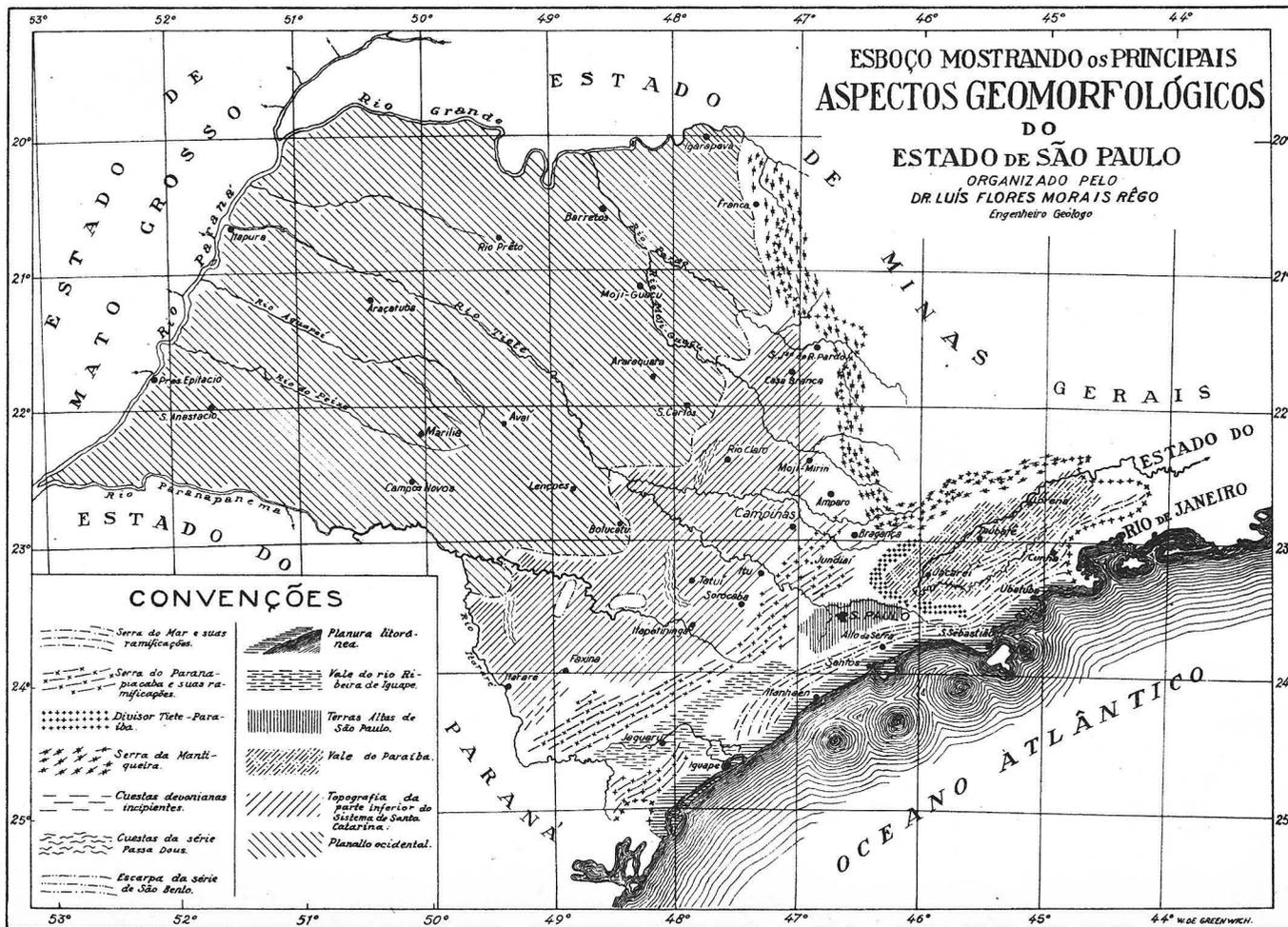
O traçado da rede hidrográfica começou naturalmente com cursos d'água consequentes, dirigidos segundo as linhas de maior declive de superfície original, escavando camadas cretáceas e as mais modernas da série de São-Bento.

Com o progresso evolutivo, destacaram-se cursos d'água subseqüentes, no contacto dos lençóis eruptivos com os arenitos, de direção aproximadamente perpendicular à dos primeiros.

¹⁴ Morais Régo, Luís Flores: — *Ensaio sobre as montanhas do Brasil e sua gênese*; Rev. do Clube Militar, ano IV, ns. 20 e 21, 1931.

¹⁵ Harder, E. C. e Chamberlin, R. T.: — *The Geology of Central Minas Gerais, Brazil*; Jour. of Geology, vol. 23, 1917.

¹⁶ Gorceix, Henri: — *Bacias terciárias de água doce nos arredores de Ouro Preto*; An. Esc. Minas de Ouro Preto, n.º 3.



Formou-se uma depressão periférica a leste dos lençóis eruptivos, desnudadas as camadas inferiores do sistema de Santa-Catarina pela ablação dos arenitos da série de São-Bento não protegidos. Restaram testemunhos tais como a serra de Angatuba e as elevações situadas entre o Piracicaba e o Tietê.

Os rios conseqüentes mais importantes progrediram epigêneticamente, ao passo que, outros foram capturados pelos afluentes subseqüentes.

Criou-se uma topografia em *cuestas*, constituídas pela série de São-Bento, e atravessadas pelos rios epigênicos.

Os cursos d'água conseqüentes predominantes foram determinados pela presença de pontos em que a borda oriental do lençol de eruptivas se encontrava mais baixa, pelo favor de reentrâncias para oeste e da inclinação geral da formação.

Mediante essas soleiras mais baixas, se impuseram os traçados do Tietê, do rio Pardo, do Paranapanema e do Itararé. Nos dois últimos intervieram também ondulações locais da série de São-Bento. Os fenômenos são mais claros e simples no caso do Tietê.

Outros cursos conseqüentes foram decapitados, correndo somente a oeste da escarpa; é o caso do rio Feio, do rio do Peixe, do rio dos Dourados e de outros menores. A resistência da borda da escarpa dificultou o traçado dos cursos obseqüentes.

Para o norte, assentando as eruptivas da série de São-Bento diretamente sobre as formações metamórficas resistentes, não se produziu a depressão: os cursos conseqüentes atravessam transversalmente as formações antigas para ganhar a superfície do lençol eruptivo. Ao lado dos vales epigênicos, o planalto formado de rochas antigas do embasamento se prolonga no planalto tabular, constituído pela série de São-Bento. É relevante o fenômeno, que permite a continuidade do planalto brasileiro, passando das terras altas de Minas ao planalto meridional em São-Paulo. Ele se verifica no vale do rio Grande, nos limites de Minas com São-Paulo.

Pouco ao sul desse vale, depois de um divisor formado ainda pelas formações antigas, começa a depressão ocupada pelos sedimentos inferiores do sistema de Santa-Catarina, erodidos depois, formando a extremidade setentrional da depressão periférica e da escarpa. É o vale do rio Pardo (do norte).

Portanto, logo depois da época eocênica, se traçou a escarpa da série de São-Bento, linha fundamental do relevo de São-Paulo e do sul do Brasil. Sua gênese pode ser explicada apenas pelos fenômenos erosivos e pela estrutura da série de São-Bento. Não parece existir, nesse acidente topográfico, influência decisiva de falhas como, à primeira vista, poderia fazer crer seu aspecto. A configuração não lembra de maneira alguma a das falhas: observa-se indubitavelmente que é influenciada pela passagem dos cursos d'água, formando curvas bastante pronunciadas. E não se vêem vestígios das facetas mais alinhadas, correspondentes ao espelho original. De outro lado, não são observados fenômenos geológicos pertinentes às falhas: na base da escarpa continuam arenitos análogos aos superiores, apenas com taludes mais suaves.

Sem embargo, recusando ser o fator principal da formação da escarpa um fenômeno de diastrofismo, não é possível negar a existência de falhas secundárias na série de São-Bento,¹⁷ mas de influência topográfica muito local.

A oeste da linha de *cuestas* que é a escarpa, ficou formado o planalto, cuja altitude foi regulada pelo lençol eruptivo caindo suavemente para oeste.

Os rios conseqüentes, depois de galgado o planalto, e os rios decapitados nascidos além da escarpa, seguiram a inclinação do lençol eruptivo, correndo para oeste até o eixo do vale do Paraná.

A fixação desse eixo hidrográfico se realizou mercê de circunstâncias análogas às que ficaram explicadas, apenas em sentido contrário. Nas saliências para leste e para o norte do bordo ocidental dos *trapps*, encontraram as águas em primeiro lugar os arenitos, de mais fácil escavação. Ganham maior importância as correntes conseqüentes que passavam por tais pontos e engrossaram com capturas sucessivas. O rio principal desceu os lençóis superpostos de erup-

¹⁷ Florence, Guilherme: — *Notas geológicas sobre o rio Tietê*; in Exploração do rio Tietê, publ. da Com. Geogr. e Geol. de São-Paulo.

tivas, com trechos suaves separados por outros acidentados. O mesmo se observa nos afluentes mais importantes, que já aproveitam em seus cursos reentrâncias do contorno ocidental dos derrames. É o que se verifica no Tietê que, no trecho encachoeirado de Avanhandava, desce do lençol mais alto. O Paraná vence esse degrau até Urubupungá, para encontrar o seguinte no salto das Sete-Quedas, descendo o *trapp* que tem a sua borda na escarpa denominada serra de Maracaju.

A explicação apresentada para gênese da rede hidrográfica da bacia do Paraná é baseada na distribuição horizontal dos lençóis eruptivos. É possível que, a par dessa circunstância importante, tenha concorrido para fixação das linhas principais da rede certa curvatura em sinclinal da superfície dos derrames eruptivos, fato subordinado à disposição geral da formação. Em contraste com as camadas do sul do Brasil, inclinadas para oeste, reaparecem no sul de Mato-Grosso e no Paraguai, os andares inferiores do sistema de Santa-Catarina inclinados em sentido contrário, dando lugar à disposição sinclinal, naturalmente acompanhada pelos derrames de eruptivas.

O Dr. Washburne¹⁸ alvitra serem os acidentes dos cursos dos rios derivados de estruturas anticlinais dos *trapps*, consideração que não parece encontrar apoio na observação.

Outro traço geomorfológico fundamental, cuja origem data da época anterior à pliocênica, é o vale do rio Paraíba.

A presença nesse vale de camadas pliocênicas fossilíferas, em bacias escavadas nas formações antigas em níveis sensivelmente mais baixos que os divisores, autoriza considerar sua abertura anterior ao plioceno.

Admitida na época eocênica a peneplanização completa, segue-se que o fenômeno deve ser referido à fase erosiva post-eocênica e anti-pliocênica.

Alguns autores¹⁹ querem ver no vale em aprêço fenômenos tectônicos notáveis, falhas que deram origem a fossas tectônicas (*graben*). Dada a ausência de vestígios claros de tais fenômenos, talvez seja preferível considerar o vale tão somente como resultado da erosão.

A estrutura do complexo arqueano é complexa e ainda pouco conhecida. As serras do Mar e da Mantiqueira, que limitam o vale do Paraíba, podem ser ditas monoclinais arqueanos, o que não deixa de ser apenas aproximação muito grosseira.

As duas serras, em conjunto, formam colossal dobra sinclinal, inclinada e fechada. Tal disposição é indicada pela presença do gnaiss porfiroidal na base da serra do Mar e na parte ocidental da serra da Mantiqueira, existindo entre os dois afloramentos, rochas da parte superior do arqueano. É o gnaiss, chamado do vale do Paraíba, de alteração mais fácil que o porfiroidal. A escavação do vale do Paraíba pode ter sido devida à presença desse horizonte de gnaiss, aí colocado em virtude de injunções tectônicas. O fato do andar apontado não se prolongar para o sul, além do divisor atual do vale, reforça a idéia aventada.

O baixo curso do Paraíba oferece além de Barra do Pirai irregularidades sensíveis no seu perfil, fato que sugere um curso antigo algo diferente, mais para oeste, respeitando o prolongamento da serra da Mantiqueira.

A ausência na costa de camadas que possam, com alguma verossimilhança, ser referidos ao terciário, é presunção forte para admitir o afastamento do mar até essa época. A região da costa atual, e mais a leste, era elevada, drenada provavelmente para oeste, conquanto não seja absurda a existência de uma rede hidrográfica dirigida em sentido contrário. Nada é possível afirmar nesse sentido.

Do que ficou exposto, se conclui que, na época pliocênica, o ciclo topográfico começado depois do eoceno se achava bastante adiantado, pôsto que não completo. Subsistiam, além das elevações da série de São-Roque, a escarpa ocidental e as serras limítrofes do vale do Paraíba.

¹⁸ Washburne, Chester. op. cit.

¹⁹ Maul, Otto: — *Von Itatiaia Zu Paraguai*.

Pais Leme, Alberto Betim: — *O tectonismo da serra do Mar*: — Anais da Academia Brasileira de Ciências, tomo II, n.º 3, 1930.

O nível atingido pela erosão na zona imediatamente a leste da escarpa ocidental pode, de alguma maneira, ser precisado pelos testemunhos de camadas terciárias, que se colocam tanto em altitudes superiores a 800 metros no alto do planalto como muito abaixo. Como exemplo de camadas dessa idade a leste da escarpa, é possível citar as situadas nos arredores do rio Claro e as do vale do Paranapanema, próximo à barra do Itapetinga. O desgaste sofrido nesse ciclo erosivo pelas camadas inferiores do sistema de Santa-Catarina tinha atingido nível próximo do atual, fato, aliás, de alguma maneira obrigatório, porquanto, mais do que a altitude absoluta do nível da base, influenciou o nível dos pontos mais baixos do bordo oriental dos derrames eruptivos, verdadeiras soleiras que eram.

*

Nos fins do plioceno, um abaixamento provocou a sedimentação terrígena, generalizada por quase todo o território do Brasil.

Geravam-se sedimentos de fácies sub-aéreo, caracterizados pela ação do vento e pelas côres carregadas.

Grande maioria das formações pliocênicas espalhadas pelo Brasil, devido mesmo ao seu fácies, não contém fósseis; a idade pliocênica lhes é atribuída por considerações de ordem estratigráfica e geral. Excetuadas as de fácies nitidamente lacustrino, só produzem fósseis as de Ouriçanguinhas, Bahia,²¹ Pirapemas, Maranhão, e poucas outras.

Em São-Paulo, as camadas pliocênicas são largamente distribuídas. São clássicas as argilas de côres carregadas e variadas dos arredores de São-Paulo, de extensão horizontal considerável, e de não pequena espessura. Elas se estendem para o norte ao longo do vale do Tietê, recobertas freqüentemente por depósitos quaternários. Galgam altitudes consideráveis no divisor entre esse vale e o do Paraíba. A superfície de deposição sobre as rochas antigas é bastante ondulada, sempre acima do nível atual do Tietê, o que indica a erosão antiga não ter atingido esse nível.

No vale do Paraíba, as camadas terciárias oferecem fácies diferente, claramente lacustrino, com linhito e folhelhos betuminosos. Contêm plantas e vertebrados que certificam a idade pliocênica. Sua disposição em relação às de São-Paulo apóia a idade atribuída às últimas.

O planalto ocidental, em grande parte, é recoberto de sedimentos argilo-arenosos, freqüentemente de caráter eólico, cuja espessura alcança dezenas de metros. A conformação geral, a altitude, e o caráter litológico conduzem a equipará-los às argilas de São-Paulo.

No mapa geológico do Estado de São-Paulo, publicado pela Comissão Geográfica e Geológica,²² é figurada sobre o planalto ocidental uma formação com o nome Caiuá, à qual é atribuída a idade jurássica. O Dr. Chester Washburne,²³ a descreve e aponta as razões que justificam essa cronologia. O autor, sem negar a existência de arenitos da série de São-Bento acima das eruptivas mais modernas, julga que a maioria dos depósitos argilo-arenosos do planalto não é apenas a alteração de tais arenitos. É necessário atender à sobreposição desses sedimentos às camadas cretáceas de Bauru, como se pode observar nos cortes da via férrea, pouco além da estação de Botucatu.

²⁰ Krasses, F.: — *Konstantin Von Ettingshausen's Studien über die Fossile Flora von Ouriçanga in Brasilien, Sitzungsbericht der Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften*, vol. CXII, Wien;

²¹ Maury, Carlota: — *Fósseis terciários do Brasil*; Monografias do Serv. Geológico e Mineralógico do Brasil — vol. IV.

²² *Mapa Geológico do Estado de São-Paulo*; publicado pela Comissão Geográfica e Geológica de São-Paulo.

²³ Washburne, Chester: op. cit.

Já foi referida a ocorrência das camadas com fácies terciário em baixo da escarpa; é o caso do rio Claro e do Paranapanema.

O abaixamento pliocênico cobriu grande extensão do território paulista com uma capa de sedimentos de espessura não pequena, até altitude atual superior a 800 metros. A superfície de contacto com as formações antigas é a topografia gerada ao ciclo erosivo começado no eoceno, na qual perduraram acidentes notáveis; por isso, as camadas pliocênicas se depositaram em diversos níveis. Tudo leva a crer que lograram encher a depressão a leste da escarpa, nivelando-a com o alto do planalto. Gerou-se vasta planura aluvial, da qual sobressaíam apenas estruturas da série de São-Roque e as serras limítrofes do vale do Paraíba.

Na costa não se encontram formações que possam ser referidas ao plioceno. Entretanto, é possível admitir que, com o abaixamento, o mar alcançou nível colocado depois da grande altitude, razão pela qual foram os sedimentos correspondentes erodidos.

N.R. — A parte final d'êste trabalho será publicada no próximo número d'êste *Boletim*.

Petrópolis, Esboço de Geografia Urbana

I

Revue de Géographie Alpine.
Vol. XXVI, Fasc. III.
Grenoble, 1938.

Ph. Arbos

Petrópolis! Insistem os cariocas para que se visite esta cidade onde se goza dum céu e dum panorama igualmente agradáveis.¹ Trata-se dum percurso de 60 quilômetros que tanto a estrada de ferro como a de rodagem permitem percorrer em duas horas aproximadamente. Tomemos o trem na estação da "Leopoldina" ou o ônibus nos arredores do largo da Carioca. Ao sairmos das longas ruas monótonas em que as casas de um ou dois andares se alinham umas às outras, atravessaremos os grandes trechos da "baixada", vasta região que se estende ao norte do Rio. O povoamento ali estende-se ao longe, na planície ou junto aos morros e colinas ligadas à serra da Carioca; conforme a hora, as empregadas formigam pelas feiras ou a multidão toma de assalto os trens, amontoando-se pelo interior dos carros, comprimindo-se pelos estribos ou empoleirando-se nas plataformas. Tabuletas úmidas, onde os riachos correm pobrememente, anunciam que neste arrabalde ainda há alguma coisa por fazer-se. Com mais razão, mais afastado do Rio, a água retoma seus direitos sobre as terras aluviais que formam a maior parte da baixada. Estas grandes extensões pantanosas não deixam de ter uma certa beleza melancólica quando o sol poente tinge-lhes com os seus raios avermelhados. Mas o que se nota geralmente, quando a lama escura aparece a nu ou desaparece sob um trecho de mata muito espesso é uma fraca impressão de solidão, tanto maior como quanto se acaba de deixar a vida e o movimento da grande cidade. Entretanto, aqui e ali, a silhueta duma draga mecânica testemunha o esforço despendido pelas Obras de Saneamento da Baixada para conquistar ou reconquistar à civilização essas extensões desérticas.

N. do A. — Para a elaboração deste trabalho servimo-nos muito de informações colhidas na Prefeitura de Petrópolis, graças a gentileza do prefeito, Sr. Iedo Fiúsa. A gentileza inesgotável do Sr. Nereu Rangel Pestana, diretor da Instrução Pública e velho petropolitano, foi-nos extremamente útil, bem como as palestras que entretivemos com o Dr. Alcindo Sodré. Devemos agradecer ainda o auxílio dos nossos assistentes na Universidade do Distrito Federal, Srs. José Schmidt e Ernesto Street. A falta de maior documentação nas páginas que seguem nem sempre será culpa nossa ou de nossos informantes. Fonte preciosa, principalmente para os primórdios da cidade, são os Relatórios dos Presidentes da Província do Rio-de-Janeiro à Assembléa Provincial, publicados anualmente. Por outro lado, os jornais de Petrópolis (*O Mercantil*, *O Paraíba*, *Gazeta de Petrópolis*, o *Jornal de Petrópolis*, a *Tribuna de Petrópolis*), além de indicações diretas que podem fornecer, contêm artigos e notas referentes às reminiscências dos primeiros habitantes da cidade, e mais recentemente, estudos históricos, em geral de autoria do Dr. Alcindo Sodré, que dispõe de vasta documentação sobre o passado da região. Infelizmente não pudemos dispor senão de coleções incompletas desses jornais. Petrópolis tem sido assunto de algumas publicações que fornecem informações valiosas: (Anônimo), *Viagem pitoresca a Petrópolis, para servir de roteiro aos viajantes*. Rio, 1862, in-12, 160 ps.; — Tinoco, *Guia de viagem*. Rio, 1855, in-12, 75 ps.; — Henri Raffard aproveitou largamente os relatórios à Assembléa Provincial e os jornais petropolitanos para acompanhar a história da cidade desde o início em seu livro *Jublieu de Petrópolis*. Rio, 1895, in-12, 213 ps.; — Alcindo Sodré, *A Cidade Imperial: alma e paisagem de Petrópolis*, s. l. (Petrópolis) MCMXXIX, in-8.º, 110 ps.; — Otto Maul dá diversas indicações sobre Petrópolis e sua localização na sua obra *Von Itatiaia zum Paraguaí. Ergebnisse und Eriebnisse einer Forschungsreise durch Mittelbrasilien*, Leipzig, 1930, in-8, xv + 366 ps.

¹ N. do T. — "Petrópolis, *Pétrops*, disent les Cariocas, comme aiment à s'appeler les citoyens de Rio-de-Janeiro, et ils n'ont de cesse qu'ils ne vous aient décidé à visiter la ville dont ils louent le ciel et le site également amènes". Assim começa o Prof. Arbos o seu notável trabalho. Destinando-se, naturalmente, esta tradução a leitores brasileiros, pareceu-nos desnecessária a observação do ilustre geógrafo francês referente à maneira rápida com que ele entendeu pronunciar os cariocas o nome de Petrópolis. Como respeito aos originais e ressalva de nossa liberdade na modificação do texto é que fazemos esta nota.

N. R. — Deste trabalho foi tirada uma separata, sob o título *Petrópolis, Esquisse de Géographie Urbaine*, opúsculo com 54 páginas de texto, editado pelo Institut de Géographie Alpine da Université de Grenoble (Allier Père et Fils, Imprimeurs). Posteriormente, foi traduzido e anotado pelo Prof. Odilon Nogueira de Matos e inserto no vol. VI da publicação *Centenário de Petrópolis — Trabalhos da Comissão* — editado, em 1943, pela Prefeitura Municipal, de onde trasladamos para as páginas deste *Boletim*

O horizonte da baixada é fechado ao norte por uma grande muralha escarpada: é a serra do Mar, que toma aqui os nomes de serra da Estrêla a oeste e serra dos Órgãos a leste. Esta, que às vezes ultrapassa 2 000 metros e tem no mínimo 800, forma, entre a baixada dum lado e do outro o planalto denominado Serra a Cima, uma barreira dificultada ainda mais pela espessa floresta sempre verde. A estrada de ferro e a rodovia não transpõem tal obstáculo da mesma maneira: o trem vai até Raiz da Serra, com 31 metros de altitude; dali pelo sistema de cremalheira, numa extensão de 6 quilômetros é levado ao Alto da Serra (841 metros), depois de passar pelo Meio da Serra, (348 metros); do Alto da Serra desce por 3 quilômetros até a estação da Petrópolis (812 metros). Quanto à rodovia, ela atravessa, antes da subida, uma pequena zona de colinas pouco elevadas e de formas convexas, na maioria cobertas de matas e algumas com os flancos cobertos de laranjais recentemente plantados. Eleva-se rapidamente, mas sem que a inclinação ultrapasse 6 % com numerosas curvas num raio sempre superior a 50 metros; talhada muitas vezes em cornichas sobre o abismo, mais impressionante ainda quando vista do alto numa ponte audaciosa, contém, num ou noutro lugar, platibandas floridas que aos poucos estão sendo concluídas, sobre cascatinhas e riachos saltitantes. Tanto a estrada de ferro, como a de rodagem abrem na floresta um rastro de luz e evitam a cansativa monocromia da terra vermelha; nas valas, as rochas cristalinas aparecem descobertas; noutros pontos, são grandes blocos mais ou menos esféricos de seixos rolados. Isto traz-nos à lembrança os lugares montanhosos da Europa.

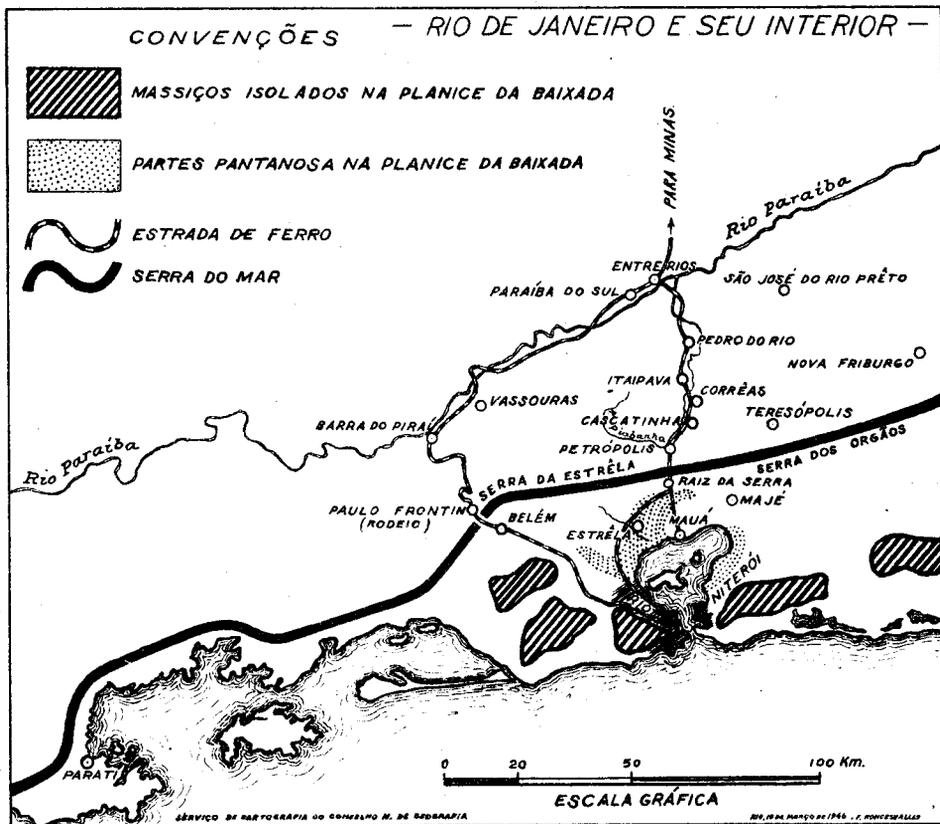
A estrada de ferro e a rodovia utilizam, para vencer a serra, entalhes mais ou menos profundos na própria muralha; aquela eleva-se seguindo o vale do Caioaba e esta segue pelas elevações da Taquara. Embora mal assinalados, os entalhes da montanha facilitam o acesso. Chegando-se ao alto, ambos terminam em grandes aberturas que chanfram a linha dos cumes a 800 metros de altitude. Outros cortes deste mesmo tipo abrem-se através da muralha da serra, principalmente o de Independência, donde se domina um dos panoramas mais grandiosos: a longa esplanada da baixada ao pé duma escarpa gigantesca, a baía com suas ilhas, e, ao longe, a grande cidade com as silhuetas conhecidas do Corcovado e do Pão-de-Açúcar. Todos estes colos se prolongam para o interior, por detrás da serra, em corredores, cujo tamanho, pelo menos no princípio, não difere muito do seu e que as águas não tardam em seguir. Aparecem, assim, como perfis transversais de vales, mas vales já sem a parte superior. Quanto à inferior, descem com uma inclinação sem dúvida menor que a da escarpa que acabamos de atravessar mas que não deixa de ser sensível. Os riachos que a seguem têm o seu curso cortado por cascatas e rápidos: em Cascatinha o Piabanha precipita-se numa queda de cerca de 10 metros e não muito longe um vale lateral suspenso num verdadeiro degrau de confluência.

Podemos agora fazer uma idéa sumária, pelo menos, da estrutura da região. O planalto, massa cristalina sublevada, constitui um bloco que, para o sul, domina a baixada uma formidável escarpa de falha, ao passo que para o norte inclina-se mais suavemente. Os movimentos de que resultaram estes grandes traços da topografia são ainda muito recentes para que os rios que descem para a escarpa mal a afluem e os que se dirigem suavemente para o interior ainda não estejam adaptados às novas condições de declividade. Os primeiros conseguiram mesmo desgastar as bacias dos segundos, captando-os; resultaram daí os vales que facilitaram a passagem da serra e que não deixaram de influir nos destinos de Petrópolis, bem como nos das cidades vizinhas de Nova-Friburgo e Teresópolis.

Os rios que se dirigem a Petrópolis penetram numa bacia cercada de altas montanhas, dominada por colinas arredondadas, justamente chamadas, pela sua forma, de meias-laranjas; devido à altitude de 1 200 a 1 300 metros; precisam elevar-se 200 a 300 metros e, num pequeno trecho, toda uma rede junta-se ao Quitandinha e ao Piabanha, aquêle juntando-se pouco depois a este, que se dirige para o norte, desaguando no Paraíba, perto de Entre-Rios. O sítio de Petrópolis é uma série de vales e colinas que se desenham em torno da confluência do Quitandinha com o Piabanha. A floresta ondula com o relêvo, mas já não é a floresta contínua e solitária que se atravessou antes, mas com numerosas clareiras, algumas limpas, outras arborizadas. Saindo-se da mata sombria, respira-se enfim, pela satisfação de encontrar-se novamente a marca do homem, com suas casas, jardins e pomares. Apesar de tudo, sua dispersão e íntima ligação com o meio agreste, não

permitem imaginar-se diante duma cidade de dezenas de milhares de habitantes e dominada inteiramente pela atividade moderna.

Petrópolis, administrativamente, é uma cidade, sede dum município, uma destas enormes comunas em que se divide o Brasil, dividindo-se elas, por sua vez, em distritos. Dos 784 quilômetros quadrados do município de Petrópolis, apenas 12 quilômetros quadrados e 800 metros pertencem ao primeiro distrito, isto é, à cidade; o resto se divide entre o segundo distrito, ou Cascatinha; o terceiro, ou Itaipava, o quarto, ou Pedro-do-Rio e o quinto, ou São-José-do-Rio-Prêto, a 67 quilômetros da cidade. Vê-se, por essas indicações, como se diferem as diversas



partes do município. Com efeito, o único verdadeiro organismo urbano encontra-se no distrito da cidade e ainda assim não o ocupa inteiramente. É, portanto, unicamente à cidade que são consagradas as páginas seguintes, em que se verá como um modesto estabelecimento, fundado há menos de um século, tornou-se uma grande cidade, principalmente por ter-se desviado das funções que lhe destinaram seus fundadores.

AS ORIGENS: O ITINERÁRIO RIO-MINAS — A FAZENDA DO CÓRREGO SECO

Porque se teria escolhido tal lugar para a fundação de Petrópolis? Naturalmente pela facilidade de acesso do Rio-de-Janeiro, graças a uma das estradas mais freqüentadas ou mesmo a mais freqüentada das que se dirigiam do Rio

para Minas no começo do século XIX.² Esta estrada, que contava então quase um século, foi a última das vias construídas pelos portugueses para vencer o obstáculo da serra do Mar. É que ela atravessa a serra dos Órgãos, isto é, a parte da serra que exerceu a mais forte impressão nos primeiros europeus chegados ao Brasil. É o que, pelo menos, nos faz crer o cronista Simão de Vasconcelos ao falar das "espantosas serranias, entre as quais a mais terrível é a serra dos Órgãos, porque, à maneira daqueles instrumentos, vão levantando em ordem desigual montes sobre montes até uma altura imensa que excede as nuvens e parece chegar à segunda região do ar; representam grandes muralhas ou tôrres formidáveis postas entre nós e os bárbaros que habitam do outro lado; porque ali fulmina a natureza em tempos tormentosos tais raios, coriscos e trovões que as nações selvagens acreditavam que assim haviam sido armadas contra os portugueses".

Não é de admirar, portanto, que os primeiros caminhos do Rio para o interior evitassem essas paragens terríveis, não se hesitando mesmo diante das maiores voltas. O itinerário das primeiras viagens conduzia por mar do Rio a Parati, donde se dirigia por terra para Pindamonhangaba e dali para Barra-do-Piraí e a atual Entre-Rios, quase no mesmo meridiano que o ponto de partida. Procura-se, então, percursos mais diretos, utilizando-se, na grande zona decadente da serra do Mar a oeste do Rio, a passagem (*seuil*) de Rodeio (Paulo de Frontin), seguida atualmente pela Estrada de Ferro Central do Brasil. Embora fácil, tinha esta passagem o inconveniente de constituir ainda um desvio, só atingindo Entre-Rios depois de ligar-se ao caminho antigo em Barra-do-Piraí. Novas estradas foram abertas, procurando sempre uma ligação direta. Esta só foi conseguida com a estrada que devia futuramente influir nos destinos de Petrópolis, obra dum bandeirante paulista, Garcia Rodrigues Pais, a quem a recente descoberta das minas em Minas-Gerais inspirou a idéia de ligá-las ao Rio por um caminho mais curto. Começando seu trabalho em 1698, não logrou terminá-lo, o que só foi feito pouco antes de 1725 por Bernardo Soares de Proença. Embora o novo caminho representasse economia de tempo em relação aos já existentes, só muito mais tarde foi que começou a ter importância, pouco anos antes da vinda de Saint-Hilaire ao Brasil, quando se principiou a cultivar o algodão e o café na província mineira.³

Sentiu-se também a necessidade de melhorá-la. De fato, como tôdas as demais estradas do Brasil de então, ela nada mais era que uma picada, um destes caminhos de tropa abertos através da floresta, que as chuvas esburacavam e que a sombra densa das árvores tornava sempre lamacentos; só entre escoregões e quedas podiam os burros caminhar, enterrando-se até aos joelhos nos buracos mais profundos; alguns quase morriam chafurdados na lama enquanto que outros, machucados eram mortos no próprio lugar.⁴ Com efeito, isto era deprimente para a principal estrada do Brasil. O regente e futuro rei D. João VI, cuja permanência forçada no Rio, durante a ocupação de Portugal pelas tropas napoleônicas, assinalou um grande esforço para dar ao país uma vida nova, ordenou em 1814 a pavimentação da estrada que se tornou assim a primeira via calçada do Brasil.⁵

Para se percorrê-la, indo do Rio, não só para Minas, como também para uma parte de São-Paulo, para Goiás e Mato-Grosso, devia-se alcançar primeiramente o pôrto da Estrêla. Podia-se efetuar este trajeto por terra, mas com o duplo inconveniente de descrever uma grande volta e de ter que atravessar, por péssimos caminhos, a região pantanosa da baixada. Portanto, os viajantes, desde que não temessem o mar (e diz-se que muitos mineiros o temiam), atingiam o pôrto da Estrêla pela baía. Embarcava-se numa praia do Rio, que tomou o nome de Cais dos Mineiros, pelo meio dia, logo que a brisa do mar começasse a

² Indicações referentes aos itinerários, de acôrdo com os textos e as informações do Dr. Alcindo Sodré e de Basílio de Magalhães, "Garcia Rodrigues Pais; alguns subsídios para a história dos bandeirantes". *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.* T. 84. 1918. Rio, 1920, ps. 5/41.

³ Saint-Hilaire, *Voyage aux sources du rio São-Francisco et dans la province de Goiás*. Paris, 1847, p. 3.

⁴ Entre as numerosas descrições de viajantes, ver, por exemplo, Charles Ribeyrolles, *Brasil Pitoresco: História. Descrições. Viagem. Instituições. Colonização. Acompanhado de um álbum de vistas*. Rio, 1859. 3 T. in 4.º, II. p. 147.

⁵ Raffard, op. cit., p. 15.

soprar, atravessava-se a baía, subia-se o rio Inhomirim e chegava-se, depois de seis horas de viagem, ao pôrto da Estrêla, onde já se encontravam os animais vindos por terra. A quantidade de gente, animais e mercadorias dava ao pôrto da Estrêla uma animação extraordinária. "Desde que estou no Brasil ainda não vi lugar com tanta vida e animação", escreveu Saint-Hilaire. Pelas ruas, com seus empórios variados seus grandes armazéns de sal, seus hotéis, havia ainda a balbúrdia dos mineiros com suas mercadorias, animais carregados e descarregados, enfim, uma confusão em que ninguém se entendia. A evocação d'êste passado torna ainda mais surpreendentes o silêncio e a solidão que hoje dominam aquelas paragens, completamente abandonadas, desde que novas estradas modificaram o trajeto.⁶

Partindo do pôrto da Estrêla, entrava-se pela planície ora arenosa, ora pantanosa. "O caminho é impraticável em tempo de chuvas", diz Cunha Matos, e Langsdorff acrescenta: "Pode-se passar com o risco de vida. Os animais que conduzem fardos de algodão, mercadorias e viveres caem nos brejos, são carregados pelos riachos e não existem pontes nem estradas, a seis léguas apenas da capital. Negros, animais e mercadorias perdem-se bem próximo à residência real". Era com dificuldades, portanto, que em três horas alcançava-se, passando por Fragoso, a fazenda Mandioca, onde tinha início a subida da serra, pela estrada calçada.⁷

Esta provocava uma grande admiração. Comparavam-na às grandes estradas romanas e às grandes estradas de montanha do tempo de Napoleão. Isto, por ser a única no gênero. A maioria dos viajantes que dela se serviram, Spix, Eschwege, Walsh, o brigadeiro Cunha Matos, referem-se mais aos seus defeitos. Numa distância de cêrca de légua e meia, da Raiz ao Alto da Serra, era construída de grandes pedras irregulares, colocadas simplesmente sôbre o solo e num perfil fortemente inclinado. Os animais mal podiam equilibrar-se e os carros ofereciam grande perigo pela quantidade de zig-zags e subidas às vêzes íngremes. Sem dúvida, ela representava um enorme progresso em vista das dificuldades e dos perigos a que se estava exposto, antes, para a travessia da serra; mas não correspondia ainda às despesas que custara e nem ao fim de comodidade que determinara sua construção, pois continuava perigoso servir-se de carros. Levava-se duas horas para atingir, por esta estrada horrível, o Alto da Serra, onde o calçamento era substituído pela velha picada; mais meia hora por êste caminho sombrio, úmido e lamacento e chegava-se ao futuro sítio de Petrópolis a fazenda do Córrego Sêco, com um total de doze horas desde o Rio e mais uma noite de pouso.⁸

A fazenda do Córrego Sêco que se estendia do Alto da Serra até o morro do Quiçamã, limite do Itamarati, era um verdadeiro êrmo, tendo apenas uma casa térrea de aspecto rudimentar e nas suas proximidades um ou dois ranchos para descanso das tropas, duas oficinas de ferrador e uma venda paupérrima em que Eschwege encontrou apenas carne sêca e linguiça salgada e onde Spix teve que dormir num banco duro e sem cobertas. Em resumo: sendo ponto de passagem obrigatória entre Rio e Minas e constituindo ainda o único ponto no Alto da Serra, Córrego Sêco não passava dum miserável lugarejo. De nada lhe servira ainda a estrada.

Serviu, entretanto, para torná-lo conhecido do Imperador e de sua família. D. Pedro conheceu-o quando, em 1822, atravessando pela primeira vez a serra da Estrêla, afim de acalmar algumas agitações políticas na Província de Minas, parou, não propriamente em Córrego Sêco, mas algumas léguas adiante, na fazenda Correias, concedida a esta família com a condição principal de hospedar as pessoas reais e suas comitivas.⁹ Mais tarde Pedro I voltou diversas vêzes

⁶ Eschwege, *Journal von Brasilien oder vermischte Nachrichten aus Brasilien*. Weimar, 1818, 2 vs. in-8.º, II, p. 69; — Raimundo José da Cunha Matos, *Itinerário do Rio-de-Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas-Gerais e Goiás*. Rio, 1836, 2 vs. in-8.º, p. 5; — Saint-Hilaire, op. cit., ps. 3.

⁷ Cunha Matos, op. cit., p. 617. Langsdorff, *Memoires sur le Bresil, pour servir de guide à ceux qui désirent s'y établir*. Paris, 1820, in-4.º, p. 13.

⁸ Saint-Hilaire, op. cit., p. 8. Eschwege, op. cit., p. 71. Spix und Martius *Reise in Brasilien*, 3vs. in-4.º. München, 1823, I, 167/168.

⁹ Nota da *Comissão do Centenário*: Esta informação de Raffard já foi invalidada com a publicação do foral da Sesmaria, por Antônio Machado. Vêde IV vol. desta col. ps. 39/41.

a estas paragens, tanto para as suas diversões de excursão e caça, como para visitar seu amigo padre Correia. Por fim, as princesas imperiais, enfermas, fizeram uma estação de cura na fazenda Correia. Não resta dúvida que a existência da estrada calçada tornando relativamente fácil a subida da serra, contribuiu para isto. Tão felizes foram os resultados obtidos que Pedro I resolveu adquirir Córrego Sêco.⁹

A FUNDAÇÃO

A incorporação de Córrego Sêco ao patrimônio imperial faz parte duma série de circunstâncias preparatórias do futuro e na qual deve-se destacar o papel de grande animador desempenhado pelo engenheiro Koeler e a influência dum grupo deseioso de estabelecer no Brasil a colonização europeia. Koeler, alemão, mas naturalizado brasileiro, convencera o governo do Rio do interesse em se construir até Minas uma estrada inteiramente à europeia. Pretendia ainda substituir a calçada da serra por uma outra melhor e transformar numa estrada carroçável a picada da serra até Minas. Tendo sido aceitos os seus projetos, foi Koeler encarregado dos estudos preliminares. Enquanto isto, preparou a chegada ao Rio-de-Janeiro dum navio conduzindo 238 alemães destinado à Austrália, mas que se revoltaram em viagem, obrigando o navio a tocar no Brasil. Koeler intervém em favor de seus antigos compatriotas e obtém do governo brasileiro e da jovem Sociedade de Colonização do Rio o seu desembarque mediante indenização, empregando nos seus serviços muitos deles, que assim permanecem por três meses em Córrego Sêco. Somente se lucrou com isto e possivelmente os resultados tão excelentes desta experiência teriam modificado as idéias da Assembléa Provincial do Rio a respeito do trabalho servil e do trabalho livre e sôbre a oportunidade da imigração europeia, fundando-se colônias agrícolas oficiais.¹⁰

Provavelmente Koeler teve logo a idéia de estabelecer alemães em Córrego Sêco, mas somente o declarou quando dirigia os trabalhos da "nova estrada normal da serra", cuja construção fora ordenada por uma lei provincial de 1840.¹¹ Que sentimentos o levariam a êsses projetos de colônia? Seria injustiça não reconhecer uma real generosidade reunida ao mesmo tempo à sua predileção pelas paisagens florestais e ao apêgo sempre demonstrado pelos seus compatriotas do Velho Mundo. Mas, sem dúvida, cremos que também havia interesse no seu trabalho; é o que nos diz, por exemplo, o seu artigo de alguns anos mais tarde, no *Jornal do Comércio*, de 17 de fevereiro de 1845 e que é uma verdadeira propaganda para a criação duma sociedade para explorar seus direitos em Córrego Sêco.

Em boa hora Koeler abriu-se para com um membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o brigadeiro Paulo Barbosa da Silva. O Instituto Histórico preconizava o reinício e a intensificação dos serviços de imigração e colonização, assinalados até então por duas fundações — Nova Friburgo, no Estado do Rio, devida a D. João VI em 1820, e Leopoldina,¹² no Rio-Grande-do-Sul, graças a D. Pedro I em 1824. Quanto a Paulo Barbosa, as suas próprias funções de mordomo imperial tornavam-no o melhor intermediário junto ao Imperador. Além disto, Koeler contava ainda, em plena Assembléa Provincial, com o apoio de dois futuros presidentes da provincia: Aureliano de Sousa e Oliveira, seu amigo íntimo e Caldas Viana. Aos que denunciavam a *utopia* do trabalho livre, puderam êles responder com a feliz tentativa de 1837 que servia bem para mostrar como se podia tirar melhor proveito dos colonos que dos escravos, como então se fazia. Encontraram terrível oposição; 16 anos mais tarde Paulo Barbosa, em relatório apresentado ao Imperador, escrevia: "É com imenso prazer que dato êste relatório da cidade de Petrópolis, residência imperial, que há quatorze anos era mata virgem, apenas com uma pequena hospedaria. Cidade feita através da maledicência, da inveja e da vociferação da ignorância. Existe útil e existe bela... não às minhas custas, mas graças ao preço de minhas fadigas e meus cuidados".¹² Os traficantes de escravos também se irritaram; todos os argumentos

⁹ Discurso do presidente da Provincia do Rio, in *O Mercantil* de 23 de outubro de 1886. Ribeyrolles, op. cit. II, p. 148. Raffard, op. cit. p. 18.

¹⁰ Relatório do presidente da Provincia à Assembléa Provincial, 1839/1840, p. 25. Raffard, op. cit. ps. 41/42.

¹¹ Tinoco, op. cit., p. 37.

¹² Nota da Comissão do Centenário: Aliás. São-Leopoldo.

¹² Informações e textos devidos ao Dr. Alcindo Sodré.

lhes pareciam bons, e quando se tratou da escolha de Córrego Sêco para localização duma colônia, exploraram em seu prejuízo até o nome, como que significando falta de água.

A locação de Córrego Sêco por Koeler foi concluída a 16 de março de 1843; uma parte das terras, porém, foi reservada pelo Imperador para a construção dum palácio com jardins e demais dependências e para a fundação duma povoação.¹⁵ Não se falou em colônia, mas isto era previsto, pois colônia e povoação eram consideradas complementares: os moradores da primeira encontrariam serviços e poderiam atender as necessidades da segunda, quanto à mão de obra e ao suprimento de viveres.¹⁶ As origens de Petrópolis foram, então, triplices: palácio imperial, povoação e colônia.

O palácio e a povoação brevemente foram iniciados. Pouco depois da locação da fazenda, Caldas Viana, então presidente da província fluminense, ordenou, pelo decreto de 8 de julho de 1843, a construção de duas cruzes de madeira sob um pedestal alto e elegante, com o nome *Petrópolis* escrito em grandes letras, colocando-se assim o novo estabelecimento sob a égide do Imperador. Em 1844, tiveram início os preparativos para a construção da cidade, começando-se pela rua do Imperador; procedeu-se ao loteamento das terras, algumas arrendadas, outras doadas pelo Imperador a pessoas ilustres. Em 1845, quarenta escravos começaram a construção do palácio imperial. Por outro lado, Koeler negociava com o Grão-Ducado de Hesse a vinda de "famílias honestas e trabalhadoras" para formarem a colônia agrícola e industrial. Não lhe foi possível concluir estas negociações, pois circunstâncias especiais determinaram o estabelecimento em Petrópolis de numerosos alemães recrutados por outros e, no princípio, com finalidade algo diferente.¹⁷

Em 17 de junho de 1844 Caldas Viana contratou com a Casa Delrue, cujo chefe era o cônsul brasileiro em Dunquerque, a introdução de imigrantes destinados especialmente aos trabalhos da nova estrada da serra; supunha êle que algumas famílias bastariam para formar o núcleo da colônia que imaginava para Petrópolis. Delrue "julgou ser útil ao Brasil fugindo um pouco das condições que lhe haviam sido propostas", conforme a expressão de Viana, e foi certamente para atender seus próprios interesses que recrutou mais imigrantes do que lhe havia sido pedido, sendo muitos de idade maior ou menor do que convinha. De 16 de junho a 8 de novembro de 1845, foram importadas 2 311 pessoas, entre as quais 1 200 crianças e menores de 18 anos. Era muito mais do que se esperava, tanto que chegaram todos quase simultaneamente em vez de virem aos poucos, como fixava o contrato com Delrue. O governo provincial sentiu-se embaraçado diante dêste afluxo. Felizmente, desde as primeiras levas, o Imperador lhes ofereceu as terras de Petrópolis onde foram todos instalados.¹⁸ Finalmente, a colônia idealizada por Koeler estava fundada por D. Pedro II e seus conselheiros.

Foi no próprio dia de São-Pedro, 29 de junho de 1845, que o primeiro contingente de colonos chegou a Petrópolis; outros, mais tarde, foram também para ali encaminhados. Eram alemães das margens do Reno; muitos, de fato, eram lavradores, mas havia também sapateiros, alfaiates, cozinheiros, doceiros e até músicos, gente empolgada pelos altos salários e grandes concessões de terras férteis que os esperavam além dos mares, no país das palmeiras e dos diamantes.¹⁹ Pode-se imaginar a sua decepção quando, cansados já da penosa subida da serra, chegaram à Terra Prometida, assinalada unicamente pelas cruzes elevadas em 1843 e pelos primórdios da fundação. Cercava-os ainda a floresta virgem. Nada fôra preparado para recebê-los; tiveram que construir suas choças ao mesmo tempo que roçar a terra para cultivá-la. E a própria terra lhes era estritamente marcada, recebendo a princípio, cada lavrador, dois hectares e

¹⁵ Raffard, op. cit., ps. 50/51.

¹⁶ Koeler escreveu em seu artigo no *Jornal do Comércio* de 17 de fevereiro de 1845: "Sua Majestade consente que se forme em Petrópolis uma povoação...; O Imperador manifestou o desejo de ver formar-se em Petrópolis uma colônia agrícola e industrial alemã; disso certamente resultará grandes vantagens para a povoação e também para os veranistas que poderão abastecer-se por preços módicos".

¹⁷ Segundo os relatórios anuais do presidente da Província.

¹⁸ Estas informações, tiradas do relatório presidencial de 1846, permitem esclarecer as indicações confusas da maioria dos autores que se ocuparam de Petrópolis.

¹⁹ Raffard, op. cit., p. 64.

meio.¹⁸ Que contraste com as esperanças que alimentavam em face das grandes extensões livres dos países novos!

Não resta dúvida que com a instalação da colônia estava completa a fundação. Em 1846 já se via esboçar suas linhas gerais. Pelas ruas e praças da futura cidade imperial, 92 dos 216 lotes previstos estavam distribuídos entre negociantes, trabalhadores e pessoas da Corte; dos 169 lotes reservados aos operários, ao longo da estrada, 131, já estavam demarcados e finalmente dos 440 lotes destinados aos agricultores, e todos à margem dum rio, 393 já estavam repartidos. Petrópolis não só estava fundada, mas começava a tomar forma.¹⁹ Eis como a viu, em 1846, Ida Pfeiffer: "Petrópolis está situada no meio duma floresta virgem... Uma pequena fila de casas forma já uma rua e numa praça recentemente roçada arma-se o arcabouço dum grande edifício: é a casa de campo do Imperador... Em tôrno dêste palácio é que se formará a cidade. Existem, entretanto, numerosas choupanas isoladas, mais próximas da mata. Alguns colonos, como os operários e os artifices trabalham em pequenas construções nas imediações do palácio; os agricultores localizam-se em lugares mais afastados, não excedendo todavia a duas ou três geiras".²⁰

Koeler abandonou, totalmente, os interesses diretos que tinha em Petrópolis. Seria para não impedir o desenvolvimento da cidade? Seria por ter-se visto na impossibilidade de constituir a sociedade que imaginara para tirar partido de seu contrato de locação? Em 1846, renunciou êle, sem compensação, ao arrendamento de Córrego Sêco e, mais ainda, cedeu à Casa Imperial a fazenda Quintandinha que comprara em 1840. Todavia, isto não o impediu de dirigir os trabalhos do palácio imperial e da estrada e de traçar o plano de arruamento da cidade; enfim, tornou-se, em 1846, diretor da colônia; é verdade que logo se demitiu, desgostoso pelas dificuldades encontradas e em novembro do ano seguinte faleceu vítima de um acidente.²¹ Antes de morrer, pôde ver realizado o que havia sonhado para o Córrego Sêco. Talvez pudesse também indagar se o êxito de Petrópolis compensava tudo quanto havia despendido.

Koeler havia imaginado para a nova cidade — e com êle, todos os que o auxiliaram nessa obra — um lugar de passagem e um entreposto comercial do Rio com Minas, Goiás e Mato-Grosso, um centro agrícola onde imigrantes europeus pudessem cultivar "os melhores produtos dos países temperados" e uma residência de veraneio onde o Imperador e a "melhor sociedade do Rio" encontrassem "um céu tão agradável e calmo como o do sul da Europa". A escolha de Córrego Sêco para estas várias funções tinha sua justificativa na estrada. A estrada que o ligava ao Rio facilitava as relações indispensáveis com a capital, quer se tratasse das viagens do Imperador e pessoas da Corte, ou de negócios da própria cidade, e ainda o seu prolongamento para Minas canalizaria todo o tráfego dessa província para o litoral. Por fim, a vida de Petrópolis ligava-se ainda de outra maneira à estrada: ela dependia dos trabalhos de construção de novas estradas que iriam assegurar a subsistência aos colonos, já que a exploração agrícola não alcançava tanto rendimento.²² Petrópolis parecia, assim, escapar às dificuldades que a falta de uma boa estrada criou para Nova Friburgo. Ela satisfazia melhor às condições que Tschudi, alguns lustros mais tarde, definiria como essenciais para a criação de colônias no Brasil e cujo desconhecimento era lamentável.²³ Podia-se dizer que o bandeirante Garcia Rodrigues Pais, abrindo a sua picada pela via direita entre Rio e Minas, lançou os germes de Petrópolis.

N. de R. — No próximo número publicaremos a parte final dêste trabalho.

¹⁸ Relatório presidencial de 1846, p. 56.

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ Ida Pfeiffer, *Voyage d'une femme autour du monde*, trad. por W. Suckau. Paris, 1858, 2 vs. in-18, I. p. 59.

²¹ Relatório presidencial de 1846. Raffard, op. cit., ps. 55/71.

²² *Jornal do Comércio* de 17 de fevereiro de 1845 (artigo de Koeler).

²³ Sobre as dificuldades causadas a Nova Friburgo pela falta de uma estrada em boas condições, ver Langsdorff, op. cit., p. 14 e Debret, *Voyage pittoresque e historique au Brésil*, Paris, 1835, 3 vs. in-f., II., p. 136.

Resenha e Opiniões

A colonização nos trópicos

O cientista francês ou americano tem tendência natural de confrontar a maneira de viver, de vestir-se e de nutrir-se do homem branco em país quente com os gêneros de vida que prevalecem em climas temperados. Os habitantes das regiões de inverno rigoroso surpreendem-se com tudo que encontram entre os habitantes das regiões quentes. Vêem nisso uma limitação, quando não uma diminuição. O trópico conserva ainda, sobretudo para os que nêle nunca viveram, um perfume de exotismo que o faz julgar *diferente* e excepcional, até mesmo anormal, o que não passa duma simples adaptação e perde rapidamente qualquer caráter de limitação. É judicioso considerar, como o professor Sorre, que os trajes amplos e leves dos coloniais, sua higiene alimentar e seu tipo de casa (acrescentamos — suas geladeiras) contribuem para formar um verdadeiro microclima, capaz de facilitar a acomodação do organismo. Mas não sucede o mesmo em todas as latitudes? O fogo que arde nas chaminés européias, as luvas grossas, o suave cachecol, a palha que forra os tamancos, o agradável vinho quente, são também elementos dum microclima. Microclima êste ao qual o homem branco está tão acostumado, há tantas gerações, que não dá mais acôrdo dêle. O gênero de vida, em todos êsses detalhes, achase por fim admiravelmente adaptado às condições criadas no organismo pelo meio ambiente. Isso enquanto o grande povoamento dos trópicos data de ontem. O fator duração parece ter aqui grande importância, ao menos quanto à atitude psicológica dos europeus e norte-americanos em relação aos países quentes. Para um moderno homem de negócios, telefonar a longa distância, tomar um avião para saltar duma capital a outra, são fatos da vida cotidiana. O operário, o camponês sobretudo, ainda se espantam um tanto à vista dêstes fatos, mas já os moços sorriem à admiração maravilhada de seus pais. Da mesma maneira, ao desembarcar em Dacar, no Rio-de-Janeiro ou em Batávia, diz ainda o habitante de Paris: "Como pode viver um persa"? Contudo,

o tempo e as comunicações se encarregarão de apagar tal modo de sentir.

Uma curiosa observação de M. Sorre, que merece ser levada em conta, chama a atenção para o fato de, durante milênios, ter-se o nosso ecúmeno constituído palmo a palmo: os avanços se faziam em terras vizinhas, por contactos, o que lhe garantiu o sucesso. A era moderna "marca uma ruptura nos processos de expansão dos grupos humanos na superfície do globo". Num lapso de tempo ainda muito curto, na escala da história da humanidade, milhões de homens deixaram sua terra natal; algumas semanas após mergulharam num meio completamente novo para seus corpos e seus espíritos. Agravou-se o desequilíbrio, o que tornou mais difícil a aclimação e concorreu para falsear os juízos.

Seja como fôr, é-se forçado a admitir os fatos. A menos que se queira alistar sob a bandeira de não sei que hipernacionalismo tropical, a existência dum problema de aclimação é inegável. Citar casos isolados, apresentar dados de produção ou difundir fotografias de arranha-céus e de locomotivas não suprime o problema. Não faz, tão pouco esquecer a que preço tais resultados são obtidos; nem os dados de mortalidade, nem que a manutenção da raça branca sob os trópicos é em grande parte garantida pela renovação constante do seu estoque, trazendo-lhe a imigração, incessantemente, os reforços necessários. Convém pois admitir que o homem branco deve ou deveria levar, em país de clima quente, um regime de vida bastante artificial, com interdições e proibições severas, muito diferentes da livre atividade das regiões temperadas". (Sorre p. 104).

Creio ser indispensável acrescentar algo. As constantes perdas da população colonial, a mortalidade, o nível de vida muito baixo dos proletários tropicais, estão longe de ser consequência exclusiva do meio físico. Não seria necessário anotar aqui o que se encontra tão segundamente em nossa civilização de estrutura capitalista, a saber, uma ausência de equilíbrio entre nossas possibilidades científicas e nossas instituições? Não é fácil aceitar-se que os climas quentes sejam eternamente in-

violáveis, e que não seja possível, no atual estado de nossos conhecimentos e de nossos hábitos de higiene, facilitar a aclimação. Grenfell Price escreveu o histórico da colonização inglesa na Jamaica, em Barbados e em outras ilhas das Antilhas: mostrou como, após um feliz começo e uma colonização de povoamento com pequenos agricultores livres, veio a fase de decadência. Veio com a imigração servil, a formação de grandes plantações e a imigração de elementos brancos indesejáveis, malfetores em maioría. O professor Sorre citou o exemplo, mas talvez não lhe tenha dado toda a importância devida. O povoamento branco nos países quentes foi feito sob o regime econômico do lucro, foi dirigido por plantadores que não viam nêle, na maior parte das vezes, mais do que um meio de obter o braço necessário para elevar ao máximo a produção e seus próprios ganhos. Grande número de funcionários coloniais conserva ainda a mesma psicologia. Exceção feita da zona do canal de Panamá (trata-se principalmente de funcionários) parece-me não ter sido verdadeiramente tentado o povoamento branco sob os trópicos com métodos de higiene adequados e com garantias econômicas favoráveis. Poder-se-ia perguntar, talvez, se o sucesso de pequenos grupos muito coesos e vivendo como que à margem da economia dos países novos tropicais não é bastante significativo; despendem êles esforços físicos consideráveis, superiores às vezes aos de outros imigrantes e, entretanto, suas perdas são mínimas e a aclimação é rápida e excelente (penso nos colonos letões da Colônia Varpa). As dificuldades da aclimação são decuplicadas pelas condições sociais e econômicas nas quais é feita ou em virtude das quais não pode ser realizada. E, como sempre, eis-nos de volta ao homem, fator geográfico, capaz ou incapaz de utilizar as possibilidades geográficas ou de vencer os obstáculos que se lhe depa-

Pierre Monbeig

A margem do Amazonas

No Brasil, o Amazonas tem sido um mundo à parte. Teve seu dia de fastígio, quando o alto preço da borracha revolucionou aquelas brenhas. Depois, apesar de suas inúmeras riquezas, tudo andou para trás. Mesmo no governo do

Sr. Getúlio Vargas, tão fértil em realizações de suma importância, na Região Norte, sua ação não passou do famoso e decantado discurso do Amazonas. O portentoso vale val cada vez mais de mal a pior. Parece que os brasileiros estão sendo atacados de cenofobia, têm medo dos espaços extensos e desabitados.

Muitas glebas desvendadas pelo homem, por ocasião da procura desenfreada do caucho e da seringa, estão agora, regressando ao seu estado selvático antigo, para gáudio dos incógnitas, que vão readquirindo, com a derrota do branco, os lugares onde outrora campeavam suas tribos. A êsse propósito vem a pêlo lembrar um fato que observei ao viajar pelos lindes acreanos. Da visita que fiz em 1928, aos índios da fronteira, ficou-me uma impressão indelével da desgraça em que viviam. De todos, porém, os Mascos ainda guardavam um resquício de vigor e lutavam, valentemente, contra os usurpadores dos seus pagos. Ao aproximar-me da fronteira peruana, notei enormes balsas descendo *de bubuia* o barrento Iaco. Sobre essas gigantescas jangadas se amontoavam famílias inteiras — homens desnudos e hirsutos, mulheres esgrovinhadas, crianças esqueléticas e escaveiradas. Eram peruanos que fugiam da fúria dos Mascos. Disseram-me êsses pobres homens, verdadeiros farrapos humanos que, na ocasião do bom preço da borracha, se haviam internado na floresta espessa em procura do valioso látex e na sede do ouro foram subindo, subindo, impensadamente, os caudais que nasciam no coração da selva.

Bem armados, iam a força de bala escorraçando os pobres arborícolas, que logo que atinavam com a impotência das suas flechas e arcos, fugiam apressadamente dos intrusos *caucheros*. Enquanto a hévea deu dinheiro, os aventureiros conseguiram balas e armas, e, com elas, cada vez se aprofundavam mais na mataria sem fim. Depois que os britânicos deram um trompaço na borracha brasileira, a miséria com seu enorme séquito preparou-se para visitar os forasteiros. Ficaram — seringueiros e selvícolas — em igualdade de condições, ambos com armas rudimentares. Todavia, os Mascos não se atreviam a fazer uma luta peito a peito, desassombadamente. Aguardam, emboscados, os caçadores que farejavam a mata em busca de caça. E, logo que os tinham ao alcance do seu arco, varavam-nos

com aguçadas flechas. Dêste modo, só em grandes grupos podiam os peruanos talar a selva atrás da carne com que mitigavam a fome. Durante a noite, os aborígenes invadiam os roçados e roubavam e devastavam tudo. Era mister uma vigilância apurada, o que consumia os últimos lampejos de energia daqueles miseráveis. A vingança era atroz. Dia a dia, os ameríndios inventavam novas tropelias: ateavam fogo às cabanas dos aventureiros, envenenavam as fontes com assacu e, quando podiam raptavam mulheres, crianças e cães. A curva do sofrimento dos peruanos chegou ao máximo e, para procurarem uma vida mais suave, derrubaram compridos e bojudos troncos e com êles confeccionaram balsas que os traziam ao seio da civilização, completamente derrotados pelos habitantes da selva.

E lá se vão mais de três lustros. Que estarão fazendo agora os irrequietos autóctones? Por todos os lados se vê o recuo do branco, a prova de desânimo de nossa gente. Onde a fibra bandeirante? Onde aquela força expansionista dos dominadores de selvas? Será que já não possuímos aquela tẽmpera de aço herdada dos nossos avós? Será que não temos competência para colonizar, povoar e engrandecer a herança recebida? Sempre houve luta contra a localização de imigrantes na imensurável calha potâmica, nosso espírito jacobino revoltava-se toda vez que uma concessão era feita ao alienígena. E sem assistência nossa têm fracassado várias iniciativas de colonização. Os nacionais que para lá mandamos, entregamo-los ao deus dará, como sucedeu ultimamente na campanha da borracha. Levamo-los aos magotes até invias paragens, sem prepará-los para a luta ingente, sem dar-lhes os meios de *self-defense* contra a ação telúrica da região. Jogamos ao azar braços vigorosos, gente destemida, como se fõssem bandos de *coolies* em terra superpovoada, como a China. E quantos tombaram inglõriamente!

Se tivéssemos um serviço organizado, nos mapas impressos nos diferentes anos iriamos ver, nos riscos azuis dos rios, as âncoras, cuja finalidade é marcar o ponto final da navegação, deslocarem-se cada vez mais no sentido de jusante. Os altos rios vão sendo inavergáveis, atravancados de paus, de balseiros e de terras caídas. Os gaiolas e os vaticanos vão desaparecendo e os poucos ainda existentes são hoje ateados de óbito da falecida fartura no

anfiteatro verde. As imensas e excelentes estradas líquidas estão sendo abandonadas por falta de assistência do governo, enquanto sobra, nas florestas, a mais variada gama de produtos extractivos. Os povos civilizados estão de olhos atentos à nossa pasmaceira, verificando a nossa incompetência naquele promissor El-dorado, e, se não enfrentarmos o problema da revalorização da Amazônia, como um dos mais aflitivos, não teremos força moral para deplorar e combater as atitudes de nações conquistadoras ou dos povos que se consideram donos de tudo, porque vêem, na Terra uma única pátria...

Essas considerações surgiram ao flheiar a 2.^a edição de *A Margem do Amazonas*, de autoria do meu pranteado amigo Aurélio Pinheiro, médico que deu os melhores anos de sua vida em prol da felicidade daquela gleba tumultuária. Lutou como um titã, e, quando pressentiu que seu ideal iria tombar como um tronco decepado, fugiu para o bulício desta garrida metrópole, onde se findaram seus dias.

Recordando-me do bom amigo, abençoei a lembrança do seu culto filho Caio de enviá-lo tão belo presente. Li de um fõlego, novamente, a obra magnífica, catando aqui e ali, para os nossos leitores, sentenças, pensamentos e opiniões do atilado observador, do esculápio ilustre, do romancista inconfundível, do homem de espírito que foi Aurélio Pinheiro.

“O seringueiro — fenício moderno de alpercatas e rifle — construiu destruindo. A planície vibrou sob os golpes do seu terçado; as héveas tremeram ao choque das machadinhas; tudo sentiu a sua impetuosidade e o seu furor e não houve recanto da Hiléia que não visse vulto de homem rompendo a mataria em busca de uma árvore que, apesar de representar um simbolo de martirio, era uma viva esperança de redenção.

“O seringueiro sempre foi visto pelos poderes públicos com absoluta negligência. Não encontrou leis que o contivessem nos desmandos; não encontrou na terra que ia explorar a idéia mesmo vaga das medidas vulgares sobre imigração. Todo o alto Amazonas, despovoado e selvagem, apresentava-se ao seus olhos como uma terra abandonada, repudiada, temerosa, que os caucheiros bolivianos e peruanos atravessavam livremente, destruindo, matando, assolando, como senhores de um deserto ignoto.

"As selvas amazônicas devoraram mais de quinhentas mil criaturas emigradas do Nordeste brasileiro! Meio milhão de vidas! Mais do que a população normal do Estado! Esse tétrico ossário foi o alicerce da desgraçada indústria da borracha.

"O Amazonas é, pois, um antagonismo impressionante. O seu mal, o seu retardamento, o seu atraso, são justamente o inverso do fenômeno sociológico que se observa por tôda parte.

"O Amazonas devora o fraco; exalta o forte. É um cadinho purificador, uma prova de resistência, uma forja que destrói valores falsos e retempera os verdadeiros.

"O indígena ainda é, nessa feiticira região amazônica (Rio Branco), um verídico fator da sua vitalidade.

"A borracha, apesar dos danos terríveis que causou à Amazônia, apesar dos dramas horrendamente sinistros da sua exploração, apesar dos montes de cadáveres dos que sentiram o seu sortilégio fatídico — semeou por todo o vale pequenos núcleos de povoamento que cresceram e se tornaram vilas e cidades. Sômente o Acre, que foi uma criação sua, vale o inaudito sacrifício dêsses temerários desbravadores".

Poderíamos continuar a citar períodos interessantíssimos, produzidos pela pena mirífica de Aurélio Pinheiro, mas paremos por aqui, porquanto o *goal* dêste artigo está atingido — lembrar aos novos dirigentes do país a premência da resolução dos importantes e angustiosos problemas da Amazônia".

Lima Figueiredo

★

O arroz na geografia, na filologia e na história

Sob êsse título o Sr. Otoniel Mota publicou um artigo no vol. XCII, ano IX, agosto e setembro de 1943, da *Revista do Arquivo Municipal*, órgão do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São-Paulo. De início, diz o Sr. Otoniel Mota:

Não sou botânico e não vou por certo afrontar merecidamente o surrado *ne sutor ultra crepidam* com que Apeles puniu a petulância do sapateiro.

Sou apenas um sincero investigador, que vai tomando suas notas no domínio da filologia e da história, até

onde pode entrar sem impertinência, até onde não se reclamam conhecimentos especializados.

É nesse aspecto que vou tratar de um assunto interessante, ainda que apenas para espicaçar os técnicos em favor dos leigos — continua o Sr. Otoniel Mota:

O arroz é uma planta que se apresenta nativa em Mato-Grosso e no Pará ou Amazonas, erguendo, até onde me é dado enxergar, um sério problema para os botânicos resolverem. E o sério do problema está em que não é planta privativa do Brasil, mas também da Índia e da Austrália.

Ninguém suspeitava da existência da América e já o arroz era conhecido na Europa, cultivado e consumido.

Não há dúvida possível quanto à sua introdução na Europa e sobre quem o introduziu; a própria palavra, árabe, ou antes arabizada, está a indicá-lo: foram os muçulmanos os que o introduziram.

Não se sabe ao certo quanto, mas foi muito antes de se descobrir a América. A data mais antiga que as enciclopédias mencionam refere-se ao arroz na Itália e é de 1468.

Em 1587 já escrevia Gabriel Soares de Sousa: "Arroz se dá na Bahia melhor que em nenhuma parte sabida, porque o semeiam em brejos e em terra enxuta; como fôr terra baixa é sem dúvida que o ano dê novidade; de cada alqueire de sementeira se recolhe de quarenta para sessenta alqueires, o qual é tão grado e formoso como o de Valência, etc".

Observe-se aí que Soares se refere ao arroz de Valência como conhecido e como *grado e formoso*, implicando, ao que parece, cultura já selecionada, ao que reclama tempo.

Desde logo podemos dizer que êsse arroz não foi levado da América para a Espanha, pois seria uma hipótese violenta, para não dizer absurda. A simples palavra *arroz*, empregada pelos árabes, protestaria contra a hipótese — esclarece o Sr. Otoniel Mota. Ela já existia incorporada ao idioma espanhol como de certo ao português, muito antes de Colombo.

Duas formas gregas existem para expressar a planta: a feminina *oryze* e a neutra *oryzon*, que é empregada por Teofrasto na sua *História das Plantas*.

A planta, pondo-se por enquanto de lado o enigma brasileiro, veio da Índia para a Europa, depois de passar pelos chineses, japoneses e árabes.

Aparece na literatura sânscrita e na japonesa arcaica. Um distinto e culto japonês me informa que os mais antigos documentos nipônicos, o *Koji-ki* ou "Relato das Coisas Antigas" (713 A. D.) e o *Nippon-shoki*, ou "História do Japão" (720 A. D.) fazem freqüentes referências ao arroz, como sendo cultura antiga.

Vai mesmo aos tempos mitológicos: *Sussano-o-no-mi-koto*, irmão do *Ama-terassu-ô-koto*, a Grande Deusa do Sol, destruiu os diques do arrozal da sua irmã. "Ele, na primavera, semeava no arrozal da grande Deusa já semeado; destruiu diques e, no outono, ali soltava cavalos".

Do cadáver de *Oguetsu-hime* (deusa do alimento), nasceu, da cabeça, o bicho de séda, e dos olhos o arroz.

Outros cereais são chamados "sementes da lavoura seca", ao passo que o arroz se denomina "a semente da lavoura irrigada", donde a menção dos diques desde os tempos mitológicos.

Várias vezes o nome do Japão é citado como "Terra dos juncais e arrozais".

O nome atual do arroz em japonês é *uruti* ou *uruh*, corruptelas, diz-se, do *vrihy* do sânscrito. O que mostra a origem indiana do arroz.

Numa obra escrita em chinês entre os anos 265 e 415 da era cristã já se dizia que a terra do Japão era fértil e ótima para cultura de cinco cereais e do arroz, semeados em maio e colhidos em outubro. ("História do Ghi").

Segundo obras recentíssimas, que resumem as últimas conquistas da arqueologia e da antropologia, a cultura do arroz na Índia desenvolveu-se com a entrada dos árias nas terras dravídianas, onde já se cultivaram o trigo e a cevada.

Os árias levaram para lá o cavalo e o arado, o que concorreu para a incrementação da agricultura.

Isso foi ao alvorecer do primeiro milênio antes de Cristo. Mas os mesmos cientistas supõem que na China já se cultivava o arroz ao abrir-se o terceiro milênio. (Ver Ralf Turner, *The Great Cultural Traditions*, vol. I, págs. 376, 407).

Isto se acha de acôrdo com o que disse Stanislas Julien, citado por De Candolle, a saber que na cerimônia instituída pelo imperador Chin-Nong, no ano 2800 A. C., o arroz tem o papel

principal. O próprio imperador deveria semeá-lo.

E já se empregava o sistema de irrigação.

O arroz é mencionado freqüentemente na literatura sânscrita e entrava, com o trigo, nas oblações bramânicas o que se pode ver na obra *The Sacred Books of the East*, editada por Max Müller. Por exemplo, vol. I (*Upanishad*), pág. 3, nota 1; págs. 48 e 81.

Falando das plantas da Índia, assim se expressa Teofrasto com referência ao arroz: "Mas acima de tudo eles semeiam o cereal chamado arroz (*oryzon*), do qual fazem a sua cerveja (*épsema*). É como a espelta (zeia), e quando pisado dá uma espécie de sopa de fácil digestão. A sua aparência, quando ele cresce, é como a do joio, e na maior parte do crescimento jaz na água. Todavia brota, não como espiga, mas como um penacho, tal como o sorgo e o painço italiano".

A mais antiga menção do arroz que me ocorre em documento da Península Ibérica, o que não deixa de ser curioso, está num *Pentateuco* do século XIII, em espanhol, publicado pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos-Aires, como parte de uma *Bíblia mediavel romanceada*. O manuscrito é do século XV, diz a introdução, mas o texto deve ser do século XIII.

Em *Números*, XI-7, falando-se do maná, diz o texto: "E la manna era como semente de arroz, e era de color de bdellio".

Ora o que os textos hebraico, grego e latino rezam nesse passo não é arroz, mas *coentro*. Essa inesperada aparição do arroz para substituir o *coriandrum* da Vulgata, o *kórion* da Septuaginta e o termo hebraico, não somente vem testemunhar acêrca da antiguidade do arroz na península, mas parece mesmo indicar que era planta mais conhecida do que o coentro, do contrário essa troca seria um disparate acabado.

Muito antes, porém, do século XIII, um diploma concedido à abadia de Corbie em 29 de abril de 716 por Chilperico II, permite a essa igreja retirar mercadorias do *celeiro do fisco de Fós*. Entre os gêneros mencionados estão *vinte libras de arroz*. O gênero vinha naturalmente entre os produtos trazidos pelo comércio oriental. Ainda não seria certamente cultura européia, porém mostra que vem de longe o consumo do arroz na Europa. Ver a interes-

sante obra de Henri Pirenne, *Mahomet et Charlemagne*, págs. 71-72.

Agora vem a pergunta, a que aos botânicos pertence responder: — É o arroz nativo do Brasil? Gerou-se aqui concomitantemente com o que se gerou na Índia? Veio de lá para cá? Quando e como?

A cultura maia, que parece trair relações com a Índia, como acabo de mostrar em artigo publicado nesta mesma *Revista*, não nos ajudaria em coisa alguma, porque os maias não cultivavam o arroz, como não cultivavam o trigo, a cevada, o centeio, mas tão somente o *milho*, não o *miliun* das *Geórgicas* virgilianas, o *milho miúdo* europeu, êsse de que nos fala Teofrasto, mas o *maiz* americano, planta exclusivamente da América, ao que se afirma.

Os maias, se na sua migração já possuíam alguma agricultura, perderam-na na trajetória. Mas que sabemos nós de outras ondas de imigrantes, que possivelmente teriam vindo antes ou depois, pela mesma rota por onde vieram os maias e astecas, isto é o estreito de Behring, outrora terra firme?

Como se explicam as existências independentes, ao que parece, da banana, de São-Tomé e da pacova brasileira?

De Candolle, que não quer admitir a banana como nativa na América, e que chega ao extremo de supor que a nossa palavra indígena *pacova* pode provir do inalabarino *bala* ou *palan* introduzida pelos portugueses, De Candolle deixa clara a *crux* dêste problema quando diz:

“Se todavia pesquisas ulteriores viessem a provar que a bananeira existia em algumas partes da América antes de ser esta descoberta pelos europeus, eu creeria numa introdução fortuita, não muito antiga, por efeito de uma comunicação desconhecida com as ilhas do Pacífico ou com a costa da Guiné, antes que na existência primitiva e simultânea da bananeira nos dois mundos. A geografia botânica tôda inteira torna esta última hipótese improvável, diria quase impossível de admitir, sobretudo num gênero repartido entre os dois mundos”.

Observe-se que De Candolle desconhecia a existência do arroz nativo do Brasil, porque êle cita apenas o arroz nativo da Austrália, e não diz palavra do nosso. Se o conhecesse, talvez com maior razão pensasse numa “comunicação desconhecida com as ilhas do Pa-

cífico”, ou talvez melhor com a Índia, *habitat* igualmente da bananeira e do arroz, bem como do *elefante* e do *zero*, na cultura maia, conforme o estudo que publiquei nesta *Revista*.

É estonteante a aproximação, mas inevitável, ainda que seja para desfazê-la.

Será bom, porém, que façamos ponto nestas alturas, para que os adeptos da platônica Atlântida não se ponham a sorrir e esfregar as mãos, pensando em continentes desaparecidos que seriam os elos de ligação entre a América e o Velho Mundo.

Fiquemos nos fatos, misteriosos porém fatos: houve e há arroz nativo na Índia e no Brasil. Concluindo afirma o Sr. Otoniel Mota:

Até aí é história e não nos é terreno vedado; daí por diante falem os botânicos, enquanto nós outros, os leigos, ficaremos de palanque, apreciando a dança, que é bastante divertida para os que não têm obrigação alguma de a dançar, mas que podem, ao menos apreciar a técnica e a perícia dos dançarinos, nas cordas bambas das acrobacias científicas, que problemas desta natureza lhes apresentam a cada passo.

Geografia carioca: a população colonial da cidade

Transcrevemos no presente número do *Boletim* mais um trabalho do Prof. Everardo Backheuser, sob o título *A população colonial da cidade*, da série “Geografia carioca”, que o *Jornal do Brasil* tem publicado. Inicia o autor fazendo referência ao panorama do Rio-de-Janeiro, para dizer que tem procurado abordá-lo, em estudos anteriores, nos primeiros tempos da sua fundação. Assim é — diz o Prof. Backheuser — que aludi à paisagem física (geológica, orográfica e ecológica) e, depois, resumi algumas das características principais do traçado urbano, dos meios de comunicação, e, afinal, no último artigo, tratei das primeiras explorações econômicas, em olarias e pedreiras, plantações de açúcar e criação de gado.

Tracemos a seguir — escreve o Prof. Backheuser — rápido bosquejo dos aspectos demográficos cariocas (ou *fluminenses*, como se dizia até a proclamação da República) nessas primeiras décadas da vida da novel cidade.

A população no século XVI e alboros do século XVII era escassa em quantidade e rudimentar nos seus traços étnicos.

Constaria em 1585, segundo estimativa que Otto Quelle reproduz, de 3 850 habitantes. Os 700 europeus, que figuram nesse cômputo, eram, em sua maioria, os militares, os eclesiásticos e os sesmeiros ou sitiantes, que eram, porém, diga-se de passagem, antes proprietários, por conquista, das terras e seus administradores, do que propriamente trabalhadores. Os encarregados do esforço material mais rude, nas plantações de cana e nos engenhos de açúcar, seriam os índios escravizados, e, depois, os negros.

A proporção entre brancos, negros e índios está assim indicada para a população local em 1585:

Índios	78,0 %
Branco	19,5 %
Negros	2,5 %

Essas cifras revelam de modo infosismável a tonalidade étnica da cidade em seu primeiro século. O índio livre ou escravizado existia na proporção de quatro índios para um homem branco. Essa proporcionalidade tenderá, porém, a baixar com o andar dos tempos, para ser superada pelo trabalho africano. O índio, pouco a pouco, irá desaparecendo, menos pelo cruzamento (como acontece ao negro que evolui para mulato) do que por perecer sob o peso do trabalho sedentário a que se não adapta. Ou morre, ou é sumariamente morto se manifesta ímpetos de revolta. Tal como faziam ingleses e americanos na conquista dos Estados Unidos. Talvez os portugueses agissem menos ferozmente, sem apelos patéticos à *civilização*.

O fato é que desaparece o índio. Já no ano que precede a independência os recenseadores não o computam como parcela ponderável. A população, antes de se arianizar na tendência que hoje apresenta, torna-se, àquela época . . . (1821), de tonalidade carregadamente negra. Há 40 % de brancos para 50 % de pretos e 10 % de mulatos. Quase nenhum índio! No lapso de tempo de três séculos, some-se o íncola. Compare-se isso com as repúblicas andinas, onde até hoje a população apresenta forte percentagem dos primitivos habitantes e mestiços.

Nas décadas finais da centúria do descobrimento, a população da cidade

no Rio-de-Janeiro seria, porém, como disse, predominantemente de índios. Logo, culturalmente, de nível muito baixo. Baixo culturalmente seria também o índice dos próprios brancos que aqui residiam.

Não se pode esperar, portanto, qualquer grande brilho de caráter intelectual. As manifestações culturais serão pois, a bem dizer, apenas econômicas, da tímida e rudimentar economia a que fiz referência — olarias, açúcar, pecuária — manifestações que se mantinham sem grande surto, pois que desapoiadas ao mesmo tempo pelos governos, que as deveriam incrementar, e pela técnica de que não conseguiam dispor nem os colonos lusitanos nem os próprios homens de Portugal.

As atividades da sociedade colonial *fluminense*, afora essas atividades de exploração do solo, úbere tão somente porque até então inexplorado, limitar-se-ão a pouco: a trabalhos de caráter militar, nos preparativos de defesa contra o francês, cujos renovados ataques eram a tôda hora esperados; contra o índio resistente à assimilação e à submissão; contra os piratas de várias nações; talvez mesmo contra o rival espanhol que podia se mostrar em ciladas e arreganhos; ou, então, reduzir-se-ão a ocupações administrativas com o trem de complicações burocráticas e fiscais que os governos metropolitanos sempre assestaram contra as colônias mesmo incipientes.

Outro gênero de preocupações da população branca seria de ordem espiritual. De um lado, a catequese e a aproximação pacífica do indígena ao cristianismo, escopo mantido com vivacidade pelas ordens religiosas, jesuítas, beneditinos, carmelitas, franciscanos. De outro, as práticas religiosas diuturnas, fontes que eram de salvação da alma e ao mesmo tempo de vida social, por isso que os atos religiosos, missas, novenas, *te-deuns*, vinham frequentemente acompanhados de festividades de várias sortes.

A devoção dos habitantes portugueses era, como sabido, realmente grande. E, dentro do ponto de vista do documento antropogeográfico, se manifestava na ereção de capelas e ermidas. De muitos desses modestos, mas eloquentes monumentos objetivos da fé sincera da lusa gente, não ficaram informes históricos. E porque seu material fôsse de escassa duração também desapareceram as ruínas, vestígios geográficos de tão precioso valor.

Dos que se tem notícia podem ser citados como de século do descobrimento: os dois templos construídos dentro das fortificações, a saber, a Sé, ou Igreja de São-Sebastião, e o dos jesuítas consagrado ao fundador da Companhia, Santo Inácio de Loyola; a ermida de N. S. do Ó, onde hoje está a catedral, sítio no qual, logo depois, se instalaria o convento dos carmelitas; a de N. S. da Ajuda, levantada a caminho do morro do Destêrro (Santa-Teresa), isto é, na atual rua Evaristo da Veiga; a de N. S. da Conceição, erguida no hoje morro de São-Bento por Aleixo Manuel; a de Santa-Luzia, não no sítio atual, mas mais para perto da praia da Misericórdia; a capela da Misericórdia, no sopé do morro do Castelo.

Como se vê, para a quantidade de habitantes cristãos, apenas uns 700, o número de igrejas, capelas e ermidas é positivamente considerável.

Não necessito entrar porém em minúcias da vida religiosa da época porque escapam a finalidades tipicamente geográficas.

★

Distribuição da população brasileira, de 18 anos e mais, segundo ramos de atividade *

SUMARIO: 1. Introdução. — 2. Discriminações efetuadas da população ativa. — 3. Proporção dos ativos em geral. — 4. Proporção dos ocupados em atividades exercidas fora do âmbito doméstico e familiar. — 5. Sua discriminação por ramos de atividade, no conjunto da União. — 6. Proporções dos diversos ramos nas diferentes Regiões Fisiográficas e Unidades da Federação: agricultura, pecuária, etc. — 7. Indústrias extrativas. — 8. Indústrias de transformação. — 9. Comércio e crédito. — 10. Serviços e atividades sociais. — 11. Transportes e comunicações. — 12. Profissões liberais, ensino particular, culto, etc. — 13. Administração pública, justiça e ensino público. — 14. Defesa nacional e segurança pública. — 15. Recapitulação. — 16. Advertência final.

1. No estudo n. 206 desta série foi exposta, com ligeiros comentários, a distribuição segundo ramos de ativi-

dade da população de 18 anos e mais, presente em 1.º de setembro de 1940 no Brasil e nas suas diversas Regiões Fisiográficas e Unidades Políticas.

No presente estudo será apresentada uma ulterior elaboração daqueles dados.

2. Em primeiro lugar foram discriminados, na população de 18 anos e mais, os *ativos*, conforme dois critérios:

a) *incluindo-se os ocupados em atividades domésticas e escolares;*

b) *excluindo-se esse grupo e determinando-se assim o total dos ocupados em atividades produtivas fora do âmbito doméstico e familiar.*

O critério *a* é o mais racional para a determinação da população ativa, porque do ponto de vista social as atividades domésticas representam um vasto conjunto de serviços em grande parte indispensáveis para a própria existência da população, e as atividades escolares representam uma preparação em grande parte útil para a vida econômica e intelectual da sociedade.

O critério *b* discrimina as atividades diretamente produtivas exercidas fora do âmbito doméstico e familiar, (que são as mais variáveis, através do tempo e do espaço, nas proporções comparativas dos diferentes ramos); e as discrimina justamente para dar maior relevo às variações da sua composição. **

A tabela I dá, para cada Região Fisiográfica e Unidade da Federação, os números absolutos dos ativos, determinados segundo os critérios *a* e *b*, e as respectivas proporções na população total de 18 anos e mais.

A tabela II discrimina por ramos de atividade os ativos conforme o critério *b*, dando apenas cifras proporcionais porque as absolutas já constam da tabela I da análise n.º 206.

3. Os dados da tabela I mostram que os *ativos no sentido mais lato* (cri-

* As tabelas anexas foram compiladas por Heloisa Vital.

** Os seguintes exemplos, escolhidos entre os muitos que se poderiam apresentar, salientam o referido efeito do segundo critério.

tério a) constituem 94,99% da população do Brasil em idade de 18 anos e mais.

Nas Regiões, a sua proporção varia entre o máximo de 95,86 % do Centro-Oeste e o mínimo de 94,29 % do Nordeste, sendo de 95,72% no Norte, 95,41% no Sul e 94,95% no Este.

Nos Estados, a proporção dos ativos no sentido mais lato varia entre os máximos de 96,75% em Mato-Grosso e 96,60% no Paraná e os mínimos de 93,22% em Alagoas, e 93,06% em Pernambuco.

É possível e provável que as diferenças aparentes entre os diversos Estados reflitam em parte maior divergência de interpretação dos quesitos censitários referentes à ocupação do que diferenças efetivas na proporção dos inativos, sendo em particular mal definida a fronteira entre o exercício de limitadas atividades domésticas e a inatividade, da parte de pessoas de idade avançada.

Pode-se, entretanto, afirmar que a proporção dos inativos, que em parte são velhos, inválidos ou doentes crônicos, é relativamente baixa em todos os Estados.

No Distrito-Federal essa proporção fica mais elevada, em parte pela presença de muitas instituições de assistência sanitária e social que acolhem também pessoas procedentes de outras Unidades da Federação. A proporção dos ativos desce para 90,61%.

4. Verifica-se, ainda, pela tabela I, que os ocupados em atividades produtivas exercidas fora do âmbito doméstico e familiar constituem 54,44% da população do Brasil em idade de 18 anos e mais.

Nas Regiões as correspondentes proporções variam pouco, entre o máximo de 58,05% no Norte e o mínimo de 53,72% no Este, atingindo 55,20% no Centro-Oeste, 54,77% no Sul e 54,50% no Nordeste.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Ramo de atividade	PERCENTAGEM DOS OCUPADOS NO RAMO DE ATIVIDADE ESPECIFICADO	
		Sobre 100 habitantes de 18 anos e mais	Sobre 100 habitantes de 18 anos e mais ocupados em atividades produtivas fora do âmbito doméstico e familiar
Paraná.....	Agricultura.....	44,64 %	82,89 %
Amazonas.....	Indústrias extrativas.....	18,02 %	30,90 %
São Paulo.....	Indústrias de transformação.....	9,25 %	16,70 %
Distrito Federal.....	Comércio e crédito.....	9,85 %	19,60 %
Rio de Janeiro.....	Transportes e comunicações.....	3,45 %	6,50 %

A comparação entre as percentagens referidas ao total dos ocupados em atividades produtivas fora do âmbito doméstico e familiar põe em maior evidência as características diferenciais das diversas populações.

São, também, moderadas as diferenças entre os Estados, variando as proporções da referida categoria de ativos entre os máximos de 58,31 % no

Amazonas e 57,78% no Pará e os mínimos de 53,15% no Rio-de-Janeiro e 53,05% em Minas-Gerais.

No Distrito-Federal, em virtude da proporção excepcionalmente elevada dos inativos, a proporção dos ocupados em atividades produtivas exercidas fora do âmbito doméstico e familiar reduz-se a 50,26%.

TABELA I

População total e população ativa de 18 anos e mais, e proporção da população ativa no total, no Brasil, nas Regiões Fisiográficas e nas Unidades da Federação

UNIDADES POLÍTICAS E GEOGRÁFICAS	População total de 18 anos e mais	ATIVOS, DE 18 ANOS E MAIS		ATIVOS POR 1 000 000 DE HABITANTES DE 18 ANOS E MAIS	
		Inclusive	Exclusive	Inclusive	Exclusive
		As atividades domésticas e escolares		As atividades domésticas e escolares	
BRASIL	20 960 865	19 911 492	11 410 138	949 937	544 355
Norte	750 540	718 427	435 717	957 213	580 538
Acre.....	40 138	38 532	24 067	959 988	599 607
Amazonas.....	216 736	206 649	126 389	953 459	583 147
Pará.....	493 666	473 246	285 261	958 636	577 842
Nordeste	4 945 365	4 663 226	2 695 288	942 949	545 013
Maranhão.....	632 839	606 805	349 090	958 862	551 626
Piauí.....	388 753	371 459	209 248	955 514	538 254
Ceará.....	993 665	937 088	529 206	943 062	532 580
Rio Grande do Norte.....	387 211	365 304	213 694	943 424	551 880
Paraíba.....	699 056	665 897	377 365	952 566	539 821
Pernambuco.....	1 368 936	1 273 951	753 850	930 614	550 683
Alagoas.....	474 905	442 722	262 835	932 233	553 448
Este	8 002 775	7 598 437	4 299 303	949 475	537 226
Sergipe.....	278 570	263 408	154 162	945 572	553 405
Bahia.....	1 995 955	1 927 026	1 124 838	965 466	563 559
Minas Gerais.....	3 314 456	3 164 452	1 758 430	954 742	530 533
Espírito Santo.....	360 409	347 825	202 912	965 084	563 005
Rio de Janeiro.....	929 681	877 490	494 148	943 861	531 524
Distrito Federal.....	1 123 704	1 018 236	564 813	906 143	502 635
Sul	6 639 784	6 334 768	3 636 277	950 062	547 650
São Paulo.....	3 803 783	3 633 841	2 107 733	955 323	554 115
Paraná.....	612 071	591 281	334 972	966 033	547 276
Santa Catarina.....	555 347	535 811	304 070	964 822	547 531
Rio Grande do Sul.....	1 668 583	1 573 835	889 502	943 216	533 088
Centro-Oeste	622 401	596 634	343 553	958 601	551 981
Goiás.....	400 847	382 290	216 199	953 706	539 356
Mato Grosso.....	221 554	214 344	127 354	967 457	574 821

5. A discriminação, segundo ramos de atividade, dos ocupados em atividades exercidas fora do âmbito doméstico e familiar — discriminação, constante da tabela II — dá as seguintes proporções para o conjunto do Brasil.

RAMO DE ATIVIDADE	Porcentagem dos ocupados em cada ramo sobre o total dos ocupados no conjunto dos ramos especificados, de 18 anos e mais
Agricultura, pecuária, etc.....	64,84
Indústrias extrativas.....	2,89
Indústrias de transformação.....	10,32
Comércio, crédito, etc.....	6,19
Transportes e comunicações.....	3,89
Administração pública, justiça, ensino público.....	2,64
Defesa nacional, segurança pública.....	1,47
Profissões liberais, ensino particular, culto, etc.....	1,00
Serviços e atividades sociais.....	6,76
TOTAL	100,00

É característica do Brasil a preponderância das atividades agrícolas, pecuárias e afins, que abrangem quase dois terços dos ocupados em atividades produtivas fora do âmbito doméstico e familiar.

Excede de pouco um décimo a proporção dos ocupados nas indústrias de transformação.

Entre os demais ramos de atividades os dos serviços e atividades sociais e do comércio e crédito salientam-se pelas proporções dos ocupados.

Seguem-se, com proporções progressivamente menores, os ramos dos transportes e comunicações; das indústrias extrativas; da administração pública, justiça e ensino público.

Ainda menores ficam as proporções dos dois últimos ramos: o da defesa nacional e segurança pública e o das profissões liberais, ensino particular, culto, etc.

A distribuição por ramos de atividades apresenta notáveis diferenças nas diversas Regiões Fisiográficas e Unidades da Federação, como consta da tabela II. Algumas características diferenciais serão postas em evidência nos parágrafos seguintes.

6. A proporção das *atividades agrícolas, pecuárias e afins* entre os ocupados em atividades produtivas fora do âmbito doméstico e familiar, de 18 anos e mais,* apresenta notáveis diferenças já na comparação regional, va-

* Omite-se e subentende-se nos parágrafos seguintes a especificação "entre os ocupados em atividades produtivas fora do âmbito doméstico e familiar, de 18 anos e mais", para se evitar demasiadas repetições.

riando entre um máximo de 75,87% no Nordeste e um mínimo de 50,01% no Norte, com os valores intermediários de 71,55% no Centro-Oeste, 63,27% no Este e 59,82% no Sul.

Entre os Estados as diferenças são ainda mais acentuadas, variando a referida proporção entre um máximo de 82,69% na Paraíba e um mínimo de 44,75% no Amazonas.

A importância preponderante deste ramo de atividade é atestada pelas proporções abaixo, referentes a todas as Unidades da Federação, que estão dispostas em ordem decrescente.

Proporção dos ocupados em atividades agrícolas, pecuárias e afins, sobre 100 pessoas de 18 anos e mais ocupadas em atividades produtivas fora do âmbito doméstico e familiar

	%
1. Paraíba	82,69
2. Goiás	79,99
3. Espírito-Santo	78,47
4. Piauí	78,06
5. Rio-Grande-do-Norte	76,43
6. Ceará	76,41
7. Alagoas	76,02
8. Minas-Gerais	75,56
9. Bahia	74,27
10. Maranhão	74,16
11. Pernambuco	71,35
12. Paraná	70,52
13. Santa-Catarina	69,96
14. Sergipe	69,36
15. Rio-Grande-do-Sul	63,96
16. Mato-Grosso	57,23
17. Rio-de-Janeiro	55,08
18. São-Paulo	54,91
19. Pará	54,46
20. Amazonas	44,75
21. Acre	24,79
22. Distrito-Federal	3,09

Na população em grande maioria urbana, do Distrito-Federal a proporção das atividades agrícolas, pecuárias e afins é, por causas óbvias, muito baixa.

7. A proporção das *atividades nas indústrias extrativas* já apresenta variações excepcionalmente fortes na comparação regional, atingindo o máximo de 23,89% no Norte e a cifra ainda elevada de 6,51% no Centro-Oeste, e descendo para 2,34% no Nordeste, 2,20% no Este, e 1,24% (mínimo regional) no Sul.

Entre os Estados, atinge a proporção mais elevada o Amazonas, com

30,90% de ativos nas indústrias extrativas, e a mais baixa a Paraíba, com 0,57%.

A proporção verificada no Território do Acre, 56,82%, excede até o máximo estadual do Amazonas; a verificada no Distrito-Federal, 0,77%, fica um pouco superior ao mínimo da Paraíba.

Segue-se, em ordem decrescente, a lista das proporções verificadas nas diversas Unidades da Federação.

Proporção dos ocupados nas indústrias extrativas sobre 100 pessoas de 18 anos e mais ocupadas em atividades produtivas fora do âmbito doméstico e familiar

	%
1. Acre	56,82
2. Amazonas	30,90
3. Pará	18,01
4. Mato-Grosso	14,06
5. Maranhão	8,73
6. Rio-Grande-do-Norte	3,26
7. Santa-Catarina	2,97
8. Bahia	2,86
9. Piauí	2,35
10. Rio-de-Janeiro	2,33
11. Minas-Gerais	2,32
12. Goiás	2,05
13. Sergipe	2,01
14. Alagoas	1,94
15. Paraná	1,47
16. Espírito-Santo	1,39
17. Rio-Grande-do-Sul	1,21
18. Ceará	1,19
19. São-Paulo	0,96
20. Pernambuco	0,95
21. Distrito-Federal	0,77
22. Paraíba	0,57

Salienta-se a importância relativa deste ramo de atividades, além do que no Acre e no Amazonas, no Pará, em Mato-Grosso e no Maranhão.

8. A proporção das atividades nas indústrias de transformação apresenta variações notáveis, embora menores do que as das indústrias extrativas. Verifica-se o máximo regional de 13,88% no Sul, e o mínimo de 5,43% no Norte, com cifras intermediárias de 10,16% no Este, 6,99% no Nordeste e 6,74% no Centro-Oeste.

Entre os Estados apresenta a proporção mais elevada o de São-Paulo, com 16,70%, e a mais baixa o do Amazonas, com 4,08%.

A proporção do Distrito-Federal — que pela sua própria condição de zona urbana e suburbana oferece menores possibilidades de exercícios de atividades agropecuárias e circunstâncias mais favoráveis para as atividades industriais — excede o máximo estadual de São-Paulo, atingindo 25,20%. A do Acre — território onde predominam as atividades extrativas — fica inferior até ao mínimo estadual do Amazonas.

Além do Distrito-Federal e do Estado de São-Paulo, salientam-se pela proporção dos ocupados nas indústrias de transformação os Estados do Rio-de-Janeiro, Sergipe, Santa-Catarina, Rio-Grande-do-Sul, Pernambuco e Paraná, como consta dos dados abaixo.

Proporção dos ocupados nas indústrias de transformação sobre 100 pessoas de 18 anos e mais ocupadas em atividades produtivas fora do âmbito doméstico e familiar

	%
1. Distrito-Federal	25,20
2. São-Paulo	16,70
3. Rio-de-Janeiro	15,16
4. Sergipe	11,56
5. Santa-Catarina	10,86
6. Rio-Grande-do-Sul	10,03
7. Pernambuco	9,51
8. Paraná	9,10
9. Alagoas	8,06
10. Bahia	6,92
11. Goiás	6,91
12. Ceará	6,69
13. Piauí	6,64
14. Minas-Gerais	6,54
15. Mato-Grosso	6,44
16. Pará	6,29
17. Maranhão	5,20
18. Paraíba	4,90
19. Rio-Grande-do-Norte	4,52
20. Espírito-Santo	4,40
21. Amazonas	4,08
22. Acre	2,36

9. A proporção dos ocupados no comércio e crédito varia, nas regiões, entre os extremos de 7,46% no Sul e 3,49% no Centro-Oeste, com valores intermediários de 6,49% no Este, 5,86% no Norte e 4,41% no Nordeste.

Nos Estados essa proporção varia entre o máximo de 8,61% em São-Paulo e o mínimo de 2,78% em Goiás. Apresentam proporções relativamente elevadas, além do Estado de São-Paulo, os do Rio-de-Janeiro e do Rio-Grande-do-Sul.

No Distrito-Federal, centro comercial e bancário de grande importância, a proporção dos ocupados no comércio e crédito excede o dobro da de São-Paulo, aproximando-se de 20%.

Seguem-se as percentagens, em ordem decrescente, para as diversas Unidades da Federação.

Proporção dos ocupados no comércio, crédito, etc., sobre 100 pessoas de 18 anos e mais ocupadas em atividades produtivas fora do âmbito doméstico e familiar

	%
1. Distrito-Federal	19,80
2. São-Paulo	8,61
3. Rio-de-Janeiro	6,87
4. Rio-Grande-do-Sul	6,85
5. Pará	6,07
6. Pernambuco	5,80
7. Amazonas	5,56
8. Acre	4,97
9. Ceará	4,91
10. Paraná	4,73
11. Mato-Grosso	4,68
12. Bahia	4,25
13. Santa-Catarina	4,22
14. Sergipe	4,12
15. Minas-Gerais	4,11
16. Espírito-Santo	4,03
17. Rio-Grande-do-Norte	3,75
18. Alagoas	3,69
19. Paraíba	3,56
20. Maranhão	3,23
21. Piauí	3,17
22. Goiás	2,78

10. O ramo dos *serviços e atividades sociais* abrange numerosas e variadas classes e sub-classes, entre as quais se salientam pelo número dos seus componentes as que participam de caracteres da indústria e do comércio. A proporção deste ramo é relativamente elevada em todas as regiões, variando entre o máximo de 7,69% no Este e o mínimo de 4,98% no Centro-Oeste, com os valores intermediários de 6,61% no Norte, 6,36% no Sul e 6,06% no Nordeste.

Entre os Estados se observam diferenças mais acentuadas, com uma proporção máxima de 7,51% no do Rio-de-Janeiro, e proporções elevadas nos do Rio-Grande-do-Norte, São-Paulo, Bahia, etc., e proporções mínimas de 3,82% em Santa-Catarina e 3,76% no Paraná.

A proporção destas atividades no Distrito-Federal é extraordinariamente elevada, atingindo 19,06%.

Proporção dos ocupados em serviços e atividades sociais sobre 100 pessoas de 18 anos e mais ocupadas em atividades produtivas fora do âmbito doméstico e familiar

	%
1. Distrito-Federal	19,06
2. Rio-de-Janeiro	7,51
3. Rio-Grande-do-Norte	7,13
4. São-Paulo	7,10
5. Bahia	7,08
6. Pará	6,96
7. Sergipe	6,92
8. Pernambuco	6,84
9. Ceará	6,62
10. Piauí	6,47
11. Rio-Grande-do-Sul	6,43
12. Amazonas	6,36
13. Mato-Grosso	5,92
14. Alagoas	5,51
15. Maranhão	4,91
16. Minas-Gerais	4,90
17. Espírito-Santo	4,72
18. Paraíba	4,71
19. Goiás	4,43
20. Acre	3,84
21. Santa-Catarina	3,82
22. Paraná	3,76

11. A proporção dos ocupados nos *transportes e comunicações* apresenta notáveis variações regionais, entre o máximo de 5,20% no Sul e o mínimo de 1,94% no Nordeste, com valores intermediários de 4,15% no Este, 3,80% no Norte e 2,19% no Centro-Oeste.

Entre os Estados, os do Rio-de-Janeiro, com 6,49%, e de São-Paulo, com 5,83%, apresentam as proporções mais elevadas, enquanto as proporções mínimas, do Piauí e da Paraíba, apenas excedem 1%.

O Distrito-Federal, grande centro de comunicações terrestres, marítimas e aéreas, e sede de uma vasta aglomeração urbana com intenso tráfego interior, apresenta a proporção excepcionalmente elevada de 11,03% ocupados nos transportes e comunicações.

A lista abaixo dá as proporções verificadas em todas as Unidades da Federação.

Proporção dos ocupados nos transportes e comunicações sobre 100 pessoas de 18 anos e mais ocupadas em atividades produtivas fora do âmbito doméstico e familiar

	%
1. Distrito-Federal	11,03
2. Rio-de-Janeiro	6,49
3. São-Paulo	5,83
4. Paraná	4,42
5. Rio-Grande-do-Sul	4,39
6. Amazonas	4,11
7. Santa-Catarina	4,08
8. Mato-Grosso	3,85
9. Pará	3,75
10. Espírito-Santo	2,99
11. Acre	2,78
12. Minas-Gerais	2,73
13. Pernambuco	2,72
14. Sergipe	2,63
15. Alagoas	2,44
16. Bahia	2,23
17. Rio-Grande-do-Norte	2,13
18. Maranhão	1,87
19. Ceará	1,58
20. Goiás	1,21
21. Piauí	1,03
22. Paraíba	1,01

12. Nas atividades das profissões liberais, ensino particular, culto, etc., encontram-se notáveis diferenças entre as proporções regionais, embora tôdas essas proporções sejam baixas. A proporção menos baixa, de 1,31 %, encontra-se no Sul; seguem-se o Este com 1,10 %, o Centro-Oeste com 0,73 %, o Norte com 0,72 %, e, com a proporção mais baixa, 0,49 %, o Nordeste.

Entre os Estados, a proporção máxima, de 1,47 %, corresponde a São-Paulo; o Rio-Grande-do-Sul e o Rio-de-Janeiro apresentam, também, proporções relativamente elevadas. A proporção mínima é a do Maranhão, 0,30 %.

No Distrito Federal a proporção dos ocupados neste ramo de atividades atinge 3,45 %, excedendo fortemente as proporções mais elevadas verificadas nos Estados.

Proporção dos ocupados nas profissões liberais, ensino particular, culto, etc. sobre 100 pessoas de 18 anos e mais ocupadas em atividades produtivas fora do âmbito doméstico e familiar

	%
1. Distrito Federal	3,45
2. São-Paulo	1,47
3. Rio-Grande-do-Sul	1,25
4. Rio-de-Janeiro	1,08

	%
5. Paraná	0,92
6. Mato-Grosso	0,88
7. Minas-Gerais	0,86
8. Santa-Catarina	0,79
9. Amazonas	0,76
10. Pará	0,73
11. Pernambuco	0,68
12. Goiás	0,64
13. Espírito-Santo	0,62
14. Ceará	0,53
15. Bahia	0,50
16. Sergipe	0,43
17. Alagoas	0,42
18. Paraíba	0,41
19. Rio-Grande-do-Norte	0,40
20. Acre	0,38
21. Piauí	0,35
22. Maranhão	0,30

13. A proporção dos ocupados na administração pública, na administração da justiça e no ensino público varia nas Regiões entre os máximos de 3,11 % no Este e 3,00 % no Sul e os mínimos de 1,60 % no Centro-Oeste e 1,58 % no Nordeste, ficando afastada de uns e outros extremos a proporção do Norte, 2,50 %.

Entre os Estados, apresenta a proporção mais elevada, 3,72 %, o do Rio-de-Janeiro, a que se segue o de São-Paulo; a proporção mais baixa, 1,24 %, é a do Maranhão.

No Distrito Federal, sede da capital da União e centro cultural de primeira ordem, a proporção destas atividades atinge o nível, excepcionalmente elevado, de 9,75 %.

Segue-se a lista das proporções verificadas nas diversas Unidades da Federação.

Proporção dos ocupados na administração pública, justiça e ensino público sobre 100 pessoas de 18 anos e mais ocupadas em atividades produtivas fora do âmbito doméstico e familiar

	%
1. Distrito Federal	9,75
2. Rio-de-Janeiro	3,72
3. São-Paulo	3,27
4. Rio-Grande-do-Sul	2,80
5. Paraná	2,70
6. Espírito-Santo	2,66
7. Pará	2,64
8. Acre	2,26
9. Amazonas	2,23
10. Santa-Catarina	2,06
11. Sergipe	2,05

	%
12. Minas-Gerais	2,02
13. Mato-Grosso	1,96
14. Pernambuco	1,79
15. Ceará	1,70
16. Paraíba	1,58
17. Rio-Grande-do-Norte	1,53
18. Bahia	1,42
19. Piauí	1,40
20. Goiás	1,38
21. Alagoas	1,34
22. Maranhão	1,24

14. A distribuição territorial dos ocupados na *defesa nacional e segurança pública* não depende, em grande parte, da livre escolha dos interessados, e sim das exigências dos respectivos serviços públicos.

Justificam-se assim as consideráveis diferenças das proporções regionais, desde o máximo de 2,23 % no Centro-Oeste até o mínimo de 0,52 % no Nordeste, com os valores intermediários de 1,82 % no Este, 1,74 % no Sul e 1,18 % no Norte: distribuição que reflete a situação de 1940, hoje notavelmente alterada.

Entre os Estados, apresentam as proporções mais elevadas os de Mato-Grosso (4,97 %) e do Rio-Grande-do-Sul (3,08 %); as mais baixas, os do Maranhão e do Ceará (0,36 %).

No Distrito Federal, por causas óbvias, a proporção dêste ramo de atividade atinge um nível muito elevado, 8,04 %.

Segue-se a lista das proporções calculadas para as diversas Unidades da Federação.

Proporção dos ocupados na defesa nacional e segurança pública sobre 100 pessoas de 18 anos e mais ocupadas em atividades produtivas fora do âmbito doméstico e familiar

	%
1. Distrito Federal	8,04
2. Mato-Grosso	4,96
3. Rio-Grande-do-Sul	3,08
4. Paraná	2,39
5. Acre	1,81
6. Rio-de-Janeiro	1,75
7. Amazonas	1,25
8. Santa-Catarina	1,24
9. São-Paulo	1,14
10. Pará	1,10
11. Sergipe	0,93
12. Minas-Gerais	0,91
13. Rio-Grande-do-Norte	0,84
14. Espírito-Santo	0,70

	%
15. Goiás	0,61
16. Alagoas	0,59
17. Paraíba	0,58
18. Pernambuco	0,58
19. Piauí	0,53
20. Bahia	0,47
21. Maranhão	0,36
22. Ceará	0,36

15. Querendo-se resumir numa visão comparativa de conjunto os aspectos típicos das diversas Unidades da Federação, convém salientar que um caráter comum a quase todas essas Unidades é a grande predominância das atividades agrícolas, pecuárias e afins.

Apenas no Território do Acre predominam as atividades nas indústrias extrativas; nos Estados onde estas atividades apresentam largo desenvolvimento — Amazonas, Pará, Mato-Grosso, etc. — já ficam em segundo lugar depois das agro-pecuárias, ainda menor, embora não desprezível, é a sua importância relativa no Maranhão e no Rio-Grande-do-Norte.

O tipo de economia quase exclusivamente agrícola e pastoril é representado pelos Estados da Paraíba, de Goiás, do Espírito-Santo, do Piauí, e, com um desenvolvimento um pouco maior de outras atividades, pelos do Ceará e de Alagoas.

Intermediários a êsses Estados e aos com já notável desenvolvimento das indústrias de transformação ficam os de Minas-Gerais, Bahia e Pernambuco, em que a predominância das atividades agro-pecuárias não exclui uma importância maior do que no grupo precedente das atividades industriais e comerciais.

O grupo dos Estados em que apresentam maior extensão relativa as indústrias de transformação é constituído por São-Paulo em primeiro lugar, Rio-de-Janeiro e Rio-Grande-do-Sul em segunda linha e Paraná, Santa-Catarina e Sergipe em terceira.

Um tipo a parte, de economia caracterizada pelo predomínio da atividade industrial e comercial, é constituído pelo Distrito Federal, que associa à qualidade de capital da União as de vasta aglomeração urbana e grande centro econômico nacional.

16. O presente estudo, como o precedente n.º 206, teve apenas o objetivo de oferecer uma primeira visão geral

da distribuição da população ativa entre os diversos ramos de atividade.

Estudos próximos, baseados em apurações pormenorizadas, permitirão aprofundar as análises e delinear com maior precisão as características dessa

distribuição nas diversas Regiões Fisio-gráficas e Unidades da Federação.

Rio-de-Janeiro, 25 de janeiro de 1946.

Giorgio Mortara
Consultor Técnico do Serviço
Nacional de Recenseamento

TABELA II

Distribuição proporcional, segundo ramos de atividade, das pessoas de 18 anos e mais que exercem atividades produtivas fora do âmbito doméstico e familiar, no Brasil, nas Regiões Fisiográficas e nas Unidades da Federação

Cifras proporcionais a 1 000 000 de ocupados nessas atividades

UNIDADES POLÍTICAS E GEOGRÁFICAS	TOTAL	PROPORÇÕES DOS DIVERSOS RAMOS DE ATIVIDADE SÔBRE 1 000 000 DE ATIVOS FORA DO ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR									
		Agricul- tura, pecuária, etc.	Indús- trias extra- tivas	Indús- trias de transfor- mação	Comér- cio de merca- dorias	Comér- cio de valores, etc.	Trans- portes e co- muni- cações	Admini- tração pública, Justiça, ensino público	Defesa nacional, segu- rança pública	Pro- fissões liberais, ensino parti- cular, culto, etc.	Serviços e ativi- dades sociais
BRASIL...	1 000 000	848 410	28 858	103 144	57 576	4 346	38 932	26 432	14 743	9 980	87 581
Norte.....	1 000 000	500 061	238 903	54 310	57 108	1 478	38 018	24 989	11 813	7 181	66 141
Acre.....	1 000 000	247 850	568 205	23 559	49 238	416	27 839	22 603	18 074	3 823	38 393
Amazonas.....	1 000 000	447 492	308 967	40 826	54 340	1 250	41 143	22 312	12 525	7 564	63 581
Pará.....	1 000 000	544 631	180 077	62 879	58 999	1 665	37 492	26 376	10 969	7 295	69 617
Nordeste.....	1 000 000	756 741	23 387	69 909	42 455	1 601	19 406	15 768	5 245	4 917	80 563
Maranhão.....	1 000 000	741 646	87 344	51 955	31 737	542	18 693	12 355	3 631	3 001	49 096
Piauí.....	1 000 000	780 648	23 508	66 414	31 078	593	10 270	13 969	5 282	3 536	64 722
Ceará.....	1 000 000	764 107	11 942	66 885	47 670	1 478	15 799	17 020	3 592	5 317	66 190
Rio G. do Norte.....	1 000 000	764 312	32 556	45 191	36 702	810	21 348	15 344	8 391	4 010	71 336
Paraíba.....	1 000 000	828 862	5 705	49 022	34 595	978	10 099	15 791	5 780	4 057	47 111
Pernambuco.....	1 000 000	713 455	9 465	95 061	54 822	3 139	27 173	17 912	5 773	6 833	66 367
Alagoas.....	1 000 000	760 241	19 351	80 568	35 745	1 183	24 395	13 358	5 863	4 235	55 061
Este.....	1 000 000	632 651	22 033	101 630	60 184	4 775	41 539	31 072	18 184	11 018	78 834
Sergipe.....	1 000 000	693 646	20 070	115 554	40 062	1 155	26 297	20 485	9 276	4 281	69 174
Bahia.....	1 000 000	742 682	28 564	69 231	41 287	1 224	22 329	14 195	4 712	4 986	70 790
Minas Gerais.....	1 000 000	755 630	23 204	65 446	38 195	2 857	27 832	20 240	9 084	8 553	48 959
Espírito Santo.....	1 000 000	784 725	13 922	44 024	38 820	1 498	29 934	26 632	6 993	6 220	47 232
Rio de Janeiro.....	1 000 000	550 845	23 305	151 570	64 493	4 221	64 981	37 207	17 497	10 750	75 131
Distrito Federal.....	1 000 000	30 932	7 721	252 009	175 520	20 469	110 290	97 524	80 398	34 504	190 633
Sul.....	1 000 000	598 182	12 381	138 800	68 049	6 503	52 046	30 013	17 353	13 096	63 577
São Paulo.....	1 000 000	549 087	9 640	167 010	77 847	8 260	58 330	32 716	11 356	14 717	71 037
Paraná.....	1 000 000	705 163	14 664	90 999	44 398	2 869	44 242	26 957	23 895	9 180	37 633
Santa Catarina.....	1 000 000	699 605	29 727	108 557	40 386	1 799	40 783	20 933	12 395	7 867	38 248
Rio Grande do Sul.....	1 000 000	639 558	12 089	100 295	63 194	5 314	43 944	27 666	30 794	12 518	64 328
Centro-Oeste.....	1 000 000	715 514	65 053	67 378	33 549	1 319	21 868	15 968	22 270	7 277	49 808
Goiás.....	1 000 000	799 851	20 523	69 108	27 132	689	12 077	13 839	6 133	6 365	44 283
Mato Grosso.....	1 000 000	572 342	140 647	64 442	44 443	2 387	38 483	19 583	49 665	8 826	59 182

O Fator Posição Astronômica Aplicado no Brasil; Condições Climatológicas e suas Conseqüências

[Programa de Geografia—Curso colegial]

Prof.^a LÉA QUINTIERE
Da Secção Cultural
do Conselho Nacional de Geografia

O Setor Didático da Secção Cultural do C. N. G. publica um novo plano de matéria que constitui um ponto do programa oficial de Geografia da 3.^a série colegial. Este, como os demais já publicados, não tem caráter oficial: visa apenas servir de base a planos de aulas nos quais o professor poderá acrescentar ou suprimir as partes que julgar mais necessárias.

ESQUEMA DA MATÉRIA

Unidade I: A posição geográfica do Brasil.

Sub-unidade: *O fator posição astronômica aplicado no Brasil; condições climatológicas e suas conseqüências.*

I — INTRODUÇÃO: O Brasil é uma parte da América-do-Sul e portanto deve ser estudado em relação com o resto do continente (posição astronômica, forma e relevo; conseqüências sobre o clima). Sua grande extensão territorial e posição astronômica dão-lhe originalidade dentro do mesmo continente.

II — DESENVOLVIMENTO:

1) — O Brasil possui terras em diferentes latitudes

a) Variedade de climas e variedade de vegetação.

b) A forma do continente e a formação territorial dão uma maior área na zona equatorial do que na temperada.

c) Diferentes regiões naturais com possibilidades econômicas diferentes. A economia baseada no comércio dos produtos extrativos e culturas tropicais. As culturas temperadas e a criação.

d) Primeiro povoamento europeu na zona tropical (atração dos produtos de clima quente). O povoamento recente e as correntes imigratórias européas no sul do Brasil. O paralelismo dos climas.

2) — O Brasil apresenta terras na zona de baixa pressão equatorial.

a) Os ventos alíseos e o mar calmo facilitam as comunicações entre a América-do-Sul (Brasil) e o Velho-Mundo (Cabo-Verde — Nordeste do Brasil); possibilidade de comunicação durante o ano todo.

- b) Contraste das rotas marítimas e aéreas entre a América-do-Sul e a África com as da América-do-Norte e Europa (tufões, ventos irregulares icebergs, mar de Sargaços).
- 3) — Desvio do continente sul americano para leste e maior proximidade do Velho-Mundo.
- a) Consequência histórica: Tratado de Tordesilhas.
- b) Consequência comercial:
- no passado: entrepostos para o comércio com a África e a Ásia.
 - no presente: comércio maior com a Europa do que com a Ásia. Maior possibilidade de contacto com a América-do-Norte do que com as terras do hemisfério sul muito distantes.
- c) Consequência social: facilidade de contacto com os povos europeus. A proximidade da África e a facilidade do tráfico de africanos.
- d) Consequência militar: Natal.

III — CONCLUSÃO:

A posição astronômica do Brasil e as condições climatológicas, em parte dela decorrentes, trazem-lhe vantagens e desvantagens. O Brasil já conseguiu um lugar proeminente entre os países tropicais e, no futuro, quando pela técnica dominar as condições desvantajosas, será incluído entre as maiores potências do mundo.

Esta sub-unidade, poderá ser lecionada em uma só aula, sem grande prejuízo da matéria.



MATERIAL DIDÁTICO:

Globo terrestre
Mapa físico da América-do-Sul.
Mapa do Brasil — Escala: 1 750 000.

BIBLIOGRAFIA:

Pierre Denis — *Amérique do Sud* — Tome XV — *Geographie Universelle de P. Vidal de La Blache et L. Gallois.*

Ministério das Relações Exteriores — *Brasil* 1943-44.

A Geografia de Após Guerra*

RICHARD JOEL RUSSELL

Da Universidade do Estado de Louisiana

Durante os anos da guerra, o público tornou-se extremamente compenetrado da Geografia. Têm sido sem precedentes as oportunidades de emprêgo que se depararam aos geógrafos. Seus conhecimentos têm sido exibidos em círculos que há menos de cinco anos atrás quase não sabiam de sua existência. Já se torna evidente a importância cada vez maior dada à Geografia nos currículos escolares e todos esperam que o movimento ganhe impulso. Realizou-se a fagueira esperança dos geógrafos, de que a nossa matéria fôsse encarada sob a perspectiva de seu valor real.

Com a aceitação ampla da Geografia como campo educacional em expansão, surge o maior desafio aos geógrafos. Estaremos à altura dêle? Daqui a cinco ou dez anos, a procura de geógrafos será superior à de cinco ou dez anos passados? Serão mantidas as recentes conquistas, fortalecer-se-á nossa posição, ou recairá a Geografia em sua posição à margem dos currículos das escolas secundárias e das universidades e ao seu lugar tradicional nas escolas primárias? As respostas a estas perguntas dependerão do que fizerem os geógrafos no futuro imediato. O testemunho de nosso passado não é de molde a inspirar confiança. Já é tempo de fazermos um exame franco dos erros do passado e de começarmos a planejar com segurança para o futuro.

É antiga a necessidade da Geografia

A Geografia foi um dos primeiros interesses do homem culto. A tradição de Heródoto, o estudo de povos e lugares, teve paladinos em tôdas as épocas. Os estudiosos, na época depois de Colombo, preferiam geralmente ser retratados com um globo terrestre a seu lado. E nos tempos modernos não diminuiu o respeito pela Geografia. A necessidade pública dessa matéria tem sido demonstrada muitas vêzes, pelo modo por que as escolas a têm admitido em seus currículos.

Não obstante a procura por parte do público e o fato de todo aluno diplomado por escola primária haver passado vários anos estudando a matéria, é contristador ouvir-se uma incapacidade quase universal para responder até a perguntas geográficas extremamente simples, da parte dos concorrentes a testes radiofônicos, inclusive dos ouvintes do mais apurado nível cultural. Este resultado não é culpa do assunto; é principalmente produto da apresentação deficiente. Em retribuição ao espaço generosamente concedido em seus programas de instrução, os geógrafos têm proporcionado às escolas arranjos tão mal concebidos, tantos frutos de manias e digressões tão amplas em disciplinas muito distanciadas do âmago da matéria, que muitos têm chegado a pôr em dúvida a realidade da Geografia como disciplina acadêmica.

Programas mal concebidos

Para uma geração mais antiga, a Geografia consistiu em fronteiras, capitais, rios, cabos e estreitos. A idéia de decorar estava um tanto mais estreitamente identificada com a Geografia do que com os reis, presidentes, generais, guerras e datas da História. Praticamente todos desprezavam a matéria.

Abatendo o entusiasmo pela Geografia exclusivamente de lugares, surgiu a organização em base política. Depois de um exame descritivo da Grã-Bretanha e Irlanda, o estudante seria provavelmente conduzido ao Canadá, à Austrália, à

N.R. — O presente trabalho foi originariamente publicado no *The Journal of Geography*, de Chicago (Vol. XLIV, n.º 8, november, 1945), sendo traduzido para o nosso idioma pelo Sr. Edison G. Dias.

Nova-Zelândia, à África-do-Sul, à Índia e à Jamaica. Um regresso à Europa talvez o trouxesse à França, mas em breve êle partiria para a Argélia, o Senegal, a Indo-China e possivelmente para algumas ilhas do Pacífico, ou próximas da costa da Norte-América. Diminuto conceito do mundo podia ser apreendido em consequência de um processo comparável ao de examinar-se uma pintura segundo o plano extremamente lógico de ir considerando tôdas as côres na ordem espectral.

Em círculos acadêmicos mais elevados surgiu a idéia de que a verdadeira chave da Geografia estava nos climas. Depois de acompanhar um naturalista ao longo do Amazonas, o estudante era conduzido à costa da Guiné, voltava à bacia do Congo, a Sumatra e a tôdas as outras áreas de florestas pluviais tropicais. Seguia então à savana, de gramíneas altas, caça de grande porte e estações rigorosamente definidas, desde o Orenoco, passando pelo Sudão, até os arrozais do Oriente, e daí a todos os desertos, a tôdas as estepes e a todos os lugares quentes, mas não demasiadamente quentes, em que chovia todos os meses do ano. Era provável salientar-se a Geografia Física, comentando-se quanto a distribuição da vegetação, solos e várias outras formas. Ainda neste caso, os estudantes não achavam motivos de grande admiração pela Geografia, nem apreendiam seus princípios essenciais. Estavam sendo submetidos a uma instrução um tanto equivalente à aprendizagem pormenorizada do funcionamento de um carburador ou de um diferencial por uma pessoa que nunca viu um automóvel.

Os frutos das manias

Sob a orientação de William Morris Davis, profeta soberbamente dotado de eloquência e expressão lógica, surgiu uma onda de entusiasmo pela Geografia Física. As universidades começaram a reconhecer a matéria e esta em breve abriu caminho para as escolas secundárias, até em pequenas comunidades. Depois de algumas escaramuças astronômicas e geométricas com o campo das relações de espaço, onde ao menos o estudante ficava impressionado com a dificuldade de computar o tempo na linha convencional de mudança de datas, vinham assuntos físicos abrangendo pontos como a diferença entre a umidade absoluta e a relativa, a identificação de pelo menos três tipos de nuvens, alguma coisa sobre ciclones e rotas de tempestades, e uma dose avantajada de erosão, que achatava ou melhor quase achatava tôda a superfície da Terra. As superfícies quase achatadas eram então elevadas muito acima do nível do mar e repetia-se todo o processo. Desenvolveu-se uma terminologia complicada para atormentar os especialistas. Com o tempo, muitos chegaram a compreender que esta disciplina severa era coisa bastante artificial, que pouca relação tinha com a Geografia. Geólogos e geógrafos ou reclamaram-na como sua, ou de boa vontade passavam-na de uns para os outros. Os administradores que a tinham admitido em seus currículos adquiriam geralmente uma forte convicção de que a Geografia Física não merecia lugar no programa da educação sólida. Generalizou-se nas escolas secundárias o abandono dos cursos da matéria. Nas faculdades, a matéria foi gradualmente dividida em suas partes componentes, e em muitos casos foi transferida para departamentos tais como o de Física e o de Geologia.

A compreensão de que a Geografia devia ter para nos oferecer algo mais que vales suspensos, *esters* e contornos de costas emergentes estimulou o aparecimento de um campo competidor, o da Geografia Comercial. Inclina-se êste a inventariar a produção dos países em trigo, cevada, aveia, batatas, arroz, carne, carvão, ferro, etc., (como era) em alguma data crítica, tal como 1914, e conjugá-la a algumas informações sobre ferrovias e marinhas mercantes. Raramente o aluno ou o professor sabia onde encontrar dados correntes, ou como confrontá-los com tabelas porventura existentes no compêndio. Havia relativamente pouca Geografia tradicional em tais cursos, exceto a velha rotina de decorar Geografia de lugares, que não produziu o efeito de aumentar a admiração pela matéria no espírito dos alunos. Ela parecia ter, contudo, umas tinturas de coisa prática, de modo que certos livros contendo tudo, desde a Geografia Física até a economia agrícola começaram a mascarar-se com títulos *comerciais* e *econômicos*.

Para compensar o caráter inanimado da Geografia Física surgiu o determinismo antropocêntrico de Ellen C. Semple, que pregou com êxito o evangelho de Ratzel ao mundo educacional da América-do-Norte. A Geografia: "Dize-me onde vives e dir-te-ei o que és". O sol tropical escurecia a pele do negro, ao

passo que os céus nublados alouravam o cabelo e azulavam os olhos do sueco. O esquimau de epiderme escura era pôsto à margem daquela determinada série, mas aparecia em outra parte, com sua sovela de osso, bem no começo de uma progressão que nos levava às fábricas de Manchester e Leeds. Os geógrafos galopavam alegremente no terreno da fisiologia, da nutrição, da psicologia, da sociologia e em outros campos, onde, via de regra, eram severamente rechaçados. Muitos consideravam direito de nascença dos geógrafos o de colher em searas que não plantaram nem cultivaram. O resultado mais grave da mania do determinismo foi um descrédito geral da Geografia. Os cientistas começaram a julgar a matéria uma pseudo-ciência, e os cultores das ciências sociais temiam-na como uma indisciplinada réde de arrastão que não reconhecia fronteiras acadêmicas.

As manias atuais

Estratégia política e militar, assuntos de economia mundial ou nacional e planejamento de todos os tipos não são preocupações precipuas do geógrafo. Este deve estar pronto a proporcionar muitas informações sobre fatos a pessoas empenhadas em tais atividades, e pode preferir tornar-se especialista em um de tais campos, porém ao fazê-lo deve reconhecer seu afastamento da Geografia propriamente dita.

Os professores e os que contribuem para o conhecimento são inquestionavelmente necessários no ramo agrícola e em outros ramos da economia, em sociologia rural e de outras categorias, em Geopolítica e outras formas de ciência política, assistência social e assuntos correlatos. Os geógrafos podem ter excelentes bases para entrar em tais disciplinas. Há, porém, verdadeiro mal quando eles insistem em que tais disciplinas entrem na Geografia. As reivindicações fantásticas quanto ao conteúdo da Geografia têm convencido muitos educadores de que a matéria não merece lugar em currículo algum.

Do ponto de vista de um julgamento futuro, todo afastamento da Geografia de seu campo tradicional de estudar a Terra e seus habitantes arrisca-se a ser taxado de capricho. Tôda vez que um geógrafo empreende trabalho de especialistas em outros ramos do conhecimento, arrisca-se a colocar-se na posição dos deterministas extremados que atacavam problemas complexos de fisiologia sem o benefício do preparo em assuntos como a parasitologia, a genética ou a medicina em geral. Invadir campos ocupados por outros é sempre perigoso e raramente resulta em recepção entusiástica por parte dos ocupantes.

A crença, que parece um tanto propagada, de que o aeroplano revolucionou a Geografia e a Cartografia, é provavelmente a mais flagrante admissão de ignorância hoje em dia em voga acerca desses assuntos. Acabará a sede de manias por conduzir-nos à super-redundância de "uma Geografia global do mundo"?

Se o descobrimento das projeções polares revolucionou a Geografia, êsse truque foi praticado antes do início da era cristã, por Tales e Hiparco. Aos que acreditam que êstes últimos poucos anos trouxeram progressos revolucionários à Cartografia deve-se lembrar que, como auxílio para encontrar a Passagem do Noroeste, Sir Humphrey Gilbert empregou uma projeção polar em 1582, e que um arquiteto de San Francisco recebeu um prêmio por uma projeção polar modificada, empregada para fazer a carta de uma corrida de aviões "ao redor do mundo" na Feira Mundial de 1915. Na verdade, poucos atlas publicados nestes últimos quatro séculos têm deixado de incluir mapas de uma ou duas rédes de projeções polares.

Grande parte da "nova" Cartografia é extremamente tósca e desorientadora. Comente, as asserções dos editores são refutadas pelos próprios mapas. É óbvio, por exemplo, que em um mapa tendo por centro o pólo Norte o grande círculo do equador, perfeitamente destacado, tem mesmo que figurar como círculo, e assim o mais curto caminho aéreo entre dois pontos equatoriais não será a corda em linha reta entre êles. Também é verdade que a linha mais curta entre o Panamá e Tóquio ou Detroit e Berlim só é reta no caso de se tratar de projeção gnomônica, e não importa saber se é gnomônica polar ou não. As projeções polares do hemisfério setentrional confundem de modo atroz as linhas curtas no hemisfério meridional, e desfiguram as formas muito

mais que a maioria das projeções que elas pretendem substituir durante esta "idade do ar". Nem o aeroplano nem a fotografia aérea resolveu o primitivo dilema do cartógrafo, a possibilidade de um mapa perfeito, que equivale à quadratura do círculo.

Os diagramas em perspectiva, por mais engenhosos que sejam, não são mapas. São extremamente complicados para se fazer e difíceis de interpretar porque carecem de escala constante, e por essa razão são sumamente enganadores.

O âmago da Geografia

O tema central ou o âmago da Geografia sempre foi e sempre será o estudo da superfície da Terra. Mesmo que a palavra *Geografia* chegue eventualmente a ter o significado de ecologia humana, reação do homem ao ambiente, ou alguma outra coisa, sempre existirá uma disciplina ocupada principalmente com a superfície da Terra.

O fato de que o campo da Geografia é tão vasto que alguns se especializam em empreendimentos analíticos tais como exploração, medição e descrição, ao passo que outros sintetizam a matéria sob vários títulos diferentes não é negação da realidade da disciplina. A importância do campo de ação não é enfraquecida pelo fato de ele passar, por transição imperceptível, para assuntos como a Física, a Geologia, a Biologia, a Demografia, a Sociologia, a Economia e a História. É muitíssimo mais proveitoso identificar o âmago de um assunto do que tentar definir suas fronteiras externas.

Heródoto tinha em vista o âmago da Geografia, como o tinha Estrabão vários séculos mais tarde. Cada qual se dedicou a descrever a Terra e seus habitantes e a tirar conclusões dos exames que fizeram. Os homens sempre se interessaram por aquele assunto, que sempre lhes interessará. O domínio do geógrafo expandiu-se enormemente desde o tempo dos antigos, porém o tema central da matéria permaneceu o mesmo. Veredas divergentes do âmago têm conduzido a muitos campos ora estabelecidos permanentemente sob outros nomes. O conjunto do desenvolvimento e da subdivisão do conhecimento em campos diferentes é tão complexo, hoje em dia, que a maior parte das veredas divergentes do tema central de qualquer ramo antigo da sabedoria nos leva a disciplinas já versadas por outros.

O interesse do geógrafo a respeito dos povos é motivado precipuamente pelo fato de estes ocuparem e influenciarem profundamente a superfície da maior parte da Terra. Contudo, a presença do homem não constitui uma necessidade ao definir-se o tema central da Geografia. Poucos negarão que existe uma Geografia da Antártida porque aquele continente não é habitado. Os limites da Geografia não são atingidos onde o ambiente cessa de atuar sobre o homem, ou este sobre a paisagem.

Os limites da Geografia não são atingidos em uma época determinada da História. Necessitamos dos préstimos do geólogo, que pode conduzir-nos regressando no tempo a grandes distâncias, para que possamos compreender a superfície da Terra de nossos dias. Os biólogos nos auxiliam, não só com relação à atual distribuição das plantas e dos animais, como também à compreensão da presença destes e daquelas. Temos que acompanhar o pré-historiador em busca de resposta a muitas perguntas específicas sobre a paisagem. Temos que compreender desenhos caleidoscópicos e modificações nos tipos étnicos de povos que ocupavam antigamente os lugares que nos interessam. Nesses empreendimentos, nosso interesse não se fixa precipuamente na Geologia, na Biologia, na Antropologia, na Arqueologia ou na História. Precisamos de *back-grounds* que se aprofundem no tempo para explicar assuntos dispostos diretamente ao lado do tema central da Geografia.

Afastamentos do tema central

Os afastamentos do tema central da Geografia não são forçosamente improdutivos nem maus. Um dos primeiros deles resultou no nascimento da História como ramo do conhecimento. Divergia ele da tradição de Heródoto e Estrabão por salientar mais a seqüência cronológica, tornando-se mais preocupado com datas, indivíduos e evolução de movimentos do que com lugares. Outros afasta-

mentos resultaram em uma multidão de disciplinas extremamente úteis, variando desde sub-ciências irmãs, como a Oceanografia, a Climatologia, a Pedologia, a Zoogeografia, certas espécies de Ecologia, a Vulcanologia, a Glaciologia e a Cartografia, até as ciências sociais irmãs, como a Etnografia, a Demografia, muitas partes da Sociologia, diversas partes da Economia e várias da Ciência Política. Com efeito, tem surgido um grupo de ciências geográficas e outro de ciências geográfico-sociais. Todas elas necessitam de certa nutrição provida de sua genitora, e hão de buscá-la, se esta puder ser encontrada. Se ela proporcionar às ciências, como alimento, os frutos de manias, como fêz tantas vezes no passado, o parentesco entre a Geografia e seus modernos descendentes não permanecerá cordial por muito tempo.

Preparo de geógrafos

Para aceitar com êxito o desafio decorrente do incremento do interesse público em torno da Geografia e a posição mais liberal que esta matéria é suscetível de ocupar nos currículos escolares, é necessário que os geógrafos concordem, dentro de limites razoáveis, quanto a assuntos como o tema central do campo de estudos, de modo que o *back-ground* geral dos estudantes que estejam sendo preparados em Geografia seja um tanto mais uniforme do que tem sido no passado. O impulso deve partir do alto da escada educacional.

O primeiro curso nas faculdades deveria ser de um ano de Geografia regional, um estudo da Terra e de seus habitantes. Tópicos tais como relações de espaço, climas, solos e outras matérias do curso de *elementos*, que agora se inflige amplamente aos alunos principiantes, deveriam vir mais tarde, do mesmo modo que grande parte do conteúdo dos cursos comerciais, lecionados como alternativa. Os alunos aprofundam-se na questão de saber por que o Saara é tão sêco depois de terem algum conhecimento das paisagens e dos povos daquele deserto e alguma compreensão da diferença entre êle e as terras que o rodeiam. Geralmente êste mesmo assunto é considerado fastidioso ao ser abordado primeiramente do ponto de vista meteorológico em um curso de *elementos*, de primeiro ano. Os alunos consideram a distinção entre os climas de savana e de floresta pluvial como algo mais do que simples teoria, depois de aprenderem os contrastes entre as culturas sudanesas e as das florestas pluviais. Os *podsols* e as terras negras tornam-se rapidamente assuntos de interesse prático para os alunos que, em um curso anterior, associaram os povos com os principais tipos de floresta e vegetação, inclusive os cereais domesticados.

Afora o seu valor para os alunos de carreira, um argumento extremamente poderoso em favor de um ano introdutório de Geografia regional é o fato de proporcionar êle aos não profissionais o melhor contacto possível, em curso isolado, com o departamento de Geografia. Estudantes que concentram seus esforços em outros campos absorvem informações muito mais úteis do que poderiam obter de cursos introdutórios alternativos. Não pode haver, por parte de um departamento de Geografia, ação mais cordialmente recebida pela totalidade do corpo docente universitário, do que a simples questão de ensinar as matérias que outros departamentos realmente desejam ao concederem espaço em seus programas para um curso de Geografia.

O desenvolvimento do currículo para profissionais além do primeiro curso deve ser governado por vários fatores, tais como exigências locais, possibilidades do corpo docente e do equipamento e filosofia educacional do departamento interessado. Em geral, pode haver margem considerável quanto ao número e às espécies dos cursos especializados em ramos tais como Cartografia, Climatologia, *elementos* de Geografia Física, Geografia Econômica, Geografia Política, etc. porém cada currículo deveria conter pelo menos dois cursos regionais adicionais, um referente aos Estados Unidos ou à Anglo-América e outro referente ao Estado local ou à região. A inclusão da Meteorologia depende muito dos desejos do departamento de Física de lidar com o assunto, e a da Geomorfologia fica sujeita à atitude do departamento de Geologia. É da máxima conveniência que se exija de todos os estudantes do último ano do curso universitário básico um curso fundamental dos *elementos* de Geografia Cultural. Em um programa para alunos do curso básico é muito mais importante que êles recebam educação ampla e equilibrada do que sejam arrebanhados pelos departamentos de Geografia em currículos sobrecarregados de cursos especializados.

Curso regional de primeiro ano

O homem deve ser a figura central no curso de estudo regional. As divisões fundamentais da superfície da Terra devem corresponder aos maiores agrupamentos culturais expressivos da humanidade. Embora tenhamos à nossa disposição várias terminologias, o meio de subdivisão de acôrdo com os *mundos* culturais é sumamente bom.

Falando-se de modo geral, as culturas da Eurásia e da África se dividem nos grandes grupos constituídos pelos mundos polar, europeu, levantino (faixa seca desde o Saara ocidental até a Mongólia oriental) e oriental. Dentro de cada um, encontram-se domínios como os do noroeste, do oriente e o do Mediterrâneo, no caso do mundo europeu, ou árabe-bérbere e turco-mongol, no caso do mundo levantino. Entre mundos e domínios, encontram-se faixas fragmentadas, zonas de culturas antagonicas e de instabilidade política, com transições confusas. Menores que os domínios são individualmente as nações, os estados e outras subdivisões culturais de menor importância.

A Revolução Comercial, que se seguiu às viagens de descobrimento, iniciou a maior transformação cultural da História, ou seja a Revolução do Novo Mundo. Da Espanha, de Portugal, da Inglaterra, dos Países Baixos, da França e de outras nações européias, veio uma propagação de cultura do mundo europeu para se sobrepor às culturas e aos povos de muitas partes da Terra, ou para desalojá-los. As culturas dos mundos oriental e levantino, antigas e sólidamente estabelecidas, foram as que melhor resistiram à Revolução do Novo Mundo, embora muitas incursões importantes abrissem brechas em suas obstinadas defesas. Os povos do mundo polar só foram atingidos em áreas limitadas, porque o rigor físico de seu ambiente é bastante hostil para impedir usurpações européias em grande escala. Os mundos culturais primitivos, como o africano, o ameríndio, o polinésio e outros, resistiram ao movimento em proporção mais ou menos inversa ao valor de suas terras e posses, segundo a avaliação européia.

As Índias Ocidentais, o México e a costa ocidental da América do Sul foram os primeiros teatros importantes da Revolução do Novo Mundo. Várias ilhas do Pacífico, a Nova-Zelândia e a Austrália figuram entre as partes mais novas do Novo Mundo. A África do Sul, malgrado um começo relativamente precoce, se incorporou, de um modo geral, relativamente tarde ao Novo Mundo. A revolução completou-se em quase tôdas as partes dos Estados Unidos e do Canadá meridional, em grande parte da Argentina e na maior parte da Austrália, porém mesmo até o presente quase não tocou nas áreas remotas da bacia do Amazonas nem nos trechos menos acessíveis do Canadá setentrional. Um governo europeu, de caráter benevolente, amorteceu o choque dessa revolução na Groenlândia.

Dentro da estrutura dos mundos culturais, o primeiro ano de Geografia deve ser fundamentalmente regional. Depois de uma breve introdução, o conceito de mundo cultural pode ser ilustrado com bom resultado tomando-se como exemplo um caso extremamente simples, o mundo polar. As formas físicas e culturais são prontamente definidas e contrastadas com aquelas a que está habituado o corpo discente. Conquanto o lapão e o esquimau apresentem entre si semelhanças gerais, em contraste com os povos mais meridionais, dêles separados pela taiga vasta e de população escassa, o confronto entre a cultura da rena e a da foca serve para introduzir a idéia de domínios culturais.

O mundo europeu é introduzido por um breve sumário da Geografia Física da Europa, no qual se salientam os contrastes entre os domínios do noroeste (foco do Mar do Norte, precipitação pluvial adequada ou excessiva em tôdas as estações, temperaturas relativamente brandas, etc.), do oriente (grande planície européia, precipitação pluvial entre moderada e pequena no verão, invernos extremamente frios, etc.), e do Mediterrâneo (penínsulas de relevo variado, chuvas de inverno e seca no verão, temperaturas moderadas, etc.). As questões de raça, linguagem, religião e nacionalidade são estudadas a seguir, ao desenvolver-se a idéia de que existem domínios culturais em cada uma das três áreas físicas contrastadas: 1 — Nórdica-teutônica-protestante; 2 — Alpina-mongolóide-raças mistas-eslávica-ortodoxa grega; 3 — Mediterrânea-românica-católica romana.

Depois de uma curta introdução, abrangendo um domínio como conjunto, um trabalho mais apurado nos leva a unidades menores, tais como: 1 — As Ilhas Britânicas; 2 — a Escandinávia; 3 — os Países Baixos, e 4 — a Alemanha, como partes mais típicas do domínio europeu do noroeste. A seguir, estuda-se o domínio oriental (Rússia Européia, com a cunha siberiana), seguindo-se uma discussão

sobre a faixa fragmentada, ou zona de instabilidade cultural entre os domínios do noroeste e do oriente (Finlândia, Estados Bálticos, Polônia, fragmentos dos impérios turco e austro-húngaro, ao norte da Grécia e, a oeste, até a Boêmia). As penínsulas mediterrâneas são estudadas pela ordem de significação histórica. A França e a Suíça devem ser estudadas por último, porque participam de tantas características do noroeste e do Mediterrâneo que constituem no ocidente uma moderada faixa fragmentada e portanto servem de excelente base para uma revisão geral.

Metade do curso do primeiro ano deve ser devotada aos mundos polar e europeu, destinando-se a éste todo o tempo menos a primeira semana ou pouco mais. Esta proporção pode não ser permitida em tôdas as escolas. As pessoas encarregadas do preparo de professores geralmente exigem que se salientem mais as Américas, ou até mesmo só os Estados Unidos. Entretanto, para um estudo de toda a Terra sob o ponto de vista cultural, mais ou menos a metade do tempo cabe à Europa, exatamente como sucede em qualquer descrição geral da História Universal. A exigência de especialização mais profunda sobre as Américas deve ser atendida por cursos além do principal curso de caráter geral, ministrado no primeiro ano de Geografia.

A segunda metade do curso do primeiro ano deve começar pelo mundo levantino e daí prosseguir para os mundos africano e oriental, deixando aproximadamente um terço ou metade do tempo para o Novo Mundo.

Conquanto os pontos a realçar variem de um grupo cultural para o outro, deve existir uniformidade geral no tratamento, de modo que cada um seja considerado sob os seguintes aspectos: 1) Características físicas do território (paisagens naturais), 2) Os povos atualmente presentes, ou os que deixaram sinais resistentes de habitação em tempos passados, e 3) A região em nossos dias (paisagem cultural).

Um curso de primeiro ano planejado mais ou menos nos moldes que acabamos de sugerir acompanha a tradição de Heródoto e segue o tema central da Geografia. É uma contribuição considerável para a formação da base de uma educação ampla. Atrai o respeito dos alunos e tem acolhimento cordial nos currículos universitários. Os membros de outros departamentos que recomendam ou permitem que os alunos estudem um ano de Geografia ficam satisfeitos ao vê-los recebendo instrução de caráter que serve de suplemento benéfico aos seus próprios campos de interesse.

E o futuro ?

Potencialmente, os departamentos de Geografia nas universidades estão atualmente em posições fortes. Foram criados vários departamentos novos, e outros estão em projeto. O empecilho constituído pelo pessoal inadequado foi sério durante os anos da guerra, mas a transferência geral das exigências da guerra às da paz restituirão muitos geógrafos à vida acadêmica, em ocasião em que é de se esperar um acentuado aumento do número de matrículas.

É fora de dúvida que se ampliarão materialmente os ensejos de colocação para os alunos, em consequência da propagação do emprêgo de geógrafos em atividades além da profissão de docentes, nestes últimos anos.

A situação relativa que os departamentos de geografia poderão ter daqui a uma década, depende dos resultados que apresentarem nos próximos anos. Nossas possibilidades extremamente favoráveis resultarão ou no firme estabelecimento de nossa matéria, ou a reação provinda da luz da atenção pública pode relegá-la a uma posição inferior à ocupada ao romper a guerra. Programas sólidos, formulados em torno do âmago do campo, a criação de vigorosos cursos regionais introdutórios, a especialização profissional em ramos indicados pela procura efetiva, e a rigorosa evitação de manias constituirão o melhor seguro contra o fracasso.

O programa mais amplo, de esclarecimento do público, deve provir das universidades, por intermédio de professores primários bem preparados e com base firme para o público em geral. A adoção disseminada da palavra "global" como *slogan* tem sido útil, trazendo a Geografia à atenção pública, porém somente programas educativos sólidos, seguidos por muitos anos com vigor e paciência, podem elevar o nível geral dos conhecimentos geográficos acima do plano desolador em que ele hoje se encontra.

Tertúlias geográficas

CENTÉSIMA DÉCIMA SÉTIMA TERTÚLIA, REALIZADA A 12 DE FEVEREIRO DE 1946

BIO-GEOGRAFIA DO LESTE DO CANADÁ — DELIMITAÇÃO DA ZONA ESTUDADA. ELEMENTOS BIOGEOGRÁFICOS. ZONAS DE VEGETAÇÃO: TUNDRA, TAIGA E A FLORESTA CANADENSE. OCUPAÇÃO HUMANA.

Abrindo a sessão o Eng.^o Virgílio Correia Filho, após convidar o representante da Embaixada Canadense, Sr. Roger Chaput, e o Prof. Geraldo Kuhlmann, diretor do Jardim Botânico, a fazerem parte da mesa, apresentou o Prof. Pierre Dansereau, que iria falar, sobre a Biogeografia do Leste do Canadá.

Tomando a palavra o Prof. Dansereau agradeceu os termos elogiosos do Eng.^o Virgílio Correia Filho e iniciou sua palestra dizendo que a biogeografia do Canadá é um assunto muito extenso, pois este ramo da ciência não respeita fronteiras e geograficamente o Canadá é uma unidade muito artificial.

Delimitação da região — A região estudada foi sobretudo a bacia do São-Lourenço, importante sob o ponto de vista geográfico, econômico e social, estendendo-se pela parte leste do Canadá e Estados- Unidos, podendo ser dividida em três unidades naturais, geologicamente bem marcadas: o Escudo Canadense, a região apalachiana e as terras baixas.

O Escudo Canadense é muito antigo, datando do cambriano, com altitude relativamente baixa (400 a 500 metros), sendo excepcionais as altitudes maiores. Embora de pequena altitude o relêvo é muito acidentado e pouco favorável ao estabelecimento da agricultura. As rochas aí encontradas são granitos, gnaiesses, etc.

Ao sul desta região há o Plateau Apalachiano, estendendo-se à península de Gaspé. O relêvo é mais ou menos semelhante ao do Escudo Canadense: montanhas da época primária, com rochas de consistência muito maior, devido à existência de grande quantidade de cal. O trabalho de erosão é porisso muito diferente. Nesta região a biogeografia começa o cambriano, estendendo-se pelo siluriano e especialmente pelo devoniano. Há uma flora, uma paleoflora e paleofauna de maior interesse. Esta região se formou pela sedimentação dos mares apicontinentais.

A terceira região, compreendendo a bacia do São-Lourenço e as outras áreas vizinhas, é formada por imensas planícies argilosas de grande fertilidade e de grande interesse agrícola, sendo o Triângulo de Montreal o trecho mais fértil.

N. R. — Insere este *Boletim* correções às Tertúlias Geográficas realizadas respectivamente em 26-12-944 e 9-1-945 feitas pelo seu autor Dr. José M. B. Castelo Branco e publicadas nos ns. 22 e 23 de acordo com os originais enviados a esta redação pelo encarregado da elaboração dos resumos das referidas Tertúlias.

TERTÚLIA DE 26 DE DEZEMBRO DE 1944 — (*Boletim Geográfico* de janeiro de 1945.:

Pág. 1564: rio *Amõnea* em lugar de ... *Amoneca* (2.^a linha do 3.^o período e 3.^a linha do 5.^o período).

Pág. 1565: *periódicos* em vez de *períodos* (1.^a linha do 5.^o período).

Pág. 1564: *No Brasil, em torno da capelinha católica edificavam-se os povoados, ... e não como se vê no Boletim: Em torno da capelinha católica edificavam-se os povoados, ...* (5.^a linha do 8.^o período).

Pág. 1567: *da bõca* em vez de *bõca* (6.^a linha do 2.^o período); *seringueiras* quando deve ser — *seringais* (última palavra da página).

Pág. 1568: *cachoeirinhas* em lugar de *cabeceirinhas* (5.^a e 6.^a linhas do 1.^o período).

Pág. 1570: *por* em vez de *com* (2.^a linha do 7.^o período).

Pág. 1571: *Formosa* em lugar de *Formoso* (4.^a linha do 8.^o período).

Pág. 1572: *Para* quando deve ser *por*; *gora* quando deve ser *agora* (1.^a linha do 7.^o período); *Caruri* quando deve ser *Carauari* (3.^a linha do 10.^o período).

Pág. 1575: Em vez de *e* os batelões, leia-se — *dos batelões* (3.^a linha do 6.^o período); *bar-ranca*, devendo ler-se *barraca* (2.^a linha do último período).

Há ainda mais dois setores; um em torno do lago Saint-Jean, próximo ao paralelo 50° de latitude. É uma região fria, porém, com mais horas de luz, exigindo uma adaptação especial das espécies cultivadas. O amadurecimento da *aveia* nesta região é de incrível rapidez. O 2.º setor é a planície fóssil da parte alta do Ottawa, mais fria, exposta à seca e com grande dificuldade de drenagem. Esta região é caracterizada pela instabilidade hidrográfica; lagos de pouca profundidade onde há bancos de areia, enquanto que na parte sul há minas de ferro, ouro, etc. dando origem a uma zona industrial de fácil comunicação com o Ontário.

Tôda esta área foi coberta por glaciações sucessivas, havendo entretanto pequenos trechos que não foram cobertos pelo gelo e que serviram de refúgio para plantas e animais.

Elementos biogeográficos — Há um método para o estudo do andamento do clima durante essas glaciações — o que se faz por intermédio das turfeiras. Em todos os períodos glaciários se acumula matéria vegetal e sabendo-se das necessidades bioclimáticas de cada espécie pode-se dizer que clima dominava num determinado tempo. Por exemplo: as necessidades bioclimáticas do *abeto* é clima frio e úmido; do *pinheiro* e *carvalho*, clima seco e mais quente.

Quando se dá resfriamento há invasão nas partes mais baixas das montanhas das espécies das partes superiores. Em certos lugares, como no Alasca, se o limite das árvores sobe, significa que o clima está ficando mais quente.

Pode-se classificar os elementos da fauna e da flora por afinidade. Entre o leste do Canadá e a Europa havia uma continuidade até o terciário, quando se deu um deslizamento dos continentes e diversas espécies, como *pinheiro*, *carvalho* e *bétula*, aparecem de ambos os lados do Atlântico. Há afinidades também na parte das montanhas rochosas — plantas rochosas do litoral ou nas partes mais altas das montanhas. São vegetais do tipo ártico — alpino. Também há alguns de origem tropical, que se adaptaram até 46° de latitude (*Justicia*, *Podostemon*).

Ainda mais interessante é a persistência até o golfo de São-Lourenço de algumas espécies da *prairie* americana, que durante o período xerotérmico tiveram a possibilidade de imigração. Nesta região, agora muito fria, persistem

Pág. 1576: *Ilha da Conceição no rio Acre*, quando deve ser — *ilha da Consciência no rio Jurudá* (1.ª linha do 5.º período); onde se lê de *zinco*, leia-se *cobertas de zinco* (2.ª linha do 7.º período); *África do Sul*, quando deve ser — *África* (2.ª linha do 8.º período).

TERTÓLIA DE 9 DE JANEIRO DE 1945 — (*Boletim Geográfico* de fevereiro de 1945):

Pág. 1720: Leia-se *Amôneu* em vez de *Amones* (2.ª linha do 4.º período); *longura* em vez de *largura* (3.ª linha do 5.º período).

Pág. 1721: Leia-se *Jaminaua* em vez de *Jaminãs* (7.ª linha do 2.º período); *Acuraua* em vez de *Acurana* (1.ª linha do 3.º período); *Mamorid Grande* em vez de *Mamorid, Grande* (3.ª linha do 11.º período).

Pág. 1722: *Curanja* em vez de *Curana* (1.ª linha do 3.º período); *Masô* em vez de *Muse* (3.ª linha do 3.º período).

Pág. 1723: *Coiana* em vez de *Goyana* (2.ª linha do 6.º período).

Pág. 1724: *fêz* em vez de *quis* (1.ª linha do 3.º período).

Pág. 1725: *fincados* em vez de *fincandos* (2.ª linha do 2.º período); — *já não se deparam tantos obstáculos* em vez de *já se depara com ...* (1.ª e 2.ª linhas do 3.º período).

Pág. 1726: *rápidas* em vez de *rápidos* (2.ª linha do 2.º período); *Hiuacu* em vez de *Hiaucu* (1.ª linha do 9.º período); *Manuel Urbano* em vez de *monte Urbano* (2.ª linha do 10.º período); *Mishagua* em vez de *Mishagna* (3.ª linha do 10.º período); *Macauê* em vez de *Macaná* (2.ª linha do 15.º período); — *Arazu* em vez de *Arara* (1.ª linha do 16.º período).

Pág. 1727: *Curinad* em vez de *Curnad* (1.ª linha do 1.º período); — *O Ituxi que*, em vez de — *O Ituxique*, (1.ª linha do 3.º período); — *não o ligou* em vez de — *não ligou* (1.ª linha do 14.º período).

Pág. 1728: *Uaicomanu* em vez de *Ibaicomanu* (1.ª linha do 2.º período); *Tahuamanu* (*Orton*) em vez de *Tabumanu* (*Oston*) (1.ª linha do 3.º período); *Extrema* em vez de *Extremos* (2.ª linha do 8.º período); *banzeiros* em vez de *barreiras* (1.ª linha do 18.º período).

Pág. 1729: *yauary* em vez de — *javari* (3.ª linha do 2.º período); *Itecuahi* em vez de *Itecuahí* (2.ª linha do 4.º período).

Pág. 1730: *mesmo* em vez de *nosso* (2.ª linha do 6.º período); — *quilogramas* em vez de *quilômetros* (4.ª linha do 7.º período).

Pág. 1731: *Itapavas* em vez de *itajubas* (1.ª linha do 1.º período); — *monteria* em vez de *montaria* (1.ª linha do 2.º período).

Pág. 1733: *úlmico* em vez de *úmido* (1.ª linha do 1.º período).

algumas árvores como o *carvalho vermelho*, o *pinheiro vermelho* e o *pinheiro branco*, testemunhas do período xerotérmico.

Zonas de vegetação — Caracterizando as diversas zonas de vegetação tem-se: a *tundra*, região onde a vegetação não chega a 1 metro de altura. Estabelecem-se aí diversas associações vegetais, mas quando o solo está em sua maturidade o tipo é uma espécie de campo limpo. São *gramíneas* e, sobretudo, *ciperáceas* do gênero *Carex*.

Mais em baixo, de 55° a 50° mais ou menos, encontra-se a *taiga*, com árvores de pouca altura (6, 8 e 10 metros). Estas são coníferas, sem grande desenvolvimento lateral, e se acham espalhadas, podendo a luz chegar ao solo.

Na zona seguinte, a *floresta canadense*, essas mesmas espécies existem, porém, com maior desenvolvimento lateral. Esta floresta, do Atlântico ao Pacífico, é caracterizada pela *picea* e pelo *abeto*. É uma floresta muito fechada, onde as árvores chegam a 30 e 40 metros de altura e onde há grande desenvolvimento de musgos. É a região típica do *Alces americano*.

Descendo-se mais encontra-se a 3.ª zona: *floresta decídua*, que tem um ritmo biológico interessante — perdem totalmente as folhas no inverno, para readquiri-las na primavera. Quando o solo está em plena luz, as plantas dão frutos em curtos períodos. Com a volta das folhas desaparece este tipo de plantas e surgem outras próprias à vida na sombra. A fauna é rica, com grande número de pássaros.

Ocupação humana — Os primeiros homens que aí chegaram no século XVI, na península de Gaspé, invadindo a bacia do São-Lourenço, seguindo pelos Grandes Lagos, descobrindo o Mississipi e descendo até a Lousiânia, foram franceses.

Na bacia do São-Lourenço, fora de Quebec, ao norte do Ontário, a concentração atual deles é maior ao passo que ao norte do país há colônias espalhadas sem grande importância cultural e econômica. O homem estabeleceu aí uma economia baseada nos cereais; economia essa que foi para a zona das *prairies*, onde teve muito mais sucesso que na floresta.

As fazendas no vale do São-Lourenço são estreitas e com forma retangular, divididas em trechos onde há uma rotação entre os produtos cultivados: batata, milho, feno, cereais, deixando uma época para pastagem. Esta distribuição do terreno fazia com que no início as casas dos colonos ficassem próximas uma das outras, o que tinha também a vantagem da segurança e socorro mútuo contra os índios. Uma das partes do terreno era ocupada por florestas para a obtenção de madeiras e de açúcar (extraído do *bordo*).

Em seguida o Prof. Dansereau projetou uma série de fotografias coloridas sobre as mais variadas espécies de vegetação que existem na região, além de paisagens típicas das zonas estudadas. A medida que as espécies, como *bordos*, *faias*, *cogumelos*, *bétulas*, *crategus*, *olmo americano*, *mamona*, grande variedade de flores, etc., eram projetadas, o conferencista dava as características principais de cada uma.

Assumindo a presidência da sessão, por ter de ausentar-se o Eng.º Virgílio Correia Filho, o Sr. Miguel Alves de Lima felicitou o Prof. Pierre Dansereau pela magnífica palestra e dando início aos debates perguntou se nos seus estudos no Brasil já tinha notado algum indicio de modificação dos tipos de climas, principalmente nas regiões elevadas. Respondendo-lhe o tertuliano que seus estudos não são suficientes para dizer se houve uma expansão da vegetação das regiões mais altas para as mais baixas ou vice-versa.

Em seguida o Sr. Esperidião Faissol, disse que segundo observações no Triângulo Mineiro havia um grande número de árvores retorcidas, com pouca folhagem e mais ou menos espaçadas; e que de acordo com que dissera o Prof. Dansereau esse fato poderia ser interpretado como resultado de uma possível transformação do clima, que se tornara mais seco.

Prosseguindo o Sr. Edgar Kuhlmann indagou se havia a possibilidade de em São-Paulo ter sido o território recoberto por *pinheiros*, tendo dado o conferencista resposta afirmativa.

O Prof. Kuhlmann lembrou que, pela perda que cada planta sofre quando se adapta, procuram-se os tipos rústicos para restaurar a espécie. As degenerescências sob o ponto de vista fisiológico ou biológico são influências do meio, haja visto a formação da *bracaatinga* no Paraná.

Com agradecimentos ao tertuliano foi encerrada a sessão.

CENTÉSIMA DÉCIMA OITAVA TERTÚLIA, REALIZADA
A 28 DE FEVEREIRO DE 1946

OBSERVAÇÕES DE UMA EXCURSAO AS SERRAS DA ESTRELA E DOS ÓRGÃOS

Presidiu a sessão o Eng.^o Virgílio Correia Filho que apresentou o tertuliano, Sr. Miguel Alves de Lima.

Iniciando a palestra, que versou sobre uma excursão às serras da Estrêla e dos Órgãos, disse o Sr. Miguel Alves de Lima não ser um trabalho de observação individual e sim de equipes.

Um dos objetivos dessa excursão foi estabelecer a relação entre o relêvo e a estrutura de toda a região percorrida.

De um certo modo não foi muito fácil. O percurso foi muito longo e as observações quase sempre não levaram a uma conclusão, mas a uma série de sugestões.

A viagem foi dividida em vários trechos, sendo o primeiro compreendido entre o Rio-de-Janeiro e Belém.

Saíram do Rio por estrada de ferro, subindo até Barão do Javari. Observa-se nesse percurso a grande planície aluvional, em cujo meio afloram calotes arqueanos. Tem-se a impressão de que essas elevações foram bastante trabalhadas pela erosão antes da fase de sedimentação. Os cumes aparecem de vegetação rala ou rasteira e nêles aparecem blocos de rochas graníticas fraturadas. Esse aspecto parece resultar do fenômeno da erosão, que desbasta a camada de solo e faz aflorarem blocos atacados pela decomposição profunda, possivelmente segundo diáclases.

A proporção que se segue para Belém a paisagem não se modifica muito a não ser quando se divisa a serra de Madureira. Avistam-se ao longo terraços e algumas cachoeiras, aproximadamente de mesmo nível. Vai-se aos poucos saindo da zona baixa e chegando aos afloramentos principais do relêvo sobre o qual progrediu a sedimentação. Depois de atravessar a região cortada por rios mansos, com meandros, chega-se a Belém. Daí seguiram pelo vale do rio Sant'Ana, que apresenta o aspecto dos demais rios que descem da serra; passam bruscamente de rios encachoeirados para rios de planície, sem transição. Como há uma sedimentação muito grande, provocada pela elevação do nível nessa mudança de perfil, a qual se prolonga pela baixada, é difícil, sem melhor exame, saber ao certo onde está o seu limite e qual o da sedimentação promovida pela elevação do nível do mar. Uns admitem a estação de Bonfim como limite da baixada; pareceu, contudo, que esse limite ficará melhor em Sertão, um pouco mais baixo. Daí para cima o vale apresenta aluviões mais colmatados, o rio está mais encaixado e os grandes matacões no leito mostram a capacidade de transporte que até aí o rio tem. A par disso, começam a aparecer as cascatas exibindo a estrutura gnáissica diaclasada. O vale aí muda de aspecto e os campos de criação de gado já estão fora da ameaça imediata das cheias. Por outro lado não há vestígios de alargamento recente. As pequenas calotas parecem coincidir com as *metas laranjas* de Belém. Isso nos leva a supor a existência de um nível bem marcado de erosão que depois foi dissecado deixando estas calotas isoladas.

O traçado da estrada de ferro é de NE-SE acompanhando o Paraiba. Para vencer o rebordo da serra volta sobre esse mesmo rebordo e depois segue a direção dos vales dos rios que vão para o Paraiba, na vertente norte. Esse trecho do vale é bastante diferente. As paredes são abruptas e pode-se ver uma série de fraturas nas rochas nuas, sujeitas à erosão ativa. O solo pouco espesso muito dificilmente cobre as encostas. A vegetação foi devastada e não se refez; apenas nas zonas ravinadas alguns arbustos conseguem subir pelos paredões. Há grande e rápida variação de nível no próprio vale. Observam-se aí grande seixos e matacões. As cachoeiras parecem devidas aos alinhamentos de rochas duras-gnáisses compactos. A de Conrado Nieméler, onde se destacam diversos blocos, é devida a uma diáclase atacada pelo trabalho de erosão, que lhe destaca atualmente grandes blocos.

Contrastando com este aspecto de erosão intensa passa-se a um *plateau* de relêvo mais ou menos suave, de onde desce o rio Saco, um dos formadores do Itu. É uma região de um grande patamar, onde se encontra a estação de Governador Portela, ponto de entroncamento ferroviário e vida econômica de toda a

região. O relêvo é relativamente suave; não há vales muito encaixados, como o do rio Sant'Ana. Há disimetria no relêvo. As rochas são gnaisses, quase sempre bem xistosos — biotita gnaisses — com inclinação muito forte para NW. Os rios seguem as influências estruturais. As colinas mostram uma face muito mais abrupta para leste e a descida mais ou menos suave para oeste. No conjunto, porém, toda essa rede é muito mais desenvolvida na vertente oeste de Ubá. Os rios Ubá e Saco estão correndo mais perto do divisor que os separa dos rios das Araras e da Cidade. Os afluentes da margem esquerda são muito mais desenvolvidos que os da direita. Os rios têm um trabalho de erosão mais violento a partir de Monte-Alegre; êsses efeitos puderam ser melhor observados nos arredores da fazenda Manga-Larga, onde provocaram grandes desbarrancamentos e danos em pontes e represas.

De Barão de Javari até Pati do Alferes seguiram por uma estrada de declividade suave. Daí foram até a fazenda Manga-Larga pela estrada para Petrópolis, que tem uma rampa muito mais forte, e daí até a fazenda Susana. A princípio, na parte superior, nas proximidades de Barão Javari as colinas estão destacadas entre si; à medida que se desce as colinas parecem ser mais baixas e entre elas aparecem pequenos vales de córregos suspensos a pouca altitude sobre o rio principal (Saco). A descida se faz por patamares marcados por cachoeiras. Há um recuo de erosão que foi observado numa cachoeira em Monte-Alegre, que parece coincidir com o nível da de Manga-Larga. De Manga-Larga em diante sobe-se mais bruscamente para a região de Petrópolis. A subida é bem íngreme até o Colo do Facão, no divisor das duas bacias. Nesse trecho puderam observar o vale do rio Sant'Ana. A erosão em rochas de natureza diferente atravessadas pelo rio Sant'Ana forma quedas cuja energia hidráulica é por vezes aproveitada por pequenas usinas que fornecem energia elétrica a algumas fazendas da região.

Depois do Colo do Facão chega-se a uma região onde corre o rio Quilombo da Direita (nome local). Nesta região o relêvo é bem mais enérgico com pontões abruptos que perdem altitude na direção do Piabanha, do qual o Quilombo é sub-afluente. O rio está bem encaixado e deixou terraços, que pela sua disposição indicam mudança de curso. Um dos braços antigos está hoje transformado em dois filêtes d'água entre os quais passa a estrada nesse trecho; parece que o mais próximo do leito atual do rio recebe maior quantidade d'água durante as cheias, isolando de modo mais nítido uma ilha que aí existe.

Seguindo essa estrada chegaram à região da fazenda Inglesa, onde deixaram a estrada de Vassouras-Petrópolis e tomaram a do rio da Cidade. Este rio é mais importante e aproveitado do que os já mencionados. A erosão é muito forte com grande transporte de material pesado e o vale é freqüentemente sujeito aos desbarrancamentos. Quando se chega próximo a um patronato que aí existe, o aspecto muda inteiramente. É uma zona de sedimentação, onde o rio divaga em meandros. Esta várzea é aproveitada para diferentes culturas. Chegando ao Piabanha, tomaram a estrada para Petrópolis, até Bom-Clima (ex-Nogueira). Aí um pequeno afluente do rio Piabanha corre inicialmente para NE e depois, faz uma inflexão e volta para W, para se ajustar ao Piabanha, dando origem a uma cachoeira situada próxima ao Hotel Promenade. Foram observados terraços no seu vale, que foi aproveitado, acima da cachoeira, para instalação de um campo de *golf*. Prosseguiu-se a viagem e, pouco depois, tomando a estrada Itaipava-Teresópolis observam-se tipos de vales diferentes. São os vales alveolares com cascatas que se formam contra a direção das barras de rochas duras. Nos alveolos há sedimentação aproveitada pela cultura. Essa sucessão de alveolos não é entretanto de forma tão típica como na região de Friburgo.

A subida se faz sem dificuldade. A 80-100 metros sobre o vale há um nível mais baixo, de terraços de erosão, ao que pareceu. Por um colo a 1 700 metros passa-se para a zona de Teresópolis, onde se nota grande mudança de temperatura. Do lado desta vertente, mais florestada, parece haver maior influência da xistosidade das rochas no modelado, pelo que se pode observar no conjunto de morros da zona dessa cidade. A inclinação menor das colinas para noroeste é bem visível nas faces planas. Descendo para Teresópolis vê-se que o sistema de ocupação humana está perfeitamente ajustado aos vales alveolares. A estrada sobe por patamares e colos, até o Parque Nacional, ponto de partida

para a ascensão à Pedra-do-Sino, de onde se pretendia observar a baía de Guanabara. Entretanto, a visão foi prejudicada por espesso colchão de nuvens, sobre o qual só eram visíveis os picos da serra de Friburgo e os pontos mais elevados da serra dos Órgãos na região de Teresópolis. Subindo em demanda da Pedra-do-Sino, chegaram à pequena depressão do Campo-das-Antas, estudada pelo Prof. Pierre Dansereau, a qual estava entulhada de material turfoso de espessura variável (70 a 90 centímetros nas bordas, 30 centímetros no centro); a impressão que aí tiveram foi a de representar o campo um trecho de antigo vale, que poderia talvez ser correlacionado à superfície de campos. A correlação seria difícil pela natureza dos elementos; embora com o mesmo nível dessa superfície, a topografia difere, podendo ser explicada a diversidade tanto por se tratar dum pequeno trecho como por haver diferença de rochas entre esse vale e os outros da mesma superfície. Na Pedra-do-Sino e nos cimos mais altos há afloramentos graníticos, que não foram encontrados na região de Campos-do-Jordão. Na Bocaina observou-se também uma fração de antigo vale com a mesma flora do Campo-das-Antas e com a topografia um pouco semelhante à de Campos-do-Jordão. Aqui, a erosão intensa fez aparecer rochas de maior profundidade, em pequenas calotas que emergem do gnaiss.

Em conclusão: há um contraste entre a zona da baixada, na qual o nível de espigões é uma superfície erodida e inclinada para o norte até nela mergulhar. Isto contrasta com a frente dissecada de blocos falhados que lhe marca o limite, norte e que o Prof. Francis Ruellan estudou e localizou. O tertuliano insinua a possibilidade de incluir o Tinguá na frente do bloco falhado; nesse caso não seria êle considerado como um *horst* isolado, pois, apesar do trabalho da erosão que lhe desbastou o alinhamento nas proximidades do contacto das rochas diferentes continua êle ligado ao resto do conjunto. Talvez seja um prolongamento das outras serras, na direção NE-SW.

Do vale do Sant'Ana passa-se para um patamar (bloco de Vassouras) separado pela serra do Couto dos vales dos afluentes da margem esquerda do Pia-banha. O bloco está suavemente inclinado para o Paraíba. A noção de relêvo intensamente trabalhado é mais forte entre Petrópolis e Teresópolis do que em qualquer outro trecho percorrido.

Talvez haja levantamento mais antigo na região de Vassouras. Os três blocos — Vassouras, Petrópolis e Teresópolis, poderiam não se ter levantado ao mesmo tempo e, portanto, a erosão aliada à diferença de níveis, deu relevos diversos a partir do nivelamento anterior; os blocos mais elevados seriam os mais atacados pela erosão.

Iniciando os debates, o Prof. Pedro Geiger disse ter-se visto fenômenos de dissolução na Pedra-do-Sino e tendo-se notado como a rocha se presta a isto, é interessante que haja relativamente pouco desenvolvimento de formas ligadas à dissolução e diz que isso pode servir de base para novas pesquisas. Respondendo-lhe, o Sr. Miguel de Lima declarou que seria mais uma prova de que é recente a exposição dessas rochas.

Tomando a palavra, o Sr. Esperidião Faissol disse que a fato apontado pelo tertuliano de não haver semelhança de formas de relêvo entre a serra dos Órgãos e a zona de Campos-do-Jordão não significa que a primeira não seja testemunha da superfície de campos, pois, uma superfície de erosão pode cortar relevos diferentes.

A seguir, o Prof. Antônio Musso declarou que se tratava de uma região movimentada e que portanto atestava os efeitos desses fenômenos geológicos, que por sua vez se refletiam nas formas do terreno. Perguntou ao Sr. Miguel se êle poderia explicar o fenômeno dos vales suspensos, ao que êste lhe respondeu serem êstes vales influenciados pela mudança de nível de base dos rios principais.

Noticiário

Capital Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Conselho Nacional de Geografia

Diretório Central

SEPARAÇÃO DOS CURSOS DE GEOGRAFIA E DE HISTÓRIA NAS FACULDADES DE FILOSOFIA — LEVANTAMENTOS DE ÁREA DO NORDESTE DA BAHIA — DATA ANIVERSÁRIA DO CONSELHO. — No dia 18 de março último, realizou-se, na sede do Conselho Nacional de Geografia, a reunião quinzenal do seu Diretório Central, sob a presidência do coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, delegado técnico do Ministério das Relações Exteriores, presente a maioria dos seus membros.

Inicialmente foram lidos a ata da reunião anterior, que foi aprovada e o Diário do Conselho, o que ensejou vários pronunciamentos de pesar, de congratulações e de aplausos.

O Prof. Carlos Delgado de Carvalho tratou do problema da separação dos cursos de Geografia e de História nas Faculdades de Filosofia, assunto que foi debatido, tendo o Diretório reafirmado a sua opinião favorável àquela separação.

Na ordem do dia houve o seguinte expediente: aprovou-se a redação final do Relatório das atividades do Diretório relativas a 1945; baixou-se a Resolução n.º 233 estabelecendo o levantamento cartográfico da área do noroeste baiano, com a cooperação do governo do Estado; fixou-se mediante a Resolução n.º 234, a data de 24 de março para ser comemorada como aniversário do Conselho, por ter sido nela que se assinou o Decreto n.º 1 527, em 1937, criando o Conselho; autorizou-se com a Resolução n.º 235, a cessão de duas máquinas de cópias heliográficas à Fundação Getúlio Vargas.

★

8.º ANIVERSÁRIO DE SUA CRIAÇÃO — PROGRAMA COMEMORATIVO DA EFEMÉRIDE — Comemorou-se no dia 24 de março último, com festividades, o 8.º aniversário da fundação do Conselho Nacional de Geografia.

Criado pelo Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, com a denominação de Conselho Brasileiro de Geografia, posteriormente designado Conselho Nacional de Geografia foi instituído para suprir a necessidade de um órgão de âmbito nacional especializado, que visasse no desenvolvimento de suas tarefas, um maior e melhor conhecimento geográfico do país.

Desde a sua fundação, como um dos órgãos dirigentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, presidido pelo Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, o C.N.G. vem levando a efeito larga campanha que se tem desdobrado em todo o Brasil, figurando presentemente, entre as instituições públicas mais eficientes.

Tendo nascido também como imperativo da adesão do Brasil à União Geográfica Internacional, o Conselho Nacional de Geografia, estendeu o seu prestígio além das nossas fronteiras, integrado como se acha à geografia do continente através do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, de que faz parte.

Quer tomando parte em reuniões e certames nacionais e estrangeiros, muitos realizados sob o seu patrocínio, quer principalmente, realizando no âmbito nacional, serviços geográficos de envergadura, assiste o C. N. G. o seu 8.º aniversário, tendo um acervo de excelentes trabalhos prestados ao Brasil. Integrado pelos representantes de todos os Ministérios, componentes do seu Diretório Central, sob a presidência do embaixador José Carlos de Macedo Soares e tendo como secretário-geral o engenheiro Christovam Leite de Castro, o C. N. G. tem, como seu órgão executivo central, o Serviço de Geografia e Cartografia, o qual pelo decreto que o instituiu ficou incumbido da execução de trabalhos geográficos, cartográficos e fotogramétricos que lhe fôssem atribuídos.

Foi o seguinte o programa das festividades comemorativas da efeméride, organizado pela Comissão designada especialmente para esse fim:

dia 23 — Missa em ação de graças, na Catedral Metropolitana;

dia 24 — Pela manhã, partida de futebol entre as equipes da Secretaria-Geral e do Serviço de Geografia e Cartografia, realizado no campo da Polícia Especial.

A tarde, excursão à ilha de Paquetá, com *lunch* oferecido pelo Conselho.

A todas essas festividades compareceram o Eng.º Christovam Leite de Castro, secretário-geral, o Eng. Virgílio Correia Filho, secretário-assistente; chefes de seção, encarregados de setor e quase a totalidade dos funcionários do Conselho e do Serviço.

★

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Conselho Nacional de Proteção aos Índios

REUNIDA A COMISSÃO ENCARREGADA DE ORGANIZAR AS COMEMORAÇÕES DO «DIA DO ÍNDIO». — Reuniu-se no dia 12 de março último, na sede do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, a comissão designada pelo general Cândido Mariano Rondon, destinada a organizar as comemorações a serem realizadas no Dia do Índio, a 19 de abril corrente. A comissão iniciou, na aludida reunião, os preparativos necessários para dar àquela data a repercussão merecida.

★

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Museu Nacional

ENTREVISTA DA SR.^a HELOÍSA ALBERTO TORRES SOBRE O PROBLEMA DE EXPLORAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA DAS RIQUEZAS DO BRASIL. — A Sr.^a Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, concedeu, recentemente à imprensa desta capital, uma entrevista na qual abordou o problema da exploração técnica e científica das riquezas do Brasil. Iniciando as suas oportunas declarações diz a Sr.^a Heloísa Alberto Torres:

— O índice da cultura e do vigor progressista de uma nação é expresso, na moderna organização do mundo, pela medida em que aplica o método científico à resolução dos problemas humanos. Nos países jovens, e mais particularmente naqueles cujo desenvolvimento ainda se acha em fase inicial, a análise dos problemas fundamentais exige o emprego de métodos científicos adequados aos problemas específicos; procedimento contrário poderia comprometer toda uma arquitetura de planejamento de ação, mercê da instabilidade de elemento estrutural, imprópriamente adotado. «O Brasil tem que ser obra de arte política», disse um pensador patricio.

Conheçamos o Brasil — O meio biogeográfico para ser pósto a serviço dos interesses humanos — no presente, como no futuro, e não apenas com relação ao homem do Brasil, mas tendo em vista os interesses superiores da humanidade — precisa ser dominado, para tanto dizer, conhecido. E é exatamente o que nos falta. A nossa natureza, com o manancial de riquezas que encerra, só se submete ao nosso domínio por processos quase sempre empíricos. Muita vez nos falta até a própria experiência do caboclo, a quem movimentos de exploração inadequada já forneceram duras lições. Pois é com essa inexperiência ou, quando muito, com o conhecimento teórico, haurido em ensinamentos, verdadeiros para outros climas, que nos pretendemos lançar à exploração das riquezas da nossa terra. O lucro imediato, auferido dessa exploração, poderá satisfazer a alguns, mas deixará a descoberto a responsabilidade dos órgãos da administração, que direta ou indiretamente devem zelar por essas riquezas e orientar o método de sua utilização. Cumpre aos administradores e às classes cultas do país, ademais do que lhes compete por dever de ofício imediato — por um mero sentimento de solidariedade para com os pósteros, estudar os meios que possibilitem a utilização econômica da natureza em risco de destruição dos bens que ela encerra ou de prejuízo ao seu equilíbrio biológico.

Prosseguindo diz a Sra. Heloísa Alberto Torres:

— As propriedades medicamentosas de nossas plantas continuam sendo aproveitadas mais pelos leigos que pelos doutos; o receituário da maior fonte dos produtos de origem vegetal ainda se apegua às influências da importação européia. Disso decorre a necessidade de melhor conhecer essas plantas, conhecê-las também do ponto de vista de sua composição química, a fim de que nos capacitemos a delas extrair os serviços que podem prestar à terapêutica. Ignora-se, muitas vezes, o que de útil encerram os nossos vegetais. Destrói-se o revestimento florestal primitivo sem saber a riqueza que se está aniquilando. Por toda parte, até mesmo na Amazônia, fazem-se sentir as consequências ruinosas das devastações das

matas. Destruída a vegetação, altera-se o regime das chuvas e as secas e enchentes aparecem, afligindo ora o Norte, ora o Sul, ora o Centro, conforme o testemunho do noticiário. O costume de buscar sempre novas terras virgens para a lavoura espelha a incapacidade de manter, pelo trato correto do solo, o nível da produção.

Se continuar no caminho que vai o processo de desmatamento, teremos deixado a nossos netos e, quem sabe se não mesmo a nossos filhos, um terrível legado — o aumento progressivo da acidez nociva do solo, cujo ponto final é o deserto laterítico.

Medida de defesa — As medidas de proteção à fauna dependem, em grande parte, das que forem adotadas para proteção da flora.

Todas elas exigem — para serem úteis — o conhecimento da biologia das diversas espécies, pois são esses dados que permitem aferir da deficiência das providências tomadas e sugerir providências novas, algumas vezes urgentes. Toda legislação que assim fôr elaborada terá, entretanto, pouco alcance prático se não fôr preparado o espírito do povo para sua execução, mediante ensino sistemático e convergente, por todos os meios ao alcance das instituições interessadas. — (Nota do Dr. N. Dias dos Santos, da D. F. do Museu Nacional).

Função do naturalista — Muito do trabalho necessário ao desenvolvimento científico das indústrias não dispensa a interferência do naturalista, que, para corresponder às exigências dos métodos da sistemática moderna, precisa estar cada vez mais bem aparelhado do ponto de vista científico.

Quadro geral da nossa situação — Dentro do quadro geral de cultura que o desenvolvimento das ciências naturais representará para o Brasil, como passo prévio a qualquer indagação, temos a reconhecer o seguinte:

- 1) O Governo Federal nunca manteve mais que uma instituição encarregada do estudo sistemático da natureza e do homem do Brasil.
- 2) O apoio dado ao único estabelecimento federal destinado à pesquisa sistemática das ciências naturais e antropológicas tem sido extremamente precário.
- 3) Nenhum governo do Brasil, até o presente, atendeu aos interesses do Museu Nacional, na medida por que o fez o governo Getúlio Vargas.
- 4) Preservadas as instalações do Museu pela restauração de um prédio, que ameaçava ruir, e as coleções, pelo fornecimento (que se vai fazendo) de mobiliário adequado ao seu acondicionamento; aparelhados os laboratórios, cumpre estender o apoio a um problema não só do Museu, mas de todos os institutos de ciências naturais puras ou aplicadas da Federação ou dos Estados, apoio que se refletirá certamente em medida apreciável sobre certos problemas de interesse econômico nacional; trata-se do homem pesquisador; da sua descoberta, do seu preparo e formação, da sua utilização no trabalho e do estabelecimento de condições financeiras em que se possa manter sem preocupações materiais, se fôr um trabalhador capaz e produtivo; e em condições de maiores larguezas se, ao atingir à maturidade, tiver demonstrado qualidades superiores para a produção científica.

Inquérito — Cumpria, portanto, procurar os naturalistas de nomeada, porventura existentes no país, a fim de tentar, com esses elementos, reconstituir um corpo de cientistas. Mas, como

esse ramo de saber nunca havia sido prestigiado em nosso meio, existia um número reduzidíssimo de geólogos, botânicos, zoólogos e antropólogos. Parece-nos indispensável ao estabelecimento de uma política segura no terreno dos estudos de ciências naturais e antropológicas, a promoção de um inquérito a ser levado a efeito em toda a extensão do território nacional, sobre as condições desses ramos de saber — no que diz respeito ao ensino e à pesquisa — e através de todos os tempos, desde que o Brasil é Brasil. ã da análise histórica desses fatos que ressaltará o quadro dos nossos pendores espontâneos pela natureza e da medida em que essa inclinação encontrou apoio; de como teria surgido qualquer manifestação sua; se à sombra de um estímulo despertado por naturalistas nacionais ou estrangeiros ou pela própria ação do Governo. Somente à luz dos resultados obtidos por um inquérito dessa natureza poderão ficar elucidados todos os aspectos do problema em foco.

Proposta para inquérito — Em vista do exposto — prossegue a Sra. Heloisa Alberto Torres — propomos que seja constituída, sob a presidência do diretor do Museu Nacional, uma Comissão composta de um geólogo, um botânico, um zoólogo um antropólogo e um educador. Desde que julgue necessário, a referida Comissão poderá formar um Conselho Consultivo, do qual farão parte representantes dos nossos principais centros de estudos e pesquisas de ciências naturais e antropológicas.

Concluindo, D. Heloisa expõe o seu plano:

— Essa Comissão, cujos membros serão designados pelo ministro da Educação e Saúde, funcionará pelo período que for necessário e terá os encargos seguintes:

a) levantar, em todo o território nacional, dados sobre as condições em que funcionam atualmente os trabalhos de ensino e de pesquisa das ciências naturais e antropológicas, quer sejam mantidos pelo Governo Federal, pelos Governos estaduais, municipais ou por entidades particulares;

b) levantar dados sobre instituições científicas que em qualquer tempo tenham existido (museus estaduais, municipais ou particulares; sociedades, associações, clubes, etc.);

c) recolher outros dados que julgue necessários à compreensão das condições de sucesso ou insucesso das atividades de ensino e pesquisas das ciências naturais e antropológicas no país;

d) apresentar, ao cabo de um ano de funcionamento, relatório circunstanciado das condições encontradas e no qual se discriminem os órgãos em atividade e as condições em que funcionam; os inativos e os extintos, especificando como se originaram, como se mantiveram e, se for o caso, porque deixaram de existir, se há arquivos referentes à sua vida e onde se acham abrigados;

e) esse relatório conterá igualmente, sugestões relativas:

1. à cooperação entre os institutos ativos;

2. aos meios de prestar assistência aos institutos cuja orientação científica tenha sido verificada precária;

3. à conveniência de fazer voltar à atividade os que se acham paralisados e os meios mais práticos de alcançar esse objetivo;

4. ao incentivo e apoio às associações e clubes de cientistas ou de amigos das ciências naturais e antropológicas;

5. aos meios aconselháveis para promover-se a criação de museus regionais de ciências

naturais e antropológicas nas capitais dos Estados e Territórios em que ainda não existam;

6. aos meios de incentivo dos estudos de ciências naturais e antropológicas e muito particularmente do seguro caráter científico a ser aplicado ao seu estudo. Entre esses meios poderiam ser adotadas medidas que visassem:

I — o estabelecimento de reuniões periódicas dos cientistas e dos diretores de estabelecimentos destinados ao estudo das ciências naturais e antropológicas para trocar idéias sobre os interesses gerais desses campos de saber e dos respectivos estabelecimentos;

II — à realização de congressos nacionais de ciências naturais e antropológicas, ou de um dos ramos dessas disciplinas, bem como a participação de cientistas nacionais em semelhantes congressos internacionais;

III — à promoção de estágios dos especialistas dos vários institutos naqueles que careçam de sua atenção temporariamente;

IV — à organização de cursos de aperfeiçoamento nos maiores centros de cultura do país;

V — à organização de cursos livres, conferências e publicações de divulgação científica;

VI — ao estabelecimento de bolsas para cientistas e para estudantes que se destinem a estágios de especialização ou de instrução;

VII — à cooperação com as escolas primárias e secundárias no sentido de melhorar os métodos e a aparelhagem de ensino das ciências naturais, mediante assistência permanente, sugestões, revisões de textos didáticos, circulação de livros e objetos, etc.;

VIII — à circulação bibliográfica, por meio de bibliofilmes, quando não seja possível por outra forma;

f) a uma análise de problemas gerais atinentes a espécimes científicos, dentre os quais:

1) verificação da localização dos tipos que se acham no Brasil e do estado de conservação em que se encontram;

2) reunião, no Museu Nacional ou em outro grande instituto regional de pesquisas, dos espécimes tipos existentes no Brasil.

3) restituição ao Museu Nacional ou a outro grande instituto regional de pesquisas dos espécimes remetidos para o estrangeiro e que venham a tornar-se tipos;

4) obtenção de paratipos brasileiros existentes no estrangeiro;

5) relacionamento dos institutos a que deveriam ser remetidos paratipos e material diretamente comparado com tipos;

g) análise dos problemas relativos ao pesquisador;

1) condições propícias à formação técnico-científica;

2) condições de trabalho dos cientistas (coleções, instrumental, bibliografia, possibilidades de trabalho de campo, etc.);

3) remuneração do trabalho de pesquisa científica;

4) averiguação das razões que levaram técnicos já formados e de nomeada a abandonar a sua carreira científica.

Serviço de Documentação

DOCUMENTOS PARAGUAIOS REFERENTES A FATOS HISTÓRICOS DO BRASIL — SUA BREVE PUBLICAÇÃO — O Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, prosseguindo no trabalho de divulgar os documentos relacionados com a História do Brasil, iniciada com a publicação do primeiro volume referente aos holandeses, no Brasil, deverá lançar brevemente à publicidade os documentos paraguayos referentes aos fatos históricos nacionais, obra essa confiada ao Sr. Guy de Holanda.

★

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Instituto Rio-Branco

APROVADO O SEU REGIMENTO — O Sr. Presidente da República assinou no dia 6 de março último o Decreto n.º 20 694, aprovando o Regimento do Instituto Rio-Branco, do Ministério das Relações Exteriores. O referido decreto foi publicado no *Diário Oficial* do dia 8 e vai transcrito na secção competente deste *Boletim*.

MINISTÉRIO DA VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS

Conselho Nacional de Minas e Metalurgia

ALTERADA A SUA COMPOSIÇÃO — DESIGNADOS DOIS NOVOS MEMBROS — Em virtude do Decreto-lei n.º 9 058, de 13 de março último, que alterou a composição do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, acrescentando de mais dois membros, foram designados para exercer essas funções os Engs. Othon Henry Leonardos e Glycon de Paiva.

☆

Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais

Divisão de Hidrografia

DESIGNADO SEU NOVO DIRETOR — Pelo Sr. Presidente da República, foi recentemente designado, para exercer o cargo, em comissão, de diretor da Divisão de Hidrografia do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, o Eng.º Décio Fonseca.

★

Instituições particulares

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS

DECLARAÇÕES DO SR. RAFAEL XAVIER, PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA ASSOCIAÇÃO — O Sr. Rafael Xavier, diretor do Serviço Nacional de Recenseamento e presidente da Comissão Organizadora da Associação Brasileira de Municípios, que será brevemente instalada nesta capital, concedeu, à imprensa uma entrevista, na qual fez declarações referentes à próxima instalação da Associação, abordando, também, as principais questões relativas à vida dos Municípios.

Inicia o Sr. Rafael Xavier: «Ainda há poucos dias, com base em dados estatísticos rigorosamente apurados, tive a oportunidade de demonstrar, no decorrer de uma conferência pronunciada sob os auspícios do Círculo de Estudos Municipais, que uma das causas primordiais das dificuldades que nos afligem reside no estrangulamento das atividades municipais, pela distribuição empírica das rendas arrecadadas, com sacrifício evidente dos mais legítimos interesses e aspirações das municipalidades e seus habitantes.

Num grande esforço de síntese, consegui focalizar a situação alarmante dos municípios brasileiros, revelando que a eles cabe apenas a ínfima parcela de 11,75 % das rendas arrecadadas nas 3 órbitas em que se distribui a receita pública, — federal, estadual e municipal. Com efeito, essa percentagem é ridícula, comparada com a da União (48,39 %) e a dos Estados (39,86 %).

Como poderão, realmente, os Municípios brasileiros atender aos múltiplos serviços que por sua natureza deveriam prestar — tais como educação e saúde, assistência social, organização e fomento da produção agrícola, etc. — se dispõem apenas de 11,75 % das rendas arrecadadas para tantos e tão pesados encargos ?

E o que é ainda mais grave é que dessa parcela ínfima de 11,75 %, 4,85 % provém dos Municípios que são sede de capitais, sobrando

para 1 552 municípios os restante de 6,9 % ou sejam: 21 unidades arrecadam quase a metade do que obtêm as demais 1552.

Foi por esse motivo que assinalei na mencionada conferência que «no Brasil a incúria política agravou o mal, reduzindo os meios de desenvolvimento dos municípios do interior, pela absorção de grande parte de suas rendas sem compensá-los com uma distribuição harmônica de serviços».

A fim de corrigir esses males e colaborar com os poderes públicos na solução desses difíceis problemas, aceitei a honrosa incumbência que me foi atribuída pela Comissão Pan-Americana de Cooperação Internacional, através da sua Resolução n.º 7-A, isto é, organizar a Associação Brasileira de Municípios, a qual cuidará, entre outras coisas, da reorganização da administração municipal em bases técnicas, visando à melhoria das condições de vida das populações locais. Para colaborar conosco nesse relevante trabalho, a aludida Resolução n.º 7-A, da Comissão Pan-Americana de Cooperação Intermunicipal indicou os Srs. Eng.º Francisco Saturnino de Brito Filho, professor da Escola Nacional de Engenharia; Eng.º Luís Paulo do Amaral Pinto, do Círculo de Estudos Municipais; Dr. Araújo Cavalcante técnico de Administração; e Eng.º Tomás Pompeu de Acióli Borges, diretor do Círculo de Estudos Municipais.

Além desses especialistas em assuntos de administração municipal, estão colaborando na organização da Associação Brasileira de Municípios os técnicos de Administração, Francisco Burkinisky, Océlio de Medeiros e Eneidino de Carvalho.

Sexta-feira próxima, 15 de março, no auditório do Ministério da Fazenda, 13.º andar, deverá ser solenemente instalada a Associação Brasileira de Municípios, quando terei ensejo de apreciar com maior amplitude os aspectos mais importantes dos problemas de administração municipal no Brasil.

☆

SUA INSTALAÇÃO NESTA CAPITAL. — Instalou-se, solenemente, no dia 15 de março, nesta capital, no auditório do Ministério da Fazenda, com a presença de várias autoridades e representantes a Associação Brasileira de Municípios criada em obediência à Resolução n.º 7-A da Comissão Pan-Americana de Cooperação Intermunicipal, fundada pelo Congresso Pan-Americano de Municípios, por especial recomendação da VI Conferência Internacional Americana. A A.B.M., que se destina a ser um órgão eminentemente técnico, tem como presidente de sua Comissão Organizadora o Dr. Rafael Xavier, diretor do Serviço Nacional do Recenseamento, fazendo parte da mesma, como diretores, os engenheiros Francisco Saturnino Brito Filho, professor da Escola Nacional de Engenharia, Tomás Pompeu Acióli Borges, diretor do Círculo de Estudos Municipais e Luis do Amaral Pinto, do mesmo Círculo e o Dr. Araújo Cavalcante técnico de Administração, sendo assessores técnicos os Srs. Océlio de Medeiros, Francisco Burkinisky, Eneidino de Carvalho e Osório Nunes, técnicos de Administração.

O Dr. Rafael Xavier dando início aos trabalhos fez uma exposição sobre assuntos de importância, para os Municípios brasileiros entre os quais a questão de redistribuição das rendas.

A Associação Brasileira de Municípios tem, como objetivos fundamentais, os seguintes pontos: 1 — estudar permanentemente, a organização, o funcionamento, as condições e métodos de trabalho dos municípios brasileiros, visando o seu melhor rendimento; 2 — Promover o maior intercâmbio possível entre os municípios e com eles colaborar no planejamento, orientação, assistência técnica e implantação de quaisquer modificações ou reformas julgadas indispensáveis; 3 — receber e difundir sugestões sobre assuntos de administração municipal, promovendo, para tal fim, em colaboração com os órgãos federais e estaduais, por meio de palestras, documentários, congressos, publicações, etc. ampla difusão de ensinamentos sobre os princípios, os problemas e a técnica de administração municipal; 4 — prestar aos Municípios completa e efetiva assistência, quando solicitada; 5 — realizar os objetivos de cooperação expostos nos Estatutos da Comissão Pan-Americana de Cooperação Intermunicipal, tais como recomendados e ratificados pelos Congressos Pan-Americanos de Municípios e pela VI Conferência Internacional Americana.

★

CLUBE DE ENGENHARIA

EXCURSAO AS JAZIDAS DE TAUBATÉ E TREMEMBÉ — SEU APROVEITAMENTO INDUSTRIAL. — A convite da Companhia Nacional de Óleos Minerais (Panal) e prosseguindo na série de excursões que vêm sendo promovidas às diversas companhias industriais, estiveram recentemente em Taubaté e Tremembé, numerosos associados do Clube de Engenharia que percorreram as jazidas de esquistos betuminosos, refinarias, destilarias, fornos, laboratórios e demais instalações daquela empresa. A comitiva estava constituída de, entre outros, técnicos, engenheiros e geólogos, dos Srs. Edison Passos, presidente do Clube de Engenharia, engenheiro Alves de Sousa, diretor do Departamento da Produção Mineral; geólogo Erickson M. Morgan, este dos Estados-Unidos que se encontra em nosso país em missão oficial.

As jazidas de Tremembé e Taubaté são das maiores do mundo e seu aproveitamento industrial permitirá o fornecimento ao Brasil,

de óleo Diesel, gasolina, betume, gasolina para aviões, querosene, parafina, graxas, bem como numerosos outros sub-produtos do petróleo e do esquistos.

Presentemente, ao lado da estação da Estrada de Ferro Central do Brasil e da estrada de rodagem Rio - São-Paulo, funcionam algumas instalações daquela empresa industrial e a produção diária do petróleo é de 3 000 litros.

Os projetos de ampliação daquela importante indústria asseguram a produção diária de elevada quantidade capaz de concorrer para o abastecimento de elevada percentagem de nossas necessidades.

O governo dos Estados-Unidos está interessadíssimo em auxiliar a produção do petróleo e do esquistos betuminoso no Brasil. Tanto assim que os representantes do Clube de Engenharia na visita feita a Taubaté e Tremembé, estiveram em contacto com dois técnicos norte-americanos e que estão fazendo estudo do esquistos betuminoso daquelas cidades paulistas. Esses dois geólogos, especialistas em esquistos e petróleo, Mr. Albert Kremer considerado a maior autoridade especializada em esquistos em todo o mundo e James Ichna, estão convencidos de que aquelas jazidas, das maiores do mundo, poderão resolver o problema do combustível no Brasil. O primeiro é o chefe do Bureau das Minas dos Estados-Unidos, está no Brasil com licença do Presidente Truman e de Mr. Icks, secretário de Estado.

A jazida de Tremembé está em plena fase de exploração.

A exploração do esquistos é simples, a mais econômica possível. Há esquistos à flor da terra, de magnífica qualidade. As galerias e perfurações não exigem proteção alguma, pois o esquistos não provoca desabamentos. Há nove anos estão sendo construídos centenas de metros de túneis e até hoje não houve um só acidente. A retirada dos blocos de esquistos é feita de modo mais simples possível e dispensa o emprego de explosivos.

O Eng.º Edison Passos, presidente do Clube de Engenharia e os demais engenheiros e geólogos, finda a visita, não esconderam seu entusiasmo pelo que viram e observaram, certos de que essas, jazidas da Panal, exploradas industrialmente e em grande escala, poderão contribuir para o fornecimento de grande parte do combustível consumido no Brasil.

★

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

CONCEDIDO PELO GOVERNO FEDERAL O AFORAMENTO DE TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DE SUA SEDE. — O Presidente da República assinou no dia 11 de março último, o Decreto-lei n.º 4 049, autorizando o Ministério da Fazenda a conceder por intermédio do Serviço do Patrimônio da União, à Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro, o aforamento condicional do terreno acrescido que constitui o lote número um da quadra doze da Planta de Ratificação de limites dos lotes das quadras 6, 7, 9, 10, 13 e 15-A, do projeto de urbanização da Esplanada do Castelo e que constituirá os lotes ns. 647 da quadra 12-C, com a área de 1 120 metros quadrados, se for aprovado o projeto de loteamento das quadras 11, 12, 12-B 12-C, 12, 13 A, 14, 14-A, 14-B, 14-C, e 15-A.

O referido terreno será exclusivamente utilizado para a construção de um edifício que servirá de sede à Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro que terá permissão de hipote-

car o domínio útil do terreno, com as benfeitorias que se fizerem no mesmo, bem como arrendar ou alugar as partes do imóvel desnecessárias à instalação de sua sede.

A construção deverá iniciar-se dentro de 3 anos contados da data da assinatura do necessário contrato.

★

EXTRATO DE SEUS ESTATUTOS — SUA PUBLICAÇÃO NO «DIÁRIO OFICIAL». — É o seguinte o extrato dos Estatutos da Sociedade Brasileira de Geografia (antiga Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro) fundada em 1883, aprovados pela Assembléa Geral realizada nos dias 20 e 26 de dezembro de 1945, cujo texto foi publicado no *Diário Oficial* de 7 de março último.

A Sociedade Brasileira de Geografia, antiga Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro, fundada em 1883, fevereiro, 25, e reconhecida de utilidade pública pelo Decreto n.º 3 440, de 1917, dezembro, 27, tem sede na cidade do Rio-de-Janeiro e durará indeterminadamente, dissolvendo-se no caso em que o seu cadastro social venha a contar tão somente 10 sócios efetivos. Em tal hipótese o seu patrimônio reverterá para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ou, na falta deste, terá o destino que lhe atribuir o Governo Federal.

A Sociedade se compõe das seguintes categorias de sócios: os quais não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

I — De honra.

II — Beneméritos.

III — Correspondentes estrangeiros, residente fora do país, isentos de qualquer contribuição.

IV — Contribuintes

Titulares

Efetivos

Correspondentes.

O número de sócios em cada uma das categorias, com exceção dos honorários, bem como as modalidades de admissão e exclusão, da mesma forma que as respectivas jónias, contribuições, remissões e doações não fixadas pelo Regulamento.

A Sociedade é dirigida e administrada por uma Diretoria composta de um presidente, que é seu representante legal em juízo, fora dele três vice-presidentes, um secretário-geral, dois secretários, um tesoureiro e um bibliotecário, a qual dá conta de sua gestão a um Conselho Diretor composto da própria Diretoria e mais 12 membros eleitos. Os ex-presidentes da Sociedade são membros extraordinários e vitalícios desse Conselho.

O Conselho Diretor orienta, também, a Diretoria e as Comissões.

As Assembléas Gerais constituem o órgão máximo de direção e fiscalização dos negócios da Sociedade.

O orçamento de despesas, o programa básico cultural, a reforma dos Estatutos, a concessão de títulos de honra, a exclusão de sócios e a destituição de funções eletivas, a aprovação dos relatórios e balancetes anuais da Diretoria, da mesma forma que qualquer resolução importando em receita e despesa, ou aplicação de rendas da Sociedade, não previstas no orçamento de despesa, dependem de pronunciamento de Assembléa Geral.

O mandato para os cargos eletivos, outorgado por Assembléa Geral, tem a duração de três anos.

A Diretoria e o Conselho Diretor são eleitos por turnos de um terço, anualmente. Para os cargos da Diretoria e do Conselho Diretor poderão ser eleitos, apenas, os sócios efetivos.

Somente por vontade de Assembléa Geral, expressa por 4/5 dos votos apurados em primeiro escrutínio, poderão ser reeleitos os membros do Conselho Diretor e os da Diretoria para os mesmos cargos que exerciam.

Os membros do Conselho Fiscal, em número de seis, com seis suplentes, são eleitos por grupos de dois e dois, respectivamente, cada ano.

Os membros das Comissões são eleitos por três anos.

O ano social tem início a 15 de fevereiro e termina a 15 de dezembro.

A Sociedade se reúne em Assembléas Gerais ordinárias e extraordinárias, em sessões da Sociedade, do Conselho Diretor, da Diretoria e das Comissões, ordinária e extraordinariamente.

Sua finalidade é estimular o gosto pelo estudo da Geografia, aperfeiçoar-lhe os conhecimentos e propugnar pela sua extensão no âmbito brasileiro por todos os meios legais ao seu alcance. Para tal fim realizará reuniões, organizará congressos, conferências, cursos, investigações, excursões, inquéritos, consultas e concursos, tomará parte em conclaves e estudos para que fôr convidada, imprimirá publicações, podendo instituir prêmios e conceder diplomas, medalhas, etc.

Na sede social são vedadas discussões de ordem pessoal e de caráter político ou religioso, não podendo a Sociedade empenhar-se em polémicas pela imprensa.

A reforma dos Estatutos só poderá ser feita por Assembléa Geral especialmente convocada para esse fim.

Rio-de-Janeiro, 26 de dezembro de 1945. — J. S. da Fonseca Hermes, 1.º vice-presidente, no exercício da Presidência. — Luís Alves de Oliveira Belo, tesoureiro.

★

Certames

IV ASSEMBLÉIA GERAL DO INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

O BRASIL FAR-SE-Á REPRESENTAR NO CERTAME COM VALIOSAS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS E CULTURAIS — OS PREPARATIVOS ESTÃO A CARGO DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — UM CONVITE

AOS ESPECIALISTAS BRASILEIROS. — Inicialmente marcada para novembro de 1945, depois de um adiamento, foi definitivamente marcada para a segunda quinzena de agosto próximo, a realização, em Caracas, da IV Assembléa Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, sediado no México.

Sendo o Brasil um dos membros da referida instituição de âmbito continental e sendo

seu atual presidente o ex-chanceler brasileiro Sr. Osvaldo Aranha, grande tem sido o empenho do Conselho Nacional de Geografia, nos preparativos da participação do país, naquele certame. Preocupados no sentido de que a delegação brasileira leve à reunião científica de Caracas um conjunto de contribuições especializadas, que reflitam o notável adiantamento da nossa cultura geográfica e histórica, os órgãos dirigentes do C. N. G., por intermédio da sua Secretaria Geral, estão envidando os melhores esforços nesse particular, já contando com o apoio de vários especialistas que já elaboraram oportunas teses com aquela finalidade.

Aproveitando agora da fixação definitiva da data do certame o Conselho Nacional de Geografia redobrou de atividade, visando aumentar o número de contribuições brasileiras estando expedindo convites a vários outros especialistas nacionais para que elaborem trabalhos compreendidos no temário organizado, o qual compreende os seguintes assuntos: *Topografia, Cartografia, Geodésia e Geomorfologia* — 1) A evolução histórica da Cartografia americana; 2) Observações astronômicas (astronomia de posição). Sua história nos países americanos; 3) História das operações técnicas executadas e em execução na demarcação de fronteiras dos países americanos; 4) Mapas magnéticos (mapas mostrando linhas isogais de variação magnética), seu preparo nos países americanos; 5) As mais recentes hipóteses relativas às causas dos terremotos nas diferentes regiões de grande atividade sísmica do Continente; 6) Vulcões recentes da América. Sua descrição, atividade, classificação de rochas arremessadas, etc.; 7) Movimentos orogênicos e movimentos estáticos nas diferentes regiões da América; 8) Status de investigações sobre água subterrânea nos países americanos; 9) Distribuição das chuvas na América e suas variações de acordo com as estações; 10) Previsão do tempo na zona tropical do Continente Americano estudos e recomendações. *Geografia Humana e Etnografia, Geografia Histórica, Geografia Biológica e Geografia Econômica* — 1) Influência do clima e da vegetação na distribuição da população no Continente Americano; 2) Tribos aborígenes da zona tropical em relação ao ambiente geográfico; 3) Distribuição dos recursos naturais vegetais da América em relação aos fatores geográficos; 4) Influência do meio geográfico na distribuição das plantas; 5) Zonas de flora dos países americanos e sua inter-relação; 6) Importância dos parques nacionais e da conservação dos monumentos nacionais. Informação sobre parques e monumentos existentes. Sugestões para a criação de novos parques nacionais; 7) Geografia das regiões de fazenda da América portuguesa e espanhola; 8) Utilização econômica da terra nos países tropicais da América; 9) Geografia da indústria de cada do Continente; 10) Estudos das zonas de fauna da América; 11) Diferenças características e influências das diferentes raças na formação das nacionalidades americanas; 12) Influência das indústrias de mineração e petróleo nos países da América; 13) Problemas da devastação do solo e da erosão do solo; 14) Progresso geográfico devido aos missionários religiosos na América. *Pré-história, História Pré-Colombiana e Arqueologia, História do Período Colo-*

nia, Investigação em Bibliotecas e Arquivos, Especialmente Espanhóis e Portugueses — 1) Grandes grupos lingüísticos americanos; 2) Culturas malas na Venezuela; 3) Inscrições rupestres na América, arte da pedra; 4) Estudos arqueológicos, investigações na América; 5) Influências da descoberta da América na economia européia; 6) Regime de terras nos períodos Pré-Colombiano e Colonial; 7) Regime de trabalho nas colônias da América; 8) Cultura na América colonial; 9) O regime da fazenda no período colonial; 10) Influência das lutas contra os salteadores na formação da consciência de nacionalidade nos povos americanos; 11) O importante significado das Audiências no período formativo das nacionalidades americanas; 12) A necessidade de um estudo coordenado do folclore americano; 13) Os Consuados Reais na América; 14) Coordenação de investigações de arquivo para o estudo da História Colonial e Hispano-Americana; 15) Estudos genealógicos na investigação do plasma social americano. *História da Emancipação das Nações Americanas, História do Período da Independência, Organização da Biblioteca, Mapoteca, Coleção de Periódicos e do Museu do Instituto como Elementos Indispensáveis para Estudos Iniciais de Gabinete.* — 1) O processo revolucionário na América. A independência dos Estados-Unidos e sua influência na emancipação das colônias latino-americanas. Rumos econômicos e políticos nos últimos dias da Colônia; 2) O precursor Francisco de Miranda; sua influência na agitação revolucionária que precedeu os movimentos da independência na América; 3) Ideias constitucionais na América focalizadas sob o aspecto da independência; Projeções políticas e sociais das Constituições apresentadas por Bolívar ao Congresso de Angostura (1819) e da Bolívia (1826); 4) Estudo crítico dos períodos de anarquia e ditadura existentes na América Hispânica de 1810 e 1900; 5) Análise das características e tendências herdadas da cultura européia na América; 6) As grandes campanhas militares que asseguraram independência nas diferentes regiões da América; 7) Orientação e tendências dos estudos das histórias na América; 8) Estudo crítico do desenvolvimento dos assuntos inter-americanos. O Congresso de Panamá de 1826. Seus antecedentes e conseqüências; 9) Escravidão, na América. Sua abolição nos diferentes países do Continente; 10) Métodos para organizar o trabalho de investigação histórica com o fim de obter, através de intercâmbio e informação, o maior conhecimento mútuo entre os países da América; 11) Emancipação na América desde o tempo da Independência; 12) O fator religioso no desenvolvimento cultural do Novo-Mundo. Raça da mentalidade aborígene à influência da doutrina e cultura cristãs. Sobrevivência de superstições nativas e direitos nas tradições religiosas e costumes dos povos americanos.

A apresentação desses trabalhos está sujeita às seguintes condições: a) os originais deverão ser entregues à Secretaria Geral do Conselho (Praça Getúlio Vargas, 14 — 5.º andar — Edifício Serrador) até ao dia 10 de julho vindouro, manuscritos ou em 3 vias dactilografadas; b) o trabalho deverá compreender pelo menos 50 páginas dactilografadas, com espaço dois, em tipo usual; c) poderá haver ilustrações; d) é obrigatória a apresentação de um resumo do trabalho contendo até 500 palavras; e) o tema oficial poderá ser estudado sob aspectos parciais e o estudo na parte aplicada se referirá ao Brasil, como uma parcela da América; f) o autor receberá do Conselho uma gratificação *pro-labore* de mil cruzeiros.

Unidades Federadas

PERNAMBUCO

DESIGNADO O NOVO MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. — Foi nomeado, pelo Sr. Presidente da República, para exercer as funções de membro do Conselho Administrativo do Estado de Pernambuco, o Sr. Mário Carneiro do Rêgo Melo, secretário do Diretório Regional de Geografia naquele Estado e ex-assistente do C. N. G., que por decreto da mesma data, foi designado para substituir o presidente do referido Conselho, em seus impedimentos e faltas.

★

RIO-GRANDE-DO-SUL

Conselho Administrativo do Rio-Grande-do-Sul
DESIGNAÇÃO DE NOVO MEMBRO. — Foi,

recentemente, designado para exercer as funções de membro do Conselho Administrativo do Rio-Grande-do-Sul, o Sr. Ataliba Paz, ex-presidente do Diretório Regional de Geografia daquele Estado.

★

TERRITÓRIO DE PONTA-PORA

FIXADA A SUA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA. — O Sr. Presidente da República assinou no dia 12 de março último, o Decreto-lei n.º 9 055, fixando a divisão administrativa e judiciária do Território de Ponta-Porã. A íntegra do referido decreto-lei vai publicada na secção "Leis e Resoluções" deste *Boletim*.

★

Municípios

PETRÓPOLIS (Rio-de-Janeiro)

Instituto Histórico

CINQUENTENÁRIO DA CHEGADA DOS PADRES FRANCISCANOS AQUELA CIDADE. — Comemorando o cinquentenário da chegada dos padres franciscanos a Petrópolis, o Instituto Histórico de Petrópolis realizou uma sessão solene no salão de conferências do Museu Imperial, sob a presidência do Sr. Henrique Leão Teixeira.

O conferencista foi o Sr. Ascânio Mesquita Pimentel, que desenvolveu longo e erudito estudo sobre a influência que neste meio século exerceram os padres franciscanos em benefício de Petrópolis e de seu progresso cultural.

SALVADOR (Bahia)

Diretoria do Arquivo e Divulgação

PRORROGADO O PRAZO PARA A ENTREGA DAS 10 MONOGRAFIAS QUE CONSTITUEM A OBRA *EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DO SALVADOR* — O Sr. Prefeito Municipal de Salvador, autorizou, recentemente, a Diretoria do Arquivo e Divulgação a prorrogar, por mais um ano, o prazo para entrega dos originais das 10 monografias que constituem a obra *Evolução Histórica da Cidade do Salvador*, contratada com os historiadores Júlio Afrânio Peixoto, José Vanderlei de Araújo, Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, Godofredo Rebêlo de Figueiredo Filho, Teles Olímpio Góis de Azevedo, Frederico Adelméia, Carlos Chiachio e Artur Ramos.

★

Exterior

ESTADOS-UNIDOS

Madinson (Wisconsin)

BÓLSAS DE ESTUDO PARA ESTUDANTES DE GEOGRAFIA. — Foi recentemente divulgado pela imprensa desta capital um telegrama procedente de Madinson, Wisconsin, segundo o qual várias bolsas de estudo para curso superior de geografia estão sendo oferecidas para o próximo ano letivo na Universidade de Wisconsin. São oferecidas indistintamente a homens ou mulheres, e requerimentos de estudantes estrangeiros serão recebidos com agrado.

As bolsas de estudo em apreço foram doadas pelo falecido professor Whitbeck, que lecionou em Wisconsin. Cada estudante receberá

um subsídio de 700 ou 750 dólares para o ano letivo (de setembro a maio), o suficiente para cobrir suas despesas em Madinson. A única despesa com os estudos para os estudantes será uma taxa de 96 dólares.

Para se requerer uma bolsa de estudo Whitbeck, o estudante deve ter completado o curso equivalente ao secundário (quatro anos) de uma universidade americana, ou deve possuir o diploma correspondente ao de conclusão do curso de humanidades nos Estados-Unidos (certificado de conclusão de curso secundário). Em virtude do curso secundário de geografia não ter caráter amplo, em certos casos, os estudantes podem ser escolhidos por sua reconhecida competência, mesmo se seu curso básico de geografia tiver sido deficiente.

Os requerimentos para a obtenção da bolsa de estudo devem ser acompanhados de: a) declaração pormenorizada sobre a aplicação do requerente durante o curso secundário e suas atividades depois da graduação; b) declaração dos motivos por que deseja aperfeiçoar-se em geografia; c) cartas de recomendação de pessoas que estejam a par das qualidades do requerente, quando estudante; d) fotografia pequena, recente; e) cópias de escritos publicados ou não do requerente; relato das distinções escolares e outras informações de valor.

Fórmulas para requerimentos e outras informações poderão ser obtidas no escritório do adido de Relações Culturais, à avenida Graça Aranha, 182, 4.º andar.

A fim de que sejam atendidos para o próximo ano letivo (que começará em setembro de 1946) os interessados deverão dirigir-se ao adido cultural até 15 de março de 1946.

As viagens de ida aos Estados- Unidos e de regresso correrão por conta dos candidatos aprovados.

★

INGLATERRA

O AMAZONAS CENÁRIO PARA UM FILME BRITÂNICO — Sob este título foi divulgado nesta capital, um telegrama, procedente de Londres, segundo o qual acaba de deixar esta cidade, por via aérea, com destino ao Brasil, um pequeno grupo de três técnicos cinematográficos ingleses, entre os quais se incluem o conhecido produtor Derek N. Twist e o escritor Robert Westerby. Os três cinematografistas viajam a serviço do Sr. Artur Rank, cuja organização veio revolucionar a indústria cinematográfica inglesa, e em pouco tempo assumiu a maior importância no próprio mercado internacional de filmes.

Antes de visitar o Rio-de-Janeiro, a missão acima citada voará para Belém e Manaus com o objetivo de investigar as possibilidades de realizar no Brasil um filme britânico sob o

título *The End of the River* baseado num livro do mesmo nome, e que tem por cenário a floresta amazônica. Após esta exploração preliminar, e caso sejam julgadas apropriadas as condições locais, a atual missão técnica fará um relatório circunstanciado ao Sr. Rank, que enviará ao Brasil uma unidade cinematográfica completamente equipada a fim de dar início à filmagem. Um dos objetivos da missão preparatória, sobretudo na sua visita à capital do Brasil, é sondar os meios cinematográficos e teatrais do país, de vez que o Sr. Artur Rank mostra-se interessado em encontrar vocações locais para o desempenho de certos papéis masculinos e femininos.

O argumento que deverá ser adaptado ao filme em projeto é dos mais interessantes e pode ser resumido como sendo a história de um homem comum. Trata-se de um estivador de sangue índio que é assassinado numa luta, durante uma operação de descarga de navio no porto de Belém do Pará. O filme acompanha a vida deste homem do povo, desde sua infância na selva amazônica, até a sua morte trágica.

Desde a mais tenra idade, Manuel, ou o herói do filme, começou a perceber a existência de duas espécies de condutores de homens: os que eram chefes porque se faziam temer, e os que eram naturalmente pelos seus dons de sabedoria. No curso de sua vida, Manuel teve a oportunidade de conhecer vários desses tipos, tendo sofrido por causa de muitos. Ao atingir a uma etapa de vida mais civilizada, Manuel encontra um superior bondoso que o ajuda, e para quem trabalha de boa vontade. Mais tarde casa-se com uma moça simples chamada Teresa e finalmente cai sob influência de um mau chefe ou seja um agitador político.

O autor do livro *The End of the River*, Desmond Haldridge, é um grande conhecedor da região amazônica e dos costumes do seu povo. Os tipos de Manuel e Teresa são magnificamente delineados e a nota principal do argumento reside nas perplexidades e desajustamentos de suas almas simples em contacto com a civilização agitada de nossos dias.

Relatórios de Instituições de Geografia

e Ciências Afins

Relatórios dos Representantes Estaduais, Apresentados à VI Sessão Ordinária da Assembléia Geral do C.N.G.

SAO-PAULO

É o seguinte o relatório das atividades do Diretório Regional de Geografia no Estado de São-Paulo, em 1944, apresentado à VI Sessão Ordinária da Assembléia Geral do C. N. G., pelo Eng.º Valdemar Lefèvre, delegado do Estado e secretário daquele Diretório:

Apresentação

Este sucinto relatório das atividades do Diretório Regional de Geografia no Estado de São-Paulo e dos trabalhos realizados durante o exercício de 1944, pelo Instituto Geográfico e Geológico, — é apresentado em cumprimento ao disposto na Resolução n.º 96 de 25 de julho de 1941, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Como se inferirá da sua leitura, o Diretório, procura atender na medida do possível, unicamente às principais atribuições que lhe foram conferidas pelo Regulamento do Conselho, isto é, coordenar os serviços geográficos, estimulando e desenvolvendo a sua produção, nos diversos setores.

Se tiver conseguido tal objetivo, estarão bem compensados os esforços despendidos pelos seus ilustres e delicados membros e consultores técnicos.

O Instituto Geográfico e Geológico, por sua vez, dentro dos recursos orçamentários, e de disponibilidade de pessoal técnico procurou desempenhar-se da melhor maneira, para apresentar trabalho digno da cultura e das necessidades do povo brasileiro.

Esperamos que nossos trabalhos correspondam à expectativa dos insignes delegados junto à VI Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia.

I — DIRETÓRIO REGIONAL DE GEOGRAFIA

a) Organização

Os Diretórios Regionais, que têm sede nas capitais dos Estados e dos Territórios da União, são órgãos do Conselho Nacional de Geografia, criado pelo Decreto federal n.º 1 527, de 24 de março de 1937.

O Diretório Regional em São-Paulo foi criado e reorganizado respectivamente pelo Decreto n.º 8 617, de 30 de setembro de 1937 e pelo Decreto n.º 10 748, de 29 de novembro de 1939.

b) Constituição

1) Presidente — Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio — Prof. José de Melo Moraes.

2) Secretário e suplente do presidente — Diretor do Instituto Geográfico e Geológico — Eng.º Valdemar Lefèvre.

3) Auxiliares da Secretaria — Secretário-assistente — Dr. Cícero de Freitas. — Escriturária — D. Maria de Lourdes C. Prestes Barra — Taquígrafa — D. Eponina M. Pereira da Silva

4) Membros — Diretor do Instituto Astronômico e Geofísico, Eng.º Alípio Leme de Oliveira. Diretor da Diretoria de Viação, Eng.º Manuel Francisco Grilo Neto e Eng.º Alfredo Boreli. Suplente, Eng.º Alberto de Oliveira C. Filho. Procurador da Procuradoria de Patrimônio Imobiliário e Cadastro, Dr. Messias Junqueira. Suplente, Eng.º Parisio Bueno de Arruda. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, Eng.º Ariovaldo Viana. Suplente, Eng.º Paulo Dutra da Silva, Diretor de Engenharia do Departamento das Municipalidades, Eng.º Isaac Pereira Garcês e Eng.º Antônio Ponzio Ipolito. Diretor do Serviço de Imigração e Colonização, Agrônomo Clóvis de Moraes Pisa. Suplente, Eng.º Francisco Teixeira Leite. Chefe do Serviço de Geodésia do I. G. G., Eng.º Gastão César Bierrenbach de Lima. Suplente, Eng.º Ludovico Taliberti. Chefe do Serviço de Topografia do I. G. G., Eng.º Aristides Bueno. Suplente, Eng.º Eduardo Bernardes de Oliveira. Chefe do Serviço de Hidrografia do I. G. G., Eng.º Nestor Aratangi. Suplente, Eng.º João Carlos Strelitz. Chefe do Serviço de Geologia Geral do I. G. G., Eng.º Plínio de Lima. Suplente, Eng.º Augusto Durante. Chefe do Serviço de Geologia Econômica do I. G. G., Eng.º Teodoro Knecht. Suplente, Dr. Pedro Bueno. Chefe da Divisão de Cadastro e Urbanismo da Prefeitura de São-Paulo, Eng.º Carlos Gomes Cardim Filho. Suplente, Eng.º Artur Moreira Tomassini. Representante da Junta Executiva Regional de Estatística, Dr. Djalma Forjaz. Representante da Escola Politécnica da Universidade de São-Paulo, Prof. Henrique Jorge Guedes. Suplente, Eng.º Paulo Ferraz de Mesquita.

5) Consultores Técnicos. — *Documentação Geográfica*: Dr. Rubens Borba de Moraes. *Fisiografia*: Eng.º Teodoreto de Camargo. *Regiões Naturais*: Engs. Gullherme Wendel e João Pedro Cardoso. *Biogeografia*: Drs. Frederico Carlos Hoehne e Olivério Márcio de Oliveira Pinto. *Levantamentos e Cartografia*:

Eng.^{os} Francisco de Sales Vicente de Azevedo e Lúcio Martins Rodrigues. *Geografia Histórica*: Drs. Afonso D'Escagnolle Taunay e Nuto Sant'Ana. *Geografia Política*: Prof. Sud Mennucci. *Geografia da Produção*: Engs. Augusto Lima Pontes e Vitor da Silva Freire. *Geografia dos Transportes*: Eng.^o Alvaro de Sousa Lima, Dr. Benedito de Azevedo Marques e Eng.^o Clodomiro Pereira da Silva. *Geografia das Comunicações*: Eng.^o Otávio Ferraz de Sampaio. *Geografia Social*: Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho e Eng.^o Milcíades Pereira da Silva. *Turismo e Excursionismo*: Dr. Américo R. Neto.

e) Diretórios Municipais

De acôrdo com o regulamento do Conselho Nacional de Geografia, com exceção do município da capital, funcionam nas sedes dos demais 269 municípios, os Diretórios Municipais de Geografia, sob a presidência dos senhores prefeitos, que são presidentes natos.

O Diretório conta com a colaboração dos seus membros, previstos no ato municipal que o criou, e dos informantes municipais eleitos pelo Diretório Regional, por proposta do Municipal.

d) Atividades

Sessões plenárias

Nas oito sessões ordinárias realizadas em 1944 foram discutidos todos os assuntos encaminhados ao Diretório para estudo e solução. Dentre êles destacamos:

- 1) proposta de criação de um instituto oceanográfico com sede na cidade de Santos;
- 2) publicação de cartas geográficas por entidades particulares;
- 3) lei protetora de marcos de referência e de sinais geográficos;
- 4) bases para o terceiro concurso aberto pelo Diretório, para a apresentação de trabalhos sobre a geografia de São-Paulo;
- 5) contribuição do Diretório ao X Congresso Brasileiro de Geografia e à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia;

Por motivo de fôrça maior não foi possível realizar sessões nos meses de abril, junho, setembro e outubro.

Nas oito sessões ordinárias foram aprovadas nove Resoluções, cujos números e ementas são:

- N.^o 38, de 27 de janeiro de 1944 — Propõe medidas junto aos governos da União e do Estado, para a publicação de cartas geográficas não oficiais.
- N.^o 39, de 27 de janeiro de 1944 — Apresenta congratulações ao prefeito municipal de Tatuí.
- N.^o 40, de 27 de janeiro de 1944 — Nomina os informantes municipais do Diretório de Cajuru.
- N.^o 41, de 18 de fevereiro de 1944 — Aprova o parecer da Comissão que examinou e classificou as monografias municipais de 1943.
- N.^o 42, de 30 de março de 1944 — Propõe ao Conselho Nacional de Geografia medidas junto ao governo da União para que seja baixado um decreto-lei de proteção aos marcos geográficos.

N.^o 43, de 11 de agosto de 1944 — Sugere ao governo do Estado a conveniência do estudo da oceanografia relativa ao litoral do Estado.

N.^o 44, de 11 de agosto de 1944 — Aprova o parecer da Comissão incumbida de examinar as monografias do segundo concurso do Diretório.

N.^o 45, de 28 de dezembro de 1944 — Solicita do governo do Estado medidas, no sentido de serem fixados, em tempo oportuno, os perímetros urbanos e suburbanos das cidades e vilas de São-Paulo.

N.^o 46, de 28 de dezembro de 1944 — Dispõe sobre a apresentação de sucintos relatórios mensais, por parte dos Diretórios Municipais, relativos às suas atividades.

Para melhor orientar a discussão de assuntos da atribuição do plenário, foram, em sessão, nomeadas três comissões técnicas:

1) Comissão encarregada de apresentar parecer sobre as monografias municipais de 1943, constituída dos senhores.

Eng.^o Benedito de Azevedo Marques, Dr. José Bueno de Azevedo Filho, Eng.^o Milcíades Pereira da Silva e Dr. Pedro Silveira Bueno.

2) Comissão incumbida de dar parecer sobre a conveniência de ser criado o Instituto Oceanográfico, integrada pelos senhores:

Prof. Clodomiro Pereira da Silva, Eng.^o Gastão C. Blierrenbach de Lima e Dr. Olivério Mário de Oliveira Pinto.

3) Comissão para dar parecer sobre os trabalhos que concorreram ao segundo concurso aberto pelo Diretório, referentes à geografia do Estado; esta comissão ficou composta dos senhores:

Eng.^o Benedito de Azevedo Marques, Eng.^o Aristides Bueno, Profs. Aroldo de Azevedo e Vitor da Silva Freire.

Estas três comissões, como era de esperar desempenharam-se com grande acôrto, prestando excelente contribuição aos trabalhos do Diretório.

Visitas recebidas

Durante o ano o Diretório recebeu visitantes ilustres, entre êles o senhor embaixador José Carlos de Macedo Soares, digníssimo presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que também esteve presente em uma das nossas sessões ordinárias, presidindo-a, a convite do senhor secretário da Agricultura, professor José de Melo Moraes.

Membros do Conselho Nacional de Geografia e da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia visitaram a sede do Diretório Regional de São-Paulo.

X Congresso Brasileiro de Geografia

Neste Congresso o Diretório foi representado pelo seu secretário, Eng.^o Valdemar Lefèvre e pelo seu consultor-técnico Dr. José Bueno de Azevedo Filho.

Teve, assim, o Diretório Regional oportunidade de colaborar com os geógrafos brasileiros que compareceram àquele certame nacional.

Publicações

Acha-se em preparo o *Boletim* n.º 4 — *Cidades e vias do Estado de São-Paulo*, de autoria do Eng.º Valdemar Lefèvre.

Distribuição de cartas municipais e publicações

Atendendo a pedidos de repartições e do público distribuíram-se 2 788 mapas municipais, organizados de acordo com o Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março de 1938 e o Decreto estadual n.º 9 775, de 30 de novembro de 1938.

Foram também distribuídas 228 fotografias e 337 *Boletins* ns. 1, 2 e 3.

Expediente

Os trabalhos a cargo da Secretaria correm normalmente, sendo atendidos os pedidos de informação e o público em geral.

O movimento do expediente foi o seguinte:

Papéis entrados	1 133
Ofícios expedidos	4 733
Telegramas expedidos	125
Volumes enviados sob registro .	99

e) Receita e Despesa

Venda de mapas, fotografias e <i>Boletins</i>	Cr\$ 21 246,50	
Subvenção do Estado	Cr\$ 15 000,00	
Depósito em Conta Corrente	Cr\$ 46 431,40	
Despesas diversas .		Cr\$ 14 035,40
Saldo em 31 de dezembro de 1944 .		Cr\$ 68 642,50
	Cr\$ 82 677,90	Cr\$ 82 677,90

SÚMULA DO RELATÓRIO DOS TRABALHOS REALIZADOS PELO INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO DURANTE O EXERCÍCIO DE 1944

II — SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

1 — Serviço de Geodésia

Dentro de suas finalidades precípuas, este Serviço executou trabalhos referentes à triangulação geral do Estado, bem como ao nivelamento de precisão e à determinação de coordenadas geográficas. Nestes trabalhos estiveram empenhados cinco engenheiros e três auxiliares técnicos.

a — Triangulação geodésica

Duas turmas estiveram em campo, em serviço de triangulação, construindo os sinais e ocupando os vértices das cadeias Santos-Santo-Ángelo, Santo-Ángelo- Queluz, Capão-Bonito-Santo-Ángelo, Pariquera-Açu-Capão Bonito e Capão-Bonito-Agudos.

Construíram-se 15 sinais, ocupando-se, definitivamente 30 vértices.

b — Coordenadas geográficas

A campanha de coordenadas geográficas esteve a cargo do engenheiro que, prosseguindo com o trabalho iniciado no exercício de 1939, determinou 30 pontos, necessários à organização de folhas topográficas e à correção da carta geral do Estado.

O custo médio da determinação de um ponto foi aproximadamente de Cr\$ 2 177,00.

c — Nivelamento de precisão

Estes trabalhos estiveram a cargo de um engenheiro e dois auxiliares técnicos.

Organizadas três turmas prosseguiu-se com o nivelamento das linhas Bragança-Socorro-Itirapina-Mojí Mirim-Campinas, Pariquera-Açu-Apiá.

A produção das três turmas totalizou 249 quilômetros. Colocaram-se 51 marcos de referência de nível, distanciados de 5 quilômetros.

O custo aproximado do quilômetro nivelado oscilou, em média, entre Cr\$ 651,00 e Cr\$ 1 350,00.

2 — Serviço de Topografia

Cabem a este setor, como atribuições primaciais, o levantamento topográfico e geográfico do Estado; a organização das cartas gerais e topográficas; o estudo e demarcação de divisas.

O Serviço de Topografia, para tal, contou com 10 engenheiros e 21 auxiliares técnicos.

a — Levantamentos topográficos

Organizadas 27 turmas topográficas, foram elas distribuídas, durante o mês de abril, para prosseguirem com os levantamentos das zonas compreendidas pelas fôlhas de Avaré, Barreiro, Cunha, Iguape, Marília, Registro, Salesópolis, Santa-Cruz-do-Rio-Pardo, São-Luis do Paraitinga, Piraju e Prainha. Prosseguiu-se também com o levantamento ao longo da divisa São-Paulo - Paraná.

Esses trabalhos desenvolveram-se satisfatoriamente, se considerarmos a deficiência dos meios de transporte e os obstáculos criados pela matéria e acidentes do terreno, na maior parte das zonas onde operaram as turmas topográficas.

Fôlha de Avaré — Trabalhos complementares para conclusão da fôlha, operando duas turmas durante alguns meses e produzindo 206 quilômetros quadrados. Esta fôlha ficou concluída.

Fôlha de Barreiro — Duas turmas executaram 336,50 quilômetros quadrados, ficando assim terminado o trabalho de campo.

Fôlha de Cunha — Trabalhos complementares foram feitos por uma turma topográfica que levantou 43 quilômetros quadrados em terreno acidentadíssimo e coberto de matas.

Fôlha de Iguape — Os seus levantamentos estiveram a cargo de 5 turmas. A produção foi de 650 quilômetros quadrados, ficando concluído o levantamento que se desenvolveu por terras ora revestidas de matas, ora cobertas por águas extravazadas dos rios que recortam o vale do Ribeira-de-Iguape.

Fôlha de Marília — Trabalhos complementares de detalhe estiveram a cargo de uma turma de campo. Com a produção de 360,5 quilômetros quadrados ficou concluída esta fôlha.

Fôlha de Registro — Continuando com o trabalho iniciado em exercício anterior, três turmas conseguiram levantar 306 quilômetros quadrados em zona de difícil penetração.

Fôlha de Santa-Cruz-do-Rio-Pardo — Uma turma esteve encarregada de preencher pequenas lacunas verificadas nessa fôlha. Com 75 quilômetros de caminhamentos ficou concluído o levantamento da fôlha que já está sendo gravada.

Fôlha de São-Luis-do-Paraitinga — Duas turmas operaram nessa região densamente coberta de matas e capoeiras. Difícil e morosa foi a continuação do levantamento de 96 quilômetros quadrados.

Fôlha de Piraju — Os seus levantamentos foram feitos por cinco turmas, ficando quase terminados com a produção de 1 238 quilômetros quadrados.

Fôlha de Prainha — Serras, contrafortes e matas muito dificultaram os trabalhos que estiveram a cargo de 4 turmas. Os levantamentos atingiram apenas 222 quilômetros quadrados.

Fôlha de Salesópolis — Prosseguiu-se com o levantamento das cabeceiras do rio Tietê. O trabalho, realizado por uma turma de campo, atingiu 118 quilômetros quadrados.

Divisas São-Paulo - Paraná — Vencendo inúmeras dificuldades a turma encarregada deste levantamento percorreu 183 quilômetros de caminhamentos topográficos.

Levantamentos diversos — Atendendo a diversos pedidos foram ainda feitos levantamentos detalhados e especializados, para estudos de abastecimento de água, de geologia e de agricultura.

RESUMO DOS TRABALHOS DE CAMPO

SETORES	Caminhamentos (Km)	Área levantada (Km ²)	Média por turma (Km ²)	Custo médio do Km ² (Cr\$)
Avaré.....	410	205,00	102,50	131,00
Barreiro.....	713	356,50	178,25	214,00
Cunha.....	86	43,00	43,00	1 150,00
Iguape.....	1 149	850,00	130,00	245,00
Marília.....	721	360,50	360,00	100,00
Piraju.....	2 476	1 238,00	309,50	106,00
Prainha.....	444	222,00	74,00	407,00
Registro.....	612	306,00	102,00	312,00
Salesópolis.....	137	118,40	118,40	355,00
Santa Cruz do Rio Pardo.....	75	—	—	—
São Luis do Paraitinga.....	192	96,00	96,00	453,00
Divisa São Paulo-Paraná.....	182	—	—	—
TOTAL.....	7 197	mais de 3 596,40	—	—
Média Geral.....	—	—	151,40	205,00

O custo do quilômetro quadrado de levantamentos por zona, é aproximado, visto não terem entrado todas as despesas que oneram os trabalhos de campo, bem como o dispêndio com a administração do Instituto. Mas, pelo simples exame do quadro acima, poder-se-á ter uma idéia do custo de um quilômetro quadrado de levantamento topográfico, em diversas regiões do Estado.

O alto preço dos levantamentos da fôlha de Cunha provém do encarecimento dos transportes nessa região, bem como das dificuldades decorrentes da topografia local e das matas que a revestem. Em Avaré, Marília e Piraju, onde contamos com transporte próprio, com boas vias de comunicação e onde o terreno apresenta-se menos acidentado, o rendimento dos trabalhos aumentou ao mesmo tempo que caiu o custo por quilômetro quadrado.

b — Trabalho aerofotogramétrico

Iniciado em 1940, como em anos anteriores, prosseguiu com a cooperação da Seção de Fotogrametria da Divisão de Águas, dependência do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Empregaram-se 12 filmes de 20 metros, expostos em 82,50 horas de voo.

Além dos mosaicos foram restituídos 20 quilômetros quadrados, com o emprego de dois estereógrafos. A área fotografada foi de 400 quilômetros quadrados. Este trabalho destinou-se à atualização das fôlhas da capital do Estado, que serão publicadas na escala de 1:50 000.

c — Divisão territorial

Com a assinatura do Decreto-lei estadual n.º 14 334, de 30 de novembro de 1944, entrou em vigor, a partir do dia 1 de janeiro de 1945, a divisão judicial e administrativa que vigorará até o dia 31 de dezembro de 1948.

Na revisão de provas tipográficas prestou o Serviço de Topografia destacado trabalho de colaboração com a Imprensa Oficial.

Fôlha organizada a nova carta geral e calculadas as áreas dos 305 municípios que hoje integram o Estado de São-Paulo.

d — Divisas São-Paulo - Rio-de-Janeiro

A Comissão Mista nomeada pelos governos desses Estados não pôde iniciar os seus estudos não só pelo acúmulo de serviços inadmiáveis, como por se encontrar ausente do país, um dos representantes do Estado do Rio-de-Janeiro. Espera-se que durante o corrente ano sejam iniciados os trabalhos, com base nos levantamentos realizados pelo Instituto Geográfico e Geológico.

e — Fôlhas topográficas

Estão terminados os desenhos definitivos das fôlhas topográficas de Avaré e Santa-Cruz do Rio-Pardo. Aham-se quase terminados os desenhos das fôlhas de Barreiro, Iguape e Marília.

f — Demarcação de divisas

Foram atendidos os pedidos de demarcação de divisas intermunicipais e interdistritais, pedidas pelas autoridades competentes.

3 — Serviço de Hidrografia

Dentro da disponibilidade de pessoal técnico, o Serviço procurou executar o programa elaborado de acordo com as finalidades principais.

a — Fluviometria

Como em exercícios anteriores, não foi possível dar a este setor o desenvolvimento desejado, devido à falta de técnicos. Somente dez postos fluviométricos foram instalados. Na rede foram medidas 20 vazões.

O Serviço de cadastro das quedas d'água prosseguiu lentamente.

Os estudos limitaram-se às bacias do Tietê, Aguapeí, Peixe, Ribeira-de-Iguape, Pardo e Sapucaí-Mirim.

A ano de 1944 foi um dos mais secos dos que se têm notícia, registrando-se, nesse ano, as menores vazões dos cursos d'água.

b — *Pluviometria*

O número total dos postos pluviométricos, que se distribuem pelas 8 zonas hidrográficas, é de 742:

postos existentes em 1 de janeiro de 1944	701
postos instalados em 1944	44
postos fechados em 1944	3
	745
postos existentes em 31 de dezembro de 1944	742

Para a execução desse serviço conta a repartição com a ajuda das estradas de ferro, companhias agrícolas, fazendas, Prefeituras e repartições públicas.

O Serviço de Hidrografia publica o *Boletim Pluviométrico Diário*, que conta com informações telegráficas de 257 localidades.

Durante o ano receberam-se 38 944 telegramas com dados pluviométricos.

Em dezembro de 1944 achavam-se em preparo as provas tipográficas dos *Boletins Pluviométricos* mensais, referentes ao último trimestre de 1941 e 1.º e 2.º trimestres de 1942.

III — SERVIÇOS GEOLÓGICOS

1 — Serviço de Geologia Geral

Muito pouco pôde fazer este Serviço, por se achar consideravelmente desfalcado o seu quadro técnico.

a — *Levantamentos geológicos*

Fêz-se o levantamento geológico do rio Paraná, da barra do Paranapanema até a corredeira do Jupιά, e o levantamento detalhado da jazida de tungstênio e seus arredores, no município de Jundiá.

b — *Mineralogia e Petrografia*

Como tem sucedido em anos anteriores, estes trabalhos de Gabinete correram normalmente, não se ressentindo, como os demais do setor da Geologia Geral, da falta de pessoal técnico.

Pelo Gabinete de Laminação foram preparadas 265 lâminas de rochas, minerais e minérios, destinadas a exame microscópico.

Estes exames foram concluídos, atendendo-se a pedidos dos técnicos do Instituto e do público, quanto à classificação desse material.

Ainda para estudos, foi feito grande número de preparações em pó.

c — *Águas subterrâneas*

Estudou-se, unicamente, a captação de água subterrânea, para o abastecimento da Vila dos Industriários, situada no bairro de Água-Funda.

2 — Serviço de Geologia Econômica

Como o Serviço de Geologia Geral, também este lutou com falta de engenheiros para a execução do seu importante e vasto programa de trabalhos de campo.

a — *Pesquisas de chumbo*

Em Braço-de-Pescaria, Morro-do-Chumbo, Espirito-Santo, Sant'Ana e Monjolinho, foram feitas pesquisas por meio de sondagem e abertura de poços e galerias.

Essas localidades acham-se situadas no vale do Ribeira-de-Iguaape, nos municípios de Apiaí e Iporanga.

As cinco turmas de estudos produziram trabalho satisfatório.

b — *Pesquisas de pirita*

No sítio do Querosene, município de Piracicaba, prosseguiram os estudos, iniciados em 1942. Três poços foram abertos, encontrando-se além de pequena quantidade de pirita, óleo asfáltico, provavelmente originário do xisto betuminoso do Irati.

c — *Pesquisas de cobre*

As jazidas de minérios de cobre, constituídas de azurita, calcopirita e malaquita, continuam a ser estudadas no município de Itapeva, com a assistência deste Instituto.

Os resultados desse estudo são promissores.

d — *Pesquisas de tungstênio*

Os estudos sobre a ocorrência de volframita em Itapeva, município de Jundiá, estão concluídos e serão oportunamente publicados nos *Boletins* do Instituto.

e — *Pesquisas de combustível*

Carvão de Cerquilho — Continuam os estudos e prospecções, tendo-se em vista a cubagem de sua reserva.

O trabalho está sendo feito pela companhia concessionária, com a assistência do Instituto.

Linlito de Caçapava e xisto betuminoso de Taubaté. — Na mina de linlito foram feitas várias sondagens, chegando-se a resultados positivos. Com a sonda emprestada à Companhia Siderúrgica Cruzelro do Sul, em Taubaté, foram obtidos resultados satisfatórios, encontrando-se diversas camadas de xisto betuminoso.

f — *Pesquisas diversas*

Durante todo o ano vários técnicos do Serviço de Geologia Econômica procederam a pesquisas e estudos de ocorrências de minério, nos municípios de Ipiranga, Jacupiranga e Xiririca. Encontraram-se jazidas de ferro, grafita, caulim, mica, talco, manganês e ouro.

Os resultados procedentes das pesquisas feitas nas jazidas de mármore, em Xiririca, quanto a qualidade e quantidade, foram animadores.

g — *Perfuração de poços semi-artesianos*

Com sondas do Instituto foram abertos poços artesianos em Itapetininga, para abastecimento de água destinada à Escola Prática de Agricultura, e em Tupá, tendo-se em vista as necessidades da sede municipal.

Em Itapetininga obteve-se a vazão de 70 metros cúbicos em 24 horas e em Tupá, 18 metros cúbicos por hora.

Excursões e contribuições

Durante o exercício de 1944 organizamos duas excursões de estudos e trabalhos; uma ao longo do rio Paraná, da barra do Paranapanema até o pórtio de Jupιά e outra ao longo do litoral, de Santos até a Ponta-da-Trindade, nas divisas do Estado do Rio.

Ambas foram integradas por técnicos dos Serviços Geográficos e Geológicos, estando os seus trabalhos sucintamente indicados neste relatório.

A viagem pelo litoral foi feita no barco *Júlio Prestes*, gentilmente cedido pelo Instituto de Pesca do Departamento da Produção Animal da Secretaria da Agricultura.

O Instituto Geográfico e Geológico teve oportunidade de se fazer representar em dois certames técnicos e culturais, realizados na capital da República.

Um foi a II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia.

Realizou-se entre 15 de agosto e 2 de setembro, iniciando os seus trabalhos no Rio-de-Janeiro e terminando-os nesta capital. O Instituto teve, assim, o ensejo de receber em sua sede os senhores delegados dos países americanos, participantes desta Reunião de Consulta.

O outro certame foi o X Congresso Brasileiro de Geografia que se realizou na capital da República, entre 7 e 16 de setembro.

Em ambos o Instituto apresentou contribuições.

As exposições sobre cartografia e geografia anexas a estes congressos, foram enviados mapas, cartas e publicações diversas.

SERVIÇOS TÉCNICOS AUXILIARES

1 — Laboratório de Química

Os trabalhos consistiram em análises qualitativas e quantitativas, de rochas, minérios e minerais.

Atendendo-se ao público, fizeram-se 146 análises e 595 dosagens diversas, especialmente de calcário, bauxita, argila, caulim, carvão, ferro, titânio, tungstênio, manganês, estanho e cobre.

Para os técnicos do Instituto, foram ainda procedidas a 251 análises e 674 dosagens.

Pelo Gabinete de Espectrografia fizeram-se 117 exames espectrográficos.

2 — Gabinete de Desenho e Fototécnica

Foram variados os serviços prestados por esta dependência; em matéria referente a desenho e cartografia.

Fora trabalhos de importância secundária, iniciou-se a organização da carta geral do Estado, com a representação dos novos nomes da divisão territorial estabelecida pelo Decreto-lei n.º 14 334, de 30 de novembro de 1944.

As correções das pedras litográficas das folhas de Piracicaba e Tatuí, foram feitas pelos técnicos deste Gabinete.

Deu-se início à gravação das três pedras da folha topográfica de Santa-Cruz-do-Rio-Pardo, que se espera publicar em 1945.

Estes trabalhos absorveram toda a atividade dos sete desenhistas.

O Laboratório de Fototécnica conta com dois funcionários que se ocuparam com os trabalhos de revelação e cópia dos filmes e de preparo de cópias fotográficas e heliográficas de plantas e cartas.

Reproduções, ampliações e reduções foram feitas para atender aos serviços do Instituto.

Durante o ano foi instalado o laboratório para revelação e cópia dos filmes de aerofotogrametria, com material de fabricação *Fairchild*.

Para atender à distribuição de cópias de publicações esgotadas e aos pedidos do Diretório Regional de Geografia, foram tiradas 9 576 cópias heliográficas, em papel *osaid*.

3 — Biblioteca

Dos 1 777 volumes entrados durante o ano, 278 foram adquiridos por compra.

Os restantes 1 499 volumes obtivemos por doação e permuta.

A classificação e catalogação das obras da Biblioteca prosseguem normalmente.

O serviço de permuta e distribuição de publicações do Instituto, recentemente organizado, correu normalmente. Por ele foram enviadas 797 publicações, destinadas a instituições congeneres, sendo:

a) quanto à permuta, 64 instituições nacionais e 32 estrangeiras;

b) quanto à distribuição, 186 instituições nacionais e 61 estrangeiras.

Publicações

O Instituto publicou o *Boletim Meteorológico* volume IV, ns. 10 a 13, relativo ao 2.º semestre e ao ano de 1941, último volume, em virtude da passagem do serviço climatológico para a alçada da União, por força de lei federal.

Em continuação a esse *Boletim*, publicou-se o *Boletim Pluviométrico Mensal*, volume II, n.º 1 a 6, referente ao 1.º semestre de 1942.

O *Boletim Pluviométrico Diário* foi impresso e distribuído aos interessados, que o recebem por via postal.

Foi também publicada uma *Súmula* sobre os serviços geográficos do Estado.

Encontram-se no prelo o *Boletim Pluviométrico*, volume II, ns. 7 a 13 e a *Revista I. G. G.*, volume I, n.º 2 e volume II, ns. 1 e 2.

Durante o ano de 1944 foram ainda impressas e distribuídas as folhas topográficas de Piracicaba e Tatuí e folha geológica de Piracicaba.

Encontra-se em serviço de gravação, para ser impressa, a folha topográfica de Santa-Cruz do Rio-Pardo, assim como a carta geral do Estado que esperamos poder distribuir em abril de 1945.

Conclusão

Pelo que se depreende deste sucinto relatório, pode-se verificar que o Instituto conseguiu realizar, quase que na íntegra, o seu programa previsto.

Mais não fez por dificuldades decorrentes da falta de pessoal técnico, de material e de transportes.

Em geral são estas as mesmas causas que após o deflagrar da guerra mundial vem entrando várias repartições públicas e a produção em geral.

Como em anos anteriores esse mal atingiu mais o setor geológico que continua quase sem geólogos e sem engenheiros de minas. Para tal concorre o Decreto Federal n.º 23 569 de 11 de dezembro de 1933 que regulamentou a profissão do engenheiro, arquiteto e agrimensor ou melhor, a interpretação que a esse decreto dá o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.

Seria de toda a conveniência e do interesse geral do país que se procedesse a uma cuidadosa revisão dessa lei que já não se coaduna com as necessidades do Brasil.

Outros cursos especializados, no campo da ciência da Terra, deveriam ser criados nas nossas escolas superiores, tendo-se especialmente em vista a formação de geólogos, geógrafos, geodestas e topógrafos, carreiras estas inteiramente distintas da de engenharia, com a qual se entrelaçam, mantendo-se, todavia, inteiramente distintas e inconfundíveis.

A legislação vigente, os baixos ordenados e a situação de guerra, continuam causando a saída de engenheiros dos quadros de repartições públicas.

Assim é que o Instituto apresenta a seguinte situação:

Nos Serviços Geográficos, 17 % de vagas; nos Serviços Geológicos, 69 % de vagas e em todo o Instituto, 35 % de vagas de engenheiros.

Nestas condições não nos foi possível intensificar os estudos e prospecções geológicas no vale do Ribeira-de-Iguape, conforme desejo do governo, apesar de ter o Instituto recebido para tal um crédito especial.

Todavia os trabalhos decorreram normalmente, apresentando resultados, em parte, animadores.

Como tem acontecido em anos anteriores a produção no setor da geografia apresentou-se de acôrdo com a expectativa. Se mais não foi feito, deve-se à agressividade da zona percorrida pelas turmas de campo, seja pelo relêvo, seja pelo revestimento e condições atmosféricas da região do litoral sul, onde estêve a maior parte dos topógrafos do Instituto.

Vejamus finalmente a produção de 1944, comparada com a de anos anteriores:

EM GEODÉSIA

ANO	Triangulação (vert.)	Coordenadas geográficas (pontos)	Nivelamento de precisão (Km.)
1939	9	67	0
1940	3	17	85
1941	21	19	220
1942	26	18	200
1943	22	22	183
1944	23	30	246

EM TOPOGRAFIA

ANO	Caminhamento (Km.)	Superfície (Km ²)
1939	17 702	7 108
1940	4 667	3 278
1941	16 065	12 892
1942	5 667	1 581
1943	+ 5 700	+ 2 550
	—	—
1944	7 197	+ 3 595
		—

Provavelmente falhas e lacunas existirão nessa exposição sôbre as atividades do Instituto sob a minha direção. Espero, todavia, que da leitura dêste relatório se possa aquilatar da importância da Repartição e dos trabalhos realizados pelos seus técnicos e auxiliares.

São-Paulo, março de 1945.

Valdemar Lefèvre.

N. R. — Foram publicadas apenas a êste Relatório a íntegra das Resoluções aprovadas no decorrer do ano de 1944; bem assim as Atas das Sessões Ordinárias do Diretório realizadas durante o ano em apêço.

Bibliografia

Apontamentos bio-bibliográficos

Prof. Alírio de Matos

Constituiu motivo de regozijo para o *Boletim*, inserir em seu número de aniversário os apontamentos bio-bibliográficos do Prof. Alírio Hugueneu de Matos, nome tão intimamente ligado à Geografia nacional pelas suas valiosas contribuições técnicas, especializadas no campo da Geografia Matemática, de que é ele, no Brasil, uma das suas mais lídimas expressões.

Nasceu o Prof. Alírio de Matos aos 29 de julho de 1889, em Cuiabá, no Estado de Mato-Grosso, filho do negociante Joaquim Francisco de Matos, e de D. Eufrosina Hugueneu de Matos. Seus primeiros estudos datam de 1896, tendo cursado os preparatórios no Rio-Grande-do-Sul, para onde se transportara.

No ano de 1908, ingressou, por marcada vocação, na antiga Escola Politécnica do Rio-de-Janeiro, onde fez o curso com raro brilhantismo, valendo-lhe obter a medalha "Gomes Jardim". Antes de concluir os seus estudos superiores trabalhou em diversos serviços gerais de topografia, e de abastecimento de águas e esgotos.

Em 1917 entrou, por concurso, para o Observatório Nacional, como assistente, onde trabalhou até 1937. Ingressou no magistério superior em 1926, também por concurso, na livre docência da cadeira de Topografia da Escola Politécnica, tendo obtido, em 1930, com a tese "Problema moderno de hora, e determinação de latitude", em disputado concurso, a cátedra de Astronomia e Geodésia da mesma Escola.

Consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia (Seção Cartografia) desde a sua fundação, vem o Prof. Alírio de Matos colaborando em todos os empreendimentos e tarefas relativas à sua especialização e levadas a efeito por essa instituição. Participando de todos os Congressos Brasileiros de Geografia tem trazido para esses certames, a sua preciosa contribuição para o desenvolvimento da ciência geográfica,

através de magníficas teses e pareceres. Como representante do Brasil, credenciado pelo Conselho Nacional de Geografia, participou da I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, promovida pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História e com o patrocínio da American Geographical Society, realizada em Washington, entre 30 de setembro e 17 de outubro de 1943.

Em contacto com os especialistas pan-americanos que ali se reuniram teve o grande técnico brasileiro, que é o Prof. Alírio de Matos, oportunidades várias de intervir com brilhantismo e objetividade nas discussões científicas presentes àquela reunião, mostrando a profundidade e a solidez dos seus conhecimentos, pondo dessa forma em relêvo a ciência geográfica do Brasil no certame que reuniu, em seu seio, os mais notáveis especialistas das três Américas. Tal relêvo conquistou o Prof. Alírio de Matos que técnicos norte-americanos responsáveis pela direção de departamentos oficiais induziram que fosse ele, posteriormente, convidado a visitar oficialmente as mais importantes instituições técnicas daquele país. Durante sua permanência nos Estados- Unidos, por ocasião da Reunião, fez várias visitas a instituições governamentais e particulares de Cartografia e assuntos correlatos entre as quais se destacam: o Serviço Cartográfico do Exército, o U. S. Geodesic and Coast Survey, o Geological Survey e o Serviço Hidrográfico da Marinha. Em Filadélfia, visitou o Prof. Alírio de Matos o Aero Service Corporation, e, em Nova York, esteve na American Geographical Society e na Fábrica Fairchild — seção de câmaras aéreas e de filmes. Teve oportunidade, também, de apreciar as gigantescas obras do vale do Tennessee; de volta a Washington, passou trabalhando 20 dias no Geodesic and Coast Survey, no Geological Survey e no Observatório Naval. Observador arguto e estudioso, fez o Prof. Alírio, de regresso ao Brasil, valio-

sas apreciações especializadas sobre Cartografia e Geografia continentais, em diversas comunicações, na cátedra e nas reuniões culturais do C.N.G.

Coube, também, ao Prof. Alírio Huguene de Matos, pelo seu valor profissional e científico, a preparação dos operadores com que foi empreendida a campanha de coordenadas destinadas ao enriquecimento da Carta Geográfica do Brasil, ao milionésimo, na direção do Curso de Especialização de engenheiros no levantamento de coordenadas geográficas, organizado pelo Conselho Nacional de Geografia, em 1939, tendo sido, mais tarde, orientador daquele importante empreendimento geográfico.

Iniciador e principal animador dos trabalhos de campo, tem recebido o Prof. Alírio de Matos, diversas comissões nos ramos da Topografia, Astronomia e Geodésia, das quais se salientam os trabalhos executados para a Campanha de Levantamento de Coordenadas Geográficas, promovida pelo C.N.G. em todo Brasil; a observação do eclipse solar em Sobral, no Estado do Ceará; e as confiadas pelo Serviço de Águas, do Ministério da Agricultura, em diversos Estados do território nacional.

Atendendo a convite do governo norte-americano, em 1944, fez o Prof. Alírio de Matos uma 2.^a viagem àquele grande país, dedicando-se, desta vez,

aos estudos de aerofotogrametria no Geological Survey, retornando ao Brasil para participar da II Reunião Pan-Americana de Consulta, no Rio-de-Janeiro, como delegado nosso.

De sua bibliografia, que constitui precioso acervo cultural, destacam-se, além de algumas conferências e alguns artigos, os seguintes trabalhos: *Astronomia de campo* (Rio, Liv. Científica Brasileira, 1922), 4.^o de 120 págs., com tabelas; 2.^a ed. (Rio, 1931) 8.^o de 170 págs.; *Basímetro de fio de invar*, na *Revista Didática*, da Escola Politécnica, n.^o 18; *O método de Zinger para a determinação da hora*, idem, ns. 13 e 28; *Astronomia de campo*, idem, ns. 22 e 23; *Compensação dos erros triangulares de uma triangulação*, idem, n.^o 10; *Catálogo de pares de estrelas para determinação da hora pelo método de Zinger*, publicação n.^o 68, da Inspeção Federal de Obras contra as Secas, (Rio, 1925); *Cálculo das compensações aplicado à Topografia*, (Rio, 1926); *Determinação da latitude*, tese para o concurso de professor catedrático da Escola Politécnica, (Rio, 1929); *O problema moderno da hora*, tese de livre escolha para o mesmo concurso, (Rio, 1929). *Teoria e prática da projeção conforme de Gauss*, 1941 — 3.^a edição da *Astronomia de campo*, 1941.

M. B. G.

 A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Registos e

comentários bibliográficos

Livros

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL — AÇÃO E ASPECTOS DA MARINHA (1939-1945) — Vol. V — Serviço de Documentação da Marinha — Ministério da Marinha — Imprensa Naval — Rio-de-Janeiro, 1945.

Volume organizado pelo Serviço de Documentação da Marinha, "com o fim expresso de subsidiar a elaboração ulterior da história definitiva da participação do Brasil na maior e mais acatunhante das guerras de todos os tempos" — como diz em suas notas introdutórias o capitão de mar e guerra Dídio Iratim Afonso da Costa, diretor do Serviço. Constitui, efetivamente, este volume V, correspondente ao período de 1939 a 1945, precioso material informativo da participação efetiva da nossa Armada, na recente guerra mundial, trazendo em suas páginas, inicialmente, a relação das belonaves que compunham a chamada Esquadra Antiga (1936); a Esquadra Nova e a modernizada, unidades construídas no Arsenal da Marinha da ilha das Cobras e um "Quadro dos Navios da Esquadra", 1945.

Seguem-se outros capítulos relacionados com as diversas operações de guerra, figurando dentre outros assuntos o "Serviço de Comboios", o "Auxílio Americano" e "Torpedeamento de Navios Mercantes".

M. B. G.

*

MACIVER (R. M.) — O Estado — Biblioteca de Ciências Sociais — Vol. V — Livraria Martins Editora — São-Paulo.

A finalidade da coleção dirigida pelo professor Donald Pierson consiste em colocar ao alcance do estudioso brasileiro, um conjunto de livros básicos, que tratem dos diversos aspectos da sociedade humana. O conhecimento deles garantirá a posse de um equipamento intelectual, necessário àqueles que, ho-

nestamente, pretenderem fazer investigação social em nosso país.

Parece-nos inteligente o critério que vem presidindo à escolha dos volumes. O primeiro, de autoria de Ralph Linton, é um trabalho relativo à questão antropológica. O segundo, "Introdução à História Econômica", cujo autor é N. S. B. Gras. O terceiro, livro de Willard Quine, subordinado ao título: "O Sentido da Nova Lógica"; a seguir, "Noções Básicas de Estatística", de L. L. Thurstone. Finalmente, o trabalho de que trata esta nota.

Não exageraremos, dizendo que *O Estado* é, entre todos, o que desperta maior interesse, pelo oportuníssimo assunto de que trata. Mesmo para elementos que não façam do estudo o objetivo imediato da leitura, este livro será capaz de prender a atenção.

Face à fatalidade da vida em comum, uma das coisas mais velhas que existem sobre a terra, é o problema de: organizar o contrato, manter a harmonia, e estabelecer os limites do poder que se destina a *controlar* o organismo social.

Não sendo um tratado jurídico, este livro ultrapassa a simples *descrição* de sistemas e teorias obra de erudição passiva tão do agrado de alguns autores que se limitam a olhar as coisas na sua exterioridade.

Muito ao contrário, é um livro dinâmico, representando notável esforço de reconstituição do processo histórico de que a última etapa é o estado moderno. *The Modern State*, aliás, é o título do original inglês (Clarendon Press, Oxford, 1926), cuja tradução literal, provavelmente, foi desprezada para evitar possíveis equívocos.

"... para compreender o Estado" — diz o autor, no prefácio — "não é suficiente, como se sugeriu, observar o comportamento dos reis, presidentes, legisladores, juizes, delegados lançadores de impostos e de todas as outras pessoas que exercem funções públicas. É necessário refletir sobre este e outros

fenômenos políticos, tanto quanto observá-los..."

Volume de 346 páginas, acrescido de um magnífico índice de assuntos -- versa toda a complexa questão política, através de quatro partes: I -- O aparecimento do Estado; II -- Poderes e funções; III -- Formas e instituições; IV -- Teorias e interpretações.

Neste momento em que os homens -- concluída uma guerra -- entregam-se, febrilmente, à procura de rumos. Em que países como o nosso estão esmagados por terríveis problemas sociais e econômicos, a leitura deste livro é recomendável a todos, para que, pelo menos, as nossas atitudes de cada dia, em face da questão política, provenham de um sereno conhecimento das coisas.

A.M.

★

EMÍLIO WILLEMS -- *Alguns estudos recentes de Antropologia Física (in Boletim Bibliográfico)* -- Vol. VI -- ano II, janeiro a março de 1945 -- Publicação da Biblioteca Pública Municipal de São-Paulo.

Sob este título o Sr. Emílio Willems escreveu, para o *Boletim* em aprêço, um substancioso artigo, em o qual o autor estuda a linha de desenvolvimento que caracteriza a Antropologia Física dos últimos tempos, tomando como referência diversos estudos relacionados com o assunto, destacando-se os trabalhos de Morris Steggerda, sobre a estrutura de índios sul-americanos, de T. D. Setwart sobre "Distribuições da altura craniana na América do Sul"; de José Imbelloni sobre as modalidades do "ólho mongólico" entre os índios Jámana; de Dobzhansky, abordando pesquisas paleontológicas recentes; de Goldstein no seu trabalho "Mudanças demográficas e somáticas de descendentes de imigrantes mexicanos"; de Weidenreich, nas suas pesquisas paleontológicas.

Considerando isoladamente êsses estudos, o autor estende-se em apreciações críticas, divergindo de algumas das conclusões expendidas nos trabalhos em foco.

M.B.G.

★

THE ROCKEFELLER FOUNDATION --
-- *Annual Report* -- 1944 -- 49
West 49 the Street.

Memorial da Rockefeller Foundation, relatando as diversas realizações e dando o balanço pormenorizado das atividades da referida instituição no decorrer do ano de 1944 e através dos seus setores máximos: Saúde Pública, Ciências Médicas, Ciências Naturais, Ciências Sociais e Humanidades.

Ressalta os trabalhos de maior vulto em vários campos de estudos, além de pesquisas científicas de diversos tipos. Menciona, também, os Serviços de Epidemiologia da Febre Amarela e do Combate à Malária em nosso território.

J.M.C.L.

★

JOSÉ ANTERO PEREIRA JÚNIOR --
Algumas itacoatiaras paraibanas --
Separata da Revista do Arquivo --
N.º CII. Departamento de Cultura
-- São-Paulo -- 1945.

Nesta monografia o autor nos dá notícia de inscrições em rochas descobertas no Estado da Paraíba e que representam testemunho valiosíssimo, embora ainda não elucidadas, da vida dos habitantes pré-históricos do Brasil.

Se bem que já tenham sido feitas referências a êsses e outros monumentos arqueológicos do nosso país, por vários estudiosos, a sua preservação tem sido descuidada e fazem falta competentes investigações científicas sobre os mesmos. O autor começa estudando a região em seus aspectos físicos mais típicos, passando, em seguida, a descrever as tribos encontradas nas terras paraibanas na época da conquista, sua distribuição e os principais traços culturais, conforme "notícias" e documentos históricos. Em outro capítulo o autor considera longamente o caráter dessas inscrições lapidares e as opiniões que mereceram de viajantes e cientistas que tiveram a oportunidade de as examinar.

A outra parte do trabalho consta da descrição geral da itacoatiara do Ingá, hoje considerado monumento nacional, acompanhada de detalhada caracterização dos sinais, classificados numericamente, que estão gravados nas faces do dito monumento, além de referências a outras figurações existentes. Completa o autor o seu trabalho com

um estudo das "inscrições lapidares existentes em rochas das cercanias e na laje fronteira ao monumento do Ingá" e "Breves notícias sôbre a ilha da Páscoa", cujas escrituras oferecem "semelhança incontrastável" com as que estão impressas no monumento, identidade essa que o autor leva em conta nas suas "Conclusões finais".

Ilustram e complementam o texto diversas fotografias do monumento e grupos de sinais e mais um quadro comparativo de sinais, reproduções de tábuas inscritas no idioma pascoense, reprodução de uma parte do mapa da Paraíba, compreendendo o município do Ingá, um esboço do monumento, etc.

J.M.C.L.

★

DIVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL
— Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Serviço Gráfico — Rio-de-Janeiro, 1945.

Visando eliminar as confusões existentes na divisão territorial — administrativa e judiciária — dos Estados e Territórios, a Lei Federal n.º 311, de 2 de março de 1938, estabeleceu, entre outros princípios sistematizadores, o critério de vigência quinquenal dos quadros das diferentes Unidades Federadas.

Coube ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em colaboração com os governos regionais, supervisionar as providências referentes à fixação das divisões que prevaleceram de 1939 até 31 de dezembro de 1943. Findo êsse prazo, procedeu-se à revisão dos qua-

dro para o quinquênio 1944-1948. Circunstâncias diversas retardaram de um ano o início da vigência das novas delimitações e denominações, a prevalecer, sem alterações, até o fim do quinquênio.

Os resultados dos trabalhos que estiveram a cargo dos órgãos geográficos e estatísticos, bem como os atos baixados pelos poderes competentes, foram, agora, reunidos em volume, pelo I.B.G.E. Os elementos aí divulgados compreendem os quadros municipais e distritais de cada Estado ou Território. Para não retardar a apresentação dos informes referentes à divisão administrativa, cujo conhecimento interessa o maior número de pessoas, omitiu-se a parte concernente às comarcas e termos.

A primeira parte do volume apresenta, em breve apanhado estatístico, a síntese da divisão administrativa do país, pela qual se verifica serem 1669 os municípios e 5012 os distritos atualmente existentes. A segunda parte compreende os quadros da divisão municipal e distrital de cada Unidade Federada. Os municípios foram relacionados em ordem alfabética e as suas denominações figuram em destaque. A última parte, finalmente, apresenta a relação, por ordem alfabética, de todos os distritos existentes no país, conforme as modificações verificadas até 31 de outubro de 1945, bem assim as designações atuais e as que os referidos distritos tinham na divisão anteriormente em vigor.

Os quadros municipais e distritais dos Territórios de Guaporé e Amapá já correspondem à nova divisão, fixada para vigorar no período a terminar em 1948.

Periódicos

ANALES DE LA SOCIEDAD CIENTIFICA ARGENTINA — Noviembre 1945 — Entrega V — Tomo CXL, Buenos Aires. 1945.

Órgão da Sociedad Científica Argentina, no qual se insere além de duas conferências pronunciadas em sua sede, os seguintes trabalhos originais:

Várias espécies de roedores del puelchense de Buenos Aires, de Carlos Rusconi;

El uso de los barros de turba para fines terapéuticos, de Benjamin Bacal;

Primeros ensayos en el país de una nueva aplicación de la metalografía, de Juan B. de Nardo.

★

BOLETIN DE MINAS Y PETROLEO — Secretaría de la Economía Nacional. Dirección General de Minas y Petroleo — Mexico — Agosto, 1945.

Publicação informativa referente a minas e petróleo, reúne legislação respectiva (*Notas Oficiales*), *Movimiento de Concesiones Mineras*, correspondente ao mês de agosto e *Revista de los Magazines Petroleros* em junho de 1945.

★

BOLETIN DE LA SOCIEDAD MEXICANA DE GEOGRAFIA Y ESTADISTICA — Tomo LX. Ns. 3 e 4. Julio-Agosto de 1945.

Nesses dois números, publica o conceituado órgão da Sociedade Mexicana de Geografia e Estatística, um brilhante elenco de artigos que focalizam, na sua maior parte, aspectos sócio-geográficos relativos àquele país. Destacamos, por seu caráter geral, os seguintes: n.º 3 — Bosquejo histórico sobre las medidas hechas en la antigüedad para determinar la forma de la tierra — por Ing. Ricardo Toscano, cujo objeto é dar uma visão histórica dos “conhecimentos que tinham os antigos no que concerne à forma e dimensões do nosso

globo”, salientando os principais vultos da infância da Cosmografia. N.º 4 — Las cartas geográficas y su evolución — por Horacio Herrera: bosquejo histórico da evolução da Cartografia, recordando as invenções que introduziram aperfeiçoamentos nesta arte, até chegarmos aos processos de impressão de mapas, usados atualmente.

★

ANAIS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS — Tomo XVII, n.º 4. Rio-de-Janeiro, 1945.

Revista especializada, contém no número em referência uma série de trabalhos científicos, entre os quais se contam algumas comunicações apresentadas em sessões da Academia de Ciências. Para melhor orientação reproduzimos o Sumário: “Some onesided Tauberian theorems, Kien - Kwong Chen; Três novas espécies de *Gasteracanthinae* e notas sôbre a sub-familia, Cândido de Melo Leitão; Estatística de partículas elementares e núcleos e sua relação com o problema da explicação da abundância dos elementos e seus isotopos, César Lattes e Gleb Wataghin; Mecanismo de eliminação dos ovos de “*Schistosoma Mansoni*” estudado no Tatu (“*Euphractus sex cinctus*”), C. Magarinos Tôrres e César Pinto (com 2 pranchas); Nota sôbre a energia potencial do Déuteron, J. Leite Lopes; Sôbre a equação integral de primeira espécie, Inácio M. Azevedo do Amaral; Análise harmônica, previsão e anomalias da maré, Alix Lemos; Quelques remarques sur la theorie de la methode microscopique de determination de la vitesse electrophoretique des particules colloïdales, Miguel Osório de Almeida.

★

GAEA — ANALES DE LA SOCIEDAD ARGENTINA DE ESTUDIOS GEOGRÁFICOS — Tomo VII — Buenos Aires, 1945.

Abrange esta notável publicação da Sociedade Argentina de Estudos Geográficos uma importante série de tra-

balhos originais relacionados com assuntos diversos, compreendidos no âmbito da Geografia. Algumas são de caráter técnico mas a maioria está representada por estudos locais de fenômenos e aspectos naturais da Geografia daquele país. Os artigos estão abundantemente ilustrados e complementados com fotografias, mapas, etc. Para melhor orientação dos nossos leitores, trasladamos para aqui o índice da matéria contida na presente publicação:

— *Elina G. A. de Corrêa Morales*, Ibn Majid. El piloto árabe de Vasco de Gama.

— *Roberto Daul*, Ventajas que reporta el empleo del estatoscopio en la determinación de altura (Descrição do instrumento acompanhada de gráficos).

— *Gregorio A. Portillo*, El avión como auxiliar en los estudios geográficos (Estudios de reconhecimento com fotografias).

— *Otto Schneider*, La exploración geofísica del subsuelo en relación con problemas geográfico-económicos (Considerações gerais. Métodos. Aplicações. Trabalhos geofísicos. Traz um mapa isogónico da Argentina).

— *Emilio L. Díaz*, Algunas investigaciones sobre circulación atmosférica. (Investigações acerca da "influência que as variações da atividade solar têm em nosso país sobre a circulação atmosférica e variantes meteorológicos").

— *Estela B. de Santamarina*, Relación entre relieve y precipitaciones en la región preserrana de Tucumán.

— *Pedro S. Casal*, Corrientes marinas australes y depósitos de la plataforma continental.

— *Aurelio J. Pozzi*, Sistemática y distribución de los peces de agua dulce de la República Argentina (com quadros de distribuição geográfica das espécies autóctones e aclimatadas e índice alfabético dos géneros).

— *Guillermo Rohmeder*, Paisaje natural y antropógeno en Tucumán. Antropogeografía general de la provincia de Tucumán.

— *Fernando Márquez Miranda*, El ambiente geográfico y la vivienda rural en Iruya y Santa Victoria (provincia de Salta).

— *Beatriz Bosch*, Contribución al estudio de la vivienda en el litoral durante la primera mitad del siglo XIX.

— *José Antonio Güemes*, Influencia del medio geográfico en la equitación argentina.

— *Edmundo Wernicke*, Algunos apartes a la historia fito y zoogeográfica argentina.

— *Federico A. Daus*, Extensión de la zona cereal argentina.

— *Romualdo Ardisson*, Las Pircas de Ancastí. Contribución al conocimiento de los restos de andenes en el Noroeste de la Argentina (arqueología regional).

— *Horacio A. Difrieri*, Morteros indígenas en Ancastí (arqueología regional).

— *Alberto Armando Mignanego*, Geografía comercial argentino-uruguayana Intercambio agropecuario.

— *Carlos D. Storni*, La exploración militar al mando del teniente coronel Lino O. de Roa en la Patagonia septentrional.

— *Antonio Millán*, Rutas indias de penetración a la pampa. La travesía del Tchuélhetchu (contribuição à etnologia da região).

— *Guillermo Schulz*, El empleo de la aerofotogrametría y las exploraciones polares (considerações em torno de levantamentos nas regiões polares, tomando por base, principalmente, a expedição antártica alemã — 1938-39).

— *Necrologia:*

Domingo A. Castro Zinny — Vladimir Borsacov — Félix Aguilar.

— *Noticias y comentarios:*

25.º aniversario del descubrimiento de petróleo en Plaza Huincul.

Sociedad Interamericana de Antropología y Geografía.

Transformaciones de la Gobernación Nacional de Tierra del Fuego.

— *Notas bibliográficas.*

J.M.C.L.

*

DOCUMENTOS DE ARTE ARGENTINO

— Cuaderno XVIII — Iglesia y Convento de San Francisco de Santa Fé. Publicaciones de la Academia Nacional de Belas Artes — Buenos Aires, 1945.

Mais um volume desta magnífica série de documentos gráficos sobre

obras de caráter artistico argentinas, cujo conteúdo se divide, como nos anteriores, em duas partes: texto explicativo, redigido em inglês, francês e espanhol e um álbum de estampas fotográficas revelando expoentes da arte colonial da Igreja e Convento de São Francisco de Santa Fé.

Não é necessário frisar o alto valor informativo destes *Cuadernos* que alcançam oferecer, graças ao primoroso acabamento gráfico, um panorama descritivo de tantos tesouros artisticos, que se orgulha de possuir aquêle país irmão.

J.M.C.L.

AOS EDITORES: Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registrará ou comentará as contribuições sobre geografia ou de interesse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo dêsse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

Contribuição

bibliográfica especializada

México

Relação de mapas apresentados na exposição anexa à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia

- Carta do Estado de Aguas Calientes —
Direção de Estudos Geográficos e
Climatológicos do Instituto de His-
tória, Geografia e Estatística —
1934 — 5 côres.
1:100 000.
1,230 x 1,145.
- Carta da República Mexicana.
(Fôlha Tlalpam L-IV-14).
Secretaria da Guerra e Marinha e Ser-
viço Geográfico do Exército.
1:100 000.
0,565 x 0,407.
Cópia.
- Carta General del Estado de Morelos.
Secretaria de Agricultura y Fomento —
1943 — 6 côres.
1:50 000.
2,030 x 1,800.
Impresso.
- Carta da República Mexicana.
(Fôlha 11, II — U) 1.ª Série.
Secretaria de Estado del Despacho de
Fomento — 1904 — 5 — 4.
1:100 000.
0,560 x 0,428.
Cópia.
- Carta da República Mexicana.
(Fôlha 11, III A) — 1.ª Série — Secre-
taria de Estado del Despacho de
Fomento — 1903 — 1904 — 5 côres.
1:100 000.
0,560 x 0,425.
Impresso.
- Carta da República Mexicana.
(Fôlha 11, III R — 1.ª Série).
Secretaria de Estado del Despacho de
Fomento — 1908 — 5 côres.
1:100 000.
0,560 x 0,425.
Impresso.
- Carta da República Mexicana.
(Fôlha 19, I. S.) 1.ª Série.
Secretaria de Estado del Despacho de
Fomento — 1888 — 1890 — 5 côres.
1:100 000.
0,560 x 0,425.
Impresso.
- Carta da República Mexicana.
(Fôlha de Amecameca L-IV-15).
Secretaria da Guerra e Marinha e Ser-
viço Geográfico do Exército.
1:100 000.
0,565 x 0,407.
Cópia.
- Carta Geral da República Mexicana.
1:2 000 000.
Secretaria da Agricultura y Fomento
— 1944.
1,590 x 1,155.
Cópia.
- Chiconantla (f.19.I.H 24).
1:200 000.
Carta Tática dos Estados Unidos Mexi-
canos.
0,550 x 0,425.
Secretaria da Guerra e Marinha e Ser-
viço Geográfico Militar — 1927/8
— 5 côres.
Impresso.
- Cuantlapan.
(Carta Tática dos Estados Unidos Me-
xicanos, fôlha 19 — 1 — H 14).
Secretaria da Guerra e Marinha e Ser-
viço Geográfico Militar — 1928/9
— 4 côres.
0,425 x 0,550.
Impresso.

Jantenco (f. 19 — I — H 18).

1:20 000.

Carta Tática dos Estados Unidos Mexicanos.

Secretaria da Guerra e Marinha e Serviço Geográfico Militar — 1927/31 — 5 côres.

0,555 x 0,425.

Impresso.

Huchuetoca.

Carta Tática dos Estados Unidos do México.

Secretaria da Guerra e Marinha e Serviço Geográfico Militar — 1928/31 — 5 côres.

1:20 000.

0,550 x 0,425.

Impresso.

Litoral do Golfo do México.

Carta Hidrográfica do Pôrto de Alvarado.

Secretaria de Agricultura y Fomento — 1931.

1:15 000.

0,720 x 0,690.

Cópia.

Litoral do Golfo do México.

Carta Hidrográfica do Pôrto de Vera-Cruz e Arredores.

Secretaria de Agricultura y Fomento — 1927.

1:25 000.

Cópia.

Litoral do Golfo do México.

Carta Hidrográfica dos Arredores do Pôrto de Vera-Cruz e Baía de Antón Lizardo — 1930.

1:100 000.

0,805 x 0,660.

Cópia.

Litoral do Golfo do México.

Carta do Pôrto de Tampico.

Secretaria de Agricultura y Fomento — 1923 — 2 côres.

1:20 000.

0,960 x 485.

Impresso.

Mapa do Estado de Jalisco — Secretaria de Agricultura y Fomento — 1926.

1:500 000.

0,870 x 0,865.

Cópia.

México.

Carta Tática dos Estados Unidos Mexicanos.

Secretaria da Guerra e Marinha e Serviço Geográfico Militar — 1927/8 — 5 côres.

0,555 x 0,425.

Impresso.

Planta da Cidade de Tonala (Chiapas).

Secretaria da Defesa Nacional — 5.

1:6 000.

1939/41.

0,665 x 0,445.

Impresso.

Santiago (f. 19 — I — H 6).

1:20 000.

0,550 x 0,425.

Carta Tática dos Estados Unidos Mexicanos.

Secretaria da Guerra e Marinha e Serviço Geográfico Militar — 1929 — 31 — 5 côres.

Impresso.

Temascalapa (f. 19 H. 15).

1:20 000.

0,555 x 0,425.

Carta Tática dos Estados Unidos Mexicanos.

Secretaria da Guerra e Marinha e Serviço Geográfico Militar — 1928/31 — 5 côres.

Impresso.

Tepujaco (f. 19 I-H-22).

1:20 000.

0,555 x 0,425.

Carta Tática dos Estados Unidos Mexicanos.

Secretaria da Guerra e Marinha e Serviço Geográfico Militar — 1927/8 — 5 côres.

Impresso.

Retrospecto geográfico

e cartográfico

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Índice, por assunto, dos trabalhos publicados nos volumes 90 a 185

(LETRA C)

- Cabanagem* (A) — Basílio de Magalhães — 1936 — v. 171 — págs. 278/305.
- Cabeça de Mem de Sá* (A) — Ver — Sá (A cabeça de Mem de) ...
- Cabeiros* (Os) — Magalhães Correia — 1933 (1.º) — v. 167 — págs. 117/125.
- Caçadores* (Os) — Magalhães Correia — 1933 (1.º) — v. 167 — págs. 157/166.
- Cadeia Velha* (A) — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 166/170.
- Caetano Pinto de Miranda Montenegro* — Ver — Montenegro (Caetano Pinto de Miranda).
- Caio de Melo Franco* — Ver — Franco (Caio de Melo).
- Caixa Municipal de Beneficência* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) v. 149 — t. 95 — págs. 144/148.
- Calças e saias* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) v. 149 — t. 95 — págs. 218/222.
- Caldas* (Antônio Pereira de Sousa) — Biografia feita por B. F. Ramiz Galvão — 1922 — v. 146 — t. 92 — pag. 69.
- Calógeras* (João Pandiá) — Elevado a benemérito o sócio efetivo Sr. ... 1929 — v. 160 — t. 106 — pag. 491.
- Comunicação do seu falecimento em sessão de 27 de abril de 1934 — 1934 — v. 169 — pag. 259.
- Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1934 — v. 169 — pag. 428.
- Discurso de Max Fleiuss inaugurando a herma de ... promovida pelo Instituto Histórico — 1940 — v. 175 — págs. 645/650.
- Câmara Bittencourt* — Ver — Sá (Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e).
- Câmara* (D. Jaime de Barros) — Proposto para sócio honorário — 1944 (4.º tri.) — v. 185 — págs. 289/292.
- Câmara dos Deputados* (Centenário da) — Conferência de Agenor de Roure — 1926 — v. 153 — t. 99 — págs. 283/316.
- Camarão* (Filipe) — Ofício do Sr. Artur da Silva Rêgo — 1929 — v. 160 — t. 106 — pag. 325.
- Cameleida* (A) — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) v. 149 — t. 95 — págs. 532/537.
- Camelos e jumentos* — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 11/15.
- Caminho de Damasco* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) v. 149 — t. 95 — págs. 591/595.
- Camisão* (Alexandre Eugênio Andrade) — Um voto de pesar pelo seu falecimento, em sessão de 27 de agosto de 1937 — 1937 — v. 172 — pag. 575.
- Campanha do Paraguai* — Diário do Exército em operações, sob o comando do marechal marquês de Caxias — 1922 — v. 145 — t. 91 — págs. 11/673.
- Campanha do Rio-de-Janeiro em 1711* — Du Guay Trouin — 1941 — v. 176 — págs. 189-219.
- Campos* (Martinho Alvares da Silva) — Traços biográficos do Sr. ... por A. Tavares de Lira — 1923 — v. 148 — t. 94 — pag. 599.

- Campos (Humberto de)* — Voto de pesar pelo falecimento de ... — 1934 — v. 169 — pág. 526.
- Campos (Francisco Carneiro de Campos)* — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 247.
- Campos (Ernesto de Sousa)* — Proclamado sócio honorário do Instituto, em sessão de 21 de agosto de 1939 — 1939 — v. 174 — pág. 839.
- Proposta para sócio correspondente em sessão de 22 de fevereiro de 1943 — v. 181 — pág. 122.
- Parecer favorável à sua transferência para sócio correspondente — 1943 — v. 181 — pág. 140.
- “*Campos Sales na Europa*” por Tobias Monteiro — Max Fleiuss — 1936 — v. 171 — págs. 119/132.
- Cansaço das estátuas* — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 44/48.
- Cândido (Francisco de Paula)* — Néelson de Sena — 1927 — v. 155 — t. 101 — págs. 117/136.
- Cândido Mariano da Silva Rondon* — Ver — Rondon (Cândido Mariano da Silva).
- Cantares brasileiros* — Maroquinha Jacobina Rabelo — 1930 — v. 161 — t. 107 — págs. 45/76.
- Cantor que venceu as sereias (O)* — Conferência por Hélio Lôbo — 1929 — v. 159 — t. 105 — págs. 149/69.
- Capelas da cadeia* — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 475/78.
- Capistrano de Abreu* — Ver — Abreu (Capistrano).
- Carbia (Rômulo de)* — Parecer do Sr. Max Fleiuss sobre a “História de la Historiografia Argentina” de ... — 1925 — v. 151 — t. 97 — págs. 320/33.
- Carbonell (D. Diego)* — Proposta para que seja admitido como sócio honorário o Sr. ... — 1922 — v. 146 — t. 92 — pág. 389.
- Parecer da Comissão de Admissão de Sócios a respeito da proposta para que seja admitido como sócio honorário o Sr. ... — 1922 — v. 146 — t. 92 — pág. 409.
- Parecer favorável da Comissão de Admissão de Sócios, e sua aprovação, em sessão de 20-6-1923 — 1923 — v. 148 — t. 94 — pág. 566.
- Cárcamo (Ramon J.)* — Elevado a sócio benemérito do Instituto, em sessão de 15 de abril de 1935. — 1935 — v. 170 — pág. 218.
- Maria C. Max Fleiuss — 1944 — v. 182 — págs. 176/186.
- Cardeal Pacelli* — Ver — Pacelli (Cardeal).
- Cardim (Elmano)* — Proposta para ser admitido como sócio honorário do Instituto, em sessão de 17 de dezembro de 1937 — 1937 — v. 172 — pág. 672.
- José Carlos Rodrigues, sua vida, sua obra (Conferências) — 1944 — v. 185 — págs. 126/157.
- Carioca ilustre* — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 125/129.
- Carioca indiano* — José Vieira Fazenda — 1943 — 2.^a ed. — v. 149 — t. 95 — págs. 459/63.
- Carioqueros (Os) Chafarizes Marquês de Olinda, do largo de Benfica e da praça 11 de Junho* — Magalhães Correia — 1935 — v. 170 — pág. 99.
- Carlos Chagas* — Ver — Chagas (Carlos).
- Carlos Correia de Toledo (Padre)* — Ver — Toledo (Carlos Correia de Padre).
- Carlos da Silveira Carneiro* — Ver — Carneiro (Carlos da Silveira).
- Carlos de Carvalho* — Ver — Carvalho (Carlos de).
- Carlos de Laet* — Ver — Laet (Carlos de) ou Laet (Carlos Maximiliano Pimenta de).
- Carlos Frederico Lecor (Visconde da Laguna)* — Ver — Lecor, (Carlos Frederico).
- Carlos Gomes* — Ver — Gomes (Carlos).
- Carlos Miguel Delgado de Carvalho* — Ver — Carvalho (Carlos Miguel Delgado de).
- Carlos Teschauer (Padre)* — Ver — Teschauer (Carlos).
- Carmo (O)* — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 362/67.
- Carneiro (Carlos da Silveira)* — Proposta para ser elevado a sócio benemérito do Instituto — 1936 — v. 171 — pág. 419.
- Carneiro (Levi Fernandes)* — Proclamado sócio efetivo, em sessão de 22 de agosto de 1931 — 1931 — v. 164 — pág. 436.
- Palavras de saudação ao Sr. José Honório Silgueira — 1939 — v. 174 — págs. 823/26.
- Carneiro da Cunha (Estêvão José)* — Ver — Cunha (Estêvão José Carneiro da).
- Carneiro de Campos (Francisco)* — Ver — Campos (Francisco Carneiro).

- Carneiro de Campos (José Joaquim)* — Ver — Campos (José Joaquim Carneiro de).
- Carnijós de Aguas Belas (Os)* — John C. Branner — 1923 — v. 148 — t. 94 — págs. 359/65.
- Carro de bois em grandes fatos da História Nacional (O)* — Bernardino J. de Sousa — 1944 — v. 184 — págs. 93/118.
- Carta curiosa* — José Vieira Fazenda — 1943 — 2.^a ed. — v. 149 — t. 95 — págs. 115/19.
- Cartas de jogar* — José Vieira Fazenda — 1943 — 2.^a ed. — v. 149 — t. 95 — págs. 49/53.
- Cartas inéditas da imperatriz D. Leopoldina a José Bonifácio* — Ver — Imperatriz D. Leopoldina a José Bonifácio (Cartas inéditas da ...).
- Carvalho (Ronald de)* — Proclamado sócio correspondente — 1931 — v. 164 — pág. 437.
- Eleito sócio correspondente em sessão de 22 de agosto de 1931 — 1931 — v. 164 — pág. 437.
- Comunicação do seu falecimento em sessão de 15 de abril de 1935 — 1935 — v. 170 — pág. 220.
- Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão. — 1935 — v. 170 — págs. 351/52.
- Carvalho (José da Costa)* (Visconde de Monte Alegre) — Traços biográficos do Sr. ... por A. Tavares de Lira — 1923 — v. 148 — t. 94 — pág. 578.
- Carvalho (João Antônio Rodrigues de)* — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — v. 153 — t. 99 — págs. 238/39.
- Carvalho (José Joaquim de)* — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 244.
- Carvalho (Carlos Miguel Delgado de)* — Proclamado sócio honorário do Instituto, em sessão de 12 de maio de 1937 — 1937 — v. 172 — pág. 490.
- Carvalho (Carlos de)* — Rodrigo Otávio — 1927 — v. 155 — t. 101 — págs. 95/116.
- Carvalho (Horácio de)* — Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1933 — v. 168 — pág. 775.
- Carvalho (Estêvão Leitão de)* — Proposta para ser admitido como sócio honorário, em sessão de 5 de agosto de 1942 — 1942 — v. 177 — pág. 611.
- Proclamado sócio honorário do Instituto, em sessão de 29 de setembro de 1942 — 1942 — v. 177 — pág. 634.
- Carvalho (Miguel de)* — Notícia do falecimento de ... — 1944 — v. 183 — pág. 325.
- Elogio histórico feito por Pedro Calmon — 1944 — (4.^o tri.) — v. 185 — págs. 176/79.
- Carvoeiros (Os)* — Magalhães Correia — 1933 — (1.^o) v. 167 — págs. 83/90.
- Casa da Moeda* — José Vieira Fazenda — 1943 — (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 411/415.
- Casa Histórica* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 28/32.
- Casaca (A)* — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 215/19.
- Casamento do Imperador (O)* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 306/310.
- Cascudo (Luís da Câmara)* — Proposta para que seja admitido como sócio correspondente — 1934 — v. 169 — pág. 226.
- Parecer favorável à proposta de sua admissão — 1934 — v. 169 — págs. 256/314.
- Proclamado sócio correspondente do Instituto, em sessão de 30 de julho de 1934 — 1934 — v. 169 — pág. 314.
- Caso da Barrica* — José Vieira Fazenda — 1943 — (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 275/279.
- Caso dos Badalos* — José Vieira Fazenda — 1943 — (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 231/235.
- Casqueiros de Santa-Catarina ou sambaquis (Os)* — Luís Antônio Ferreira Gualberto — 1924 — v. 150 — t. 96 — págs. 287/304.
- Castelo (O)* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 527/532.
- Castro (Augusto Olímpio Viveiros de)* — Comunicação do seu falecimento em sessão de 28 de maio de 1927 — 1927 — v. 155 — t. 101 — pág. 237.
- Castro (Augusto Olímpio Viveiros de)* — Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1927 — v. 155 — t. 101 — págs. 447/452.
- Castro (Silvio Rangel de)* — Proposta para que seja admitido como sócio correspondente o Sr. ... — 1924 — v. 150 — t. 96 — pág. 324.
- Proclamado sócio correspondente do Instituto o Sr. ... em sessão de 13 de setembro de 1930 — 1930 — v. 161 — t. 107 — pág. 754.
- Max Fleiuss — 1944 — v. 182 — págs. 23/27.

- Castro (Gentil de)* — O assassinato do Sr. ... pelo Conde de Afonso Celso — 1928 — v. 157 — t. 103 — págs. 135/227.
- Castro (Christovam Leite de)* — Proposta para que seja admitido como sócio honorário do Instituto, em sessão de 15 de abril de 1940 — 1940 — v. 175 — pág. 370.
- Parecer favorável à sua admissão na classe de sócio honorário — 1940 — v. 175 — pág. 399.
- Proclamado sócio honorário do Instituto, em sessão de 26 de junho de 1940 — 1940 — v. 175 — pág. 405.
- Max Fleiuss — 1944 — v. 182 — pág. 21.
- Transferido da classe de honorário para a de sócio efetivo — 1944 (4.º tri.) — v. 185 — pág. 278.
- Cavalcante (Amaro)* — Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1922 — v. 146 — t. 92 — pág. 583.
- Cavalcante (D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque)* — Comunicação do seu falecimento em 28 de abril de 1930 — 1930 — v. 161 — t. 107 — pág. 678.
- Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1930 — v. 161 — t. 107 — págs. 813/815.
- Cavalcante (Manuel Tavares)* — Proclamado sócio efetivo em sessão de 22 de agosto de 1931 — 1931 — v. 164 — pág. 436.
- Nomeado, em portaria de 1.º de junho de 1944 para fazer parte da Comissão de Fundos" (do Noticiário) — 1944 (2.º tri.) — v. 183 — pág. 324.
- Cavalcante (General Pedro)* — Eleito sócio efetivo (do Noticiário Geografia e História (Conferência) — 1944 — v. 183 — pág. 327.
- Proposta para sua admissão como sócio efetivo e parecer favorável — 1944 — v. 185 — págs. 272/74.
- Caveira* — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 467/471.
- Caviglia (Buenaventura)* — Proposta para que seja admitido como sócio correspondente do Instituto, em sessão de 27 de agosto de 1937 — 1937 — v. 172 — pág. 577.
- Proclamado sócio correspondente do Instituto, em assembléia de 13 de abril de 1938 — 1938 — v. 173 — pág. 688.
- Carias (Duque de)* — Relação dos documentos do ... — 1926 — v. 153 — t. 99 — págs. 431/33.
- Referências feitas por Vilhena de Moraes acêrca da biografia inédita do ... — 1929 — v. 160 — t. 106 — pág. 387.
- Proposta para ser comemorado o 50.º aniversário da morte do ... — 1930 — v. 161 — t. 107 — págs. 677/78.
- Caxias (cidadão político)* — Palestra de Leão Teixeira Filho — 1938 — v. 173 — págs. 787/794.
- Caxias* — Alocução de Pedro Calmon — 1942 — v. 177 — págs. 612/614.
- Caxias e os generais de 1835* — Alvaro Otávio Alencastro — 1934 — v. 169 — págs. 325/61.
- Cecílio Báez* — Ver Báez (Cecílio).
- Celso (Afonso)* — Ver (Afonso Celso).
- Celso (Maria Eugênia)* — "Um evocador do passado" — Max Fleiuss — 1944 — v. 182 — págs. 52/53.
- Centenário* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 105/110.
- Centenário da adesão do Pará à Independência Nacional* — Conferência do Sr. José Bonifácio de Andrada e Silva — 1923 — v. 148 — t. 94 — págs. 687/697.
- Centenário da batalha de Aiacucho* — Sessão especial comemorativa do ... em 9 de dezembro de 1924 — 1924 — v. 150 — t. 96 — págs. 497/537.
- Centenário da batalha de Ituzaingó* — Proposta referente ao ... 1927 — v. 155 — t. 101 — págs. 139/141.
- Centenário da Companhia de Jesus (4.º)* — Conferência de Pedro Calmon — 1940 — v. 175 — págs. 603/07.
- Centenário da Constituição do Império* — Conferência do Sr. Agenor de Roure — 1924 — v. 150 — t. 96 — págs. 310/22.
- Palavras do Sr. Conde de Afonso Celso — 1924 — v. 150 — t. 96 — págs. 307/08.
- Centenário da criação do Supremo Tribunal de Justiça* — Ver — Supremo Tribunal de Justiça (Centenário da criação do).
- Centenário da fundação dos cursos jurídicos no Brasil* — Sessão especial comemorativa a 10 de agosto de 1927 — 1927 — v. 155 — t. 101 — págs. 298/342.
- Centenário da fundação de São Vicente (Quarto)* — Max Fleiuss — 1932 — 2.º — v. 166 — págs. 810/829.
- Centenário da morte de Dom Pedro I* — Palavras de Afonso Celso sobre o ... 1934 — v. 169 — págs. 403/404.

- Centenário da proclamação da Independência em São Luís do Maranhão* — Conferência do Sr. Viveiros de Castro — 1923 — v. 148 — t. 94 — págs. 612/639.
- Centenário da Revolução Farroupilha* — Barbosa Lima Sobrinho — 1935 — v. 170 — págs. 318/340.
- Centenário da terminação das lutas da Independência na Bahia* — Conferência por Afrânio Peixoto — 1923 — v. 148 — t. 94 — págs. 535/553.
- Centenário de Pedro II (O)* — Do Jornal do Comércio de 2 de dezembro de 1925 — 1925 — v. 152 — t. 98 — págs. 535/555.
- *Jornal do Brasil*, de 2 de dezembro de 1925 — 1925 — v. 152 — t. 98 — págs. 796/825.
- Centenário de São Vicente (Quarto)* — Sessão especial comemorativa do 4.^o ... a 22 de janeiro de 1932 — 1932 — 2.^o — v. 166 — págs. 809/829.
- Centenário de Martim Francisco (O)* — A. de Sousa Costa — 1944 (2.^o tri.) — v. 183 — págs. 252/267.
- Centenário de Vitor Meireles* — Ver — Vitor Meireles (Centenário natalício de) ...
- Centenário do nascimento do barão de Rio Branco* — Ver — Paranhos Júnior — 1944 — (4.^o tri.) — v. 185 — págs. 272.
- Centenário do Senado Brasileiro* — Ver — Senado Brasileiro (Centenário do) ...
- Centenário do falecimento da imperatriz Leopoldina* — Ver — Imperatriz Leopoldina (Centenário do falecimento da) ...
- Centenário do visconde de Taunay* — Ver — Taunay (Centenário do Visconde de) ...
- Cerejeira (Cardeal Manuel Gonçalves)* — Proposta para sócio honorário, com imediata aprovação — 1934 — v. 169 — págs. 448.
- *Posse do ... como sócio honorário do Instituto* — 1934 — v. 169 — págs. 449.
- Cernache (Henrique Leite Pereira de) (Conde de Campo Belo)* — Proposta para que seja admitido como sócio correspondente do Instituto — 1938 — v. 173 — págs. 684.
- *Proclamado sócio correspondente do Instituto, em assembleia de 13 de abril de 1938* — 1938 — v. 173 — págs. 688.
- Ceroulas e gaitas* — José Vieira Fazenda — 1943 — (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 443/47.
- Cesteiro (O)* — Magalhães Correia — 1933 (1.^o) — v. 167 — págs. 99/107.
- Chafarizes dos caminhos da Glória e Mata-Cavalos* — Magalhães Correia — 1935 — v. 170 — págs. 37.
- Chafariz das Marrecas. O aqueduto de Catumbi e o chafariz do Lagarto* — Magalhães Correia — 1935 — v. 170 — págs. 55.
- Chafariz do largo do Moura e das Saracuras* — Magalhães Correia — 1935 — v. 170 — págs. 65.
- Chafarizes do largo do Capim, de Catumbi e Bica da Rainha* — Magalhães Correia — 1935 — v. 170 — págs. 73.
- Chafarizes do Riachuelo, do Boiota e das Lavadeiras* — Magalhães Correia — 1935 — v. 170 — págs. 81.
- Chafarizes de Paula Matos, Estrada Velha da Tijuca, mercado da Harmonia, bica do Cais de Botafogo, fontes Marquês de Olinda e da Imperial Quinta da Boa Vista* — Magalhães Correia — 1935 — v. 170 — págs. 123.
- Chafarizes da praça 15 de Novembro e do Palácio do Catete e as fontes do Ministério da Viação. Ramos Pinto e do Velho* — Magalhães Correia — 1935 — v. 170 — págs. 151.
- Chagas (Carlos)* — Voto de pesar pelo falecimento de ... 1934 — v. 169 — págs. 526.
- Chalapa (O)* — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 451/455.
- Charita* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 77/82.
- Charlatão de batina* — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 199/203.
- Charles le Bargy* — Ver — Le Bargy (Charles).
- Chermont (Justo Leite)* — Comunicação do seu falecimento, em sessão de 6 de maio de 1926 — 1926 — v. 153 — t. 99 — págs. 228.
- *Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão* — 1926 — v. 153 — t. 99 — págs. 492/94.
- Cidade do Rio-de-Janeiro (A)* — João da Costa Ferreira — 1931 — v. 164 — págs. 7/354.
- Cincinato Braga* — Ver — Braga (Cincinato).
- Cinco e seis de novembro de 1817* — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 19/23.
- Cintra Polônio* — Ver — Polônio (Cinira).

- Cintra (D. Sebastião Leme da Silveira)* — Proposta para que seja admitido como sócio honorário — 1923 — v. 148 — t. 94 — pág. 769.
- Parecer favorável à sua admissão como sócio honorário — 1928 — v. 158 — t. 104 — pág. 1058.
- Proposta para que seja elevado a sócio benemérito do Instituto, o Sr. Cardeal — 1942 — v. 177 — pág. 512.
- Elogio feito por Pedro Calmon — 1942 — v. 177 — págs. 681/685.
- Sessão especial, em homenagem ao sócio benemérito Sua Eminência ..., em 17 de setembro de 1943 — 1943 — v. 181 — pág. 148.
- Cinzas* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 184/189.
- Circenses* (21 de abril de 1792) — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 588/592.
- Cisão do Partido Republicano Federal em 1897 (A)* — Augusto Tavares de Lira — 1944 — (3.^o tri.) — v. 184 — págs. 195/206.
- Clara Della Guardia* — Ver — Guardia (Clara Della).
- Clarence Henry Haring* — Ver — Haring (Clarence Henry).
- Cláudio Manuel da Costa* — Ver — Costa (Cláudio Manuel da).
- Clélia de Araújo* — Ver — Araújo (Clélia de).
- Clemente Brandenburger* — Ver — Brandenburger (Clemente).
- Clemente Ferreira França* — Ver — França (Clemente Ferreira).
- Clemente L. Fregeiro* — Ver — (Clemente L.).
- Cleven (Nels Andrew Nelson)* — Proposta para sócio honorário, em sessão de 14 de abril de 1938 — 1939 — v. 174 — pág. 186.
- Clóvis Beviláqua* — Ver — Beviláqua (Clóvis).
- Coburgo (Dom Pedro Augusto de Saxe)* — Comunicação do seu falecimento em sessão de 19 de setembro de 1934 — 1934 — v. 169 — pág. 379.
- Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1934 — v. 169 — págs. 430/431.
- Coelho (Érico Marinho da Gama)* — Comunicação do seu falecimento em sessão de 20 de abril de 1923 — 1923 — v. 148 — t. 94 — pág. 468.
- Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1923 — v. 148 — t. 94 — pág. 871.
- Coelho Neto* — Voto de pesar pelo falecimento de ... — 1934 — v. 169 — pág. 526.
- Coincidências* — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 506/509.
- Coincidências* — 1943 (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 119/122.
- Coisas Passadas* — José Vieira Fazenda — 1943 — (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 470/475.
- Coisas Velhas* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 487/492.
- Colás (Francisco Libânio)* — Lafaete Silva — 1943 — v. 169 — págs. 127/133.
- Coleção Mota Maia* — Denominação do arquivo do Conde Mota Maia oferecido ao Instituto — 1927 — v. 155 — t. 101 — págs. 261/262.
- Colombo (Cristóvão)* — Max Fleiuss — 1936 — v. 171 — págs. 149/170.
- Colômbia — Peru* — Moção congratulatória pela solução do litígio colombo-peruano — 1934 — v. 169 — pág. 268.
- Comemorações* — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 43 — págs. 28/30.
- Cometa* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 7/11.
- Comissão de Bibliografia* — Pareceres relatados pelo Sr. Max Fleiuss — 1925 — v. 151 — t. 97 — págs. 139/333.
- Comissão de Fundos e Orçamento* — Parecer sobre as contas do exercício de 1925 — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 228.
- Parecer aprovando as contas do exercício de 1926 — 1927 — v. 155 — t. 101 — pág. 256.
- Parecer unânimemente aprovado da ... relativo às contas de 1927 — 1928 — v. 158 — t. 104 — pág. 772.
- Parecer aprovado em sessão de 30 de maio de 1931 — 1931 — v. 164 — pág. 404.
- Aprovado o parecer da ... referente às contas do exercício de 1931 — 1932 (2.^o) — v. 166 — pág. 616.
- Parecer aprovando as contas do exercício de 1933 — 1934 — v. 169 — pág. 255.
- Aprovação das contas referentes ao ano de 1934 — 1935 — v. 170 — pág. 220.
- Parecer de aprovação das contas de exercício de 1936 — 1937 — v. 172 — pág. 421.
- Aprovação do parecer da ... sobre as contas de 1937 — 1938 — v. 173 — pág. 683.

- Aprovação das contas relativas ao ano de 1938 — 1939 — v. 174 — pág. 691.
- Aprovação das contas relativas ao ano de 1939 — 1940 — v. 175 — pág. 370.
- Parecer favorável, relativo à despesa e receita do ano de 1940 — 1941 — v. 176 — pág. 292.
- Parecer aprovado, relativo ao ano de 1941 — 1942 — v. 177 — pág. 512.
- Comissão de Iconografia* — Aplausos enviados pelo secretário do Comitê Internacional des Sciences Historiques — 1934 — v. 169 — pág. 317.
- Comitê Internacional de Ciências Históricas* — Papéis relativos à 3.^a Assembléia Plenária do ... — 1929 — v. 160 — t. 106 — págs. 514/537.
- Companheiros de D. Francisco de Sousa (Os)* — Francisco de Assis Carvalho Franco — 1929 — v. 159 — t. 105 — págs. 95/136.
- Comunicação do falecimento de Philip Guedala — 1944 (4.^o tri.) — v. 185 — pág. 405.
- Conceito de História Americana e das novas investigações históricas no Brasil e na Argentina (O)* — Ricardo Levene — 1936 — v. 171 — págs. 365-373.
- Concepção cristã da autoridade* — Conferência do padre Paul Coulet — 1931 — v. 164 — págs. 416/431.
- Conchas e pássaros* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 510/514.
- Conde da Cunha* — Ver — Cunha (Antônio Álvares de) ...
- Conde de Afonso Celso* — Ver — Afonso Celso (Conde de) ...
- Conde de Bagnuolo* — Ver — Sanfelice (Giovano Vicenzo).
- Conde de Campo Belo* — Ver — Cernache (Henrique Leite Pereira de).
- Conde D'Eu (Centenário do natalício do)* — Conferência de Max Fleiuss — 1942 — v. 177 — págs. 531/544.
- Conde de Hogendorp* — Ver — Hogendorp (Conde de) ...
- Condorcet jornalista, por Hélène Delsaux* — Max Fleiuss — 1936 — v. 171 — págs. 191/201.
- Conferência de Geografia* — Comunicação do Sr. Max Fleiuss sobre o encerramento da ... — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 434.
- Atas e conclusões — 1926 — v. 153 — t. 99 — págs. 442/473.
- Resoluções da ... — 1929 — v. 160 — t. 106 — págs. 337/342.
- Congresso de Bolívar* — Representante do Brasil no ... o Sr. Argeu Guimarães — 1928 — v. 158 — t. 104 — pág. 1033.
- Congresso de História Nacional (Segundo)* — Palavras do conde de Afonso Celso sobre o ... — 1931 — v. 164 — pág. 404.
- Congresso de História Nacional (Terceiro)* — Discurso do encerramento por M. Cícero Peregrino da Silva — 1943 — v. 181 — págs. 140/141.
- Congresso de Viena em 1815 (O Brasil no)* — Palestra do Sr. Brás do Amaral — 1940 — v. 175 — págs. 517/540.
- Congresso Internacional Feminista (Segundo)* — Saudação ao ... por Afonso Celso — 1931 — v. 164 — págs. 408/410.
- Congresso Brasileiro de Geografia (X)* — Placa comemorativa no Instituto Histórico — 1944 — v. 185 — págs. 248/252.
- Congressos Internacionais* — Afonso Celso — 1929 — v. 160 — t. 106 — págs. 492/494.
- Congresso realizado em Montevidéu* — O Sr. Brás do Amaral lê o seu relatório como representante do Instituto no ... — 1928 — v. 158 — t. 104 — págs. 1065/1107.
- Consagração Militar e Política de Santander* — Ver Santander (Consagração militar e política de) ...
- Conselheiro Filipe José Pereira Leal (O)* — Filipe José Pereira Leal Sobrinho — 1931 — v. 164 — págs. 391/399.
- Conselheiro Paulino e o Visconde de Cruzeiro (O)* — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — 1943 — v. 169 — págs. 508/526.
- Conspiração Republicana da Bahia de 1789* — Conferência do Sr. Hermenegildo Brás do Amaral sobre a ... — 1926 — v. 153 — t. 99 — págs. 344/402.
- Constituinte do Império (Centenário da abertura da)* — Conferência por Max Fleiuss — 1923 — v. 148 — t. 94 — págs. 480/500.
- Convenção de 1828 (A guerra da Cisplatina e a)* — Conferência do Sr. Hélio Lôbo sobre a ... — 1928 — v. 158 — t. 104 — págs. 1023/1032.
- Conversa fiada* — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 63/66.
- Convento da Ajuda* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 350/357.

- Convento e Igreja de São Francisco da Bahia* — Ver — São Francisco da Bahia (Convento e Igreja de) ...
- Coquelin* — Lafaiete Silva — 1934 — v. 169 — págs. 42/49.
- Corbacho (José)* — Proposta para que seja admitido como sócio honorário o Sr. ... — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 343.
- Proposto para sócio honorário do Instituto em sessão de 28 de junho de 1927 e admitido a 18 de julho. — 1927 — v. 155 — t. 101 — págs. 257/261.
- Corpo de Deus* — José Vieira Fazenda — 1943 — (2.^a ed.) v. 149 — t. 95 — págs. 257/262.
- Correia (D. Francisco de Aquino)* — É proclamado, por unanimidade de votos, sócio honorário do Instituto — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 319.
- Parecer da Comissão de Admissão de Sócios favorável à eleição de ... como sócio honorário — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 310.
- Proposta para ser elevado a sócio benemerito em sessão de 14 de abril de 1939 — 1939 — v. 174 — pág. 685.
- Aclamado sócio benemerito do Instituto, em sessão de 14 de abril de 1939 — 1939 — v. 174 — pág. 687.
- Bio-bibliografia por M. Carolina Max Fleiuss — 1944 (3.^o tri.) — v. 184 — ps. 236/239.
- Correia (Inocência Serzedelo)* — Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1932 (2.^o) — v. 166 — págs. 748/750.
- Correia (Antônio Augusto Mendes)* — Proposta para sócio correspondente do Instituto — 1934 — v. 169 — pág. 402.
- Proclamado sócio correspondente do Instituto, em sessão de 15 de dezembro de 1934 — 1934 — v. 169 — pág. 533.
- Correia Filho (Virgílio)* — Eleito sócio efetivo em sessão de 22 de agosto de 1931 — 1931 — v. 164 — pág. 437.
- Nomeado 1.^o secretário, em sessão de 22 de fevereiro de 1943 — 1943 — v. 181 — pág. 122.
- Max Fleiuss — 1944 — v. 182 — págs. 17/19.
- Max Fleiuss — págs. 33/38.
- Costa (Centenário da morte de Hipólito da)* — Conferência feita por Manuel Cícero Peregrino da Silva — 1923 — v. 148 — t. 94 — págs. 785/817.
- Costa (Hipólito da)* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 16/20.
- Costa (Francisco Augusto Pereira da)* — Comunicação do seu falecimento, em sessão de 25 de março de 1924 — 1924 — v. 150 — t. 96 — pág. 307.
- Elogio por B. F. Ramiz Galvão — 1924 — v. 150 — t. 96 — pág. 471.
- Costa (Cláudio Manuel da)* — Por B. F. Ramiz Galvão — 1929 — v. 159 — t. 105 — págs. 233/240.
- Palavras do conde de Afonso Celso sobre o 2.^o centenário do nascimento de ... — 1929 — v. 160 — t. 106 — pág. 292.
- Conferência de Afrânio de Melo Franco sobre ... — 1929 — v. 160 — t. 106 — págs. 292/321.
- Costa (D. Antônio de Macedo)* — Conferência de E. Vilhena de Moraes sobre ... — 1931 — v. 161 — t. 107 — pág. 729.
- Costa (João Severiano Maciel da) (Marquês de Queluz)* — Conferência de Augusto Tavares de Lira — 1933 — v. 168 — págs. 800/816.
- Costa (José de Resende)* — Palestra do Sr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho sobre ... — 1941 — v. 176 — págs. 381/387.
- Costa (Didio)* — Indicado para sócio honorário do Instituto, em sessão de 17 de setembro de 1943 — 1943 — v. 180 — pág. 265.
- Costa (Didio Iratim Afonso)* — Proclamado sócio honorário do Instituto, em sessão de 21 de dezembro de 1943 — 1943 — v. 181 — pág. 164.
- Cotejipe* — Wanderley Pinho — 1925 — v. 152 — t. 98 — págs. 262/290.
- Cousas de antanho* — Conde de Afonso Celso — 1930 — v. 161 — t. 107 — págs. 613/616.
- Coulet (Padre Paul)* — Aprovada a proposta para ser admitido como sócio honorário do Instituto o Sr. ... — 1931 — v. 164 — pág. 408.
- Posse do sócio honorário, Padre ... em sessão de 1 de julho de 1931 — 1931 — v. 164 — pág. 415.
- Coutinho (Aureliano de Sousa Oliveira) (Visconde de Sepetiba)* — Pedro Calmon — 1925 — v. 152 — t. 98 — págs. 56/61.
- Conferência de Feijó Bittencourt — 1937 — v. 172 — pág. 514.
- Coutinho (D. José Caetano da Silva)* — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 253.

- Crime da Caçetrada* — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 174 — t. 93 — págs. 240/244.
- Crime sensacional* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 194/199.
- Cristóvão Colombo* — Ver — Colombo (Cristóvão).
- Cristóvão de Barros* — Ver — Barros (Cristóvão).
- Cristóvão Leite de Castro* — Ver — Castro (Christovam Leite de).
- Cronista Oficial* — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 79/82.
- Culto de Sant'Ana* — Recordações e aspectos do ... por Henrique José do Carmo Neto — 1923 — v. 148 — t. 94 — págs. 433/463.
- Cultura intelectual do Imperador (A)* — Teodoro Sampaio — 1925 — v. 152 — t. 98 — págs. 142/144.
- Cunha (Manuel Alvares da — Conde da)* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 357/362.
- José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 357/362.
- José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 636/37.
- Cunha (Estêvão José Carneiro da)* — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — v. 153 — t. 99 — págs. 241.
- Cunha (João Inácio da)* — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — v. 153 — t. 99 — págs. 236/237.
- Cunha (Antônio Luís Pereira da)* — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — v. 153 — t. 99 — págs. 244/245.
- Cunha Matos em Goiás — 1823 — 1826* — Dr. Americano do Brasil — 1924 — v. 150 — t. 96 — págs. 177/251.
- Curado (Joaquim Xavier)* — Centenário da morte do Gen. ... por José Maria Moreira Guimarães — 1930 — v. 161 — t. 107 — págs. 774/781.
- Curiosa Relíquia* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 447/451.
- Cursos Jurídicos no Brasil (A criação dos)* — Alfredo Valadão — 1927 — v. 155 — t. 101 — págs. 299/340.
- Custódio de Melo (O almirante) e a Revolução em 1893* — Álvaro Rodrigues de Vasconcelos — 1940 — v. 175 — págs. 339/353.
- Cuvier* — Discurso de Luís Filipe Vieira Souto — 1932 (2.^a) — v. 166 — págs. 650/661.

Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário dos decretos-leis publicados no período de 16 de fevereiro a 15 de março de 1946*

Decreto-lei n.º 8 970, de 12 de fevereiro de 1946
— «Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Caixa Beneficente dos Sargentos da Marinha, do imposto que menciona».

«Diário Oficial» de 16-2-946.

Decreto-lei n.º 8 971, de 12 de fevereiro de 1946
— «Dispõe sobre registro de diploma, efetuado de conformidade com o Decreto-lei n.º 8 071, de 10 de outubro de 1945».

«Diário Oficial» de 16-2-946.

Decreto-lei n.º 8 973, de 13 de fevereiro de 1946
— «Altera a redação de rubricas do Plano de Obras e Equipamentos para 1946».

«Diário Oficial» de 16-2-946.

Decreto-lei n.º 8 975, de 14 de fevereiro de 1946
— «Estende aos cidadãos das classes de 1924 e 1926, convocados pelas 4.ª e 5.ª Regiões Militares e considerados insubmissos, os benefícios do Decreto-lei n.º 8 383, de 17 de dezembro de 1945».

«Diário Oficial» de 16-2-946.

Decreto-lei n.º 8 976, de 14 de fevereiro de 1946
— «Transfere o 37.º Batalhão de Caçadores da 2.ª para 1.ª Brigada de Infantaria».

«Diário Oficial» de 16-2-946.

Decreto-lei n.º 8 977, de 14 de fevereiro de 1946
— «Dispõe sobre suspensão de acréscimo de vencimentos aos oficiais gerais transferidos para a Reserva».

«Diário Oficial» de 16-2-946.

Decreto-lei n.º 8 978, de 14 de fevereiro de 1946
— «Cria, no Ministério da Guerra, a 1.ª Companhia de Depósitos de Material de Intendência».

«Diário Oficial» de 16-2-946.

Decreto-lei n.º 8 979, de 14 de fevereiro de 1946
— «Extingue o Depósito de Intendência da Força Expedicionária Brasileira, criado pelo Decreto-lei n.º 6 459-A, de 2 de maio de 1944».

«Diário Oficial» de 16-2-946.

Decreto-lei n.º 8 980, de 14 de fevereiro de 1946
— «Substitui as funções gratificadas do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público».

«Diário Oficial» de 16-2-946.

Decreto-lei n.º 8 981, de 14 de fevereiro de 1946
— «Eleva o padrão de vencimentos do cargo de governador do Território do Acre».

«Diário Oficial» de 16-2-946.

Decreto-lei n.º 8 982, de 14 de fevereiro de 1946
— «Prorroga o prazo de que trata o artigo 148, item I, alínea b, do Código Nacional de Trânsito».

«Diário Oficial» de 16-2-946.

Decreto-lei n.º 8 983, de 14 de fevereiro de 1946
— «Acrescenta um artigo e um parágrafo ao Decreto-lei n.º 8 256, de 30 de novembro de 1945».

«Diário Oficial» de 16-2-946.

Decreto-lei n.º 8 986, de 15 de fevereiro de 1946
— «Dispõe sobre a especialização do pessoal no Corpo do Pessoal Subalterno da Armada».

«Diário Oficial» de 18-2-946.

Decreto-lei n.º 8 987, de 15 de fevereiro de 1946
— «Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 300 000,00 para pagamento de materiais fornecidos à Estrada de Ferro Bahia e Minas».

«Diário Oficial» de 16-2-946.

Decreto-lei n.º 8 987-A, de 15 de fevereiro de 1946
— «Suspense a vigência dos Decretos-leis ns. 8 739 e 8 740, de 19 de janeiro de 1946».

«Diário Oficial» de 23-2-946.

Decreto-lei n.º 8 988, de 16 de fevereiro de 1946
— «Suspense a execução do Decreto-lei n.º 8 867, de 24 de janeiro de 1945».

«Diário Oficial» de 16-2-946.

Decreto-lei n.º 8 989, de 16 de fevereiro de 1946
— «Cria o Serviço do Pronto Socorro de Santa-Cruz».

«Diário Oficial» de 19-2-946.

Decreto-lei n.º 8 990, de 16 de fevereiro de 1946
— «Cria o Quadro de Funcionários do Território do Amapá».

«Diário Oficial» de 19-2-946.

NOTA — Os Decretos-leis ns. 8 972, 9 056 e 9 057 ainda não foram publicados.

Decreto-lei n.º 8 991, de 16 de fevereiro de 1946
— «Dispõe sobre o preenchimento de funções de assistente da Tabela Numérica de Mensalistas da Escola de Agronomia Eliseu Maciel».

«Diário Oficial» de 19-2-946.

Decreto-lei n.º 8 992, de 18 de fevereiro de 1946
— «Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Fundação Clara Basbaum do imposto que menciona».

«Diário Oficial» de 20-2-946.

Decreto-lei n.º 8 993, de 18 de fevereiro de 1946
— «Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar do imposto predial os imóveis sítos à sua Arquias Cordeiro ns. 530, 538 e 540, na forma que menciona».

«Diário Oficial» de 20-2-946».

Decreto-lei n.º 8 994, de 18 de fevereiro de 1946
— «Susta a execução do Decreto-lei n.º 8 565, de 7 de janeiro de 1946, e dá outras providências».

«Diário Oficial» de 19-2-946.

Decreto-lei n.º 8 995, de 18 de fevereiro de 1946
— «Torna sem efeito o Decreto-lei n.º 8 945, de 26 de janeiro de 1946».

«Diário Oficial» de 20-2-946.

Decreto-lei n.º 8 996, de 18 de fevereiro de 1946
— «Altera a denominação de Secções do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e dá outras providências».

«Diário Oficial» de 20-2-946.

Decreto-lei n.º 8 997, de 18 de fevereiro de 1946
— «Torna insubsistente o decreto que destituiu de seu posto, com perda de patente, honras, privilégios, liberdade e isenções de que era possuidor, o capitão de corveta aviador naval — Amâncio Vieira Cortez».

«Diário Oficial» de 20-2-946.

Decreto-lei n.º 8 998, de 18 de fevereiro de 1946
— «Promoção de Oficiais com ressarcimento de preterição e de vantagens pecuniárias».

«Diário Oficial» de 20-2-946.

Decreto-lei n.º 8 999, de 18 de fevereiro de 1946
— «Dispõe sobre o financiamento da safra de algodão do Norte do país de 1945-46 e dá outras providências».

«Diário Oficial» de 19-2-946.

Decreto-lei n.º 9 000, de 18 de fevereiro de 1946
— «Mantém para os algodões do Norte da safra de 1945-46 a quota especial que incide sobre esse produto».

«Diário Oficial» de 19-2-946.

Decreto-lei n.º 9 001, de 19 de fevereiro de 1946
— «Aceita a doação, feita à União, de uma casa térrea e respectivo terreno, situado em Cuiabá, Estado de Mato-Grosso».

«Diário Oficial» de 21-2-946.

Decreto-lei n.º 9 002, de 20 de fevereiro de 1946
— «Autoriza a Companhia Siderúrgica Nacional a desapropriar os bens que menciona».

«Diário Oficial» de 22-2-946.

Decreto-lei n.º 9 003, de 20 de fevereiro de 1946
— «Substitui as tabelas que acompanharam o Decreto-lei n.º 8 625, de 10 de janeiro de 1946».

«Diário Oficial» de 25-2-946.

Decreto-lei n.º 9 004, de 20 de fevereiro de 1946
— «Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 58 990,00, para pagamento de obras efetuadas no Aprendizado Agrícola Nilo Peçanha».

«Diário Oficial» de 22-2-946.

Decreto-lei n.º 9 005, de 20 de fevereiro de 1946
— «Cria o Quadro do Pessoal do Território Federal de Iguaçu».

«Diário Oficial» de 21-2-946.

Decreto-lei n.º 9 006, de 20 de fevereiro de 1946
— «Aumenta o subsídio e a ajuda de custos dos Deputados e Senadores».

«Diário Oficial» de 21-2-946.

Decreto-lei n.º 9 007, de 21 de fevereiro de 1946
— «Considera data festiva do Exército o dia 21 de fevereiro de 1946».

«Diário Oficial» de 21-2-946.

Decreto-lei n.º 9 008, de 21 de fevereiro de 1946
— «Modifica o Estandarte-distintivo do Regimento Sampaio».

«Diário Oficial» de 21-2-946.

Decreto-lei n.º 9 009, de 21 de fevereiro de 1946
— «Transforma o 7.º G. A. Do. e o 4.º G. A. Do. em 1/7.º R. O. e 1/4.º R. O., respectivamente».

«Diário Oficial» de 23-2-946.

Decreto-lei n.º 9 010, de 21 de fevereiro de 1946
— «Revoga o Decreto-lei n.º 8 616, de 10 de janeiro de 1946».

«Diário Oficial» de 25-2-946.

Decreto-lei n.º 9 011, de 22 de fevereiro de 1946
— «Prorroga por 180 dias a suspensão da cobrança dos direitos e taxas aduaneiros que incidem sobre a farinha de trigo».

«Diário Oficial» de 25-2-946.

Decreto-lei n.º 9 012, de 22 de fevereiro de 1946
— «Abre crédito especial ao Departamento Administrativo do Serviço Público».

«Diário Oficial» de 25-2-946.

Decreto-lei n.º 9 013, de 22 de fevereiro de 1946
— «Altera sem aumento de despesa, o vigente Orçamento Geral da República».

«Diário Oficial» de 25-2-946.

Decreto-lei n.º 9 014, de 22 de fevereiro de 1946
— «Autoriza a aquisição da casa em que nasceu Vitor Meireles e dá outras providências».

«Diário Oficial» de 25-2-946.

- Decreto-lei n.º 9 015, de 23 de fevereiro de 1946** — «Cômputo de tempo de serviço para efeito de inatividade».
- «Diário Oficial» de 26-2-946.
- Decreto-lei n.º 9 016, de 23 de fevereiro de 1946** — «Dispõe sobre inspeções de saúde dos funcionários civis do Ministério da Guerra e dá outras providências».
- «Diário Oficial» de 26-2-946.
- Decreto-lei n.º 9 017, de 23 de fevereiro de 1946** — «Dispõe sobre a anexação de preceitos de puericultura à certidão do registro civil».
- «Diário Oficial» de 26-2-946.
- Decreto-lei n.º 9 018, de 25 de fevereiro de 1946** — «Extingue a Divisão de Ensino Primário, do Departamento Nacional de Educação e Saúde, e dá outras providências».
- «Diário Oficial» de 27-2-946.
- Decreto-lei n.º 9 019, de 25 de fevereiro de 1946** — «Autoriza o preenchimento imediato de cargos vagos do Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências».
- «Diário Oficial» de 26-2-946.
- Decreto-lei n.º 9 020, de 25 de fevereiro de 1946** — «Transfere para o Departamento Nacional da Produção Vegetal a representação mantida pela Coordenação da Mobilização Econômica na Comissão de Organização Cooperativa dos Produtos de Mate e dá outras providências».
- «Diário Oficial» de 27-2-946.
- Decreto-lei n.º 9 021, de 25 de fevereiro de 1946** — «Modifica a redação do art. 4.º do Decreto-lei n.º 7 524, de 5 de maio de 1945, e dá outras providências».
- «Diário Oficial» de 27-2-946.
- Decreto-lei n.º 9 022, de 26 de fevereiro de 1946** — «Baixa normas para o funcionamento da Caixa de Crédito da Pesca e dá outras providências».
- «Diário Oficial» de 28-2-946.
- Decreto-lei n.º 9 023, de 26 de fevereiro de 1946** — «Modifica os dispositivos legais que indicam».
- «Diário Oficial» de 28-2-946.
- Decreto-lei n.º 9 024, de 26 de fevereiro de 1946** — «Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde».
- «Diário Oficial» de 28-2-946.
- Decreto-lei n.º 9 025, de 27 de fevereiro de 1946** — «Dispõe sobre as operações de câmbio, regulamenta o retorno de capitais estrangeiros e dá outras providências».
- «Diário Oficial» de 28-2-946.
- Decreto-lei n.º 9 026, de 27 de fevereiro de 1946** — «Autoriza a Rede de Viação Férrea Federal do Rio-Grande-do-Sul a alienar o imóvel que menciona».
- «Diário Oficial» de 1-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 027, de 28 de fevereiro de 1946** — «Altera o art. 2.º do Decreto-lei n.º 3 364, de 21 de junho de 1941».
- «Diário Oficial» de 2-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 028, de 1 de março de 1946** — «Altera a constituição dos Estabelecimentos de Material de Intendência».
- «Diário Oficial» de 6-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 029, de 1 de março de 1946** — «Altera a constituição do Serviço Especial de Transportes».
- «Diário Oficial» de 6-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 030, de 1 de março de 1946** — «Altera o regime de aplicação do crédito especial a que se refere o Decreto-lei n.º 8 767, de 21 de janeiro de 1946».
- «Diário Oficial» de 6-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 031, de 1 de março de 1946** — «Cria e extingue Unidade de Aviação».
- «Diário Oficial» de 6-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 032, de 6 de março de 1946** — «Dispõe sobre o ingresso na carreira de Diplomata e o aperfeiçoamento de funcionários da referida carreira, e dá outras providências».
- «Diário Oficial» de 8-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 033, de 6 de março de 1946** — «Altera sem aumento de despesa o Orçamento Geral da República».
- «Diário Oficial» de 9-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 034, de 6 de março de 1946** — «Suprime funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda e dá outras providências».
- «Diário Oficial» de 8-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 035, de 6 de março de 1946** — «Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terrenos, situados no município de São-Lourenço, no Estado de Minas-Gerais».
- «Diário Oficial» de 8-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 036, de 6 de março de 1946** — «Aceita a doação feita à União, de um terreno situado em Piracuruca, Estado do Piauí».
- «Diário Oficial» de 8-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 037, de 6 de março de 1946** — «Aceita doação, feita à União, de (3) três terrenos situados em Manaus, no Estado do Amazonas».
- «Diário Oficial» de 8-3-946.

- Decreto-lei n.º 9 038, de 6 de março de 1946** — «Aceita a doação, feita a União, de um terreno, situado em Aracati, no Estado do Ceará».
- «Diário Oficial» de 8-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 039, de 6 de março de 1946** — «Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 500 000,00, para despesas com a Delegação Brasileira Integrante do Conselho Aliado de Contrôla na Alemanha».
- «Diário Oficial» de 9-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 040, de 6 de março de 1946** — «Dá nova redação ao Decreto-lei n.º 8 931, de 26 de janeiro de 1946, que concede subvenção anual à União dos Escoteiros do Brasil».
- «Diário Oficial» de 8-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 041, de 6 de março de 1946** — «Manda considerar tempo de serviço, para efeito de concessão de gratificação de magistério».
- «Diário Oficial» de 8-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 042, de 6 de março de 1946** — «Altera sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Agricultura».
- «Diário Oficial» de 8-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 043, de 7 de março de 1946** — «Concede prorrogação de prazo para o cumprimento de condição estabelecida no Decreto-lei n.º 5 123, de 21 de dezembro de 1942».
- «Diário Oficial» de 9-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 044, de 7 de março de 1946** — «Exclui do regime de administração federal a Companhia Italiana del Cavi Telegrafici Sottomarini».
- «Diário Oficial» de 9-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 045, de 8 de março de 1946** — «Dispõe sobre os limites de diária de pessoal para obras».
- «Diário Oficial» de 11-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 046, de 8 de março de 1946** — «Autoriza o Ministério da Aeronáutica a contratar prolongamento de tráfego aéreo».
- «Diário Oficial» de 11-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 047, de 11 de março de 1946** — «Revoga o Decreto-lei n.º 8 840, de 24 de janeiro de 1946».
- «Diário Oficial» de 12-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 048, de 11 de março de 1946** — «Altera a redação do Decreto-lei n.º 8 556, de 14 de janeiro de 1946, e dá outras providências».
- «Diário Oficial» de 13-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 049, de 11 de março de 1946** — «Exclui das disposições do Decreto-lei n.º 2 803, de 21 de novembro de 1940, o terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal, e dá outras providências».
- «Diário Oficial» de 13-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 050, de 11 de março de 1946** — «Regula a situação de dois oficiais Generais».
- «Diário Oficial» de 14-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 051, de 12 de março de 1946** — «Introduz alterações no Quadro 4 do Decreto-lei n.º 6 019, de 23 de novembro de 1943».
- «Diário Oficial» de 14-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 052, de 12 de março de 1946** — «Subordina ao regime de licença prévia a exportação e artefatos de metais preciosos, e dá outras providências».
- «Diário Oficial» de 14-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 053, de 12 de março de 1946** — «Cria um ginásio de aplicação nas Faculdades de Filosofia do País».
- «Diário Oficial» de 14-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 054, de 12 de março de 1946** — «Substitui a disciplina Biologia pela de História Natural da Lei Orgânica do Ensino Secundário».
- «Diário Oficial» de 14-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 055, de 12 de março de 1946** — «Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal de Ponta-Forã».
- «Diário Oficial» de 15-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 058, de 13 de março de 1946** — «Altera a composição do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia».
- «Diário Oficial» de 15-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 059, de 13 de março de 1946** — «Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República».
- «Diário Oficial» de 15-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 060, de 13 de março de 1946** — «Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República».
- «Diário Oficial» de 15-3-946.
- Decreto-lei n.º 9 061, de 13 de março de 1946** — «Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 2 113 000,00 à verba que especifica».
- «Diário Oficial» de 14-3-946.

Íntegra da legislação de interêsse geográfico

Decretos-leis

Decreto-lei n.º 8 393, de 17 de dezembro de 1945

Concede autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, à Universidade do Brasil, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

Da Universidade do Brasil

Art. 1.º — A Universidade do Brasil, instituição de ensino superior, cujos fins estão fixados na Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, passará a ser pessoa jurídica, com autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, nos termos do presente decreto-lei.

Art. 2.º — A Universidade do Brasil será imediatamente constituída dos seguintes estabelecimentos de ensino e institutos científicos e de pesquisa:

Faculdade Nacional de Medicina.
Faculdade Nacional de Direito.
Faculdade Nacional de Odontologia.
Faculdade Nacional de Filosofia.
Faculdade Nacional de Arquitetura.
Faculdade Nacional de Ciências Econômicas
Faculdade Nacional de Farmácia.
Escola Nacional de Engenharia.
Escola Nacional de Belas Artes.
Escola Nacional de Música.
Escola Nacional de Minas e Metalurgia.
Escola Nacional de Química.
Escola Nacional de Educação Física e Desportos.
Escola de Enfermeiras Ana Néri.
Instituto de Eletrotécnica.
Instituto de Psicologia.
Instituto de Psiquiatria.
Instituto de Biofísica.

Art. 3.º — Para mais completa realização de seus fins, a Universidade do Brasil poderá incorporar outros estabelecimentos de ensino e institutos técnico-científicos, bem como estabelecer acordos com entidades e organizações oficiais ou privadas.

Parágrafo único — A incorporação de que trata este artigo dependerá de prévia autorização do governo, sempre que acarretar novos encargos para o orçamento da União.

CAPÍTULO II

Do patrimônio e sua utilização

Art. 4.º — O patrimônio da Universidade será formado:

a) pelos bens móveis e imóveis, que constituem suas instalações, ora pertencentes ao Do-

mínio da União, e que lhe serão transferidos, em consequência da execução deste decreto-lei;

b) pelos bens e direitos que lhe forem doados ou por ela adquiridos;

c) pelos legados e doações, regulamentarmente aceitos;

d) pelos saldos de rendas próprias ou de recursos orçamentários, quando transferidos para a conta patrimonial.

Art. 5.º — Serão reincorporados aos patrimônios das unidades universitárias e, como tais, incorporados ao patrimônio da Universidade do Brasil, quaisquer bens patrimoniais aos mesmos pertencentes e que tenham passado para o Patrimônio Nacional em obediência a legislação anterior.

Art. 6.º — A aquisição de bens patrimoniais, por parte da Universidade, independe da aprovação do Governo Federal; mas a alienação desses bens somente poderá ser efetivada após homologação expressa do Presidente da República, ouvido o Ministro da Educação e Saúde.

Art. 7.º — A Universidade poderá receber doações sem encargo, ou com ele, inclusive para a constituição de fundos especiais, ampliação de instalações ou custeio de serviços determinados, em qualquer das suas unidades.

Art. 8.º — Os bens e direitos pertencentes à Universidade somente poderão ser utilizados para a realização de objetivos próprios à sua finalidade, na forma da Lei e de seu Estatuto, permitida, porém, a inversão de uns e de outros para a obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

CAPÍTULO III

Dos órgãos de administração

Art. 9.º — A administração da Universidade do Brasil será exercida pelos seguintes órgãos:

- a) Assembléa Universitária;
- b) Conselho de Curadores;
- c) Conselho Universitário;
- d) Reitoria.

Art. 10.º — A Assembléa Universitária será composta por todos os professores catedráticos e representantes do corpo técnico, do pessoal administrativo e do corpo discente, na forma estabelecida no Estatuto da Universidade do Brasil.

Art. 11.º — A Assembléa Universitária se reunirá ordinariamente duas vezes por ano, e extraordinariamente quando convocada pelo reitor, para assunto de alta relevância, que interesse à vida conjunta dos institutos universitários.

Art. 12.º — Competirá à Assembléa Universitária:

a) tomar conhecimento do plano anual de trabalhos da Universidade;

b) tomar conhecimento dos relatórios das atividades e realizações do ano anterior;

c) assistir à entrega dos diplomas honoríficos de doutor e professor;

d) eleger o seu representante no Conselho de Curadores.

Art. 13 — Constituem o Conselho de Curadores:

a) o Reitor da Universidade, como presidente;

b) um representante do Conselho Universitário;

c) um representante da Assembléa Universitária, que poderá ser professor ou pessoa de notória idoneidade e reconhecido valor no ramo de atividade;

d) um representante da Associação de Antigos Alunos da Universidade;

e) um representante das pessoas físicas ou jurídicas, que tenham feito doações à Universidade;

f) um representante do Ministério da Educação e Saúde.

Parágrafo único — O Ministro da Educação e Saúde presidirá às reuniões do Conselho de Curadores a que comparecer.

Art. 14 — São atribuições do Conselho de Curadores:

a) ratificar a nomeação e a dispensa dos diretores;

b) propor ao governo a substituição do Reitor, antes de findo o triênio de sua nomeação;

c) aprovar os orçamentos organizados pelo Conselho Universitário;

d) autorizar as despesas extraordinárias, não previstas nos orçamentos dos institutos universitários, que atendam a necessidades do ensino;

e) aprovar a prestação de contas, de cada exercício, feita ao Reitor pelos diretores dos institutos universitários;

f) aprovar a prestação final de contas anualmente apresentada pelo Reitor, a fim de ser enviada ao Ministro da Educação e Saúde;

g) resolver sobre a aceitação de legados e donativos, e deliberar sobre a administração do patrimônio da Universidade;

h) aprovar os regulamentos dos serviços universitários;

i) autorizar acordos entre as unidades universitárias e sociedades industriais, comerciais ou particulares para a realização de trabalhos ou pesquisas;

j) aprovar a tabela do pessoal extraordinário e as normas propostas para sua admissão;

l) autorizar a criação de prêmios pecuniários propostos pelo Conselho Universitário;

m) autorizar a abertura de créditos especiais ou suplementares.

Art. 15 — Integram o Conselho Universitário:

a) os diretores dos estabelecimentos de ensino;

b) um representante de cada uma das congregações;

c) os diretores dos institutos técnico-científicos;

d) o presidente do Diretório Central dos Estudantes.

Art. 16 — Ao Conselho Universitário compete:

a) exercer, como órgão deliberativo, a jurisdição superior da Universidade;

b) aprovar os regimentos internos, organizados para cada uma das unidades universitárias;

c) aprovar as propostas dos orçamentos anuais das unidades universitárias, remetidas ao Reitor pelos respectivos diretores;

d) aprovar o orçamento da Reitoria e suas dependências;

e) propor ao Conselho de Curadores o contrato de professores;

f) autorizar as alterações de lotação dos funcionários administrativos da Reitoria e das unidades universitárias propostas pelo Reitor;

g) resolver sobre os mandatos universitários e os cursos e conferências de extensão;

h) deliberar sobre assuntos didáticos de ordem geral e aprovar iniciativas ou modificações no regime do ensino e pesquisas, não determinadas em regulamentos, propostas por qualquer das unidades universitárias, respeitados os limites em que se exercita a autonomia universitária;

i) decidir sobre a concessão do título de professor *honoris causa* e o de professor emérito;

j) propor ao Conselho de Curadores a criação e concessão de prêmios pecuniários ou honoríficos destinados ao estímulo e recompensa de atividades universitárias;

l) deliberar, em grau de recurso, sobre a aplicação de penalidades;

m) deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva, inclusive sobre o fechamento de cursos e mesmo de qualquer das unidades universitárias;

n) eleger o seu representante no Conselho de Curadores;

o) deliberar sobre questões omissas do Estatuto e dos regulamentos e regimentos.

Art. 17 — A Reitoria, representada na pessoa do Reitor, é o órgão executivo central, que coordena, fiscaliza e superintende todas as atividades universitárias.

§ 1.º — O Reitor será nomeado pelo Presidente da República, dentre os professores catedráticos efetivos, em exercício, ou aposentados, eleitos, em lista triplíce e por votação uninominal pelo Conselho Universitário.

§ 2.º — A nomeação do Reitor se fará pelo prazo de três anos, findo o qual poderá haver recondução mediante nova proposta do Conselho Universitário, ratificada pelo Conselho de Curadores.

Art. 18 — São atribuições do Reitor, dentre outras que o Estatuto estabelecer:

a) organizar, ouvindo os diretores das unidades universitárias, os planos de trabalho anual e submetê-los ao Conselho Universitário;

b) organizar, ouvido o Conselho Universitário, os projetos de orçamento anual e submetê-los ao Conselho de Curadores;

c) administrar as finanças da Universidade;

d) admitir, transferir e dispensar o pessoal extraordinário;

e) transferir, de acôrdo com a conveniência do serviço, o pessoal administrativo de uma para outra das unidades universitárias;

f) exercer o poder disciplinar.

Parágrafo único — O Reitor apresentará ao Conselho de Curadores, anualmente, ou quando solicitado, completo relatório da situação orçamentária e das atividades universitárias.

CAPÍTULO IV

Das recursos

Art. 19 — Os recursos para manutenção e desenvolvimento dos serviços da Universidade, conservação, renovação, e ampliação de suas instalações, serão provenientes de:

a) dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas pela União, na forma do art. 23;

b) dotações a título de subvenção, que lhe atribuírem os Estados, o Distrito Federal e municípios;

- e) doações que a esse título receber de pessoas físicas ou jurídicas;
- d) renda da aplicação de bens patrimoniais;
- e) retribuição das atividades remuneradas dos laboratórios e quaisquer outros serviços;
- f) taxas e emolumentos escolares;
- g) receita eventual.

CAPÍTULO V

Do regime financeiro

Art. 20 — O regime financeiro da Universidade obedecerá aos seguintes preceitos:

- a) o exercício financeiro coincidirá com o ano civil;
- b) o orçamento obedecerá aos princípios da universalidade e da unidade;
- c) a proposta orçamentária será justificada com a indicação dos planos de trabalho correspondentes;
- d) os saldos de cada exercício serão lançados no fundo patrimonial ou em fundos especiais, na conformidade do que estabelecer o Estatuto;
- e) durante o exercício financeiro poderão ser abertos créditos adicionais desde que as necessidades de serviço o exijam e haja recurso disponíveis.

Art. 21 — Para a realização de planos cuja execução possa exceder a um exercício, as despesas previstas serão aprovadas globalmente, consignando-se nos orçamentos seguintes as respectiva dotações.

Art. 22 — A prestação anual de contas será feita até 28 de fevereiro, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

- a) balanço patrimonial;
- b) balanço econômico;
- c) balanço financeiro;
- d) quadro comparativo entre a receita estimada e a receita realizada;
- e) quadro comparativo entre a despesa fixada e a despesa realizada;

CAPÍTULO VI

Disposições gerais e transitórias

Art. 23 — A lei que fixar anualmente a despesa da União consignará a subvenção necessária ao pagamento de todo o pessoal permanente e extranumerário da Universidade e ainda a de material indispensável aos serviços dos estabelecimentos de ensino e dos institutos técnico-científicos que a constituam.

§ 1.º — A dotação referente aos servidores públicos lotados na Universidade do Brasil será distribuída à Tesouraria do Ministério da Educação e Saúde, que efetuará o pagamento, segundo as folhas de exercício expedidas pela Reitoria.

§ 2.º — A dotação destinada a material será depositada no início de cada exercício financeiro no Banco do Brasil, à disposição do Reitor da Universidade.

§ 3.º — O Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde providenciará para que, encerrado o exercício financeiro, qualquer saldo existente à conta de pessoal seja incorporado à conta de bens patrimoniais da Universidade, por intermédio do Banco do Brasil.

Art. 24 — O Estatuto da Universidade, que será aprovado por decreto, disporá sobre a organização e orientação geral dos trabalhos didáticos, admissão de professores e alunos seus direitos e deveres, e regime disciplinar, atendidos os seguintes pontos:

- a) a Universidade praticará sob sua exclusiva responsabilidade todos os atos peculiares ao seu funcionamento;

- b) o regime didático obedecerá aos padrões mínimos fixados na lei federal, salvo quanto à seriação;

- c) as condições gerais de nomeação, licenciamento, demissão e aposentadoria dos servidores públicos, lotados na Universidade do Brasil, são as estabelecidas na legislação federal;

- d) a Universidade não poderá dispensar o concurso de títulos e de provas para a admissão de professores efetivos;

- e) o exercício da docência-livre não constituirá acumulação vedada por lei;

- f) a Reitoria será o órgão central da Universidade, nela devendo ser processadas as inscrições, realizadas as matrículas e transferências, pagas as taxas escolares e outras, feitas as concorrências para aquisição de material e autorizadas as despesas, bem como outros atos de gestão;

- g) a direção de cada um dos estabelecimentos da Universidade será exercida por um diretor, nomeado pelo Reitor, *ad-referendum* do Conselho de Curadores, dentre os professores catedráticos efetivos em exercício ou aposentados, eleitos em listas triplíces por votação uninominal da congregação respectiva;

- h) as Faculdades e Escolas serão organizadas em departamentos, constituído o professorado em quadros de uma carreira de acesso gradual e sucessivo;

- i) os departamentos serão dirigidos por um chefe, escolhido dentre os respectivos professores catedráticos, por proposta do diretor e designação do Reitor;

- j) segundo as suas conveniências específicas, essas unidades definirão e regularão o regime de tempo integral para os professores e auxiliares de ensino.

Art. 25 — As disposições do Estatuto ou dos regulamentos que, direta ou indiretamente acarretem para a União obrigações não definidas neste decreto-lei, serão considerados insubsistentes enquanto não forem aprovadas por leis federais.

Art. 26 — Ficam assegurados todos os direitos em cujo gozo se acham os membros do corpo docente e demais servidores, administrativos e técnicos, atualmente lotados na Reitoria e em todos os estabelecimentos universitários.

Parágrafo único — Todas as ocorrências relativas à vida funcional dos servidores públicos a que se refere este artigo serão, ato contínuo, comunicadas à Divisão de Pessoal do Ministério da Educação e Saúde, para os devidos assentamentos.

Art. 27 — O Governo Federal reconhecerá, como oficialmente válidos, para os efeitos legais, os diplomas profissionais, os certificados de estudos, os boletins de exames e análises, os atestados, pareceres, projetos e demais atos regularmente expedidos ou realizados por qualquer das dependências da Universidade.

Art. 28 — A equiparação de universidades será feita mediante parecer do Conselho Nacional de Educação, respeitadas, em qualquer caso, as exigências mínimas do Estatuto da Universidade do Brasil.

Art. 29 — O Reitor apresentará, dentro de trinta dias, ao Ministro da Educação e Saúde, para regulamentação do presente decreto-lei, o projeto de Estatuto da Universidade do Brasil, elaborado pelo Conselho Universitário.

Art. 30 — Até que seja decretado o Estatuto da Universidade do Brasil, esta se regerá pelos Decretos n.º 19 851 e n.º 19 852, de 11 de abril de 1931, pela lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, e pelas disposições legais posteriores que as alterarem, em tudo que não contrariarem as determinações do presente decreto-lei.

Art. 31 — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 17 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

Raul Leitão da Cunha.
J. Pires do Rio.

«Diário Oficial» de 20-12-945.

★

Decreto-lei n.º 9 010, de 21 de fevereiro de 1946

Revoga o Decreto-lei n.º 8 616, de 10 de janeiro de 1946.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica revogado o Decreto-lei n.º 8 616, de 10 de janeiro de 1946 e estabelecida a vigência dos dispositivos legais que o mesmo revogou, inclusive o Decreto-lei n.º 5 527, de 28 de maio de 1943.

Art. 2.º — O titular do Ministério a que estiverem vinculadas as autarquias ou entidades paraestatais, designará uma comissão para apreciar os atos praticados, na conformidade do referido Decreto-lei n.º 8 616, de 10 de janeiro de 1946 e propor as medidas convenientes, tendo em vista especialmente, as possibilidades financeiras das mesmas.

Art. 3.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 21 de fevereiro de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Otacílio Negrão de Lima.
Carlos Coimbra da Luz.
Jorge Dodsworth Martins.
P. Góis Monteiro.
João Neves da Fontoura.
Gastão Vidigal.
Edmundo de Macedo Soares e Silva.
Neto Campelo Júnior.
Ernesto de Sousa Campos.
Armando Trompowsky.

«Diário Oficial» de 25-2-946.

★

Decreto-lei n.º 9 049, de 11 de março de 1946

Exclui das disposições do Decreto-lei n.º 2 803, de 21 de novembro de 1940, o terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica excluído das disposições do Decreto-lei n.º 2 803, de 21 de novembro de 1940, o terreno acrescido de marinha que constitui o lote número um (1) da quadra doze (12) da Planta de Retificação de Limites dos lotes das quadras 6, 7, 9, 10, 13 e 15-A, do projeto de urbanização da Esplanada do Castelo e adjacências, aprovado sob n.º 3 085, situadas na freguesia de São-José, na Capital Federal, e que constituirá os lotes ns. seis (6) e sete (7) da

quadra doze C (12-C), com a área de mil, cento e vinte metros quadrados (1 200,00 m²), se fôr aprovado o projeto de loteamento das quadras 11, 12, 12-B, 12-C, 13, 13-A, 14, 14-A, 14-B, 14-C e 15-A da mesma Esplanada do Castelo, modificativo do projeto, n.º 3 085, conforme planta arquivada sob n.º 1 106 na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Distrito Federal.

Art. 2.º — Fica o Ministério da Fazenda autorizada a conceder, por intermédio do Serviço do Patrimônio da União, à Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro, com sede na Capital Federal, — sociedade civil, com finalidades culturais, declarada de utilidade pública pelo Decreto n.º 3 440, de 27 de dezembro de 1917 — o aforamento condicional do terreno acrescido de marinha de que trata o artigo anterior.

Parágrafo único — O terreno será exclusivamente utilizado para a construção de um edifício que servirá de sede da Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro.

Art. 3.º — Na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Distrito Federal assinar-se-á, de acôrdo com os elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 121 070, de 1945, o contrato de aforamento, com as cláusulas de que há isenção do fôro que se calcular, enquanto o domínio útil do terreno aforado fizer parte do patrimônio da Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro, e de que à mencionada Sociedade fica permitido hipotecar o domínio útil do referido terreno, com as benfeitorias que se fizerem no mesmo, bem como arrendar ou alugar as partes do imóvel, desnecessárias às instalações de sua sede.

Parágrafo único — O contrato será lavrado em livro da repartição e valerá como escritura pública, para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente, mediante certidão *verbo ad verbum*, o que se fará gratuitamente.

Art. 4.º — Nenhum imposto ou contribuição fiscal gravará a qualquer título o terreno aforado pelo presente decreto-lei, bem como as benfeitorias e construções que nêle se fizerem, enquanto o domínio útil do mesmo pertencer à Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro.

Art. 5.º — O domínio útil do terreno mencionado nos artigos 1.º e 2.º reverterá ao patrimônio da União, sem que esta responda por indenização de qualquer espécie nos seguintes casos:

a) se a construção do edifício mencionado no parágrafo único do artigo 2.º não se iniciar dentro de três (3) anos, contados da data da assinatura do contrato citado no artigo 3.º e seu parágrafo único;

b) se a Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro não der ao terreno o destino previsto no parágrafo único do artigo 2.º;

c) se a mesma Sociedade deixar de preencher as suas finalidades culturais; ou

d) se, ainda, se extinguir, excetuada a eventualidade de substituição por outra sociedade, com as mesmas finalidades culturais e reconhecimento de sua utilidade pública.

Art. 6.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 11 de março, de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

EURICO G. DUTRA.
Gastão Vidigal.

«Diário Oficial» de 13-3-946.

★

Decreto-lei n.º 9 055, de 12 março de 1946

Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal de Ponta-Porã.

O Presidente de República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — A divisão administrativa e judiciária do Território Federal de Ponta-Porã compreende seis comarcas, sete municípios e dezoito distritos, de conformidade com o quadro que este acompanha (anexo n.º 1) e com os limites descritos no anexo n.º 2.

§ 1.º — O governador do Território poderá dividir os distritos municipais e subdistritos, submetendo o ato, *a posteriori*, à aprovação do ministro da Justiça e Negócios Interiores, que ouvirá sobre o mesmo o Conselho Nacional de Geografia, e, ainda, criar, dentro dos subdistritos, circunscrições especiais, para efeito do registro civil das pessoas naturais (arts. 163 e 164, do Decreto-lei n.º 6 887, de 21 de setembro de 1944).

§ 2.º — Poderá, também, o governador do Território baixar atos interpretativos das linhas divisórias intermunicipais e interdistritais, para sua caracterização sobre o terreno, desde que da interpretação não resulte o deslocamento de qualquer cidade ou vila de seu âmbito municipal ou distrital.

Art. 2.º — O governador providenciará para que, até 30 de junho de 1946, sejam enviados ao Conselho Nacional de Geografia os mapas municipais do Território, elaborados de conformidade com as instruções do mesmo Conselho.

Art. 3.º — A solenidade inaugural do novo quadro territorial obedecerá ao ritual aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia.

Art. 4.º — O quadro territorial fixado nesta lei vigorará até 31 de dezembro de 1948.

§ 1.º — O governador do Território providenciará a elaboração do projeto do quadro territorial a vigorar no quinquênio 1949-1954, de conformidade com o disposto nos Decretos-leis n.º 311, de 2 de março de 1938 e 5 901, de 21 de outubro de 1943.

§ 2.º — Se o novo quadro territorial não tiver sido aprovado até 31 de dezembro de 1948, ficará automaticamente prorrogada a vigência deste quadro, até que o novo entre em vigor.

Art. 5.º — Ficam criados no Quadro da Justiça — Parte Permanente — do Ministério da Justiça e Negócios Interiores os seguintes cargos:

- a) um juiz de Direito (Justiça dos Territórios), padrão P;
- b) um Promotor Público (Justiça dos Territórios), padrão M;
- c) seis Oficiais de Justiça do Juízo de Direito (Justiça dos Territórios), padrão D;
- d) seis serventes do Juízo de Direito (Justiça dos Territórios), padrão C.

Parágrafo único — Terão exercício na sede de cada comarca um oficial de Justiça (padrão D) e um servente (padrão C).

Art. 6.º — Ficam criados, sem ônus para os cofres públicos, os seguintes cargos da Justiça dos Territórios:

- a) dezoito juizes de Paz (distritos de Bela Vista, Caracol, Dourados, Juti, Maracaju, Ervânia, Nioaque, Guia-Lopes-da-Laguna, Miranda, Pôrto-Esperança, Rincão-Bonito, Ponta-Porã, Amambai, Antônio-João, Bocajá, Cabeceira-do-Apa, Igatemi e Pôrto-Murtinho);

- b) um escrivão do Juízo de Direito (comarca de Ponta-Porã);

- c) um tabelião de notas (comarca de Ponta-Porã);

- d) um oficial do Registro de Imóveis (comarca de Ponta-Porã);

- e) cinco escrivães do Juízo de Direito (comarcas de Maracaju, Dourados, Bela-Vista, Miranda e Pôrto-Murtinho);

- f) cinco tabeliães de notas (comarcas de Maracaju, Dourados, Bela-Vista, Miranda e Pôrto-Murtinho);

- g) doze escrivães do Juízo de Paz (distritos de Caracol, Juti, Ervânia, Nioaque, Guia-Lopes-da-Laguna, Pôrto-Esperança, Rincão-Bonito, Amambai, Antônio-João, Bocajá, Cabeceira-do-Apa e Igatemi).

§ 1.º — O serventuário de que trata a letra b, deste artigo, exercerá, além das funções próprias, as de escrivão de Juízo de Paz e de oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais.

§ 2.º — O serventuário de que trata a letra c, deste artigo, exercerá, além das funções próprias, as de oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e de oficial de Registro de Títulos e Documentos.

§ 3.º — O serventuário de que trata a letra d, deste artigo, exercerá, além das funções próprias, as de oficial de Protesto de Títulos, Contador e Partidor.

§ 4.º — Os serventuários de que trata a letra e, deste artigo, exercerão, além das funções próprias, as de oficial de Registro de Imóveis.

§ 5.º — Os serventuários de que trata a letra f, deste artigo, exercerão, além das funções próprias, as de escrivão do Juízo de Paz, oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais, oficial de Registro das Pessoas Jurídicas, oficial de Registro de Títulos e Documentos, oficial de Protesto de Títulos, Contador e Partidor.

§ 6.º — Os serventuários de que trata a letra g, deste artigo, exercerão, além das funções próprias, as de tabelião de Notas e oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais (§ 2.º do art. 5.º do Decreto-lei n.º 6 887, de 21 de setembro de 1944).

Art. 7.º — A comarca de Dourados, criada em virtude desta lei, fica incorporada à primeira secção judiciária do Território de Ponta-Porã.

Art. 8.º — O juiz de Direito em exercício em cada comarca providenciará para que se faça entrega dos livros dos cartórios existentes no Território de Ponta-Porã aos titulares dos officios criados nesta lei, de conformidade com o que preceitua o § 2.º do art. 165 do Decreto-lei n.º 6 887, de 21 de setembro de 1944, enviando, a seguir, relatório circunstanciado ao corregedor da Justiça do Distrito Federal.

Art. 9.º — No corrente exercício, a despesa com a execução do que dispõe o art. 5.º será atendida com o saldo existente na conta corrente do Quadro da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 10 — Esta lei entra em vigor sessenta dias depois de publicada.

Rio-de-Janeiro, em 12 de março de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

EURICO G. DUTRA

Carlos Coimbra da Luz.

CIRCUNSCRIÇÕES EXCLUSIVAMENTE JUDICIÁRIAS				CIRCUNSCRIÇÕES EXCLUSIVAMENTE ADMINISTRATIVAS		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTANEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS		SEDES DAS CIRCUNSCRIÇÕES		
COMARCAS		TÉRMOIS		MUNICÍPIOS		DISTRITOS				
N.º de ordem	Nomes	N.º de ordem	Nomes	N.º de ordem	Nomes	N.º de ordem	Nomes	N.º de ordem	Nomes	Categoria
1	Bela-Vista.....	1	Bela-Vista.....	1	Bela-Vista.....	1	Bela-Vista.....	1	Bela-Vista.....	Cidade.
2	Dourados (2).....	2	Dourados (2).....	2	Dourados.....	2	Caracol.....	2	Caracol.....	Vila.
3	Maracaju (3).....	3	Maracaju (4).....	3	Maracaju.....	3	Dourados.....	3	Dourados.....	Cidade.
				4	Nioaque (5).....	4	Juti (ex-Santa Luzia).....	4	Juti (ex-Santa Luzia).....	Vila.
						5	Maracaju.....	5	Maracaju.....	Capital.
						6	Ervânia (ex-Vista Alegre)..	6	Ervânia (ex-Vista Alegre)..	Vila.
						7	Nioaque.....	7	Nioaque.....	Cidade.
						8	Guia-Lopes-da-Laguna (6).	8	Guia-Lopes-da-Laguna (ex-Pov. Guia Lopes).....	Vila.
4	Miranda.....	4	Miranda.....	5	Miranda.....	9	Miranda.....	9	Miranda.....	Cidade.
						10	Pôrto-Esperança.....	10	Pôrto-Esperança.....	Vila.
						11	Rincão Bonito (ex-Bonito)	11	Rincão Bonito (ex-Bonito)	Vila.
5	Ponta-Porã.....	5	Ponta-Porã.....	6	Ponta-Porã.....	12	Ponta-Porã.....	12	Ponta-Porã.....	Cidade.
						13	Amambaí (ex-Patrimônio União).....	13	Amambaí (ex-Patrimônio União).....	Vila.
						14	Antônio-João.....	14	Antônio-João.....	Vila.
						15	Bocajá (ex-Laguna) (7)...	15	Bocajá (ex-Pov. Pedro Segundo) (7).....	Vila.
						16	Cabeceira-do-Apa.....	16	Cabeceira-do-Apa.....	Vila.
						17	Igatemi (8).....	17	Igatemi (8) (ex-Pov. Sacaron).....	Vila.

(1) Criada com o município de Dourados do termo e comarca de Ponta-Porã. (2) Criada com o município de Dourados do termo e comarca de Ponta-Porã. (3) Criada com o termo de Maracaju da comarca de Campo-Grande, do Estado de Mato-Grosso. (4) Adquiriu o município de Nioaque do termo de Aquidauana, (5) Transferido do termo de Aquidauana, do Estado de Mato-Grosso. (6) Criado com sede na povoação Guia-Lopes e com terras do distrito sede do município de Nioaque. (7) Transferência da sede, da vila de Lagunita que foi rebaixada a povoado, para o povoado de Pedro Segundo, que foi elevado a vila. (8) Criado com sede no povoado de Sacaron e com terras dos distritos de Amambaí ex-Patrimônio-União e Antônio-João, do município de Ponta-Porã.

ANEXO N.º 2 DO DECRETO-LEI N.º 9 055,
DE 12 DE MARÇO DE 1946

Limites municipais e divisas interdistritais em que se baseia o quadro territorial administrativo e judiciário do Território.

1 — Município de Bela-Vista (N.º 1)

a) *Limites municipais.*

1 — Com o município de Pôrto-Murtinho: Começa na confluência dos rios Apa e Perdido, segue por este rio até a sua mais alta cabeceira na serra da Bodoquena.

2 — Com o município de Miranda:

Começa na serra da Bodoquena, na mais alta cabeceira do rio Perdido, segue em linha reta até a mais alta cabeceira do rio da Prata, pelo qual desce até sua foz no rio Miranda.

3 — Com o município de Nioaque:

Começa na foz do rio da Prata no rio Miranda, segue por este rio até o paredão da serra do Amambai.

4 — Com o município de Ponta-Porã:

Começa no paredão da serra do Amambai no rio Miranda, segue pelo referido paredão até a nascente do rio Estrêla, na fronteira com a República do Paraguai.

5 — Com a República do Paraguai:

Começa na linha de limites internacional com a República do Paraguai; na nascente do rio Estrêla no paredão da serra do Amambai, segue a referida linha até a foz do rio Apa no rio Perdido.

b) *Limites interdistritais.*

1 — Entre os distritos de Bela-Vista e Caracol:

Começa no rio Apa na foz do rio Caracol, segue por este rio até a sua mais alta cabeceira na serra da Bodoquena; daí, continua por uma linha reta, até a cabeceira do rio da Prata.

2 — Município de Dourados (N.º 2)

a) *Limites municipais.*

1 — Com o município de Maracaju:

Começa na foz do córrego Cabeceira do Encravado no rio Santa-Maria, desce por este rio até a sua foz no rio Brillhante.

2 — Com o Estado de Mato-Grosso:

Começa na foz do córrego Santa-Maria no rio Brillhante, desce por este rio até a sua foz no rio Ivinheima, continua por este rio até a sua foz no rio Paraná.

3 — Com o Estado do Paraná:

Começa na foz do rio Ivinheima no rio Paraná, desce por este até a foz do rio Ivaí, na linha de limite entre o Estado do Paraná e o Território do Iguaçú.

4 — Com o Território do Iguaçú:

Começa na foz do rio Ivaí no rio Paraná, na linha de limite entre o Estado, do Paraná e o Território do Iguaçú, segue a referida linha até o ponto fronteiro à foz do rio Amambai.

5 — Com o município de Ponta-Porã:

Começa no rio Paraná, na foz do rio Amambai, sobe por este rio até a foz do rio Piratini, continua por este rio até a foz do rio Bom-Jeito, pelo qual sobe até a sua nascente; daí, prossegue por uma linha reta à nascente do rio Parcolá, por este rio abaixo, até a sua foz no arroio Taquara, pelo qual continua até a sua foz no rio Dourados, segue por este rio até a foz do Guariroba, pelo qual sobe até sua nascente; daí, por uma linha reta segue até a nascente do córrego do Encravado; desce por este córrego até sua foz no Santa-Maria.

b) *Limites interdistritais.*

1 — Entre os distritos de Juti (ex Santa-Luzia) e Dourados:

Começa no rio Amambai na foz do ribeirão Taquara, segue por este acima até sua nascente, daí, prossegue por uma linha reta até alcançar a principal nascente do ribeirão São-Francisco, por este abaixo até sua foz no rio Dourados, desce por este até sua barra, no rio Brillhante.

3 — Município de Maracaju (N.º 3)

a) *Limites municipais.*

1 — Com o município de Nioaque:

Começa no rio Feio, no paredão da serra do Amambai ou Maracaju, segue por este paredão até o ribeirão Corumbá.

2 — Com o Estado do Mato-Grosso:

Começa no ribeirão Corumbá, segue por este acima até a foz do rio Cangalha, pelo qual sobe até sua nascente, daí alcança o divisor de águas do rio Brillhante e do ribeirão Buriti ou Américo; segue por este divisor até a nascente do rio Brillhante, pelo qual desce até sua foz no rio Santa-Maria.

3 — Com o município de Dourados:

Começa no rio Brillhante, na foz do Santa-Maria, pelo qual sobe até a foz do córrego Cabeceira do Encravado.

4 — Com o município de Ponta-Porã:

Começa na foz do córrego Cabeceira do Encravado, no rio Santa-Maria, sobe por este até a barra do ribeirão Passa-Cinco, prossegue por este acima até uma nascente, daí, continua por uma linha reta até a cabeceira do rio Feio, pelo qual desce, até ao paredão da serra do Amambai.

b) *Limites interdistritais.*

1 — Entre os distritos de Maracaju e Ervânia (ex Vista-Alegre):

Começa no rio Santa-Maria, na foz do córrego Barreiro, sobe por este até sua principal nascente no espigão divisor de águas do rio Cachoeira, segue pelo referido espigão até a principal cabeceira do ribeirão Brejão, continua por este abaixo até sua barra no rio Cachoeira, prossegue por este até a foz do ribeirão Forquilha, pelo qual sobe até sua nascente no espigão divisor de águas do rio Santa-Gertrudes, daí continua pelo dito espigão até a cabeceira do ribeirão Cipó, prossegue por este abaixo até o rio Santa-Gertrudes, pelo qual sobe até o divisor de águas dos rios Paraná e Paraguai, alcançando o mencionado divisor, continua por este até encontrar a principal nascente do rio Nioaque, pelo qual desce até o limite municipal entre Maracaju e Nioaque.

4 — Município de Miranda (N.º 5)

a) *Limites municipais.*

1 — Com a República do Paraguai:

Começa na foz do rio Nabilleque, no rio Paraguai, segue por este acima até defrontar o desagadouro da Baía Negra na latitude 20º 55' Sul.

2 — Com a República da Bolívia:

Começa no rio Paraguai no ponto fronteiro ao desagadouro da Baía Negra, na latitude 20º 55' Sul na linha de limite internacional, segue a referida linha até o ponto da margem direita do rio Paraguai a nove (9) quilômetros em linha reta do forte Coimbra.

3 — Com o Estado de Mato-Grosso:

Começa à margem direita do rio Paraguai, a nove (9) quilômetros em linha reta do forte Coimbra, segue por este rio até a foz do rio Miranda, continua por este, até a foz do rio Aquidauana, prossegue por este até a foz do Agachi, pelo qual sobe até sua nascente, daí em linha reta até a principal cabeceira do ribeirão Taquaral, desce por esse até sua desem-

bocadura no rio Miranda e por este acima até a barra do rio Nioaque.

4 — Com o município de Nioaque:

Começa na foz do rio Nioaque no rio Miranda, segue por esse acima até a foz do rio da Prata.

5 — Com o município de Bela-Vista:

Começa no rio Miranda, na foz do rio da Prata, sobe por este até sua mais alta cabeceira na serra da Bodoquena, daí continua por uma reta até alcançar a mais alta cabeceira do rio Perdido.

6 — Com o município de Pôrto-Murtinho:

Começa no rio Perdido, na serra da Bodoquena, segue por esta até a mais alta cabeceira do rio Niutaca., pelo qual desce até sua foz no rio Nabileque, desce por este até sua barra no rio Paraguai.

b) *Limites interdistritais.*

1 — Entre os distritos de Miranda e Rincão-Bonito (ex-Bonito):

Começa no rio Miranda, na foz do ribeirão da Onça segue por este acima até sua nascente, daí em linha reta até ao ribeirão do Peixe na foz do córrego Pitanguera, sobe por este até sua mais alta cabeceira na serra da Bodoquena.

2 — Entre os distritos de Miranda e Pôrto-Esperança:

Começa na mais alta cabeceira do rio Niutaca, na serra da Bodoquena, segue por esta até a confluência do rio Vermelho no rio Miranda.

5 — Município de Nioaque (N.º 4)

a) *Limites municipais.*

1 — Com o município de Miranda:

Começa na foz do ribeirão da Prata no rio Miranda, segue por este abaixo até a foz do rio Nioaque.

2 — Com o Estado de Mato-Grosso:

Começa no rio Miranda, na foz do rio Nioaque, sobe por este até a foz do córrego Jacarezinho, pelo qual sobe até sua nascente, daí continua por uma linha reta até a cabeceira do córrego Laranjeira, desce por este até sua foz no ribeirão Carandá, desce, por este até a foz do ribeirão Buriti, daí prossegue por uma linha reta até a confluência do córrego Espenídio no ribeirão Taquaruçu, pelo qual sobe até a foz do ribeirão Corumbá, e por este acima até o paredão da serra do Amambai.

3 — Com o município de Maracaju:

Começa no ribeirão Corumbá no paredão da serra do Amambai ou Maracaju, segue por este até o rio Feio.

4 — Com o município de Ponta-Porã:

Começa no rio Feio, no paredão da serra do Amambai, segue por este paredão até encontrar o rio Miranda.

5 — Com o município de Bela-Vista:

Começa no paredão da serra do Amambai, no rio Miranda, por este abaixo até a foz do rio da Prata.

b) *Limites interdistritais.*

1 — Entre os distritos de Nioaque e Guia-Lopes-da-Laguna:

Começa no rio Miranda, na confluência com o rio Ariranha, segue por este acima até sua principal nascente, daí continua por uma linha reta até a mais próxima cabeceira do ribeirão Canindzinho, prossegue por este abaixo até sua barra, no ribeirão Canindé, pelo qual sobe até a barra do ribeirão Buriti, por este acima até a divisa com os municípios de Nioaque e Maracaju.

6 — Município de Ponta-Porã (N.º 6)

a) *Limites municipais.*

1 — Com município de Bela-Vista:

Começa na fronteira com a República do Paraguai, na nascente do rio da Estrêla, no paredão da serra do Amambai, segue por este paredão até encontrar o rio Miranda.

2 — Com o município de Nioaque:

Começa no rio Miranda, no paredão da serra do Amambai, segue por este paredão até encontrar o rio Feio.

3 — Com o município de Maracaju:

Começa no paredão da serra Amambai no rio Feio, por este rio acima até sua nascente, daí prossegue por uma reta até a nascente do ribeirão Passo-Cinco, pelo qual desce até sua barra no rio Santa-Maria, continua, descendo por este a foz do córrego Cabeceira do Encravado.

4 — Com o município de Dourados:

Começa no rio Santa-Maria, na foz do córrego Cabeceira do Encravado, sobe por este até sua nascente, daí prossegue por uma reta à nascente do arroio Guariroba, continua por este até sua barra no rio Dourados, desce por este até a foz do arroio Taquara, pelo qual sobe até a barra do córrego Parcola, segue por este acima até sua nascente, daí continua por uma linha reta até a nascente do córrego Bom-Jeito, descendo por ele até sua barra no arroio Piratini, pelo qual desce até sua foz no rio Amambai por este abaixo até sua foz no Paraná.

5 — Com o Território do Iguazu:

Começa na foz do rio Amambai no rio Paraná, segue por este abaixo até o marco internacional, início com a fronteira com o Paraguai, pouco acima da cachoeira das Sete-Quedas.

6 — Com a República do Paraguai:

Começa no marco internacional, acima da cachoeira das Sete-Quedas no rio Paraná, nos pontos mais altos das serras de Maracaju e Amambai, segue pela linha de limite internacional, até a nascente do rio Estrêla no paredão da serra do Amambai.

b) *Limites interdistritais.*

1 — Entre os distritos de Ponta-Porã e Bocajá (ex-Lagunita):

Começa no rio Amambai, na foz do rio Guembeperi, sobe por este até a barra do arroio da Ponte, segue por este acima até sua cabeceira mais setentrional, daí, prossegue por uma linha reta até a cabeceira do mais próximo afluente do arroio Glória, desce por este afluente até sua barra no referido arroio, daí, continua por uma linha reta até a mais próxima nascente do ribeirão Boa-Vista, segue por este abaixo até sua foz no rio São-João pelo qual desce até sua foz no rio Dourados.

2 — Entre os distritos de Ponta-Porã e Cabeceira do Apa:

Começa na cabeceira do ribeirão Santa-Virginia, pelo qual desce até sua foz no rio Dourados, continua por este abaixo até a foz do córrego Guariroba.

3 — Entre os distritos de Ponta-Porã e Antônio João:

Começa na mais alta cabeceira do rio Corrente, pelo qual desce até sua barra no rio Amambai.

4 — Entre os distritos de Ponta-Porã e Amambai (ex-Patrimônio-União):

Começa na barra do rio Correntes no rio Amambai, segue por este até a foz do rio Guembeperi no rio Amambai.

5 — Entre os distritos de Bocajá (ex-Lagunita) e Amambai (ex-Patrimônio-da-União):

Começa na foz do rio Guembeperi, no rio Amambai, desce por este até a foz do arroio Piratini.

6 — Entre os distritos de Antônio-João e Amambai (ex-Patrimônio):

Começa na barra do arroio São-Carlos, no rio Inhobi, sobe por este até sua cabeceira principal, daí prossegue por uma linha reta até a cabeceira do arroio Moroti, continua por este abaixo até sua foz no rio Amambai, pelo qual desce até a barra do arroio Correntes.

7 — Entre os distritos de Iгатemi e Antônio-João:

Começa na cabeceira mais alta do arroio Mocoim, pelo qual desce até sua foz no rio Iгатemi, segue por este abaixo até sua barra no ribeirão Iquitá, continua por este acima até a foz do Inhacaru, sobe por este até sua nascente, daí, em linha reta, alcança a nascente do arroio São-Carlos, pelo qual desce até sua barra no rio Inhobi.

8 — Entre os distritos de Inhobi e Iгатemi:

Começa na barra do arroio São-Carlos no rio Inhobi, desce por este até a foz do ribeirão Iberá Moroti, sobe por este até a barra do arroio Marcelino, prossegue por este até sua nascente mais setentrional, daí, continua por uma linha, que cruzando o rio Emborocaí alcança a mais alta cabeceira do Tujuri, pelo qual desce até sua barra no rio Amambai.

7 — Município de Pôrto-Murtinho (N.º 7)

a) *Limites municipais.*

1 — Com o município de Miranda:

Começa no rio Paraguai, na barra do rio Nabileque, sobe por este até a foz do Niutaca, pelo qual sobe até sua principal cabeceira na serra da Bodoquena, prossegue por esta serra até encontrar o rio Perdido.

2 — Com o município de Bela-Vista:

Começa na serra da Bodoquena na mais alta cabeceira do rio Perdido, desce por este até sua foz no rio Apa.

3 — Com a República do Paraguai:

Começa na foz do rio Perdido no rio Apa, segue pela linha de limite internacional até a foz do Nabileque.

b) *Limites interdistrisais.*

O município só possui um distrito.

«Diário Oficial» de 15-3-946.

★

Decreto-lei n.º 9 058, de 12 de março de 1946

Altera a composição do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, criado pelo Decreto-lei n.º 2 666, de 3 de outubro de 1940, verificou a conveniência de contar, entre seus membros, com um professor da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil e com o diretor geral do Departamento Nacional de Iluminação e Gás;

Considerando que o mesmo Conselho também verificou ser necessário ampliar sua composição para possibilitar o perfeito desempenho de seus encargos, entre os quais se inclui o exame da legislação sobre minérios a fim de melhor adaptá-la à realidade brasileira;

Considerando, finalmente, que, uma vez ampliado, o Conselho reconhece dispensáveis os cargos de suplentes, criados pelo Decreto-lei n.º 4 458, de 9 de julho de 1942,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aumentado de mais dois membros o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, passando a ter a seguinte redação o parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 2 666, de 3 de outubro de 1940:

«Parágrafo único — O Conselho se comporá de dez membros três escolhidos pelo governo entre brasileiros que satisfaçam os requisitos exigidos neste artigo; o diretor do Instituto Nacional de Tecnologia; o diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral; um professor da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil; o diretor geral do Departamento Nacional de Iluminação e Gás; um engenheiro militar, um engenheiro naval e um engenheiro de aeronáutica.»

Art. 2.º — Ficam revogados os Decretos-leis ns. 4 186, de 16 de março de 1942 e 4 453, de 9 de julho de 1942, e demais disposições em contrário.

Art. 3.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio-de-Janeiro, em 13 de março de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Edmundo de Macedo Soares e Silva.

Jorge Dodsworth Martins.

P. Góis Monteiro.

Neto Campelo Júnior.

Ernesto de Sousa Campos.

Otacílio Negrão de Lima.

Armando Trompowsky.

«Diário Oficial» de 15-3-946.

★

Decretos

Decreto n.º 20 694, de 6 de março de 1946

Approva o Regulamento do Instituto Rio-Branco, do Ministério das Relações Exteriores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Regulamento do Instituto Rio-Branco, do Ministério das Re-

lações Exteriores, que, assinado pelo respectivo ministro de Estado, com este baixa.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 6 de março de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

EURICO G. DUTRA.

João Neves da Fontoura.

«Diário Oficial» de 8-3-946.

★

REGULAMENTO DO INSTITUTO RIO-BRANCO, DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TÍTULO I

Dos cursos

CAPÍTULO I

Das finalidades

Art. 1.º — O Instituto Rio-Branco (I. R. Br.), criado no Ministério das Relações Exteriores pelo Decreto-lei n.º 7 473, de 18 de abril de 1945, alterado pelo Decreto-lei n.º 8 461 de 26 de dezembro do mesmo ano, tem como finalidades:

I) a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores;

II) o ensino das matérias exigidas para o ingresso na carreira de Diplomata;

III) a realização, por iniciativa própria ou em mandato universitário, de cursos especiais dentro do âmbito dos seus objetivos;

IV) a difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos grandes problemas nacionais e internacionais;

V) a colaboração com o Serviço de Documentação em trabalhos de pesquisas sobre assuntos relacionados com a finalidade do Ministério;

VI) a realização de concursos para ingresso na carreira de Diplomata.

Art. 2.º — Para preencher as finalidades a que se referem o itens I, II, III e IV do artigo anterior, haverá os seguintes cursos:

1. Curso de preparação à carreira de Diplomata (C.P.C.D.);
2. Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (C. A. D.);
3. Cursos Especiais (C.E.);
4. Cursos de Extensão (C.Ex.).

CAPÍTULO II

Do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

Art. 3.º — O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.) tem por finalidade o preparo de candidatos aos cargos da classe inicial da carreira de Diplomata.

Art. 4.º — O Curso de Preparação à carreira de Diplomata (C. P. C. D.) compreende as seguintes matérias:

1. Português;
2. Francês;
3. Inglês;
4. Direito Internacional Público;
5. Direito Internacional Privado;
6. História do Brasil;
7. História Política mundial, dos fins do século XVIII aos nossos dias;
8. Geografia Econômica geral e do Brasil;
9. Economia Política;
10. Noções de Direito Constitucional e Administrativo;
11. Noções de Direito Civil e Comercial.

CAPÍTULO III

Do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

Art. 5.º — O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (C.A.D.) tem por finalidade o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários ocupantes dos cargos da carreira de Diplomata.

Art. 6.º — O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (C. A. D.) compreende as seguintes matérias:

1. História Diplomática do Brasil;
2. História sumária da formação territorial do Brasil;
3. Prática Consular;
4. Prática Diplomática;
5. Espanhol;
6. Italiano.

CAPÍTULO IV

Dos cursos especiais

Art. 7.º — Os Cursos Especiais (C. E.), quando realizados por iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, têm por finalidade o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do mesmo Ministério não pertencentes à carreira de Diplomata.

Art. 8.º — Os Cursos Especiais (C.E.), quando realizados em mandato universitário, destinam-se ao aperfeiçoamento e à especialização de estudantes das Escolas Superiores, dentro do âmbito dos objetivos do Instituto Rio-Branco.

CAPÍTULO V

Dos cursos de extensão

Art. 9.º — Os Cursos de Extensão (C.Ex.) destinam-se ao aperfeiçoamento cultural de estranhos aos quadros funcionais do Ministério das Relações Exteriores ou de funcionários do mesmo Ministério.

CAPÍTULO VI

Das condições de inscrição

Art. 10 — O candidato à inscrição no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.) deverá apresentar:

- a) prova de ser brasileiro nato; se casado, o cônjuge deverá ser de nacionalidade brasileira;
- b) prova de contar no mínimo vinte e no máximo trinta e cinco anos de idade;
- c) carteira de identidade, da repartição federal ou estadual competente;
- d) atestado de idoneidade moral, constante de folha corrida ou de cinco cartas de referências de antigos professores, chefes ou empregadores, com firmas reconhecidas;
- e) atestado de vacinação anti-variolosa, fornecido pela Saúde Pública;
- f) certificado de licença clássica ou científica ou de conclusão do curso secundário por um dos regimes vigentes a partir do Decreto n.º 16 182-A, de 13 de janeiro de 1925, ou ainda prova de estar cursando ou ter cursado Escola Superior oficial ou oficializada;
- g) prova de sanidade e capacidade física, constante de atestado fornecido pelo Serviço de Biometria Médica, mediante requisição do Instituto Rio-Branco;
- h) formulário de investigação social fornecido pelo Instituto, devidamente preenchido.

Art. 11 — Os ocupantes dos cargos da classe inicial da carreira de Diplomata nomeados na vigência do Decreto-lei n.º , de fevereiro de 1946, serão inscritos *ex officio*, pelo diretor, no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (C.A.D.).

Parágrafo único — O diretor comunicará essa inscrição ao chefe do Departamento de Administração e ao da Divisão, Secção ou Serviço em que estiverem lotados esses funcionários.

Art. 12 — Os ocupantes dos cargos de outras carreiras do Ministério das Relações Exteriores serão inscritos *ex officio*, pelo diretor, nos Cursos Especiais (C.E.) concernentes às respectivas carreiras.

Parágrafo único — O diretor fará as mesmas comunicações previstas no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 13 — As condições de inscrição nos Cursos de Extensão (C.Ex.) serão determinadas para cada Curso pelo diretor, depois de aprovação pelo ministro de Estado.

TÍTULO II

Do ensino CAPÍTULO I

Da duração dos cursos e do ano escolar

Art. 14 — A duração dos cursos, do ano escolar, do período letivo e do período de férias será determinada pelo diretor, após aprovação do ministro de Estado.

CAPÍTULO II

Da elaboração e execução dos programas

Art. 15 — O ensino das disciplinas obedecerá a programas elaborados pelos professores e submetidos pelo diretor à aprovação do ministro de Estado.

Art. 16 — Na execução dos programas, conforme o curso e o assunto, serão adotados, como meio de ensino, preleções, arguições, exercícios, trabalhos práticos, debates e discussões em seminário e eventualmente, excursões ou visitas a centros de interesse.

Parágrafo único — Os exercícios, trabalhos práticos, debates e discussões em seminário, excursões e visitas a centros de interesse serão obrigatórios.

Art. 17 — É obrigatória a frequência às aulas de qualquer dos cursos.

Parágrafo único — O diretor fixará para cada curso o número máximo de faltas permitidas.

Art. 18 — Far-se-á a verificação do valor dos exercícios, prova e exames, por meio de notas, graduadas de zero a cem.

CAPÍTULO III

Das provas e dos exames

Art. 19 — Para inscrição no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.) os candidatos serão submetidos a um exame vestibular, que constará de uma prova de cultura geral e de noções de Francês, Inglês, História do Brasil e Corografia do Brasil.

Art. 20 — Nos Cursos de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.) haverá uma prova parcial escrita de cada matéria no meio do ano letivo e um exame escrito ou oral, ou escrito e oral, também de cada matéria, no fim de cada ano letivo.

Art. 21 — A nota final do ano letivo será a média da nota final de cada uma das matérias do referido ano.

Parágrafo único — A nota final da matéria será a média das notas obtidas nos exercícios escolares, na prova parcial e no exame de fim de ano.

Art. 22 — A nota final do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C. P. C. D.) será a média das notas finais dos anos letivos.

Art. 23 — No curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (C.A.D.), nos Cursos Especiais (C.E.) e nos Cursos de Extensão (C.Ex.), haverá uma prova final.

Art. 24 — No Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.) será considerado promovido à série seguinte, ou habilitado para obter o certificado de conclusão, o aluno que houver conseguido a média mínima de 60 pontos no conjunto das matérias e a nota mínima de 50 pontos em cada disciplina.

Art. 25 — O diretor proporá ao ministro de Estado as condições de habilitação dos demais cursos.

CAPÍTULO IV

Dos certificados

Art. 26 — Ao aluno que concluir qualquer dos cursos será conferido um certificado.

CAPÍTULO V

Do corpo docente

Art. 27 — Os cursos serão ministrados por professores designados pelo diretor, por portaria, após aprovação, pelo ministro de Estado, da indicação dos mesmos.

Art. 28 — Os professores poderão ser nacionais ou estrangeiros, servidores do Estado ou não.

§ 1.º — Os professores também poderão ser admitidos como extranumerários, na forma da lei.

§ 2.º — Para as matérias especializadas, inerentes às funções diplomáticas, deverão ter preferência, como professores, funcionários da carreira de Diplomata, desde que o exercício de suas funções não venha a ser prejudicado.

§ 3.º — A remuneração de cada professor será fixada, por aula, pelo diretor, na portaria de designação.

§ 4.º — Os professores poderão, se necessário, ter assistentes, designados pelo diretor, remunerados também por aula.

Art. 29 — Aos professores compete:

- a) elaborar o programa da respectiva matéria e submetê-lo à aprovação do diretor;
- b) dirigir e orientar o ensino da respectiva matéria e executar integralmente, com o melhor critério didático, o programa elaborado;
- c) conferir notas de julgamento dos exercícios, das provas parciais e dos exames;
- d) tomar parte em reuniões do corpo docente e em comissões de exames ou de estudos, quando para isso designados;
- e) providenciar para que o ensino sob sua responsabilidade seja o mais eficiente possível;
- f) apresentar ao diretor, no fim do ano letivo, o relatório sobre as atividades relativas ao ensino da matéria a seu cargo;
- g) exercer as demais atribuições conferidas por instruções especiais do diretor.

Art. 30 — As atribuições dos assistentes serão as que o diretor e o professor da matéria determinarem.

TÍTULO III

Do concurso para a carreira de Diplomata

CAPÍTULO I

Da realização do concurso

Art. 31 — O concurso de provas para os cargos da classe inicial da carreira de Diplomata será realizado pelo Instituto Rio-Branco.

CAPÍTULO II

Das condições de inscrição

Art. 32 — As condições de inscrição no concurso são as mesmas previstas para a inscrição no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.) mais a apresentação do certificado de conclusão desse curso e a prova de quitação com as obrigações militares.

CAPÍTULO III

Das provas do concurso

Art. 33 — As provas do concurso serão as seguintes:

- a) de sanidade e capacidade física, realizada no Serviço de Biometria Médica;
- b) de investigação social;
- c) de Português;
- d) de Francês;
- e) de Inglês;
- f) de Direito Internacional Público;
- g) de Direito Internacional Privado;
- h) de História do Brasil;
- i) de História Política Mundial dos fins do século XVIII aos nossos dias;
- j) de Geografia Econômica geral e do Brasil;
- l) de Economia Política;
- m) de Noções de Direito Constitucional e Administrativo;
- n) de Noções de Direito Civil e Comercial.

Art. 34 — As provas de Francês, Inglês, Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado serão escritas e orais e as de Português, História do Brasil, História Política Mundial, Geografia Econômica geral e do Brasil, Economia Política, Noções de Direito Constitucional e Administrativo e Noções do Direito Civil e Comercial serão apenas escritas.

CAPÍTULO IV

Das condições de habilitação

Art. 35 — Será habilitado no concurso de provas para ingresso na carreira de Diplomata o candidato que obtiver a média final mínima de 60 pontos no conjunto das matérias e 50 pontos no mínimo em cada prova eliminatória.

Art. 36 — As provas de Português, Francês, Inglês, Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado são eliminatórias.

CAPÍTULO V

Da classificação

Art. 37 — Em igualdade de condições na classificação final do concurso, realizada na ordem decrescente da nota final obtida, terá preferência o candidato formado por escola superior.

Parágrafo-único — Dentre formados, terá preferência o diplomado por Faculdade de Direito oficial ou oficializada.

TÍTULO IV

Das pesquisas

CAPÍTULO I

Da colaboração com o serviço de documentação

Art. 38 — A colaboração com o Serviço de Documentação para a realização de pesquisas sobre assuntos relacionados com a finalidade do Ministério das Relações Exteriores poderá ser efetuada sempre que necessária e independentemente de solicitação daquele Serviço.

Parágrafo único — Para a realização dessas pesquisas, o Instituto poderá, se necessário, admitir funcionários especializados ou utilizar os do Serviço de Documentação.

TÍTULO V

Das disposições gerais

Art. 39 — O diretor poderá propor ao ministro de Estado quaisquer modificações relativas aos programas, funcionamento dos cursos, realização do concurso para ingresso na carreira de Diplomata, e outras que o desenvolvimento dos trabalhos aconselhem.

Art. 40 — Os casos omissos serão resolvidos pelo diretor, que ouvirá, se necessário, o ministro de Estado.

TÍTULO VI

Disposição transitória

Art. 41 — Até que haja candidatos aprovados pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, o ministro de Estado poderá determinar a realização, pelo Instituto Rio-Branco, de concursos de provas, de acordo com as disposições do Título III deste Regulamento.

Rio-de-Janeiro, 6 de março de 1946. — *João Neves da Fontoura.*

«Diário Oficial» de 8-3-946.

★

RETIFICAÇÃO

Decreto n.º 20 694, de 6 de março de 1946

Aprova o Regulamento do Instituto Rio-Branco, do Ministério das Relações Exteriores.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I de 8 de março de 1946).

No art. 11 do Regulamento, onde se lê «... na vigência do Decreto-lei n.º ... de fevereiro de 1946 ...», leia-se «... na vigência do Decreto-lei n.º 9 032, de 6 de março de 1946...».

«Diário Oficial» de 15-3-946.

★

Atos diversos**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA****Conselho Nacional do Petróleo**

PORTARIA N.º 84, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1946

O presidente do Conselho Nacional do Petróleo, resolve designar o engenheiro de minas, classe L, do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, Décio Savério Oddone, à disposição deste órgão, para acompanhar em via-

gem à bacia amazônica o vice-presidente e o supervisor de trabalhos de campo da firma Geophysical Service Inc., proponente à celebração de contrato para prestação de serviços geofísicos a este Conselho.

Rio-de-Janeiro, 7 de fevereiro de 1946. — Coronel *João Carlos Barreto*, Presidente.

«Diário Oficial» de 21-2-946.

★

Gabinete do Ministro

PORTARIA N.º 145, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1946

O Ministro de Estado, de acôrdo com o disposto no art. 2.º, § 2.º, do Decreto-lei n.º 4 083, de 4 de fevereiro de 1942, combinado com o art. 4.º do regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 8 741, de 11 de fevereiro de 1942, resolve aprovar as instruções para o funcionamento do curso avulso de Mineralogia, anexas a esta portaria e assinadas pelo diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão. — *Neto Campelo Júnior.*

Instruções para o funcionamento do curso avulso de Mineralogia a que se refere a Portaria n.º 145, de 26 de fevereiro de 1946.

Art. 1.º — É criado, nos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, (C.A.E.), um curso avulso de Mineralogia destinado a proporcionar a aquisição de conhecimentos gerais e bastante detalhados dessa disciplina.

Art. 2.º — O Curso será ministrado preferencialmente a servidores técnicos (Agrônomos e Engenheiros) do Ministério da Agricultura e funcionará no Departamento Nacional da Produção Mineral, de acôrdo com as seguintes bases:

- I — Introdução;
- II — Cristalografia;
 - a) Forma externa dos cristais;
 - b) Estrutura interna dos cristais;
- III — Mineralogia física (compreendendo noções de microscopia);
- IV — Mineralogia química;
- V — Estudo da gênese e ocorrência dos minerais;

VI — Mineralogia descritiva (compreendendo um estudo detalhado de cerca de 150 espécies minerais, com especialidade da parte econômica do ponto de vista brasileiro).

Art. 3.º — O curso, de caráter teórico-prático, obedecerá ao programa elaborado pelo professor e aprovado pelo diretor dos C. A. E., ouvido o Conselho Técnico.

Art. 4.º — A duração do curso será de 32 semanas, sendo ministradas seis (6) horas semanais de aulas de acôrdo com o horário aprovado.

Art. 5.º — O aproveitamento dos alunos será verificado em provas parciais realizadas nas 8.ª, 16.ª e 24.ª semanas e uma prova final.

§ 1.º — Será eliminado o aluno que obtiver em qualquer das provas parciais nota inferior a quarenta (40).

§ 2.º — Considerar-se-á aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a sessenta (60) deduzida da média das provas parciais e da prova final.

§ 3.º — Não poderá realizar a prova final o aluno que tiver mais de vinte por cento de faltas às aulas e trabalhos escolares.

Art. 6.º — As inscrições estarão abertas durante quinze (15) dias consecutivos, contados da data da publicação destas instruções, devendo o candidato requerê-la ao chefe do Serviço Escolar da Universidade Rural, juntando:

- 1) prova de identidade;
- 2) atestado de sanidade física e mental;
- 3) três retratos tamanho 3 x 4.

§ 1.º — Havendo vagas e a critério do Conselho Técnico poderão ser admitidas pessoas estranhas ao Ministério, diplomadas ou não.

§ 2.º — Os candidatos não diplomados em Agronomia ou Engenharia serão submetidos a exame de seleção antes do início do curso, po-

dendo ser matriculados os que obtiverem nota igual ou superior a sessenta (60).

§ 3.º — O diretor dos C.A.E. fixará a data do início das aulas.

Art. 7.º — Os números mínimo e máximo de alunos admitidos à matrícula no curso serão, respectivamente de oito (8) e vinte (20).

Art. 8.º — Aos alunos aprovados será concedido certificado de habilitação, expedido nos termos do art. 21, do regulamento, baixado com o Decreto n.º 8 741, de 11 de fevereiro de 1942.

Art. 9.º — O professor, designado na forma do art. 4.º, § 4.º do Decreto-lei n.º 4 083, de 4 de fevereiro de 1942, modificado pelo Decreto-lei n.º 5 114, de 18 de dezembro de 1942, terá as atribuições que lhe competirem nos termos do art. 31, do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 8 741, de 11 de fevereiro de 1942.

Art. 10 — Os casos omissos serão resolvidos pelo diretor dos C.A.E., ouvido o Conselho Técnico.

Rio-de-Janeiro, 26 de fevereiro de 1946. — *Cinêias Lima Guimarães*, pelo diretor.

«Diário Oficial» de 28-2-946.

★

MINISTERIO DA EDUCACAO E SAUDE

Gabinete do ministro

PORTARIA N.º 182, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1946

Dispõe sobre a matéria de que trata o item III do art. 18 do Decreto-lei n.º 4 073, de 30 de janeiro de 1942.

O Ministro de Estado da Educação e Saúde, atendendo ao disposto no art. 18 do Decreto-lei n.º 4 073, de 30 de janeiro de 1942,

Resolve:

Art. 1.º — Os diplomas de conclusão dos cursos técnicos de agrimensura e de metalurgia, a que se refere o item III do art. 18 do Decreto-lei n.º 4 073, de 30 de janeiro de 1942, permitem aos seus portadores inscrição no concurso de habilitação para matrícula nos cursos superiores de engenharia de minas e civil.

Art. 2.º — A fim de que possam ser válidos para inscrição no exame de habilitação, de que trata o artigo anterior, os diplomas de cursos técnicos deverão estar devidamente registrados na Diretoria de Ensino Industrial.

Art. 3.º — A exigências ao concurso de habilitação são as mesmas exigíveis dos demais candidatos.

Rio-de-Janeiro, 28 de fevereiro de 1946. — *Ernesto de Sousa Campos*.

«Diário Oficial» de 15-3-946.

★

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

Fundação Brasil Central

ORDEM DE SERVIÇO N.º 35

Considerando a conveniência de ficarem definitivamente assentadas as diretrizes gerais relativas ao problemas de contacto com os indígenas por parte dos órgãos de desbravamento da Fundação Brasil Central;

Tendo em vista a conveniência de uma ação sinérgica entre os órgãos da Fundação e os

serviços oficiais aos quais compete, por lei, o estudo e solução das questões pertinentes aos selvícolas;

Considerando finalmentê, o resultado dos entendimentos havidos entre a Fundação e o Serviço de Proteção aos Índios, que sugeriu e aprovou as medidas a serem postas em prática nesses contactos com os indígenas por parte dos órgãos da Fundação,

Resolvo:

I — Como normas gerais relativas ao contato com indígenas pelos órgãos de desbravamento da Fundação, impõe-se o respeito à vida, à liberdade e à propriedade do índio, onde quer que êle se encontre no território nacional, e qualquer que seja o seu estado de civilização, respeitadas, igualmente, as normas determinadas pelas leis e regulamentos vigentes para o cumprimento dêsses objetivos.

II — Para cumprimento dessas finalidades não serão permitida a permanência a qualquer título, nem visita de pessoa que se saiba possuir incompatibilidade manifesta com índios de qualquer região, nos acampamentos e turmas de desbravamento da Fundação.

III — Para os objetivos desta Ordem de Serviço, consideram-se órgão de desbravamento aqueles que, nas expedições ou serviços da Fundação, ocupem posição de vanguarda, e tenham por conseguinte possibilidade de entrar em contacto com selvícolas.

IV — Ainda para os fins desta Ordem de Serviço, consideram-se órgãos de colonização aqueles que, normalmente, se achem fixados numa região onde não existam aldeamentos indígenas num rio de 50 quilômetros.

V — As armas existentes nos acampamentos e turmas de desbravamento destinar-se-ão, exclusivamente, à defesa do pessoal contra os inimigos naturais do sertão, ficando terminantemente proibido qualquer ataque aos indígenas, e ficarão debaixo da responsabilidade direta do chefe do respectivo órgão.

VI — Nos acampamentos e turmas de desbravamento ficam vedados os disparos inúteis de arma de fogo, com o fito de espantar ou afugentar os índios, pois tal prática os irrita, excita-os à hostilidade.

VII — Não será permitido ao pessoal das turmas de desbravamento apoderar-se de qualquer objeto de índios, mesmo quando encontrados abandonados, devendo ser deixado no próprio local em que se achar.

VIII — A visita de qualquer pessoa estranha à Fundação Brasil Central a pontos onde haja contacto direto com selvícolas, só será permitida com a anuência expressa do responsável pelo serviço do S.P.I. na região.

IX — O pessoal da Fundação, qualquer que seja a sua categoria, prestará todo o apoio e cooperação aos servidores do S.P.I., no sentido de ser apurada, na forma da lei e para os devidos efeitos, qualquer agressão praticada

contra índios, facilitando a ditos servidores as providências que se fizerem necessárias para tal fim.

X — Os servidores do S. P. I. destacados para cooperarem com os vários órgãos da Fundação nas regiões em que esta opera, de acôrdo com o plano elaborado pelo diretor daquele Serviço, e aprovado pelo presidente da Fundação, terão direito a todas as facilidades que a organização da Fundação faculta aos seus próprios funcionários.

XI — Dadas as circunstâncias de íntima colaboração entre a F. B. C. e o S. P. I. deverá existir entre o pessoal de ambas as organizações, que juntos trabalhem no interior do país, a camaradagem, a cordialidade e respeito mútuo que são usuais em missões dessa natureza.

XII — As armas existentes nas turmas, núcleos e acampamentos de colonização, serão suficientes para a defesa pessoal dos seus habitantes e para os fins de caça que é um dos suplementos naturais da alimentação nas regiões em que se encontram.

XIII — A desobediência a qualquer dos preceitos desta Ordem de Serviço ou a divergência de pontos de vista quanto à sua execução, serão resolvidos pela mais alta autoridade local da Fundação ou do S. P. I., dentro das normas de cordialidade que devem reger as relações entre ambos. Caso não seja possível chegar a acôrdo, a matéria será submetida às administrações respectivas no Rio-de-Janeiro as quais solucionarão o assunto por entendimentos diretos.

João Alberto, presidente.

«Diário Oficial» de 12-3-946.

★

Departamento de Administração

PORTARIA N.º 274, DE 18 DE MARÇO
DE 1946

O Ministro de Estado, tendo em vista o que consta do processo n.º 5 067, de 1946, do Departamento de Administração dêste Ministério,

Resolve:

I — Conceder permissão ao Conselho Nacional de Geografia para instalar dez estações radiotelefônicas portáteis, sendo duas de 40 watts, e oito de 8 watts, destinadas aos trabalhos de triangulação geodésica.

II — Aprovar as plantas e especificações técnicas dos referidos transmissores, documentos que com esta baixam, devidamente rubricados. — *Edmundo de Macedo Soares e Silva.*

«Diário Oficial» de 15-3-946.

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

BAHIA

Decreto-lei n.º 751, de 26 de janeiro de 1946

Cria o Serviço Florestal do Estado e dá outras providências.

O Interventor Federal no Estado da Bahia, usando da atribuição que lhe conferem os artigos 6.º, item V do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939 e 2.º do Decreto-lei n.º 8 219, de 26 de novembro de 1945,

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Serviço Florestal do Estado da Bahia, subordinado à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2.º — O Serviço Florestal do Estado da Bahia tem por finalidade:

I) Fiscalizar e controlar as derrubadas de matas e capoeiras, defendendo as reservas florestais do Estado;

II) Incentivar e auxiliar o reflorestamento das zonas desflorestadas e desnudadas;

III) Celebrar contrato para reflorestamento nas propriedades agrícolas de particulares;

IV) Orientar e conduzir técnica e cientificamente o reflorestamento no Estado;

V) Celebrar acordos com o govêrno federal, prefeituras municipais e entidades particulares de idoneidade reconhecida para a execução de planos de reflorestamento;

VI) Realizar estudos da flora baiana no que se refere à silvicultura e às indústrias derivadas;

VII) Criar e manter hortos florestais no Estado;

VIII) Criar e manter escolas práticas de horticultura;

IX) Criar e manter o Museu Florestal do Estado;

X) Realizar o estudo sistemático das espécies baianas, intensificar sua reprodução, divulgando, e utilização industrial;

XI) Divulgar por todos os meios ao seu alcance as vantagens do reflorestamento;

XII) Manter cursos teóricos-práticos de especialização para agrônomos, professores, engenheiros e cursos de caráter eminentemente prático para estudantes, capatazes e práticos rurais;

XIII) Realizar palestras de orientação educativa em tôrno das vantagens do reflorestamento.

XIV) Realizar a cobrança das taxas devidas ao S.F. através dos seus prepostos, das suas agências, das coletorias estaduais e dos serviços oficiais para êste fim autorizados em lei.

Art. 3.º — Fica estabelecida nas áreas consideradas de reflorestamento compulsório, a obrigatoriedade de conservação de, pelo menos, 10 % de matas e capoeiras das áreas de cada propriedade agrícola para a manutenção do equilíbrio florestal do Estado.

Art. 4.º — O Serviço Florestal do Estado da Bahia compõe-se de:

Secção de Fiscalização e Contrôlê

Secção de Auxílios e Propaganda

Secção Técnica

Secção de Administração e Museu Florestal.

Art. 5.º — O Serviço Florestal do Estado da Bahia será dirigido por um diretor, padrão M, nomeado em comissão.

Art. 6.º — A Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio providenciará dentro de noventa (90) dias, a expedição do respectivo Regulamento.

Art. 7.º — A lotação do pessoal será fixada pelo chefe do Poder Executivo.

Art. 8.º — As despesas decorrentes do presente decreto-lei correrão, no presente exercício por conta das verbas 203, elemento O, consignação II, sub-consignação 03 e 204, elemento O, consignação I, sub-consignação 01, e elemento 3, consignação I, sub-consignação 12 do orçamento vigente, que serão oportunamente suplementadas.

Art. 9.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cidade do Salvador, em 26 de janeiro de 1946. — *J. Bulcão Viana*, Interventor Federal. — *Orlando Gonçalves de A. Teixeira*. — *M. de Andrade Teixeira*. — *Heitor P. Fróis*. — *Helenauro Sampaio*. — *Orlando Bulcão Viana*.

«Diário Oficial» da Bahia de 30-1-1946.

★

Decreto n.º 13 415, de 30 de janeiro de 1946

Designa o dia 15 de fevereiro vindouro para a instalação da comarca de Camamu.

O Interventor Federal no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 10, do Decreto-lei n.º 247, de 2 de julho de 1944, atendendo a que não foi possível instalar-se a comarca de Camamu na data fixada pelo Decreto n.º 13 384, de 27 de dezembro de 1945, resolve designar o dia 15 de fevereiro vindouro para a instalação da referida comarca.

Salvador, 30 de janeiro de 1946. — *J. V. Bulcão Viana*. — *Andrade Teixeira*.

«Diário Oficial» da Bahia de 31-1-1946.

★

Decreto n.º 13 418, de 6 de fevereiro de 1946

Restabelece, no município de Itaparica, o distrito policial de Encarnação.

O Interventor Federal, usando da atribuição que lhe confere o artigo 7.º n.º 1, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Artigo único — Fica restabelecido, no município de Itaparica, o distrito policial de Encarnação, com os mesmos limites do Decreto n.º 10 212, de 11 de junho de 1937.

Cidade do Salvador, em 6 de fevereiro de 1946. — *João Vicente Bulcão Viana*, Interventor Federal. — *M. de Andrade Teixeira*.

«Diário Oficial» da Bahia de 8-2-946.

★

Decreto n.º 13 422, de 8 de fevereiro de 1946

Localiza a sede do Serviço Florestal do Estado da Bahia e dá outras providências.

O Interventor Federal, no Estado da Bahia, usando da atribuição que lhe confere o artigo 7.º, item I, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — O Serviço Florestal do Estado da Bahia (S. F. E. B.), criado pelo Decreto-lei n.º 751, de 26 de janeiro de 1946, fica sediado em Água-Comprida, município do Salvador.

Art. 2.º — Fica transferida para o Serviço Florestal do Estado da Bahia, uma área de 97 hectares de terras pertencentes à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, em Água-Comprida, município do Salvador, onde funcionou o núcleo colonial de Água-Comprida.

Art. 3.º — O governo do Estado, pela sua Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, promoverá os meios necessários a sanar qualquer liquidação de algum colono porventura ainda ali existente.

Art. 4.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cidade do Salvador, em 8 de fevereiro de 1946. — *João Vicente Bulcão Viana*. — *Orlando Bulcão Viana*. — *M. de Andrade Teixeira*. — *Orlando Gonçalves de A. Teixeira*. — *Heitor Soares Sampaio*. — *Heitor Prager Fróis*.

«Diário Oficial» da Bahia de 12-2-946.

★

Secretaria da Agricultura

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Salvador, 23 de janeiro de 1946.

Sr. Interventor:

Acaba o Conselho Nacional de Geografia de dirigir a esta Secretaria uma proposta para, em regime de cooperação inter-administrativa, serem levantados cerca de noventa mil quilômetros quadrados de território baiano, compreendendo as partes correspondentes aos municípios de Barra, Xiquexique, Açurua, Irecê, Morro-do-Chapéu, Pilão-Arcado, Remanso e

Casa-Nova, estando nela incluídos a parte faltante das divisas Bahia-Piauí e o trecho Bahia-Pernambuco que não é marcada pelo rio São-Francisco.

2. Esta proposta inclui um grande trecho de terras pouco conhecido e nunca estudado, além de uma parte de nossas fronteiras nunca demarcada, contribuindo assim para uma melhoria inestimável no mapa do Estado, ora em execução.

3. O Departamento de Geografia, ouvido, pronunciou favoravelmente, informando ainda que a cooperação do Estado pode ser dada da forma seguinte:

a) Contrato de três topógrafos por um espaço de seis meses;

b) Pagamento, pelo Estado, das despesas com os contratos referidos nas letras a e mais as diárias de dois técnicos desta Secretaria que deverão fazer parte da Expedição;

c) Custeio das despesas com transportes, material de consumo, etc., relativas ao pessoal aplicado no serviço.

4. Para atender às necessidades expostas nos itens acima, a Secretaria da Agricultura dispõe da quantia de noventa e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 95 000,00), que poderá ser retirada da verba orçamentária do Departamento de Geografia para o exercício do ano corrente, e que deverá ser requisitada por adiantamento, independentemente de duodécimos.

5. No caso de V. Excia aprovar a proposta feita pelo Conselho Nacional de Geografia, autorizará a utilização das verbas na forma indicada e, ainda, determinará a abertura de um crédito especial de oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 80 000,00), para completar a quantia solicitada para a execução dos serviços propostos.

6. Sendo, desta maneira, resolvido o assunto, solicito de V. Excia. autorização para firmar o acôrdo com o Conselho Nacional de Geografia.

7. De acôrdo com a natureza dos trabalhos e a zona de que os mesmos serão feitos, as prestações de contas respectivas deverão ter seus prazos dilatados até terminação dos trabalhos.

8. Reitero a V. Excia. os meus protestos de alto apreço e elevada consideração. — *Orlando Gonçalves Teixeira*, secretário da Agricultura, Industrial e Comércio.

A S. Excia. o Sr. ministro J. Bulcão Viana, M.D. Interventor Federal neste Estado.

Aprovo, aguardando-se a oportunidade para a abertura do crédito. Em 31 de janeiro de 1946. — *J. Bulcão Viana*.

«Diário Oficial» da Bahia de 3-2-946.

★

MATO-GROSSO**Decreto-lei n.º 744, de 13 de janeiro de 1946**

Autoriza o Poder Executivo a auxiliar a publicação de obras culturais, artísticas, científicas e históricas, de real valor, originárias do Estado.

O Interventor Federal no Estado de Mato-Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 2, do Decreto-lei federal n.º 8 219, de 26 de novembro de 1945,

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a auxiliar a publicação de obras culturais, artísticas, científicas e históricas, de real valor, originárias do Estado.

Art. 2.º — O governo do Estado, em colaboração com a Academia Matogrossense de Letras e o Instituto Histórico de Mato-Grosso, designará uma comissão especial, para examinar os originais dos trabalhos, que lhe forem apresentados, cabendo, à referida comissão, dar parecer sobre a conveniência ou não da concessão do auxílio, de que trata o artigo anterior.

Art. 3.º — A verba 46, 4, 1, do vigente orçamento, fica, no corrente exercício, destinada a custear as despesas da publicação das obras, que forem julgadas, pelo governo do Estado, merecedoras de auxílio, que será, pelo mesmo, arbitrado.

Art. 4.º — Anualmente, será consignada na lei orçamentária, verba própria para as despesas decorrentes do presente decreto-lei.

Art. 5.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 18 de janeiro de 1946, 125.º de Independência e 58.º da República. — *Olegário Moreira de Barros*. — *Antônio Antero Pais de Barros*.

«Diário Oficial» de Minas-Gerais de 22-1-1946.

★

PARANÁ

Decreto-lei n.º 378

Concede uma subvenção ao Círculo de Estudos Bandeirantes.

O Interventor Federal substituto no Estado do Paraná, usando da atribuição que, lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica concedido ao Círculo de Estudos Bandeirantes, sociedade civil de fins culturais, com personalidade jurídica, reconhe-

cida de utilidade pública por decreto do governo da União, uma subvenção anual de Cr\$ 10 000,00 (dez mil cruzeiros), para pagamento em duodécimos mensais.

Art. 2.º — Fica aberto à verba 315/8-38-4 do atual orçamento o crédito suplementar de Cr\$ 10 000,00 para atender a despesa decorrente da execução do presente decreto-lei.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, em 20 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República. — *Rosaldo Gomes de Melo Leitão*. — Major *Fernando Flores*.

«Diário Oficial» do Paraná de 26-10-1946.

★

SERGIPE

Decreto, 14 de fevereiro de 1946

Reorganiza o Diretório Regional de Geografia.

O Interventor Federal no Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições tendo em vista o disposto no art. 12 do Regulamento do Conselho Nacional de Geografia retificado pelo Decreto estadual n.º 96, de 12 de novembro de 1937 e as sugestões recém-apresentadas pela Secretaria Geral do referido Conselho, resolve reorganizar o Diretório Regional de Geografia na seguinte forma: presidente nato o secretário geral do Estado; secretário nato, o diretor do Departamento Estadual de Estatística; demais membros: o catedrático de Geografia Geral do Colégio Estadual de Sergipe, o diretor geral do Departamento das Municipalidades, o diretor geral do Departamento de Obras Públicas do Estado, o diretor do Departamento de Obras da Prefeitura Municipal de Aracaju e o presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Palácio do Governo do Estado de Sergipe, Aracaju, 14 de fevereiro de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República. — *Hunaldo Santaflor Cardoso*. — *Gentil Tavares da Mota*.

Resoluções do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística

Conselho Nacional de Geografia Diretório Central

Íntegra das Resoluções n.ºs 214 a 216

Resolução n.º 214, de 19 de novembro de 1945

Promove a concessão do abono de emergência aos funcionários do Conselho

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando que, com o Decreto-lei n.º 8 189, de 12 de novembro corrente, foi concedido ao funcionalismo federal o abono de um mês de vencimentos ainda no ano findante;

Considerando que, por equidade, a medida deve ser extensiva aos funcionários do Conselho os quais, embora não figurem nos quadros formais do pessoal federal, em tudo se assemelham aos elementos da administração federal;

Considerando não haver qualquer disponibilidade nas verbas do orçamento vigente do Conselho;

RESOLVE:

Art. 1.º — A Presidência do Instituto representará ao Presidente da República no sen-

tido de ser concedido um auxílio especial, de modo que, por equidade, seja também pago ao funcionalismo do Conselho o abono de emergência de um mês de vencimentos que foi estipulado para os funcionários federais.

Art. 2.º — A Secretaria organizará as tabelas e dados, de acordo com as instruções baixadas pelo ministro da Fazenda sobre o assunto, que instruem devidamente o processo a ser encaminhado à Presidência da República.

Rio-de-Janeiro, em 19 de novembro de 1945, ano X do Instituto. — Conferido e numerado: *Virgílio Correia Filho*, Secretário-Assistente interino do Conselho. — Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se: *Heitor Bracet*, Presidente do Instituto, em exercício.

★

Resolução n.º 215, de 19 de novembro de 1945

Promove a aquisição de prédio para a instalação adequada da sede do Conselho

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando a deficiência do espaço em que se alojam atualmente os serviços do Conselho e o grande inconveniente da situação dos mesmos em locais distintos;

Considerando a possibilidade de aplicar-se na compra de prédio próprio a apreciável quantia ora empregada no aluguel de imóveis pertencentes a terceiros, nos quais são dificultosas, quando não impossíveis, as adaptações adequadas das instalações;

Considerando que o desenvolvimento crescente dos serviços conduzirá, nas condições atuais, a uma agravante e progressiva dificuldade da instalação;

Considerando a existência à venda, em condições satisfatórias, de um prédio que oferece requisitos aceitáveis e vem resolver em grande parte as dificuldades atuais e próximas futuras das instalações dos serviços do Conselho;

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica o Presidente do Instituto autorizado a providenciar, mediante prévia au-

torização do Presidente da República, a aquisição do Edifício Iguacu, situado nesta capital, pelo preço máximo de sete milhões e trezentos mil cruzeiros (Cr\$ 7 300 000,00).

Art. 2.º — A modalidade e demais particularidades da transação financeira para o efeito da aquisição prevista no art. 1.º serão estabelecidas pelo Presidente do Instituto, ouvida a Junta Executiva Central do Conselho de Estatística.

Art. 3.º — Para a devida amortização da importância pela qual responderá o Conselho Nacional de Geografia, será prevista verba própria no seu orçamento anual.

Art. 4.º — Adquirido, o prédio em aprêço ficará fazendo parte integrante do patrimônio do Instituto.

Rio-de-Janeiro, em 19 de novembro de 1945, ano X do Instituto. — Conferido e numerado: *Virgílio Correia Filho*, Secretário-Assistente interino do Conselho. — Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se: *Heitor Bracet*, Presidente do Instituto, em exercício.

Resolução n.º 216, de 19 de novembro de 1945

Autoriza a antecipação de pagamentos

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando que, em atendimento à solicitação do Conselho, geógrafos e historiadores brasileiros apresentaram teses sobre temas oficialmente reconhecidos ao estudo da IV Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, a realizar-se em Caracas;

Considerando que o Presidente do Conselho fixou a bonificação *pro-labore* de mil cruzeiros ao autor de cada uma daquelas teses;

Considerando que foi solicitado ao governo um crédito especial para as despesas com a participação do Brasil naquela Assembléia pan-americana, nos quais se compreende o pagamento das aludidas bonificações;

Considerando que a Assembléia Pan-Americana foi adiada para data ainda não marcada, de modo que a concessão do crédito especial solicitado se transferiu para ocasião oportuna, indeterminada;

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica a Secretaria autorizada a efetuar o pagamento da bonificação *pro-labore*

de mil cruzeiros aos autores de teses já apresentadas, destinadas à IV Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, a realizar-se em Caracas.

Art. 2.º — O pagamento será feito, a título de adiantamento, por conta da verba própria do orçamento do Conselho e da verba Eventuais.

Art. 3.º — Da quantia que ora se despende haverá reembolso nas verbas orçamentárias respectivas, quando for concedido ao Conselho o crédito especial solicitado ao governo a fim de se atenderem as despesas com a participação do Brasil na IV Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

Rio-de-Janeiro, em 19 de novembro de 1945, ano X do Instituto. — Conferido e numerado: *Virgílio Correia Filho*, Secretário-Assistente interino do Conselho. — Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se: *Heitor Bracet*, Presidente do Instituto, em exercício.

 Concorra para que o Brasil seja geógraficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.